



Comissão de Seguridade Social e Família

**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES 2021**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E
FAMÍLIA

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES 2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR (PP/RJ)
Presidente



ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)
1º Vice-Presidente



FRANCISCO JR. (PSD-GO)
2º Vice-Presidente



DRA. SORAYA MANATO (PSL-ES)
3º Vice-Presidente

SUMÁRIO

I. CARTA DO PRESIDENTE..	9
II. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EM 2021.....	11
III. APRESENTAÇÕES	15
Presença do Ministro da Cidadania	15
Presença do Ministro de Estado da Saúde.....	17
Presença do Ministro de Estados de Relações Exteriores	19
Presença do Ministro de Estado da Saúde.....	21
Presença do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações.....	23
Presença do Ministro de Estado da Defesa	25
Presença do Diretor Presidente da Anvisa.....	26
IV. EVENTOS	27
Audiências Públicas.....	27
Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para discutir o tratamento dos pacientes que possuam sequelas provocadas pela covid-19, destacadamente os que apresentam sequelas grave	27
Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para debater valores de custeio da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde destinada às pessoas com deficiência	28
Audiência Pública para debater a concessão das licenças não-voluntárias prevista na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	29
Audiência Pública para debater a portaria GM/MS nº 3.712, de 22 de dezembro de 2020, que institui incentivo financeiro federal de custeio para fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do câncer no SUS.....	30
Audiência Pública para debater os riscos de morte por choque anafilático em decorrência da vacinação contra a Covid-19	31
Audiência Pública para debater a importância do tratamento Precoce contra o COVID -19	32
Audiência Pública para tratar sobre a prescrição médica eletrônica	33
Audiência Pública para debater a prorrogação dos contratos do Projeto Médicos pelo Brasil (Programa Mais Médicos)	34
Audiência Pública para debater as alterações no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico	35
Audiência Pública para discutir “Abuso Sexual Infantil e a Família”	36
Audiência Pública com o tema “Família e Desenvolvimento Social”, com foco nos temas trabalho e tributação da família	37
Audiência Pública para debater sobre alimentação em tempo de COVID-19.....	38
Audiência Pública para debater a atual situação e as medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do estado de Minas Gerais.....	39
Audiência Pública da Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Vacinas, Imunobiológicos, Equipamentos e Outros Insumos	40
Audiência Pública da Subcomissão Permanente de Assistência Social com Entidades Beneficentes de Assistência Social.....	41
Audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Adoção, 25 de maio	42
Audiência Pública da Subcomissão Especial para Tratar das Doenças Raras, com foco especial na ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, para escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras.....	43
Audiência Pública para debater o objeto do PL 4302/2016	44
Audiência Pública conjunta com a Comissão Externa do Coronavírus para debater a situação das categorias dos ACS e ACE durante a pandemia do Coronavírus.....	45

Audiência Pública conjunta com a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para compreender e discutir a jornada de pacientes com câncer de mama, inclusive em pacientes idosas, além de debater as perspectivas atuais e futuras da patologia, em atenção ao dia 28 de maio – Dia internacional de Luta pela Saúde da Mulher.....	46
Audiência Pública da Subcomissão do Complexo Industrial da Saúde “Instituições Privadas da Indústria de Equipamentos”	47
Audiência Pública para debater a situação da violência, maus tratos e abandono, sofridos por crianças e adolescentes no ambiente doméstico ou intrafamiliar, com ênfase no casos de Henry Borel, Isabella Nardoni e o Bernardo Boldrini	48
Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei nº 6330/2019, que altera a Lei nº 9.656, de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para ampliar o acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral pelos usuários de planos de assistência à saúde.....	49
Audiência Pública para debater sobre a situação atual do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e a coparticipação em sua manutenção.....	50
Audiência Pública Conjunta com a Comissão Externa destinada a acompanhar o Enfrentamento à Pandemia da COVID-19 no Brasil para debater sobre a situação dos serviços prestados pelas clínicas privadas de Diálise que atendem ao SUS	51
Audiência Pública da Subcomissão Permanente de Assistência Social com o tema: Medidas de Enfrentamento à Pandemia	52
Audiência Pública para debater os impactos da pandemia do coronavírus na saúde mental das crianças e adolescentes.....	53
Audiência Pública para apresentar ao parlamento a campanha de conscientização “Mulheres também infartam”	54
Audiência Pública da Subcomissão Permanente de Assistência Social com o tema: Gestão, Recursos e Planejamento	55
Audiência Pública para debater o Projeto de Lei Complementar 134, de 2019, para as entidades beneficentes de assistência social.....	56
Audiência Pública da Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial da Saúde para debater o papel das Instituições na gestão das redes de saúde no CEIS.....	57
Audiência Pública para discutir a importância da reabilitação na recuperação de paciente com sequelas pós COVID-19, que necessitam de acompanhamento multidisciplinar	58
Audiência Pública para debater o rastreamento de contato em pandemias de vírus respiratório e as soluções de saúde digital	59
Audiência Pública da Subcomissão Especial para Tratar das Doenças Raras, com foco especial na ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, para escutar representantes dos centros de referência em doenças raras.....	60
Audiência Pública conjunta com a Comissão Externa destinada a acompanhar o Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 no Brasil para debater o tema da ocorrência de infrações aos protocolos sanitários por empresas aéreas	61
Audiência Pública sobre o tema: “Tributos a favor da Saúde: mais recursos para o enfrentamento à Covid-19”	62
Audiência Pública para debater sobre modelos de contratualização na saúde suplementar.....	63
Audiência Pública sobre o PL 1998/2020 que dispõe sobre a Telemedicina após a Pandemia da Covid-19	64
Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para a conscientização sobre as Doenças Valvares Cardíacas.....	65
Audiência Pública da Subcomissão Especial para Tratar das Doenças Raras, com foco especial na ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, para escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras.....	66
Audiência Pública para discutir o PL 1998/20, que dispõe sobre a Telemedicina, e seus apensos	67
Audiência Pública para debater a situação e desdobramentos da oncologia no contexto da pandemia de Covid 19 no Brasil	68
Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater a Portaria nº 13, de 19 de abril de 2021, que torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel,	

condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS	69
Audiência Pública para debater o PL 1902/2021, que dispõe sobre a preparação, preservação e reposição às ameaças e emergências em saúde pública e dá outras providências	70
Audiência Pública para discussão do tema: “A Regulamentação da profissão de Sanitarista e sua importância para a saúde pública no Brasil – PL 1821/2021”	71
Audiência Pública para tratar sobre a regulamentação da Telemedicina no Brasil e o PL 1998/2020	72
Audiência Pública para discutir a instituição do Dia Nacional da Planta Medicinal – PL 1922/2021	73
Audiência Pública para discutir a importância da Terapia Comunitária Integrativa na saúde mental no enfrentamento da Pandemia	74
Audiência Pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa para debater os efeitos da reintegração familiar nas vidas de crianças e adolescentes	75
Audiência Pública para debater o PL nº 1.305/21, que determina que o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) destinará pensão individual e mensal no valor de um salário-mínimo a crianças e adolescentes que tenham ficado órfãos de pai e mãe em razão da pandemia de Covid-19	76
Audiência Pública para debater os impactos da Covid-19 na comunidade negra, com destaque para a vida das Mulheres	77
Audiência Pública para discussão dos Projetos de Lei 1531/2021 e 5253/2020 que garantem à pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME) tratamento oferecido pelo Sistema Único de Saúde – SUS	78
Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei nº 459/2015, dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, e do Projeto de Lei nº 2295/2000, que trata sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem	79
Audiência Pública sobre o Dia Nacional de Combate ao Fumo, comemorado no dia 29 de agosto	80
Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 4.998, de 2020, o qual altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que “dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para instituir a carteira de vacinação digital”, e o Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, o qual “cria o Certificado de Imunização e Segurança Sanitária (CSS)”, ambos originários do Senado Federal, e respectivos apensos	81
Audiência Pública para discutir os Projetos de Lei nºs 2079/2019 e 1214/2019	82
Audiência Pública para debater as estratégias do “Plano nacional pelo fim da tuberculose como problema de saúde pública 2021-2025”	83
Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4347/1998, que estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências	84
Audiência Pública para a conscientização sobre as doenças cardiovasculares e apoio para a criação do “mês azul e vermelho da saúde”, no mês de agosto	85
Audiência Pública para debater a qualidade do ensino nos cursos de Medicina no Brasil	86
Audiência Pública, no âmbito do GTONCO – GT Desafios da Oncologia no Brasil, para debater os resultados obtidos pela portaria GM/MS nº 3.712, de 22 de dezembro de 2020, que institui incentivo financeiro federal de custeio para fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do câncer no SUS	87
Audiência Pública conjunta com Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, para debater sobre a regulamentação e aplicação da Lei 14.128/21, que concede indenização aos profissionais de saúde tornados incapacitados para o trabalho pela Covid-19	88
Audiência Pública para debater sobre experiências de inovações tecnológicas no tratamento de doenças crônicas e de saúde mental	89
Audiência Pública para debater a realização das cirurgias eletivas no Brasil	90
Audiência Pública em homenagem ao Dia do Ortopedista	91
Audiência Pública, no âmbito do Grupo de Trabalho destinado a debater os desafios da oncologia no Brasil, para debater a incorporação de novas tecnologias em oncologia e com mais disponibilidade à população, evitando a judicialização	92

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação para discutir a importância da vacinação contra a gripe Influenza em tempos de pandemia.....	93
Audiência Pública para debater o PL nº 7.730/2014, que estabelece medidas de compensação tributária para indústrias do ramo de alimentos que produzam conforme parâmetros que possam potencialmente diminuir danos à saúde humana.....	94
Audiência Pública para discutir o impacto do Imposto de Renda na Seguridade Social e no planejamento familiar.....	95
Audiência Pública para debater o tema do Índice Nacional de Inclusão.....	96
Audiência Pública sobre “A epidemia de COVID-19 e a resposta brasileira da hepatite C, do HIV e AIDS na população privada de liberdade.”	97
Audiência Pública para discussão do tema: Fazer-se cumprir a Lei 13.444/2017 e o Decreto 9.723/2017 que “Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN)”, com o objetivo de tornar o CPF a chave única da relação entre o cidadão e o SUS.....	98
Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4.613, de 2020, que dispõe sobre direitos dos pacientes transplantados.....	99
Audiência Pública para debater sobre a terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes com covid-19 no âmbito do SUS	100
Audiência Pública para tratar da prevenção ao suicídio e automutilação	101
Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater os impactos da endometriose na saúde física e mental das mulheres e a importância do diagnóstico precoce da doença ...	102
Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 3.644, de 2019, que altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade	103
Audiência Pública em comemoração aos 15 anos da Lei nº 11.350/2006 que regulamenta as atividades dos ACS e dos ACE.....	104
Audiência Pública conjunta com as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater a importância da Navegação de pacientes para a melhoria da atenção ao câncer de mama	106
Audiência Pública conjunta com as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater o enfrentamento ao câncer de mama nas jovens mulheres - 18 a 49 anos.....	107
Audiência Pública para debater sobre a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados, tratada no PL 1.774/2019	108
Audiência Pública para tratar sobre o VIGITEL 2021	109
Audiência Pública para debater o fortalecimento e reestruturação do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS)	110
Audiência Pública com o tema “Fortalecimento dos vínculos familiares como estratégia de proteção social”, em razão do Dia Nacional de Valorização da Família, em 21 de outubro, para debater os PL 1926/2021 e PL 18/2020	111
Audiência Pública conjunta com as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater as consequências da pandemia para o diagnóstico e tratamento do câncer de mama e de útero no Brasil	112
Audiência Pública para tratar do seguinte tema: Prontuário Eletrônico Único e o PL 3.814/2020	113
Audiência Pública para debater sobre o PL 775/2021, que trata da situação das famílias acolhedoras e sobre a adoção de crianças ou adolescentes por essas famílias.....	114
Audiência Pública para debater as condições de trabalho dos profissionais da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional.....	115
Audiência Pública conjunta com as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater a aplicabilidade das Leis 10.223/2001, 12.802/2013 e 13.770/2018 da reconstrução mamária no Brasil.....	116
Audiência Pública com o objetivo de conhecer e discutir a respeito da Vacina desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que pode proteger mulheres e seus bebês dos efeitos do uso de cocaína durante a gravidez.....	117

Audiência Pública para lançamento dos Projetos Outubrinho Rosa e Novembrinho Azul, promovidos pela Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE	118
Audiência Pública para debater o tema referente aos testes com o medicamento proxalutamida, sem autorização da ANVISA e do CONEP, em pacientes com COVID-19, realizados pelo Hospital da Brigada Militar do Rio Grande do Sul	119
Audiência Pública para debater sobre a Neuropatia Óptica Hereditária de Leber (LHON).....	120
Audiência Pública Conjunta com as Comissões de Educação e de Defesa do Direito das Pessoas com Deficiência sobre o assunto da dislexia.....	121
Audiência Pública para debater cirurgia bariátrica por laparoscopia no SUS	122
Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 5.543, de 2020, que “Institui a data de 17 de julho como o Dia Nacional do Cirurgião Oncológico”	123
Audiência Pública para debater os desafios para a ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal .	124
Audiência Pública para debater a implementação dos serviços de água e saneamento por contrato de concessão privada no estado do Rio de Janeiro.....	125
Audiência Pública para debater o aprofundamento da fome durante a pandemia da COVID-19	126
Audiência Pública conjunta com a Comissão de Cultura para debater a alta significação dos medicamentos biossimilares para a sustentabilidade dos sistemas de saúde e a importância de se instituir o Dia Nacional dos Biossimilares.....	127
Audiência Pública para debater sobre o tratamento do edema macular diabético	128
Audiência Pública para debater sobre o PL 4815/2009 que trata da comercialização de brinquedos associados à aquisição de alimentos e bebidas para o público infantil.....	129
Audiência Pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para debater a falta de medicamentos e a incorporação de produtos para atendimento às pessoas com Diabetes Mellitus, e a nacionalização de insulinas	130
Audiência Pública para debater o PL 5.056/2013, que dispõe sobre a profissão de Técnico em Nutrição e Dietética, regulamenta o seu exercício e dá outras providências.....	131
Seminário	137
Seminário conjunto com a Comissão dos Direitos da Mulher sobre o Projeto de Lei nº 434, de 2021, o qual “dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências”	137
Missão Oficial.....	139
Visita aos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista e Pacaraíba, no Estado de Roraima	139
Visita Técnica	140
18/11/2021 – Visita Técnica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Anápolis/GO	140
V. EMENDAS.....	141
Emendas à Lei De Diretrizes Orçamentárias Para 2022 (PLDO) - Projeto De Lei Nº 3/2021 - CN	141
Lei Orçamentária Anual para 2022 (LOA) - Projeto de Lei Nº 3/2021-CN	148
VI. SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	150
Subcomissões Permanentes.....	150
Subcomissão Permanente de saúde.....	150
Subcomissão Permanente de Assistência Social.....	152
Subcomissão Permanente de Previdência Social.....	154
Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial em Saúde.....	155
Subcomissão Especial para Tratar de Doenças Raras, com Foco no Programa de Triagem Neonatal	160
Subcomissão Especial sobre o Impacto da Covid nas Pessoas com Deficiência	162
Grupo de Trabalho Combate à Violência contra a Mulher	163
Grupo de Trabalho Desafios da Oncologia no Brasil.....	164
Grupo de Trabalho Organização Federativa no Combate à Pandemia	166
Grupo de Trabalho Impacto da Pandemia de Covid-19 na Saúde Ocupacional dos Trabalhadores Brasileiros ...	167
Grupo de Trabalho Solução Diagnóstica através da Valorização do Clínico	168
VII. COMISSÃO EM NÚMEROS	170

Projetos Apreciados170
Requerimentos Apreciados.....241

I. CARTA DO PRESIDENTE

Caros colegas, membros deste colegiado, servidores, assessores e demais colaboradores. Em 11 de março de 2021, tive o grande privilégio de ser designado pelo Partido Progressistas (PP) e eleito pelos meus pares como Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), o segundo maior Colegiado da Câmara dos Deputados, com 104 (cento e quatro) membros titulares e suplentes. Assumi essa missão com muita gratidão e senso de responsabilidade por conduzir uma das Comissões mais importantes do Parlamento, num período difícil de enfrentando à pandemia da Covid-19.

O desafio era grande, mas nos encorajamos na certeza de que teríamos ao nosso lado pessoas comprometidas em oferecer o melhor para a saúde e assistência e previdência social do Brasil. E assim o fizemos. Aliás, se me permitem dizer, fizemos mais, deixamos o nosso legado. Realizamos o maior volume de trabalho já apresentado pela Comissão ao longo de 20 anos de história da Câmara dos Deputados. Foram 91 audiências públicas realizadas. Analisamos 560 propostas legislativas - o maior número já registrado nesse Colegiado - e designamos 1.186 relatorias. Um total de 463 horas trabalhadas, em um ano em que todo o Parlamento ainda enfrentava o grande desafio do trabalho remoto. Nós estivemos aqui, de forma presencial, para oferecer o melhor a esta Casa e, principalmente, ao Brasil.

Nosso mandato foi pautado nos princípios da democracia e da equidade, dentro dos pilares regimentais deste órgão técnico: saúde, previdência social, assistência social e família. Ademais, buscamos enfrentar todos os temas, destravar pautas importantes. Para isso, aprovamos inúmeros projetos parados há mais de 10 anos, como o Projeto de Lei 1.836/2007, que prevê o fornecimento de medicamentos de uso continuado não sujeitos a controle especial, a pacientes em tratamento domiciliar; o Projeto de Lei 786/2007, que obriga o Poder Público a oferecer exame de acuidade auditiva e visual para alunos que ingressam no ensino fundamental; o Projeto de Lei 8.041/2014 que cria o banco nacional de DNA específico para identificar crimes sexuais contra crianças e adolescentes, entre tantos outros. Sem contar com as inúmeras propostas aprovadas que contribuíram diretamente para o aprimoramento da saúde no Brasil, em especial, para o combate da Covid-19.

Dentro desse contexto, foram instaladas três Subcomissões Permanentes: uma de Saúde, uma de Previdência Social e outra de Assistência Social, além de três Subcomissões Especiais: de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial em Saúde; de Impacto da Covid-19 nas Pessoas com Deficiência e de Tratamento de Doenças Raras, com foco no Programa de Triagem Neonatal. O trabalho por elas realizado trouxe um importante resultado para a população. Mesmo diante do cenário pandêmico, audiências públicas, seminários e visitas técnicas foram realizadas, com o intuito de aproximar nosso colegiado do cidadão e de dar respostas às suas reais necessidades. Ao final dos trabalhos, foram apresentados relatórios com sugestões de ações a serem implementadas, por exemplo, a apresentação de Projeto de Lei, Proposta de Fiscalização e Controle e Requerimentos de Urgência, dentre outros. Também foram criados cinco Grupos de Trabalho para analisar temas específicos de grande impacto à população brasileira: Organização Federativa no Combate à Pandemia; Impacto da Pandemia de Covid-19 na Saúde Ocupacional dos Trabalhadores Brasileiros; Combate à Violência contra a Mulher, Desafios da Oncologia no Brasil e Solução Diagnóstica através da Valorização do Clínico.

Além disso, nossa Comissão foi um ambiente de construção e de debate, onde diversas autoridades e especialistas estiveram presentes para tratar de temas de grande relevância nacional. Recebemos as ilustres presenças dos Ministros de Estado da Saúde, da Cidadania, da Economia, das Relações Exteriores e o da Ciência e Tecnologia, a Anvisa, a Agência Nacional de Saúde, além de representantes dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde. Por conseguinte, alcançamos vitórias significativas para o Brasil: discussão sobre doenças raras e diversos avanços para o Sistema

Único de Saúde (SUS); no âmbito da pandemia, não podemos deixar de citar a luta pela antecipação da segunda dose, pelas doses de reforços para os profissionais da Saúde e pela tão sonhada vacinação das crianças. Destarte, nossa Comissão abriu espaço para o debate das necessidades dos profissionais de saúde e assistência social. Presenciamos inúmeras vitórias, entre elas, o avanço no piso salarial da enfermagem e a aprovação do piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde.

Me estenderia por demais se fosse citar cada conquista do nosso Colegiado, foram inúmeras. Na verdade, fizemos dois anos em um. Foi um ano intenso, produtivo e principalmente de muita entrega para o Brasil. Encerramos nossa missão, na certeza de que fizemos um trabalho imprescindível na construção de um futuro melhor aos brasileiros, especialmente, nas áreas de saúde, família, previdência e assistência social. Finalmente, agradeço a cada um dos membros, que enfrentaram esta árdua jornada comigo e aos servidores e assessores, que foram incansáveis no apoio técnico e administrativo prestado a esta Comissão. Todo trabalho e êxito é mérito de cada um de vocês.

Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.

Presidente

II. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EM 2021

TITULARES



Adriana Ventura
(NOVO-SP)



Alan Rick
(DEM-AC)



Alexandre Padilha
(PT-SP)



Aline Gurgel
(REPUBLICANOS-AP)



André Fufuca
(PP-MA)



Benedita da Silva
(PT-RJ)



Carla Dickson
(PROS-RN)



Carmen Zanotto
(CIDADANIA-SC)



Célio Silveira
(PSDB-GO)



Chico D'Angelo
(PDT-RJ)



Chris Tonietto
(PSL-RJ)



Dr. Frederico
(PATRIOTA-MG)



Dr. Leonardo
(SOLIDARIEDADE-MT)



Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.
(PP-RJ)



Dr. Luiz Ovando
(PSL-MS)



Dr. Zacharias Calil
(DEM-GO)



Dra. Soraya Manato
(PSL-ES)



Dulce Miranda
(MDB-TO)



Eduardo Barbosa
(PSDB-MG)



Eduardo Costa
(PTB-PA)



Flávio Nogueira
(PDT-PI)



Francisco Jr.
(PSD-GO)



Geovania de Sá
(PSDB-SC)



Jandira Feghali
(PCdoB-RJ)



João Marcelo Souza
(MDB-MA)



Jorge Solla
(PT-BA)



Josivaldo JP
(PODE-MA)



Juscelino Filho
(DEM-MA)



Leandre
(PV-PR)



Luciano Ducci
(PSB-PR)



Márcio Labre
(PSL-RJ)



Mário Heringer
(PDT-MG)



Marreca Filho
(PATRIOTA-MA)



Marx Beltrão
(PSD-AL)



Miguel Lombardi
(PL-SP)



Misael Varella
(PSD-MG)



Osmar Terra
(MDB-RS)



Ossesio Silva
(REPUBLICANOS-PE)



Pastor Sargento Isidório
(AVANTE-BA)



Pedro Westphalen
(PP-RS)



Professora Dayane Pimentel
(PSL-BA)



Rejane Dias
(PT-PI)



Ricardo Barros
(PP-PR)



Robério Monteiro
(PDT-CE)



Roberto de Lucena
(PODE-SP)



Silvia Cristina
(PDT-RO)



Tereza Nelma
(PSDB-AL)



Vivi Reis
(PSOL-PA)

Suplentes



Adriano do Baldy
(PP-GO)



Afonso Hamm
(PP-RS)



Alcides Rodrigues
(PATRIOTA-GO)



Alex Santana
(PDT-BA)



André Janones
(AVANTE-MG)



Antonio Brito
(PSD-BA)



Arlindo Chinaglia
(PT-SP)



Celina Leão
(PP-DF)



Daniela do Waguinho
(MDB-RJ)



Danilo Cabral
(PSB-PE)



Delegado Antônio Furtado
(PSL-RJ)



Diego Garcia
(PODE-PR)



Dr. Jaziel
(PL-CE)



Edna Henrique
(PSDB-PB)



Eduardo da Fonte
(PP-PE)



Ely Santos
(REPUBLICANOS-SP)



Emidinho Madeira
(PSB-MG)



Fábio Mitidieri
(PSD-SE)



Felício Laterça
(PSL-RJ)



Flávia Moraes
(PDT-GO)



Giovanni Cherini
(PL-RS)



Heitor Schuch
(PSB-RS)



Henrique Fontana
(PT-RS)



Hiran Gonçalves
(PP-RR)



Idilvan Alencar
(PDT-CE)



Igor Timo
(PODE-MG)



Iracema Portella
(PP-PI)



Jaqueline Cassol
(PP-RO)



Jéssica Sales
(MDB-AC)



Jhonatan de Jesus
(REPUBLICANOS-RR)



João Campos
(REPUBLICANOS-GO)



José Rocha
(PL-BA)



Lauriete
(PSC-ES)



Liziane Bayer
(PSB-RS)



Lucas Redecker
(PSDB-RS)



Luiz Lima
(PSL-RJ)



Marco Bertaiolli
(PSD-SP)



Mariana Carvalho
(PSDB-RO)



Mauro Nazif
(PSB-RO)



Milton Coelho
(PSB-PE)



Olival Marques
(DEM-PA)



Padre João
(PT-MG)



Paula Belmonte
(CIDADANIA-DF)



Professor Alcides
(PP-GO)



Professora Dorinha Seabra
Rezende
(DEM-TO)



Ricardo Silva
(PSB-SP)



Valmir Assunção
(PT-BA)

III. APRESENTAÇÕES

Presença do Ministro da Cidadania

Data: 24/03/2021



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

O ministro da Cidadania, João Roma, admitiu à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados que a pasta estuda reforçar o Bolsa Família para assegurar renda mínima a um número maior de beneficiários logo após a nova rodada de pagamentos do auxílio emergencial, prevista para os meses de abril, maio, junho e julho deste ano.

“Há um estudo no ministério buscando o fortalecimento do Bolsa Família. Tenho conversado com diversos parlamentares, de situação e de oposição, inclusive pré-agendamos uma reunião no dia 29 de março com a Frente Parlamentar [Mista] de Renda”, disse Roma. “Vamos discutir e construir uma proposta de ampliação do programa, [...] para que, ao fim da última parcela do auxílio emergencial, no mês de julho, já consigamos, em agosto, implementar esses aperfeiçoamentos”, disse o ministro.

Autor do projeto que deu origem ao auxílio emergencial no ano passado, o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que sugeriu a vinda de Roma ao colegiado, questionou o ministro sobre a ideia de reformulação do Bolsa Família prevista no Projeto de Lei 6072/19, do qual o deputado é relator.

“Nesse relatório, nós também fizemos uma indicação de transição do auxílio emergencial”, disse Barbosa. “Indicamos uma transição que se desse em 10 meses, a partir da previsão original de R\$ 600, com desmame gradual de 10% ao mês. E, findado esse processo de transição, a migração para o Bolsa Família dependeria de enquadramento às novas regras do programa.

Em resposta, Roma declarou que o relatório já foi entregue a ele pela deputada Tabata Amaral (PDT-SP), autora do PL 6072/19 juntamente com outros 57 deputados. “Recebi o seu relatório. Ainda não pude esmiuçá-lo, mas sou um grande entusiasta da renda básica. Precisamos descobrir como avançar nesta política que é muito salutar”, disse Roma.

Auxílio Emergencial

Durante a reunião, o ministro destacou o papel do Congresso Nacional em abrir caminho para quatro novas parcelas de auxílio emergencial para 46 milhões de brasileiros neste ano. O auxílio, em 2021, foi viabilizado pela Emenda Constitucional 109, que autoriza o governo a reservar até R\$ 44 bilhões do Orçamento para pagar o benefício. Dias após a promulgação da emenda, o governo editou a Medida Provisória (MP) 1039/21, definido regras para o pagamento.

“Estamos confiantes em conseguir executar o pagamento desse auxílio emergencial, já agora em abril, de forma tranquila, transparente, evitando aglomeração, para que as famílias possam receber os recursos e amenizar o sofrimento diante da impossibilidade de irem buscar o próprio sustento”, disse Roma, que está no cargo há pouco mais de um mês.

Segundo a MP, pessoas em situação de vulnerabilidade que receberam o benefício em dezembro de 2020 terão direito a mais quatro parcelas mensais de R\$ 250 – valor que poderá ser maior (R\$ 375), no caso de mulher provedora de família monoparental, ou menor (150), na hipótese de família unipessoal.

Apesar do aceno ao Congresso, Roma, que é deputado federal licenciado, ouviu críticas de colegas deputados em relação aos valores do novo auxílio, considerados por eles insuficientes, e à redução do número de beneficiados neste ano.

"A proposta de novo auxílio exclui totalmente 28 milhões de famílias que receberam o benefício no ano passado. E olhe que a diferença de valor é grande”, destacou deputado Jorge Solla (PT-BA).

Em 2020, o governo federal pagou cinco parcelas de auxílio emergencial de R\$ 600 e quatro de R\$ 300. “Estamos aqui para ajudar o seu trabalho, ministro. Sua vida será muito melhor, sobretudo a do povo brasileiro, se tivermos a recuperação dos valores praticados no ano passado”, acrescentou o deputado Alexandre Padilha (PT-SP).

Roma reconheceu que “o valor está muito distante do que seria o ideal para aqueles que estão vivendo dificuldades”, mas, referindo-se à reunião entre os chefes de Poderes na última quarta-feira com o presidente Jair Bolsonaro, disse que o momento é de serenidade e cooperação. “O valor que foi disponibilizado foi de R\$ 44 bilhões. Poderíamos ter reduzido a quantidade de meses e o valor ficaria mais palatável, mas o momento é de serenidade”, disse o ministro.

Orçamento

Em resposta a outros deputados, Roma negou que o ministério esteja estudando reformular o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o CadÚnico (cadastro único para programas sociais). Ele, no entanto, pediu empenho dos parlamentares para aumentar as dotações do Ministério da Cidadania no Orçamento de 2021, que deve ser votado pelo Congresso nesta quinta-feira (25).

“Sabemos que há limitações, para colocar em uma área temos que retirar de outras, mas é o momento de nos sensibilizarmos para que a gente tenha as ferramentas para ajudar quem mais necessita”, concluiu.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Presença do Ministro de Estado da Saúde

Data: 31/03/2021

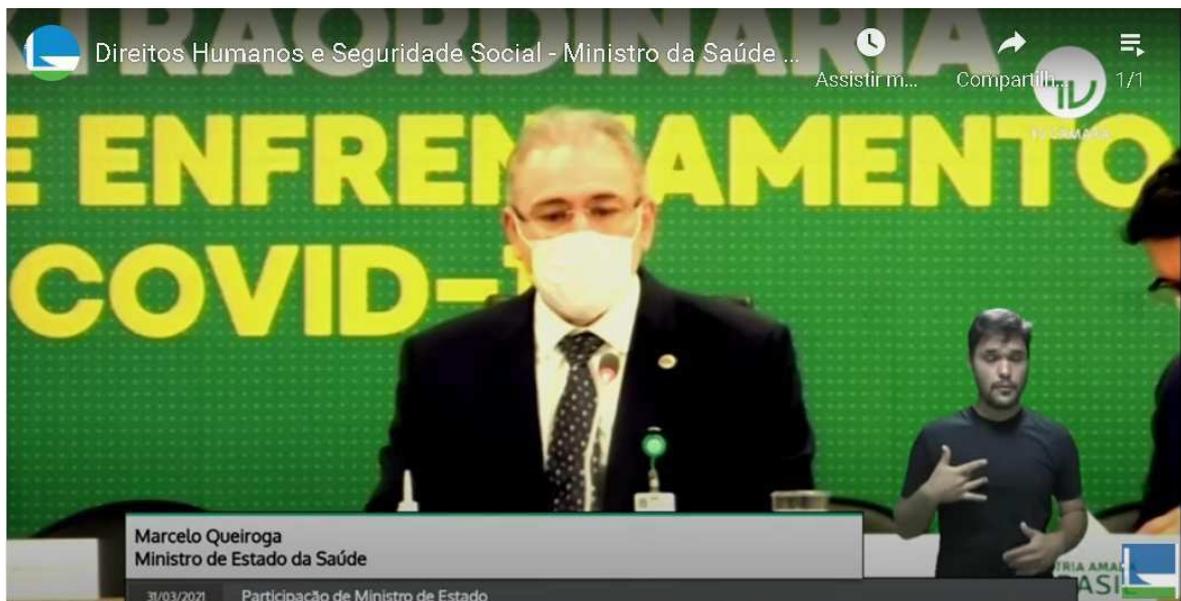


Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Há nove dias à frente do ministério da Saúde, o médico cardiologista Marcelo Queiroga surpreendeu diversos deputados ao afirmar que medidas sanitárias, como o isolamento social e o uso de máscaras, devem ser adotadas imediatamente pela população brasileira a fim de frear o aumento exponencial da curva de transmissão da Covid-19 no País.

“Precisamos baixar a curva [de contágio] e aí são as medidas sanitárias, para que medidas mais extremas, como esses fechamentos mais intensos, conhecidos em inglês como 'lockdown', não ocorram, até porque a população sabidamente não adere ao 'lockdown'”, disse ele, conclamando os brasileiros a não promoverem festas ou reuniões no feriado da Semana Santa. “Não há o que comemorar com a nossa sociedade tão fragilizada.”

O novo ministro ressaltou que teria autonomia no comando da pasta e prometeu uma atuação mais próxima da comunidade científica, das secretarias estaduais e municipais de saúde e da imprensa. “Para que todos possamos falar a mesma língua e levar uma mensagem uniforme para a sociedade”, destacou.

Primeiro vice-presidente da Câmara, o deputado Marcelo Ramos (PL-AM) disse que o novo ministro renova as esperanças do povo brasileiro por uma condução mais coordenada com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e com a ciência médica, mas fez um apelo para que Queiroga explique ao presidente Jair Bolsonaro que "isolamento social não é pra resolver o problema da pandemia e sim para evitar o colapso do sistema de saúde”.

“O presidente Bolsonaro acabou de dar uma declaração dizendo que o isolamento não resolve o problema”, disse Ramos, referindo-se a fala do presidente da República logo após a primeira reunião do comitê formado por governo e Congresso para discutir ações na pandemia. “Nenhuma nação se sustenta por muito tempo com esse tipo de política [de isolamento social]”, disse Bolsonaro, após a reunião da qual participaram Queiroga e os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco.

Quarto ministro a assumir a pasta desde o início da pandemia, Queiroga foi ouvido em reunião conjunta das comissões de Seguridade Social e Família; e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Ele substituiu o general Eduardo Pazuello.

O convite foi sugerida pelos deputados Flávia Morais (PDT-GO), Adriana Ventura (Novo-SP), Vivi Reis

(Psol-PA), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Bira do Pindaré (PSB-MA) para debater as ações do governo federal no combate à Covid-19.

Vacinas

Queiroga reiterou o compromisso da posse de vacinar 1 milhão de pessoas por dia no mês de abril, e respondeu a diversas perguntas de deputados sobre a habilitação de mais leitos para pacientes com Covid-19 e sobre o novo posicionamento do ministério em relação ao isolamento social e ao chamado Kit Covid, que inclui medicamentos como cloroquina, ivermectina e azitromicina, considerados, pela ciência, ineficazes no enfrentamento do coronavírus.

Os deputados Carlos Veras (PT-PE), presidente da Comissão Direitos Humanos e Minorias; Adriana Ventura (Novo-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Marx Beltrão (PSD-AL) questionaram o ministro sobre o cronograma de aplicação de vacinas. “Sabemos que hoje 38% dos pacientes em UTI têm menos de 44 anos, em função da nova variante P1. Não nos contentamos em dizer que temos 500 milhões de doses, porque precisamos vacinar os jovens até junho e julho, senão teremos uma terceira onda no País”, alertou Feghali.

Segundo Queiroga, o governo já contratou 562 milhões de doses de vacinas, que são entregues conforme um cronograma pré-estabelecido. “Estamos buscando formas de antecipar a entrega das 130 milhões de vacinas da Pfizer, que têm entrega prevista para o segundo semestre, para que possamos ampliar a velocidade da vacinação”, disse.

Até aquele momento, segundo ele, os estados já haviam recebido cerca de 35 milhões de doses, das quais 18 milhões já tinham sido aplicadas. “Até sábado, nós vamos entregar mais 11 milhões de doses”, disse Queiroga, que esperava cumprir a meta de 1 milhão de doses aplicadas por dia em abril.

Tratamento precoce

Diversos deputados indagaram incisivamente o ministro sobre qual será a orientação do Ministério da Saúde em relação ao tratamento precoce com o chamado "Kit Covid". De acordo com o ministro, o governo estudava um novo protocolo assistencial para a Covid-19, em parceria com o Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos e sociedades científicas.

“Vamos deixar que médicos, pesquisadores e autoridades sanitárias definam um protocolo claro. Esse protocolo será colocados para os médicos”. Queiroga ressaltou, no entanto, que o protocolo não impedirá os médicos de receitarem medicamentos off-label (com indicação divergente na bula). “Muitos outros medicamentos são prescritos mesmo sem a indicação na bula. Os médicos têm que ter autonomia para exercer a medicina, isso vem de Hipócrates [grego considerado o pai da medicina]”, concluiu.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Presença do Ministro de Estados de Relações Exteriores

Data: 19/05/2021



Gustavo Sales - Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família recebeu nesta quarta-feira o ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França. Ele comentou as declarações do embaixador do Brasil na França, Luis Fernando Serra, que criticou a atuação dos governos de esquerda no Brasil pela falta de investimentos na área de saúde.

A presença do Ministro é decorrente da aprovação dos requerimentos de ns.112/2021 e 133/2021, ambos de autoria do Deputado Alexandre Padilha (PT/SP).

O ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, afirmou que a grande preocupação do Itamaraty no combate à pandemia de Covid-19 tem sido a baixa oferta de vacinas. Em resposta a parlamentares, ele também ressaltou a posição de equilíbrio do governo brasileiro no conflito entre israelenses e palestinos, além de destacar a autonomia dos chefes das missões diplomáticas do País no exterior.

O convite para a audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados nesta quarta (19) foi motivado por declarações do embaixador do Brasil na França, Luís Fernando Serra, à imprensa internacional. O diplomata falou a jornalistas sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da autonomia de estados e municípios no enfrentamento da crise sanitária e sobre a superlotação de hospitais.

Autor dos requerimentos para a audiência, o deputado Alexandre Padilha (PT-SP) questionou o titular das Relações Exteriores.

“Se é uma orientação do Itamaraty a difusão de fake news a respeito de uma decisão da Suprema Corte brasileira e se é uma orientação do Itamaraty que os embaixadores, ao serem questionados da situação da pandemia hoje no Brasil, coloquem a responsabilidade nos ‘ditos’ 24 anos de governos de esquerda”, indagou Padilha.

Exagero retórico

O chanceler Carlos França classificou as relações entre Brasil e França como estratégicas e salientou a cooperação entre os dois países nas áreas comercial, acadêmica e cultural, além da discussão de temas multilaterais, como as mudanças climáticas. Ele defendeu o trabalho do embaixador Luís Serra e acrescentou que faz parte das atribuições dos chefes das missões diplomáticas o contato com a imprensa.

“Eu acho que o ânimo é sempre de acertar. Se houve ali algum exagero retórico, alguma coisa, acho que sempre é a avaliação do embaixador nesse momento que conta, pelo fato de ele poder estar ali no calor daquele momento”, disse.

Oriente Médio

Vários parlamentares criticaram a gestão do ex-ministro Ernesto Araújo, referindo-se também ao depoimento dele à CPI da Pandemia, no Senado. Eles cobraram do atual chanceler uma posição sobre o conflito entre Israel e Palestina e ouviram que o Brasil tem boas relações tanto com o governo israelense quanto com o mundo árabe.

“Ressaltamos aí a importância do direito israelense à autodefesa, dentro dos princípios da carta da ONU, e também, claro, o que pedimos é o imediato cessar-fogo, o imediato fim das hostilidades”, observou o ministro.

Doses excedentes

Os deputados também quiseram detalhes sobre a atuação do Itamaraty no combate à pandemia. O ministro das Relações Exteriores explicitou a preocupação com a nova cepa indiana da Covid-19 e disse estar em permanente contato com a Organização Mundial de Saúde (OMS), que vê no Brasil um líder natural no enfrentamento ao novo coronavírus na região.

O chanceler espera que o País seja beneficiado com parte das 200 milhões de doses excedentes dos Estados Unidos. Ele apontou como um grande problema, em relação à vacinação, a falta de continuidade no recebimento de insumos e de vacinas.

“Nem os contratos privados, nem países como a Europa têm conseguido obter a quantidade de vacina contratadas. A Astrazeneca previa, no mês passado, fazer uma entrega trimestral de 180 milhões de vacinas à Europa, conseguiu entregar apenas 70 milhões”, disse.

IFA e patentes

Na audiência, a deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) fez um pedido como relatora da comissão externa da Câmara que acompanha as ações contra a Covid-19.

“Que a gente possa, cada vez mais, estreitar as relações e defender todo o IFA [Ingrediente Farmacêutico Ativo], tanto o da Índia quanto o da China, para que a gente possa ter o maior número de doses de vacinas do Instituto Butantan e da Fiocruz para a nossa população brasileira”, declarou.

O chanceler Carlos França também foi questionado por alguns parlamentares sobre a adesão a um movimento internacional pela suspensão temporária de patentes de vacinas, mas afirmou que o governo não concorda com essa iniciativa.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Presença do Ministro de Estado da Saúde

Data:14/07/2021



Pablo Valadares - Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados recebe nesta quarta-feira (14) o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. A ideia é discutir o enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil.

O debate atende a requerimentos dos deputados Vivi Reis (Psol-PA), David Soares (DEM-SP) e Alexandre Padilha (PT-SP). Em depoimento à CPI da Pandemia, no Senado, Queiroga afirmou que a meta é vacinar toda a população adulta do País, ou seja, 160 milhões de pessoas, até dezembro.

O ministro Marcelo Queiroga pediu apoio aos integrantes da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara nesta quarta-feira (14) para garantir recursos orçamentários em 2022 para o enfrentamento das consequências da pandemia do novo coronavírus.

Segundo ele, o Orçamento do Ministério da Saúde em 2021 é o maior dos últimos anos (R\$ 169 bilhões). Queiroga afirmou que, apesar da emenda constitucional que limita o teto de gastos, a área da Saúde foi preservada neste ano.

Apesar disso, o ministro afirmou que os recursos ainda são insuficientes, lembrando que não há, para 2021, verbas para investimentos em ações do Ministério da Saúde. Ele se preocupa com as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento de pacientes com sequelas da Covid-19 daqui para a frente.

“Os problemas pós-Covid afetam os indivíduos que têm sua condição de saúde preservada e afetam indivíduos com comorbidades, como doenças cardiovasculares e câncer, entre outras. Há ainda consequências graves de indivíduos que se recuperaram de intubações”, explicou Queiroga.

Números da Covid

Marcelo Queiroga comemorou a redução da média móvel de casos e mortes por Covid, a distribuição de 147 milhões de doses de vacinas e a média alcançada, em junho, de 1 milhão de vacinas aplicadas

por dia. Ele lembrou que há 600 milhões de doses contratadas e reiterou a expectativa de que, até o final do ano, toda a população maior de 18 anos esteja vacinada.

O titular da pasta da Saúde também destacou as negociações para a antecipação da entrega de vacinas por parte das farmacêuticas e anunciou que, entre julho e agosto, o País vai receber 100 milhões de doses. Na audiência pública, os parlamentares questionaram as suspeitas de irregularidades no contrato com a vacina indiana Covaxin e a quantidade de doses acertadas por meio do consórcio Covax Facility.

Distribuição das vacinas

O deputado Jorge Solla (PT-BA) cobrou uma melhor distribuição das doses entre os estados, de acordo com critérios demográficos. “Nós temos estados que receberam doses suficientes para vacinar 53% num extremo e, no outro extremo, estados que já receberam doses suficientes para vacinar 82,6% ou até mesmo 101%. Rondônia e Tocantins já receberam vacinas suficientes para toda a população”, observou.

O ministro da Saúde informou que essa logística é definida em negociações entre União, estados e municípios. Ele aproveitou para pedir que os parâmetros do Programa Nacional de Imunização (PNI) sejam levados em conta para decisões como a inclusão de novos grupos prioritários na vacinação.

Segunda dose

O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), sugeriu a antecipação do prazo para a segunda dose de alguns imunizantes que já estejam disponíveis.

O ministro Marcelo Queiroga, no entanto, colocou em dúvida a eficiência desta medida. “Não há evidência de que, se encurtar o espaço entre doses, vai prover mais eficácia no combate a eventuais variantes do vírus. Não há um consenso na ciência a respeito disso. Pelo contrário, o que eu tenho visto são os pesquisadores da vacina Astrazeneca dizerem que o espaçamento garante mais eficácia dessas vacinas”, disse Queiroga.

Durante a audiência, Queiroga também anunciou uma estratégia de testagem para detectar o novo coronavírus em indivíduos assintomáticos. O sistema está em fase de finalização e deve atingir 20 milhões de pessoas por mês, utilizando locais como estações de metrô e terminais rodoviários.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Presença do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações

Data: 27/09/2021



Cleia Viana - Câmara dos Deputados

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, disse à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados que o País deve retomar, no próximo dia 1º de outubro, a produção de radiofármacos – substâncias usadas no diagnóstico e no tratamento do câncer.

Pontes, no entanto, fez um alerta aos deputados: sem a aprovação, pelo Congresso Nacional, de créditos suplementares da ordem de R\$ 89,7 milhões para reforçar o caixa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCT&I), novas paralisações, como a que teve início no último dia 20, poderão ocorrer até o fim do ano.

Durante a audiência pública, o ministro reconheceu que, em caráter emergencial, o próprio ministério foi obrigado a remanejar R\$ 19 milhões de outras despesas para reforçar o caixa do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), que depende da compra de insumos importados para produzir os radiofármacos no País. "Eu transferei R\$ 19 milhões para poder suprir o Ipen com os insumos para retomar a produção, mas isso só dura duas semanas", alertou.

Segundo Pontes, o Ministério da Economia foi alertado, ainda em 2020, de que o orçamento previsto para o Ipen neste ano era insuficiente. "Faltaram recursos para importação e produção de radiofármacos", admitiu. "A parada causa o desabastecimento na rede hospitalar, afetando cerca de 700 mil procedimentos de medicina nuclear", disse.

O ministro fez um apelo aos deputados para que aprovem com urgência o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 16/21, que já está em tramitação e destina R\$ 34 milhões para despesas do MCT&I para a produção de radiofármacos. Ele disse ainda que um novo projeto, prevendo outros R\$ 55 milhões para a mesma finalidade, deverá ser encaminhado ao Congresso em breve.

Atrasos

Pontes argumentou ainda que a aprovação tardia do Orçamento federal para este ano – em abril – e o atraso de um mês na aprovação do PLN/16 – apresentado em 27 de agosto – também contribuíram para a suspensão da produção dos insumos contra o câncer. "Nós tínhamos pedido aumento de recursos e, além de não vir o aumento, tivemos o orçamento reduzido", afirmou.

Os deputados Alexandre Padilha (PT-SP) e Paulo Pimenta (PT-RS), que sugeriam a vinda de Pontes, rebateram o que consideraram uma tentativa do ministro de dividir com o Legislativo a culpa pela interrupção na produção de radiofármacos.

"Quando o Congresso votou [o Orçamento] neste ano, em nenhum momento o líder do governo no Congresso, que conduz a votação da proposta, o ministro da Casa Civil ou da Economia reconheceram que isso poderia acontecer", contestou Padilha. "O senhor está cobrando do Congresso, mas o governo demorou mais de cinco ou seis meses para reconhecer o problema e enviar o PLN para cá", acrescentou.

Paulo Pimenta demonstrou surpresa com o fato de o governo ter tomado conhecimento da insuficiência orçamentária do Ipen e não ter tomado medidas com mais rapidez. "Fico espantado que uma matéria como essa, da qual o governo tem conhecimento desde o começo do ano, não tenha provocado, por parte de suas representações no Congresso, nenhuma iniciativa. Tanto que nós estamos ouvindo pela primeira vez isso hoje", afirmou o parlamentar.

A deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), que presidiu os trabalhos na comissão, destacou ainda que a votação do PLN 16/21 depende também da vontade dos líderes do governo nas duas Casas legislativas. Segundo a deputada, o governo poderia ter priorizado a votação da proposta ainda nesta semana. "O governo tem, sim, condições de já ter pautado esse PLN antes da data de hoje".

Em resposta aos deputados, Pontes disse que para 2022 o governo já trabalha com o orçamento "adequado" para a produção dos radiofármacos. Ele defendeu ainda a aprovação de uma alteração na legislação que garanta ao Ipen receber diretamente, sem passar pela conta única do Tesouro Nacional, parte dos recursos arrecadados com a venda de radiofármacos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Presença do Ministro de Estado da Defesa

Data: 19/10/2021



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou audiência pública na terça-feira (19) com a presença do ministro da Defesa, Walter Braga Netto, para prestar esclarecimentos sobre a paralisação do Programa Emergencial de Distribuição de Água, conhecido como Operação Carro-Pipa.

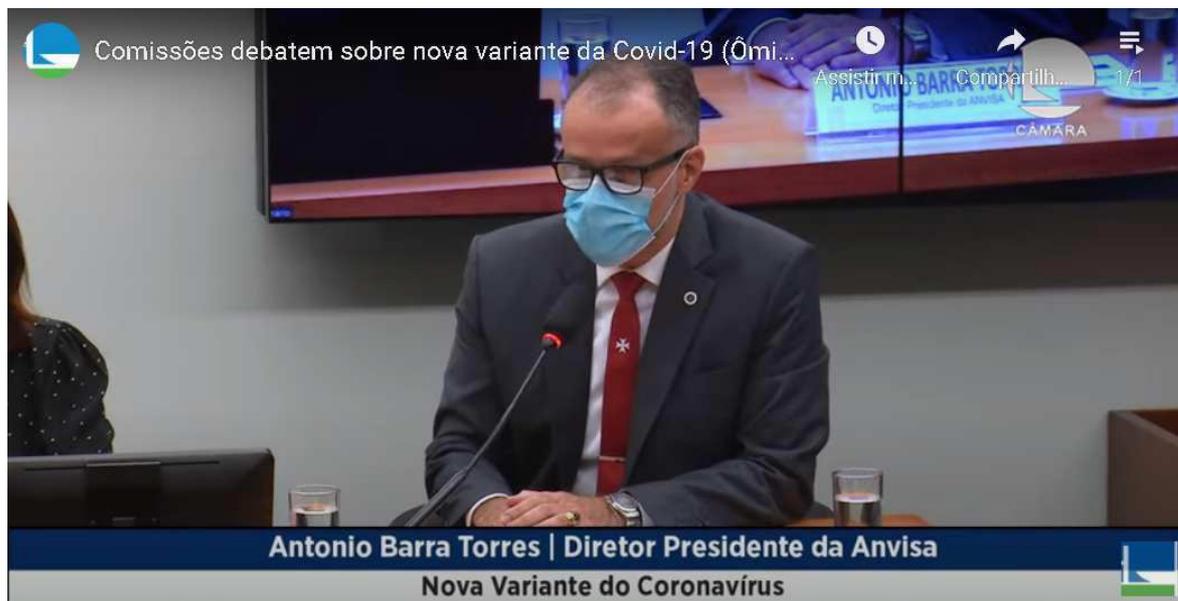
O deputado Danilo Cabral (PSB-PE), que pediu a audiência, lembra que pelo menos 98 dos 184 municípios de Pernambuco tiveram situação de emergência decretada por causa da estiagem. Segundo ele, o Programa Emergencial de Distribuição de Água, que é executado em toda a região rural do semiárido, abrangendo os estados do Nordeste e parte de Minas Gerais e Espírito Santo, torna-se a única alternativa para o abastecimento de água potável para a população residente nessa região.

"A despeito do cenário de gravíssima escassez hídrica em todo o País, com contornos ainda mais dramáticos para a região do semiárido brasileiro, o governo federal anunciou a suspensão do programa, conforme noticiado pelo Portal G1, em 26 de agosto de 2021. Ressalte-se que tal medida pode levar à privação do acesso a água potável para o consumo humano há milhões de brasileiros", alertou o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Presença do Diretor Presidente da Anvisa

Data:15/12/2021



Portal da Câmara dos Deputados

Representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde e virologistas que participaram de audiência pública na Câmara dos Deputados na quarta-feira (15) destacaram a vacinação como principal eixo no enfrentamento da Covid-19, inclusive no que diz respeito à variante ômicron do novo coronavírus. A imunização, ressaltaram, deve ser combinada com outras medidas, como uso de máscara, distanciamento social e higienização das mãos.

A variante ômicron, detectada pela primeira vez na África do Sul, acendeu o alerta entre autoridades de saúde de todo o mundo, em razão de uma possível maior capacidade de transmissão e de risco de reinfecção pela cepa.

O debate foi realizado pela Comissão de Seguridade Social e Família, com a participação da comissão externa destinada a acompanhar o enfrentamento à pandemia no Brasil, a pedido da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC).

“O que se imagina dessa nova variante com a cobertura vacinal que temos no País, o que precisamos fazer ainda?”, indagou a parlamentar. “Não só nas medidas de cobertura vacinal, mas também na manutenção dos procedimentos e dos cuidados não farmacológicos, como o uso da máscara e o distanciamento, em especial porque estamos entrando nas festividades de Natal e de Réveillon”, acrescentou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

IV. EVENTOS

A Comissão de Seguridade Social e Família, no ano de 2021, realizou 94 eventos: 90 audiências públicas, 2 seminários, 1 visita técnica e 1 missão oficial; com o intuito de discutir temas relevantes para a sociedade brasileira.

Audiências Públicas

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para discutir o tratamento dos pacientes que possuam sequelas provocadas pela covid-19, destacadamente os que apresentam sequelas grave

Data da reunião: 19/04/2021

Requerimento Cldoso nº 9 e Requerimento CSSF nº45, da Deputada Flávia Morais



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

Profissionais de saúde e gestores públicos apontaram a necessidade de mudanças no sistema de saúde para que o País possa atender aos pacientes de Covid-19 que tiveram sequelas. Na audiência pública, eles afirmaram que as consequências do novo coronavírus para a população ainda não são totalmente conhecidas, mas que, seguramente, o tratamento vai além da alta hospitalar.

Autora do requerimento, a deputada Flávia Morais (PDT-GO) salientou que as providências para o atendimento dos pacientes com algum problema decorrente da infecção pelo coronavírus têm de receber mais atenção.

“Muitas vezes a atenção hoje, de forma importante, decorre do tratamento de urgência, da necessidade da vacina, mas nós temos aí uma grande parte dos pacientes que saem da Covid com sequelas, que precisam de acompanhamento e que, infelizmente, estão sem nenhuma assistência, nenhum acompanhamento”, disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Angelo Roberto Gonçalves (Coordenador Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde)
- Carla Pintas Marques (Doutora em Saúde Coletiva e Professora da Faculdade de Medicina - UnB)
- Matheus França (Médico-Cardiologista do Hospital Sírio Libanês)
- Domingos Sávio de Matos (Médico Infectologista, Representante do Conselho Federal de Medicina e Diretor Clínico do Hospital de Roraima)
- Juliana Paiva (Médica Especialista em Doenças Infectuosas e Parasitárias e Professora da Faculdade de Medicina - Universidade de Brasília)
- Jurandi Frutuoso (Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS)
- Maíra Batista Botelho (Diretora do Departamento de Atenção Especializada à Saúde - Ministério da Saúde)
- Oseas Moura (Presidente da Sociedade Brasileira de Fisioterapia)
- Sâmara Morais (Médica Geriatra do Hospital Sírio Libanês)

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para debater valores de custeio da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde destinada às pessoas com deficiência

Data da reunião: 20/04/2021

Requerimento CDP nº 10 e Requerimento CSSF nº 72, da Deputada Rejane Dias



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

O pedido para realização da audiência foi da presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, deputada Rejane Dias (PT-PI). Ela destacou que a tabela do SUS para esses serviços não é atualizada desde 2012.

Rejane apontou que a defasagem é superior a 60% no valor original do custeio dos Centros Especializados em Reabilitação (física, visual e intelectual); superior a 105% nas Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (reabilitação física); e de 86,05% nos valores das Órteses, Próteses e Materiais Especializados (reabilitação visual, cegueira e baixa visão).

A deputada considera a atualização das tabelas "essencial para viabilizar a continuidade do atendimento e entrega dos equipamentos com o padrão de qualidade do SUS".

Convidados:

- Angelo Roberto Gonçalves (Coordenador Geral da Saúde da Pessoa com Deficiência do MS - Ministério da Saúde)
- Deputada Federal Tereza Nelma (Coordenadora da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa das Pessoas com Deficiência)
- Telmo Silva Hoelz (Superintendente da Associação Fluminense de Reabilitação, representando a Associação das Instituições do Terceiro Setor de Niterói)
- Priscilla Roberta Gaspar De Oliveira (Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência)
- Marco Antônio Castilho Carneiro (Presidente do CONADE - Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência)
- Dra. Alice Rosa (Superintendente Clínica, e Emanuel Salvador Toscano, Superintendente de Operações, representando a AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente)

Audiência Pública para debater a concessão das licenças não-voluntárias prevista na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Data da reunião: 29/04/2021

Requerimento nº 09, da Deputada Jandira Feghali



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que propôs a realização da audiência, observou que é fundamental que se discuta a concessão das licenças não-voluntárias, também conhecidas como quebra de patentes, para facilitar o acesso a vacinas, medicamentos, diagnósticos, dispositivos, suprimentos e outras tecnologias úteis para a vigilância, prevenção, detecção, diagnóstico e tratamento de pessoas infectadas pelo novo coronavírus no Brasil.

Convidados:

- Felipe Carvalho (Coordenador da Campanha de Acesso a Medicamentos Médicos Sem Fronteira)
- Francisco Viegas Neves da Silva (Regional Policy Advocacy Adviser Drugs for Neglected Diseases Initiative – DNDI)
- Gabriel Leonardos (Vice-Presidente Associação Brasileira de Propriedade Industrial - ABPI)

- Jorge Bermudez (Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ)
- Paula Forgioni (Professora titular e Chefe do Departamento de Direito Comercial da Faculdade de Direito - USP)
- Pedro Villardi (Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual – GTPI)
- Ronald dos Santos (Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos)

Audiência Pública para debater a portaria GM/MS nº 3.712, de 22 de dezembro de 2020, que institui incentivo financeiro federal de custeio para fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do câncer no SUS

Data da reunião: 03/05/2021

Requerimento nº 60, do Deputada Tereza Nelma



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Tereza Nelma (PSDB-AL) tinha o objetivo de informar representantes dos estados e municípios e a sociedade civil sobre a disponibilidade de recursos para ações de prevenção, detecção precoce e controle de câncer durante a pandemia. Uma portaria de dezembro do ano passado institui incentivo financeiro no montante de R\$ 150 milhões para essas ações.

Nelma destacou dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) que mostram a redução dos procedimentos eletivos, incluindo o rastreamento de câncer. "Foram suspensos em 41% dos países pela necessidade de priorização das urgências e redução do risco de disseminação do novo coronavírus nos serviços de saúde. Por isso, foi instituído em caráter excepcional e temporário o incentivo financeiro federal de custeio para essas ações de prevenção ao câncer", explicou a deputada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Leonardo Moura Vilela (Assessor Parlamentar do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS)
- Hisham Mohamad Hamida (Diretor do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS)
- Maira Batista Botelho (Diretora do Departamento de Atenção Especializada – Ministério da Saúde)

Audiência Pública para debater os riscos de morte por choque anafilático em decorrência da vacinação contra a Covid-19

Data da reunião: 06/05/2021

Requerimento nº 28, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.



Foto: Will Shutter/Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública na quinta-feira dia 6 sobre o risco de morte por choque anafilático causado pela vacinação contra Covid-19.

A reunião ocorreu no plenário 7, às 14 horas, com transmissão interativa. O pedido para o debate foi do presidente do colegiado, deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Emanuel Sávio Cavalcanti Sarinho (Presidente da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia)
- Faradiba Saquis Serpa (Diretora de Políticas de Saúde da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia)
- Norma de Paula Rubin (Diretora Científica da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia)

Audiência Pública para debater a importância do tratamento Precoce contra o COVID -19

Data da reunião: 07/05/2021

Requerimento nº 43, do Deputado Giovanni Cherini



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Giovanni Cherini (PL-RS) lembrou que, para os médicos que defendem o tratamento precoce, os pacientes acolhidos desde os primeiros sintomas "têm a evolução da doença acompanhada sistematicamente, sendo cada uma de suas fases tratada o mais precocemente possível, obtendo-se, dessa forma, melhores resultados".

Para ele, "é necessário atacar o vírus já na fase inicial da doença, usando remédios simples e baratos, como drogas antivirais, anti-histamínicas, anti-inflamatórias, antiparasitários e anticoagulantes, sempre acompanhado do médico e preservando a relação médico-paciente".

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Dra. Raissa Soares (Médica)
- Dr. Francisco Cardoso (Médico)
- Dra. Lucy Kerr (Médica)
- Dra. Roberta Lacerda (Médica)
- Dr. Eduardo Leite (Médico)
- Doutora Ilka Boin (Professora da UNICAMP)
- Dr. Paulo Porto (Médico)
- Dra. Lília Nigro Maia (Médica)

Audiência Pública para tratar sobre a prescrição médica eletrônica

Data da reunião: 10/05/2021

Requerimento nº 27, da Deputada Adriana Ventura



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) é autora do Projeto de Lei 1998/20 sobre telemedicina e avalia que um dos desafios para essa modalidade de atendimento é a emissão da receita médica eletrônica.

Com a audiência, a deputada propôs o debate sobre as possibilidades, futura regulamentação e condições necessárias para o uso da prescrição eletrônica. "Entendemos que a institucionalização da prática da telemedicina é mudança que veio pra ficar, não só como resposta para tempos de crise, mas também como atividade presente no dia a dia da sociedade", destacou Ventura.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Moema Luisa Silva Macedo (Coordenadora de Controle e Comércio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa)
- Hideraldo Luis Souza Cabeça (Representante do Conselho Federal de Medicina (CFM))
- Jacson Venâncio de Barros (Diretor do Departamento de Informática do SUS – Ministério da Saúde)
- Renato Alencar Porto (Diretor-Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias – ABRAFARMA)
- Josélia Cintya Quintão Pena Frade (Representante do Conselho Federal de Farmácia – CFF)
- Renata Zobaran (Diretora da Saúde Digital Brasil)

Audiência Pública para debater a prorrogação dos contratos do Projeto Médicos pelo Brasil (Programa Mais Médicos)

Data da reunião: 13/05/2021

Requerimento nº 76, do Deputado Jorge Solla

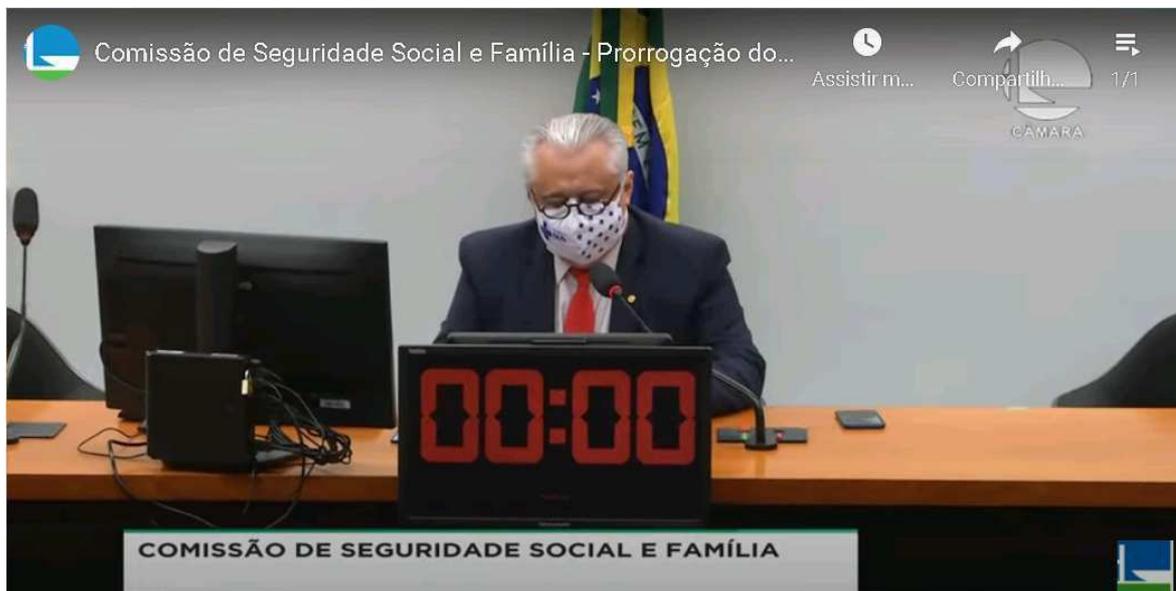


Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados – Dep. Odorico Monteiro na foto.

O deputado Jorge Solla (PT-BA), autor do requerimento, alertou para o encerramento dos contratos de centenas de médicos em julho. Para o deputado, uma das alternativas para evitar o esvaziamento das Unidades Básicas de Saúde seria a renovação desses contratos em caráter emergencial.

"Vivemos uma tragédia sanitária sem precedentes neste século, cujo número de mortos por dia é ultrapassado rapidamente. Sobrecarregado, o sistema de saúde enfrenta a falta de leitos, medicamentos e profissionais treinados. Nesse contexto da pandemia, o médico com certeza é um profissional importantíssimo na equipe de Atenção Primária", justificou Jorge Solla. Ele lembrou ainda que esses profissionais já atuam há seis anos nos municípios.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Renata Maria De Oliveira Costa (Diretora do Departamento de Saúde da Família - Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde)
- Estevam Rivello Alves (Representante do Conselho Federal de Medicina – CFM)
- Mauro Junqueira (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS)
- Maria José Evangelista (Consultora em Atenção Primária do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS)

Audiência Pública para debater as alterações no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico

Data da reunião: 14/05/2021

Requerimento nº 51, do Deputado Eduardo Barbosa



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que pediu a audiência, disse que o governo planeja reduzir custos com as políticas de proteção social, promovendo o auto cadastramento por meio de aplicativos para celular.

Segundo ele, também discute-se mudar o paradigma de programas assistenciais para programas de aumento da renda. "Isso implicará no desmonte de toda uma rede socioassistencial organizada a partir desta base de dados, e no esvaziamento do papel dos municípios no cadastramento de novos beneficiários de programas sociais", observou o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Angéla Amélia Soares Faddoul (Diretora do Departamento do Cadastro Único da Secretaria de Cadastro Único - Ministério da Cidadania)
- Tereza Campello (Eis ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)
- Elias de Sousa Oliveira (Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS)

Audiência Pública para discutir “Abuso Sexual Infantil e a Família”

Data da reunião: 17/05/2021

Requerimento nº 52, do Deputado Roberto Alves



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

O evento foi realizado em conjunto com a Frente Parlamentar contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O deputado Roberto Alves (Republicanos-SP), um dos autores do pedido para realização da audiência, disse que, segundo dados do governo federal, mais de 70% dos crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes registrados pelo Disque 100 nos últimos meses foram cometidos na casa das vítimas, no ambiente familiar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Simone Maria Pereira da Silva (Delegada-Chefe da Delegacia da Proteção à Criança e Adolescente)
- Analícia Martins de Sousa (Conselho Nacional de Psicologia)
- Adriana Mendes (Coletivo Mães na Luta)
- Marta Volpi (Fundação Abrinq)
- Maria Leolina Couto Cunha (Diretora do Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Ingrid Leão (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM/Brasil)
- Daniele De Sousa Alcântara (Coordenação Geral de Política para Sociedade - Ministério da Justiça e Segurança Pública)
- Angela Gandra (Secretária Nacional da Família - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)

Audiência Pública com o tema “Família e Desenvolvimento Social”, com foco nos temas trabalho e tributação da família

Data da reunião: 20/05/2021

Requerimento nº 113, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.



Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

A audiência foi proposta pelo deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ). Segundo ele, a pandemia de Covid-19 ressaltou as desigualdades sociais e mostrou a necessidade de se promover ações estruturais permanentes que subsidiem a recuperação econômica das famílias e cumpram com o dever do Estado de promover a tutela às famílias.

"É oportuno também avaliar as consequências da pandemia para a renda das famílias, isto é, seu impacto na renda do trabalho, a inflação efetiva percebida nos domicílios e as consequências para a desigualdade social", observou o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Heleno Taveira Torres (Universidade de São Paulo – USP)
- Felipe Salto (Diretor Executivo do Instituto Fiscal Independente - Senado Federal)
- Lorreine Messias (Representante do Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER)
- Rodolfo Canonico (Representante da Associação de Desenvolvimento da Família (ADEF) - Family Talks)

Audiência Pública para debater sobre alimentação em tempo de COVID-19

Data da reunião: 21/05/2021

Requerimento nº 91/2019, do Deputado Padre João



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

Entidades da sociedade civil organizada voltadas para a segurança alimentar alertaram para o crescimento da pobreza e da fome neste período de pandemia do coronavírus. Na audiência pública, foi apresentado um levantamento com números do final de 2020 mostrando que 19 milhões de brasileiros estão em situação grave em relação ao acesso à alimentação.

Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar em Contexto de Covid revelam que 55,2% da população brasileira sofrem alguma ameaça ao direito aos alimentos. A situação mais severa atinge a mesma parcela vítima da extrema pobreza, principalmente mulheres chefes de família, pretas ou pardas, com baixa escolaridade e trabalho informal.

Os debatedores ressaltaram que, além do acesso, é preciso garantir alimentação de qualidade, que eles chamaram de “comida de verdade”. Janine Giuberti, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), salientou o crescimento de consumo de alimentos ultraprocessados durante a pandemia na faixa etária entre 45 e 55 anos, o que aumenta o risco de depressão, câncer e morte prematura.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Ana Maria Segall (Representante da REDE Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – REDE PENSSAN)
- Janine Giuberti (Coordenadora do Programa de Alimentação Adequada e Saudável do Idec)
- Nayara Côrtes Rocha (Representante da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas – FIAN/Brasil)
- João Dornellas (Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos – ABIA)
- Mariana Santarelli (Representante e Relatora Nacional para o Direito Humano à Alimentação da Plataforma DHESCA e Núcleo Executivo do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da FOME)
- Edjane Rodrigues (Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG)
- Claudeilton Luiz (Movimento dos Pequenos Agricultores)
- Jean Pierre (Coordenador da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais – CPCE)
- Paula Johns (Diretora Geral e Representante da Aliança de Controle do Tabagismo - ACT)

Promoção da Saúde)

Audiência Pública para debater a atual situação e as medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do estado de Minas Gerais

Data da reunião: 24/05/2021

Requerimento nº 77, dos Deputados Dr. Frederico, Mário Heringer, Eduardo Barbosa, Padre João, Igor Timo, Emidinho Madeira, André Janones, Misael Varella



Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

O deputado Dr. Frederico (Patriota-MG), um dos autores do requerimento para realização da audiência, lembrou que, levando-se em conta a média dos 10 municípios mais populosos de Minas Gerais, que reúnem 6,5 milhões de habitantes, quase um terço do estado, o ritmo de mortes diário foi 74% mais acelerado em 2021 do que entre junho e dezembro de 2020.

"A despeito dos exaustivos esforços [do governo estadual], as projeções de especialistas revelam que o panorama vindouro ainda é o recrudescimento do estado pandêmico, com a elevação do número de casos de transmissão e de óbitos, com o contínuo nível elevado de ocupação de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) e de leitos clínicos no sistema de saúde público e privado mineiro, com o iminente risco de desabastecimento de medicamentos, mormente daqueles destinados à composição dos kits de intubação", alertou o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Rodrigo Cruz (Secretário Executivo - Ministério da Saúde)
- Maria Inez Pordeus Gadelha (Chefe de gabinete da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – Ministério da Saúde)
- Renata Maria de Oliveira Costa (Diretora do Departamento de Saúde da Família – Ministério da Saúde)
- Caroline Gava Alves (Assessora Técnica Coordenação do Programa Nacional de Imunizações – Ministério da Saúde)
- Felipe Cotrim e Luiz Henrique Arroyo (Equipe da Vigilância Epidemiológica da Covid-19)
- Fábio Bacchereti Vitor (Secretário de Estado de Saúde, do estado de Minas Gerais)
- Eduardo Luiz da Silva (Presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – COSEMS)

Audiência Pública da Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Vacinas, Imunobiológicos, Equipamentos e Outros Insumos

Data da reunião: 24/05/2021

Requerimentos nº 165 e nº 170, repectivamente, dos Deputados Alexandre Padilhas e Pedro Westaphalen



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

A Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial em Saúde ouviu representantes das instituições privadas da indústria de fármacos.

O colegiado, criado no mês anterior, buscou fazer um debate sobre a produção de fármacos, vacinas, imunobiológicos, equipamentos, serviços, tecnologias e outros insumos que abastecem o sistema de saúde nacional.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Norberto Prestes (Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos)
- Reginaldo Braga Arcuri (Presidente Executivo do grupo FarmaBrasil)
- Henrique Uchio Tada (Presidente Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais)
- Nelson Mussolini (Presiedente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos)
- Ronald Frerreira dos Santos (Presidente da Federação Nacional dos Farmacêutico)
- Cristina Ropke (Diretora de Biodiversidade da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia)
- Nilice Gabardo (Executiva da Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde)
- André Ali Mere (Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Soluções Parentais)

Audiência Pública da Subcomissão Permanente de Assistência Social com Entidades Benéficas de Assistência Social

Data da reunião: 25/05/2021

Requerimento nº 156, dos Deputados Flávia Morais e Eduardo Barbosa



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Flávia Morais (PDT-GO) ressaltou que o Sistema Único de Assistência Social (Suas), criado em 2004, é um pilar central de proteção social na conjuntura atual, ao lado do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com dados do Censo Suas, em 2019 havia 8.360 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que atendem famílias em situação de vulnerabilidade; 2.664 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), que atendem indivíduos e famílias em situação de violência ou com direitos violados; e 228 Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP); além de 20.369 entidades sem fins lucrativos inscritas nos conselhos municipais de assistência social.

"Face à pandemia da Covid-19, as provisões da política de assistência social se mostram essenciais", afirmou Flávia Morais, ressaltando que é necessário fortalecer a coordenação e a governança dessa rede socioassistencial.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Ivone Maggioni Fiore (Coordenadora de Assistência Social da Federação Nacional das Apaes – FENAPAES)
- Silvio Cecchi (Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada - Ministério da Cidadania)

Audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Adoção, 25 de maio

Data da reunião: 25/05/2021

Requerimento nº 145, da Deputada Leandre



Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Para a deputada Leandre (PV-PR), "a adoção é um ato de amor. No entanto, a burocracia para adotar uma criança ou um adolescente permanece grande. E agora, quando o País atravessa o período de uma pandemia, o isolamento social provoca a diminuição no ritmo da prestação de serviços em geral."

Ela destacou que há dificuldade em se dar prosseguimento nos processos já em andamento, mas que podem ser vistos casos isolados em que o sistema de adoção no Brasil funcionou mais rapidamente e levou em conta os direitos das crianças.

"Varas da infância, serviços sociais e serviços de acolhimento estiveram muito mais empenhados na busca de lar para crianças. Os estágios de convivência para adoção foram agilizados. Essa situação e as boas práticas adotadas merecem ser consideradas", afirmou a deputada, lembrando que, inclusive, a Secretaria Nacional de Assistência Social lançou nota com orientações sobre o acolhimento de crianças e adolescentes durante a pandemia.

Leandre ressaltou ainda o fato de que no Brasil o número de interessados em adotar é bem maior do que o de crianças e adolescentes à espera de adoção. "Há 40 mil pessoas na fila esperando para adotar uma criança, e há menos de 4 mil crianças para serem adotadas, sendo esta mais uma razão para termos este importante debate, colocar luz sobre o tema e apresentar saídas legislativas e operacionais para potencializar as adoções em nosso país", concluiu.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- André Tuma Delbim Ferreira (Representante do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)
- Ângela Gandra (Secretária Nacional da Família – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Trícia Navarro (Gestora do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - Conselho Nacional de Justiça)
- Rodrigo Azambuja Martins (Coordenador da Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente – CONDEGE)
- Sara Vargas (Presidente - Associação Nacional de Grupos de Apoio a Adoção)
- Christian Schmid (Filho por adoção)

Audiência Pública da Subcomissão Especial para Tratar das Doenças Raras, com foco especial na ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, para escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras

Data da reunião: 26/05/2021

Requerimento nº 14, do Deputado Diego Garcia



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

No requerimento em que solicita o debate, o deputado Diego Garcia (Pode-PR) informou que "O atendimento para as doenças raras é feito prioritariamente na Atenção Básica, principal porta de entrada para o SUS, e se houver necessidade o paciente será encaminhado para atendimento especializado em unidade de média ou alta complexidade".

"Escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras é fundamental para entendermos as dificuldades no diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas com doenças raras", afirmou também.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- André Luiz Santos Pessoa (Neurologista Chefe do Serviço de Neurologia do Hospital Infantil Albert Sabin)
- Carolina Prando (Diretora de Medicina Translacional do Hospital Pequeno Príncipe)
- Ida Vanessa Doederlein Schwartz (Chefe do Serviço de Genética do HCPA)
- Mara Lúcia Schmitz Ferreira Santos (Coodenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Pequeno Príncipe)
- Maria Denise Fernandes Carvalho de Andrade (Médica Geneticista do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará)

Audiência Pública para debater o objeto do PL 4302/2016

Requerimento nº 88, do Deputado Alexandre Padilha

Data da reunião: 27/05/2021



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP), que pediu a audiência, lembrou que esse tema está em discussão no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que deverá apontar para a legalidade ou não do registro em cartório da união poliafetiva.

"O que está em discussão no CNJ é a possibilidade da legalidade do registro cartorial; enquanto o Legislativo quer tratar de uma hipótese na contramão do mundo da vida: proibir a união poliafetiva nos moldes em que a sociedade já vive como real e que não representa ofensa ao sistema jurídico existente", disse Padilha.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- João Otávio de Noronha (Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ)
- Pablo Stolze Gagliano (Juiz Substituto do Tribunal. de Justiça da Bahia)
- Caio Morau (Diretor Nacional de Assuntos Legislativos da ADFAS - Professor de Direito Civil da Universidade Católica de Brasília - Doutorando e Mestre em Direito Civil pela USP)
- Regina Beatriz Tavares Da Silva (Presidente da Associação de Direito de Família e das Sucessões)
- Maria Berenice Dias (Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Família – IBDFAM)
- Aurélio Virgílio Veiga Rios (Subprocurador-Geral da República)
- Regina Navarro Lins (Psicanalista)
- Rodrigo Da Cunha Pereira (Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM)

Audiência Pública conjunta com a Comissão Externa do Coronavírus para debater a situação das categorias dos ACS e ACE durante a pandemia do Coronavírus

Data da reunião: 28/05/2021

Requerimento CEXCORVI nº 48 e Requerimento CSSF nº 98, do Deputado Alexandre Padilha

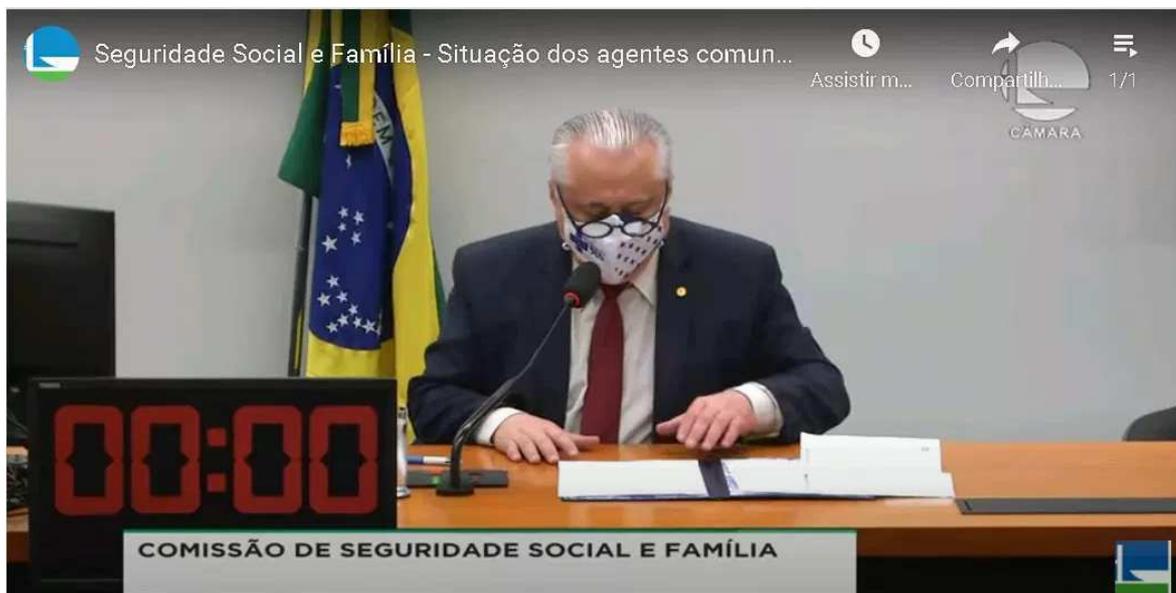


Foto: Portal da Câmara dos Deputados – Dep. Odorico Monteiro na foto

A iniciativa do debate foi do deputado Alexandre Padilha (PT-SP). Ele afirmou que esses profissionais têm sofrido com demissões em massa e a precarização do vínculo de trabalho com as prefeituras. "Também são inúmeros os episódios de violência física e mesmo sexual contra esses trabalhadores", acrescentou.

Padilha destacou ainda que a Lei 13.595/18 incluiu os ACSs e os ACEs entre os profissionais considerados essenciais e obrigatórios na Atenção Primária e Vigilância em Saúde.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Marivalda dos Santos Pereira Araújo (Presidente do Fórum Nacional das Representações dos ACS e ACE - FNARAS)
- Elane Alves (Assessora Jurídica do Fórum Nacional das Representações dos ACS e ACE - FNARAS e Coordenadora do Movimento das Trabalhadoras ACS e ACE Sem Medo de Violência)
- Claudia Almeida (Coordenadora do Movimento Nacional da Federalização/Desprecarização)
- Ilda Angélica Correia (Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate as Endemias - CONACS)
- Luís Claudio de Souza (Presidente Federação Nacional dos Agentes de Saúde e Endemias - FENASCE)

Audiência Pública conjunta com a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para compreender e discutir a jornada de pacientes com câncer de mama, inclusive em pacientes idosas, além de debater as perspectivas atuais e futuras da patologia, em atenção ao dia 28 de maio – Dia internacional de Luta pela Saúde da Mulher

Data da reunião: 28/05/2021

Requerimento CMULher nº 15 e Requerimento Cidoso nº 39, da Deputada Flávia Morais e Requerimento CSSF nº 168, da Deputada Sílvia Cristina



Foto: Portal da Câmara dos Deputados – Dep. Sílvia Cristina na foto

"A despeito da variedade e da relevância de inúmeras outras temáticas inseridas na saúde da mulher, entende-se que a patologia do câncer de mama merece destaque", afirmaram as deputadas Sílvia Cristina (PDT-RO) e Flávia Morais (PDT-GO), no requerimento em que sugeriram o debate.

Elas ressaltaram que, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de mama é o tipo que mais acomete as mulheres no País (excluídos os tumores de pele não melanoma).

Elas alertaram ainda para a dificuldade de detecção e tratamento do câncer de mama durante a pandemia causada pelo novo coronavírus. Segundo elas, dados do Sistema Único de Saúde (SUS) revelam queda de 84% no número de mamografias feitas durante a pandemia, em comparação com o mesmo período de 2019.

"O diagnóstico no Brasil já costuma ser bastante problemático, já que cerca de 60,5% dos pacientes recebem confirmação de câncer em estádios avançados", lamentaram Sílvia Cristina e Flávia Morais no requerimento da audiência. No SUS, segundo elas, a jornada da paciente com câncer de mama continua sendo desafiadora.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Liz Almeida (Chefe da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional do Câncer - INCA)
- Maíra Batista (Diretora do Departamento de Atenção Especializada - Ministério da Saúde)
- Antônio Rodrigues Braga (Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Ministério da Saúde)
- Max Manno (Sociedade Brasileira de Oncologia - SBOC)
- Maira Caleffi (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama - FEMAMA)

- Manoel Carlos Leonardo de Azevedo Souza (Instituto Vencer o Câncer - IVOC)
- Luciana Holtz (Presidente e Diretora Executiva do Instituto Oncoguia)

Audiência Pública da Subcomissão do Complexo Industrial da Saúde “Instituições Privadas da Indústria de Equipamentos”

Data da reunião: 31/05/2021

Requerimento nº 165, do Deputado Alexandre Padilha e nº 170, do Deputado Pedro Wesphalen



Foto: Portal da Câmara dos Deputados – Dep. Jandira Feghale na foto.

A Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial em Saúde promoveu audiência pública na segunda-feira (31) com o tema: "Instituições Privadas da Indústria de Equipamentos". A subcomissão é ligada à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Franco Pallamolla (Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos – ABIMO)
- Ruy Baumer (Presidente do Sindicato da Indústria de Artigos e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares do Estado de São Paulo – SINAEMO/FIESP)
- Luis Augusto Carneiro Azevedo (Gerente Geral de Competitividade)
- Rene Pierre Durão (Assessor de Defesa dos Interesses da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN)
- Flavio Roscoe (Presidente das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG)
- Marcelo Fabrício Prim (Gerente Executivo de Inovação e Tecnologia do SENAI-CNI)
- Wilson Shcolnik (Presidente da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica – ABRAMED)
- Fernando Silveira Filho (Presidente Executivo)
- Felipe Dias Carvalho (Gerencia Assuntos Governamentais da Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde – ABIMED)

Audiência Pública para debater a situação da violência, maus tratos e abandono, sofridos por crianças e adolescentes no ambiente doméstico ou intrafamiliar, com ênfase no casos de Henry Borel, Isabella Nardoni e o Bernardo Boldrini

Data da reunião: 31/05/2021

Requerimento nº 110, do Deputado Zacharias Calil



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

Segundo o deputado Zacharias Calil (DEM-GO), dados da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) mostram que, entre 2010 e 2020, mais de 103 mil crianças e adolescentes com idades até 19 anos morreram no Brasil, vítimas de agressão.

"Os especialistas acreditam que o isolamento social adotado na pandemia expôs as crianças a mais violência doméstica", alertou o parlamentar. Ainda segundo a SBP, em 80% dos casos as agressões são praticadas por pais ou responsáveis, e acontecem dentro de casa.

"É importante que essa Casa entre nessa discussão e amplie o debate com especialistas a fim de que outras crianças recebam o respaldo das leis, das políticas públicas e de toda a proteção e cuidado que elas precisam e merecem", afirmou o deputado.

Calil quis dar visibilidade ao tema para que pais e familiares atentem para os sinais emitidos pelas crianças e adolescentes. "Eles sempre pedem socorro e cabe aos pais e cuidadores estarem atentos e preparados para ouvir até no silêncio o grito que crianças e adolescentes emitem."

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Glicia Thais S. De Miranda (Presidente da Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – OAB)
- Marco Antônio Chaves Gama (Presidente do Departamento Científico da Sociedade Brasileira de Pediatria)
- Maria do Socorro Mendonça de Campos (Presidente da Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica)
- Francisco Cembranelli (Promotor Público do Estado de São Paulo do Ministério Público de São Paulo)
- Karla Cerávolo (Psicóloga Perinatal Obstétrica)
- Leniel Borel De Almeida (Pai do Henry Borel)
- Maurício José Silva Cunha (Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)

- Mauro Luiz de Britto Ribeiro (Presidente do Conselho Federal de Medicina)
- Mauro Luiz de Britto Ribeiro (Presidente do Conselho Federal de Medicina)

Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei nº 6330/2019, que altera a Lei nº 9.656, de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para ampliar o acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral pelos usuários de planos de assistência à saúde

Data da reunião: 01/06/2021

Requerimento nº 164, da Deputada Flávia Morais

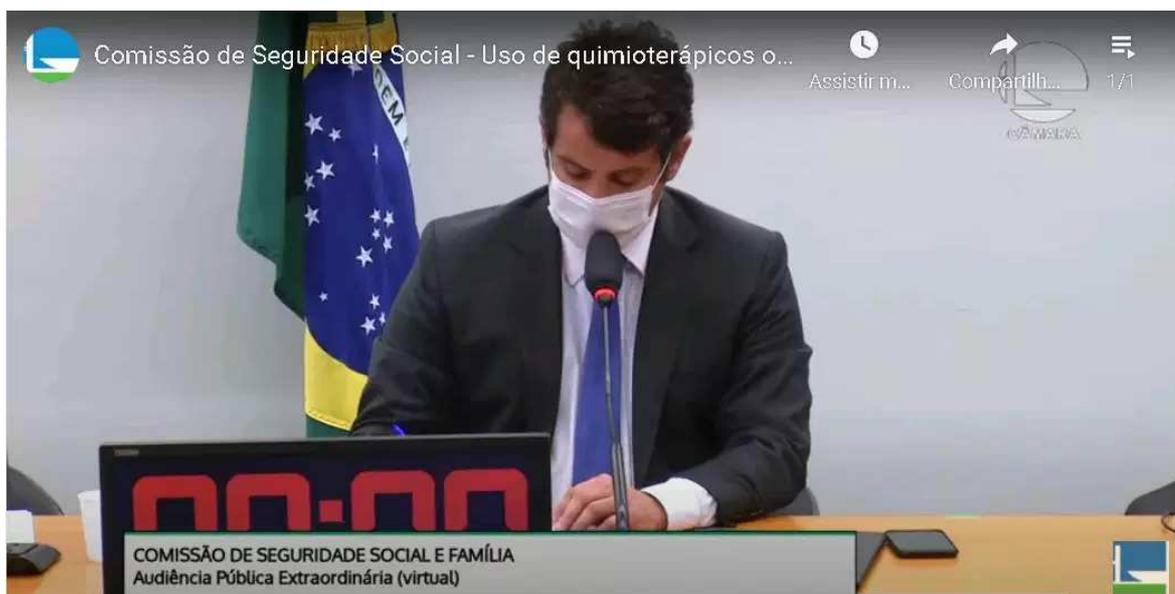


Foto: Viana/Câmara dos Deputados

A deputada Flávia Morais (PDT-GO) lembrou que a quimioterapia oral proporciona mais conforto ao paciente. "Hoje os [quimioterápicos] orais representam mais de 75% dos medicamentos oncológicos. Isso porque preservam a qualidade de vida dos pacientes e possibilitam o tratamento em casa, longe das desgastantes idas a clínicas e hospitais."

Apesar dos benefícios listados, esses remédios não recebem o mesmo tratamento dispensado à quimioterapia endovenosa.

"Quando aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o remédio endovenoso passa a ser disponibilizado para os pacientes que têm convênio médico. No entanto, os remédios orais são submetidos a uma segunda avaliação, feita pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual poderá ou não incluir no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde", explicou a deputada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Clarissa Maria de Cerqueira Mathias (Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – SBOC)
- Dr. Renan Clara (Diretor Executivo – SBOC)
- Tiago Cepas (Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia – ABRALE)
- Luciana Holtz (Presidente e Diretora Executiva do Instituto Oncoguia)
- Vera Valente (Diretora Executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE)
- Renato Casarotti (Presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde – ABRAMGE)
- Anderson Mendes (Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDA)
- Tephren Stefani (Médico Oncologista)

- Rogério Scarabel (Diretor-Presidente Substituto – ANS)
- Fernando Maluf (Fundador do Instituto Vencer o Câncer – IVOC)

Audiência Pública para debater sobre a situação atual do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e a coparticipação em sua manutenção

Data da reunião: 07/06/2021

Requerimento nº 109, da Deputada Leandre.



Foto:Portal da Câmara dos Deputados

O debate foi solicitado pela deputada Leandre (PV-PR) e teve o pedido assinado também pelos deputados Dra. Soraya Manato (PSL-ES), Liziane Bayer (PSB-RS), Benedita da Silva (PT-RJ), David Soares (DEM-SP), Pr. Marco Feliciano (Republicanos-SP), Aline Gurgel (Republicanos-AP), Flávio Nogueira (PDT-PI), Carmen Zanotto (Cidadania-SC), Alexandre Padilha (PT-SP), Tereza Nelma (PSDB-AL) e Odorico Monteiro (PSB-CE).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Geraldo de Paiva Gonçalves (Presidente do Conselho Federal de Educadores e Pedagogos)
- Salah H. Khaled Júnior (Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autor do livro “Videogame e Violência”)
- Carla Albert (Supervisora da Área Técnica de Saúde da Confederação Nacional de Municípios – CNM)
- Carlos Lula (Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS)
- Disney Luquini (Presidente do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência do Sudoeste do Paraná – CIRUSPAR)
- João Gabriel Avanci (Diretor Geral do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste/PR – CONSAMU)
- Rafael Agostinho (Coordenador Geral de Urgência da Secretaria Especializada à Saúde - Ministério da Saúde)
- Rodrigo César Faleiro de Lacerda (Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS)
- Victor Borges (Presidente da Rede Nacional dos Consórcios Públicos – RNCP)

Audiência Pública Conjunta com a Comissão Externa destinada a acompanhar o Enfrentamento à Pandemia da COVID-19 no Brasil para debater sobre a situação dos serviços prestados pelas clínicas privadas de Diálise que atendem ao SUS

Data da reunião: 08/06/2021

Requerimento CEXCORVI nº 58 e Requerimento CSSF nº 182, da Deputada Carmen Zanotto



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre Enfrentamento à Covid-19 promoveu audiência pública, com a participação da Comissão de Seguridade Social e Família. Os deputados queriam discutir os serviços prestados nas clínicas privadas de diálise que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A audiência pública foi solicitada pelas deputadas Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e Dra. Soraya Manato (PSL-ES).

Entidades pediram à Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre Enfrentamento à Covid-19 medidas de socorro para os serviços de diálise no País.

A deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), que solicitou a audiência, disse que a Covid-19 tem levado mais pacientes para a diálise, e que é preciso garantir acesso ao serviço para 144 mil brasileiros que precisam da técnica para sobreviver.

Além disso, a deputada vai tentar apressar a tramitação do Projeto de Lei 2270/20, que prevê o repasse de R\$ 257 milhões da União para os estabelecimentos de diálise que atuam de forma complementar no SUS.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- José Luiz Rossi (Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil)
- Floriano Martins de Sá Neto (Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)
- Osvaldo Merege Vieira Neto (Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia – SBN)
- Daniel Costa Chalabi Calazans (Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia – SBN)
- Marcos Alexandre Vieira (Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante – ABCDT)
- Maria de Lourdes da Silva Alves (Presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil – FENAPA).

Audiência Pública da Subcomissão Permanente de Assistência Social com o tema: Medidas de Enfrentamento à Pandemia

Data da reunião: 08/06/2021

Requerimento nº 156, dos Deputados Flávia Morais e Eduardo Barbosa



Portal da Câmara dos Deputados

A Subcomissão de Assistência Social realizou audiência pública com o objetivo de discutir as medidas de enfrentamento à COVID.

Deputados, gestores e especialistas debateram a oferta dos serviços assistenciais pelos estados e municípios e o acompanhamento remoto; a segurança dos profissionais e usuários da assistência social; ações assistenciais voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua; e acolhimento durante a pandemia.

Os autores do requerimento são os deputados Flávia Morais (PDT-GO) e Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Aldenora González (Secretária Executiva do Fórum Nacional de Usuárias e Usuários da Assistência Social - FNUSUAS/Ecovida)
- Darcy da Silva Costa (Secretário Nacional do Movimento Nacional População de Rua – MNPR)
- Fernanda Magano (Vice-Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI)
- Kelly Rodrigues Melatti (Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS)
- Ygor Da Silva Machado (Diretor da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS)

Audiência Pública para debater os impactos da pandemia do coronavírus na saúde mental das crianças e adolescentes

Data da reunião: 10/06/2021

Requerimento nº 13, do Deputado Diego Garcia



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e família realizou audiência pública para discutir os impactos da pandemia do coronavírus na saúde mental das crianças e adolescentes. O debate é uma iniciativa do deputado Diego Garcia (Pode-PR). Ele destaca que, com o fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto, crianças e adolescentes não tiveram mais o contato físico diário com amigos e professores e passaram a ficar muito mais horas que o recomendável na frente de telas.

"Assim, é observável, desde já, um aumento grande nos casos de patologias mentais nesse público. No futuro, esses efeitos se tornarão ainda mais proeminentes", diz Garcia.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- José Manoel Bertolote (Médico, Professor Voluntário do Depto de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria, da Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP)
- Marina Lemos (Pediatra, Fundadora e Diretora do Colégio Viktor Frankl - Ribeirão Preto; Vice-Presidente do Instituto de Educação e Cultura Viktor Frankl, Ribeirão Preto, SP - IECVF; Coordenadora do SINN - Sentido da Vida na Prevenção do Suicídio; Vice-presidente da ABLAE - Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial gestão 2019-2020)
- Angela Vidal Gandra da Silva Martins (Secretária da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Luci Yara Pfeiffer (Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP)
- Gustavo San Martin (Presidente da Associação Crônicos do Dia a Dia)

Audiência Pública para apresentar ao parlamento a campanha de conscientização “Mulheres também infartam”

Data da reunião: 14/06/2021

Requerimentos nºs 71, do Deputado Hiran Golçalves



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública, em 14 de junho de 2021, com o tema "As mulheres também infartam".

De acordo com o deputado Hiran Gonçalves (PP-PR), que pediu a realização do debate, a cada ano, quase 9 milhões de mulheres no mundo morrem de doenças cardiovasculares, como o infarto e o acidente vascular cerebral (derrame). "Este número é maior do que o total de mulheres que morrem de todos os tipos de câncer, tuberculose, HIV/Aids e malária somados, sendo que no Brasil as doenças do coração matam 8 vezes mais mulheres do que o câncer de mama", completa.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Ricardo Alves da Costa (Presidente da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista – SBHCI)
- Roberto Botelho (Diretor de Comunicação da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista – SBHCI)
- Marcelo Cantarelli (Coordenador da Campanha Coração Alerta e ex-presidente da SBHCI)
- Viviana de Mello Guzzo Lemke (Coordenadora do Grupo MINT - Mulheres Intervencionistas e ex-presidente da SBHCI)
- Paulo Henrique Jorge (Diretor de Educação Médica Continuada da SBHCI)
- Mariana Carvalho (Deputada da Câmara dos Deputados Federal – CD)

Audiência Pública da Subcomissão Permanente de Assistência Social com o tema: Gestão, Recursos e Planejamento

Data da reunião: 15/06/2021

Requerimento nº 156, dos Deputados Flávia Morais e Eduardo Barbosa



Portal da Câmara dos Deputados

A Subcomissão Permanente de Saúde debate hoje as prioridades do Ministério da Saúde relativas a gestão, recursos e planejamento; e assistência farmacêutica, dois dos cinco eixos temáticos que estão sendo analisados pelo colegiado.

A audiência foi solicitada pelos deputados Flávia Morais e Eduardo Barbosa, presidente e relator da Subcomissão, que é vinculada à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Serão ouvidos o presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Miguel Oliveira e o coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social do Conselho Nacional de Assistência Social.

De acordo com o plano de trabalho aprovado pela subcomissão, os outros três eixos temáticos são: prevenção e promoção da saúde; atenção básica; e assistência médica e alta complexidade. Para cada eixo foram designados relatores parciais, que contribuirão com subsídios ao relator geral dos trabalhos do colegiado, deputado Luiz Antônio de Souza Teixeira Jr. (PP-RJ).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Miguel Oliveira (Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social)
- Carlos Nambu (Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social do Conselho Nacional de Assistência Social)

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei Complementar 134, de 2019, para as entidades beneficentes de assistência social

Data da reunião: 17/06/2021

Requerimento nº 177, do Deputado Antônio Brito



Portal da Câmara dos Deputados

A audiência pública virtual convocada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados contou com a presença de Custódio Pereira e Thiago Cabral, presidente e diretor jurídico do Fonif, para debater o Projeto de Lei Complementar (PLP) 134/19, que estabelece as condições para que entidades beneficentes de assistência social, saúde e educação tenham direito à imunidade tributária.

O encontro foi conduzido pelo deputado Antonio Brito (PSD/BA), autor do requerimento para realização da audiência, e também relator do PLP 134/19 na Comissão de Seguridade, que destacou a importância dos serviços filantrópicos e a liderança do Fonif, que congrega as entidades em busca de um documento normativo que seja de comum acordo entre Governo e entidades. O parlamentar ressaltou ainda o protagonismo das instituições no debate e a certeza de que todos saem da audiência com o mesmo compromisso de priorizar a conclusão do projeto.

Fonte: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

Convidados:

- Adriana Lustosa Eloi Vieira (Diretora do Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde do Ministério da Saúde)
- André Vinícius Guimarães De Carvalho (Presidente da Comissão Especial de Direito do Terceiro Setor da Ordem dos Advogados do Brasil OAB)
- Custódio Pereira (Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas – FONIF)
- Maria Yvelônia Dos Santos Araújo Barbosa (Secretária Nacional de Assistência Social - Ministério da Cidadania)
- Mirocles Campos Vêras Neto (Diretor-presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB)

Audiência Pública da Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial da Saúde para debater o papel das Instituições na gestão das redes de saúde no CEIS

Data da reunião: 21/06/2021

Requerimento nº 206, do Deputado Alexandre Padilha



Portal da Câmara dos Deputados

A Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial da Saúde realiza audiência pública nesta segunda-feira (21) para discutir o papel das instituições de gestão das redes de saúde.

A subcomissão é vinculada à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e foi criada em abril por sugestão da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que preside o grupo.

O debate desta segunda foi sugerido pelo deputado Alexandre Padilha (PT-SP), relator da subcomissão; e pelo deputado Odorico Monteiro (PSB-CE).

Foram convidados para discutir o assunto, entre outros, representantes do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos; da Associação Nacional de Hospitais Privados.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados

- Ismael Alexandrino Junior (Secretário de Estado da Saúde de Goiás e Vice Presidente da Região Centro Oeste, representando o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde - CONASS)
- Elton Chaves (Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS)
- Ricardo Barcelos (Técnico da CGCIS – Ministério da Saúde)
- General Oswaldo de Jesus Ferreira (Presidente da Empresa Brasileira de Hospitais Universitários – EBSRH)
- Anderson Mendes (Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS)
- Luiz Fernando C. Silva (Superintendente da Federação Brasileira de Hospitais – FBH)
- Josier Vilar (Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços CNSaúde)
- Mario César Honsi Bernardes (Diretor Geral da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos – CMB)
- Marco Aurélio Ferreira (Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional de Hospitais Privados – ANAHP)

Audiência Pública para discutir a importância da reabilitação na recuperação de paciente com sequelas pós COVID-19, que necessitam de acompanhamento multidisciplinar

Data da reunião: 21/06/2021

Requerimento nº 86, da Deputada Tereza Nelma



A Comissão de Seguridade Social e Família promoveu debate sobre a reabilitação de pacientes com sequelas pós-Covid-19.

A deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), uma das autoras do pedido de audiência, lembra que os Centros Especializados de Reabilitação (CERs) reúnem equipes e espaços capacitados para a realização do atendimento de pacientes com sequelas pós-Covid. E acrescenta que os CERs precisam ser ampliados, a fim de não comprometer o atendimento aos pacientes em tratamento regular de reabilitação.

"É necessário discutir e compreender como se dá e se dará o atendimento desses pacientes e de que forma é possível apoiar os CERs para desenvolverem essa atuação, fundamental para a saúde de

quem consegue sobreviver à Covid-19", observou a deputada em seu requerimento.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Aderson Luz Carvalho (Superintendente da Associação Reabilitar)
- Angelo Roberto Gonçalves (Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência - Ministério da Saúde)
- Natália Lisce Fioravante Diniz (Coordenadora da Unidade de Consultoria e Assessoria da Federação Estadual das APAES)
- Telmo Hoelz (Superintendente-geral da Associação Fluminense de Reabilitação e Conselheiro Científico da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZ)
- Tereza Cristina Santiago e Faria (Diretora do Centro Integrado de Reabilitação - CER de Diamantina)
- Tereza Maria Barreto do Amaral (Presidente da Pestalozzi de Maceió)
- Thaís Noronha (Coordenadora de Reabilitação Física e Visual do Centro Integrado de Reabilitação - CER III de Pará de Minas)

Audiência Pública para debater o rastreamento de contato em pandemias de vírus respiratório e as soluções de saúde digital

Data da reunião: 24/06/2021

Requerimento nº 138, do Deputado Odorico Monteiro



Portal da Câmara dos Deputados

Especialistas de instituições acadêmicas e ONGs criticaram o sistema de rastreamento de casos de Covid-19 adotado pelo governo federal no Brasil. Eles debateram o tema com representantes dos ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovações em audiência virtual da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (24). Google e Apple, que fornecem tecnologia para os aplicativos federais, foram convidados, mas não compareceram.

O professor Mozart Sales, do Instituto de Medicina Integral, reclamou de burocracias nas ferramentas digitais e do baixo volume de testes para Covid-19, que, segundo ele, atrapalham a eficácia do processo de rastreamento de quem teve contato com pessoas contaminadas com o coronavírus. “Sem testagem, não existe contact tracing [rastreamento de contatos] e não existe possibilidade de controlar [a pandemia]. Senão, infelizmente, é aguardar que o patamar [elevado] de vacinação chegue – o que ainda vai demorar – e continuar vendo essas cenas diárias do enfileiramento de caixões Brasil afora”, lamentou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Jacson Venâncio Barros (Diretor do DATASUS)
- Giovanny Vinicius Araújo de França - (Diretor do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde)
- Greice Madeleine Ikeda Do Carmo (Grupo Técnico de Vigilância Epidemiológica da Covid-19, Influenza e outros vírus respiratórias GT-Covid da Secretária de Vigilância em Saúde/SVS – Ministério da Saúde)
- José Gustavo Sampaio Gontijo (Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital – Ministério da Ciência, Tecnologias e Inovações)
- Fernando Bozza (Representante da ONG Dados do Bem)
- Mozart Sales (Professor do IMIP)
- César Olavo (Professor do IFCE)
- Marcelo Lacerda (Representante da GOOGLE)
- Marcia Miya (Representante da APPLE)

Audiência Pública da Subcomissão Especial para Tratar das Doenças Raras, com foco especial na ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, para escutar representantes dos centros de referência em doenças raras

Data da reunião: 29/06/2021

Requerimento nº 14, do Deputado Diego Garcia



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para ouvir representantes de centros de referência em doenças raras no Brasil.

Esse é o segundo debate da comissão sobre o tema e atende a requerimento do deputado Diego Garcia (Pode-PR). "O atendimento para as doenças raras é feito prioritariamente na Atenção Básica, principal porta de entrada para o SUS, e se houver necessidade o paciente será encaminhado para atendimento especializado em unidade de média ou alta complexidade", explica o deputado.

Garcia destaca ainda, no requerimento em que pede a realização da audiência, que os pacientes contam com o suporte do SUS para a obtenção de medicamentos, embora o número de doenças raras que envolvem tratamento baseado em fármacos representa uma pequena fração do universo dessas doenças.

"Escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras é fundamental para

entendermos as dificuldades no diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas com doenças raras", afirma.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Louise Lapagesse de Camargo Pinto (Coordenadora do Centro de Referência em Doenças Raras - Hospital Infantil Joana de Gusmão)
- Gisele Rozone de Luca (Coordenadora do Serviço de Atenção Humanizada - Hospital Infantil Joana de Gusmão/SC)
- Marcos Guimarães Zucchetti (Coordenador do Ambulatório de Doenças Raras - APAE de Anápolis/GO)
- Victor Evangelista de Faria Ferraz (Coordenador do Serviço de Referência em Doenças Raras - Hospital de Clínicas de Ribeirão Preto/SP)

Audiência Pública conjunta com a Comissão Externa destinada a acompanhar o Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 no Brasil para debater o tema da ocorrência de infrações aos protocolos sanitários por empresas aéreas

Data da reunião: 29/06/2021

Requerimento CEXCORVI nº 5, da Deputada Jandira Feghali e Requerimento CSSF nº 212, do Deputados Alexandre Padilha



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 da Câmara dos Deputados promove, nesta terça-feira (29), com a participação da Comissão de Seguridade Social e Família, uma audiência pública para discutir os protocolos das companhias aéreas em voos comerciais durante a pandemia.

O debate atende a requerimento apresentado pelas deputadas Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Carmen Zanotto (Cidadania-SC). Elas destacam que, desde o início da pandemia, estão sendo adotadas medidas para prevenir o contágio pelo novo coronavírus e que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) determinou que os voos sejam realizados seguindo os cuidados sanitários necessários, como uso de máscara pelos passageiros durante toda a viagem, regras para o serviço de bordo e manutenção do distanciamento social de pelo menos dois metros nos aeroportos.

"Enquanto o cenário era de redução de voos e capacidade reduzida de passageiros em virtude da pandemia, o distanciamento social no interior das aeronaves era observado. Ocorre que, com o aumento da demanda, os voos já começam a circular lotados e propostas para que os assentos do meio das fileiras fossem bloqueados foram, de pronto, rechaçadas pelo setor", apontam as deputadas no requerimento em que pedem a audiência. "Por isso, entendemos ser urgente que esta

comissão discuta o tema para que não se coloque em risco a segurança dos usuários do transporte aéreo."

Fonte: Agência Câmara de Notícias

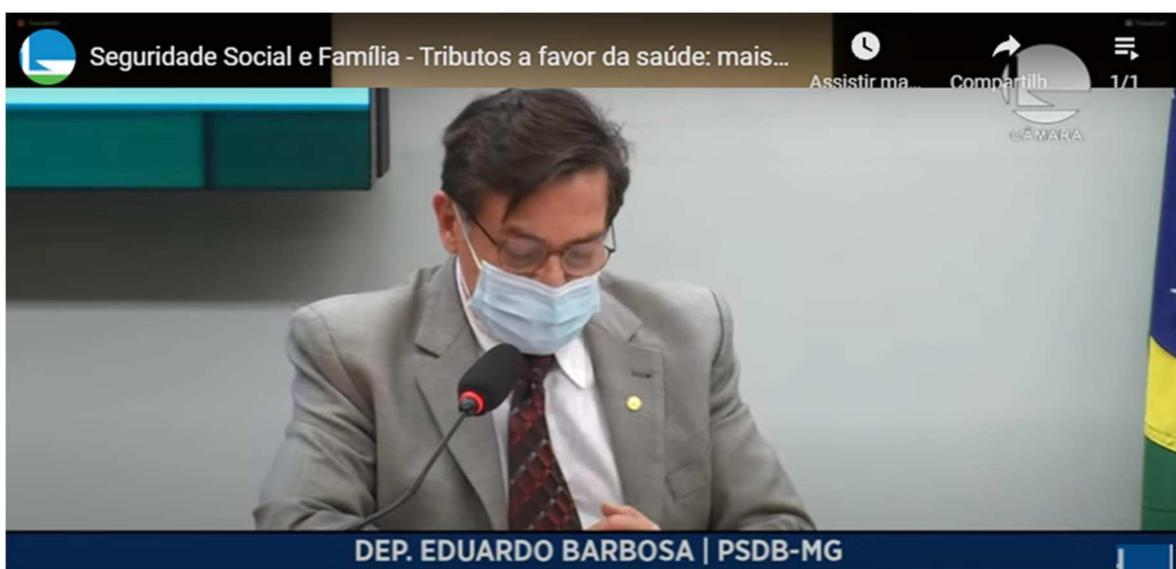
Convidados:

- Nélio César de Aquino (Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da ANVISA - Ministério da Saúde)
- Eduardo Sanovicz (Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR)
- Giovano Palma (Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC)

Audiência Pública sobre o tema: “Tributos a favor da Saúde: mais recursos para o enfrentamento à Covid-19”

Data da reunião: 01/07/2021

Requerimento nº 148, do Deputado Eduardo Barbosa



Portal da Câmara dos Deputados

Participantes dessa videoconferência promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados defenderam o chamado "imposto seletivo", um dos temas em pauta na reforma tributária.

A ideia defendida na reunião e que já é assunto de alguns projetos de lei em análise na Casa é que se tributem produtos não saudáveis, especialmente o tabaco e as bebidas adoçadas, não só para desestimular o consumo deles, mas também para arrecadar recursos para aplicação no sistema de saúde.

Conforme afirmou a professora da Fundação Getúlio Vargas Tathiane Piscitelli, o consumo de bebidas adoçadas e de tabaco é nocivo à saúde do ponto de vista individual e coletivo. “Ainda que haja um debate sobre a liberdade de consumir, esse consumo reverbera no sistema de saúde, com impacto nas contas públicas. Por isso, a gente precisa cogitar políticas públicas”, defendeu.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Socorro Gross Galiano (Representante da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS no Brasil)
- Maria Edna de Melo (Presidente do Departamento de Obesidade da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia - SBEM)
- Tânia Cavalcante (Comissão Nacional para a Implementação da Convenção Quadro – CONICQ do Instituto Nacional de Câncer - INCA)

- Tathiane Piscitelli (Professora da Fundação Getúlio Vargas)
- Vera Luiza da Costa e Silva (Consultora da FIOCRUZ e Ex-chefe do Secretariado da Convenção - Quadro para o Controle do Tabaco)
- Marcello Fragano Baird (Coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde)

Audiência Pública para debater sobre modelos de contratualização na saúde suplementar

Data da reunião: 01/07/2021

Requerimento nº 152, do Deputado Hiran Gonçalves



A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quinta-feira (1º) sobre modelos de contratualização na saúde suplementar. A contratualização é um processo pelo qual as partes — gestor municipal/estadual do SUS e representante legal do hospital — estabelecem metas quantitativas e qualitativas de atenção à saúde e de gestão hospitalar.

O pedido para a realização do debate foi feito pelo deputado Hiran Gonçalves (PP/RR). Foram convidados para participar, dentre outros, representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge).

Representantes de entidades médicas denunciaram, em audiência na Câmara dos Deputados, a precarização de serviços diante da baixa remuneração dos planos de saúde aos profissionais, clínicas e hospitais. O debate foi realizado nesta quinta-feira (1º), na Comissão de Seguridade Social e Família, e também contou com representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Salomão Rodrigues Filho (Conselheiro Federal 2º Tesoureiro do Conselho Federal de Medicina - CFM)
- José Beniz Neto (Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia - CBO)
- Florisval Meinão (Membro do Conselho Diretivo da Defesa Profissional da Associação Médica Brasileira - AMB)
- César Brenha Rocha Serra (Diretor de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS)
- Otto Baptista (Vice- Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM)

- Casemiro dos Reis Junior (Presidente da Federação Médica Brasileira – FMB)
- Renato Freire Casarotti (Presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde – ABRAMGE)
- Valério Augusto Ribeiro (Advogado e escritor especialista em Legislação de Saúde no Brasil)
- Vera Valente (Diretora Executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde)

Audiência Pública sobre o PL 1998/2020 que dispõe sobre a Telemedicina após a Pandemia da Covid-19

Data da reunião: 08/07/2021

Requerimento nº 175 do Deputado Hiran Gonçalves



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre o Projeto de Lei 1998/20, que regulamenta a telemedicina após a Pandemia de Covid-19.

O pedido para o debate é do deputado Hiran Gonçalves (PP-RR). Ele considera as vantagens da telemedicina inquestionáveis, mas alerta para necessidade de regulamentação permanente. "Antes da rápida evolução da Covid-19 no País, a telemedicina se encontrava restrita, só era permitida em casos específicos e emergenciais, como na emissão de laudos à distância e na prestação de suporte diagnóstico ou terapêutico, e sempre com a presença de um médico junto ao paciente, e o especialista remotamente", lembra.

Com a crise do coronavírus, a telemedicina foi regulamentada temporariamente pela Lei 13989/20. "A lei trouxe, além de inovação, que permitiu que muitos pacientes tivessem o devido atendimento, a determinação da competência do Conselho Federal de Medicina para a regulamentação da telemedicina após o fim da crise ocasionada pela Covid-19", afirmou o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- César Eduardo Fernandes (Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB)
- Donizetti Dimer Giamberardino Filho (1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM)
- Egon Schaden Junior (Diretor-Executivo da Associação Nacional de Certificação Digital – ANCD)
- Gutemberg Fialho (Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM)
- Luis Gustavo Gasparini Kiatake (Presidente da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde – SBIS)

- Luiz Ary Messina (Coordenador Nacional da Rede Universitária de Telemedicina na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RUTE e Presidente da Associação Brasileira de Telemedicina e Telessaúde - ABTms)
- Pedro da Silveira Villela (Diretor-Adjunto de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS)

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para a conscientização sobre as Doenças Valvares Cardíacas

Data da reunião: 12/07/2021

Requerimento nº 53 (Cidoso) e nº s172 e nº 233 (CSSF), do Deputado Zacharias Calil



Portal da Câmara dos Deputados

As comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizaram audiência pública conjunta para debater o tema "Conscientização sobre Doenças Valvares Cardíacas".

O debate foi solicitado pelo deputado Dr. Zacharias Calil (DEM-GO). Segundo ele, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta as doenças cardiovasculares como a principal causa de mortes no mundo. "Os últimos números demonstram que, a cada hora, são registradas cerca de 34 mortes causadas por doenças cardíacas no Brasil. São 829 mortes por dia e mais de 300 mil por ano", diz.

As doenças valvares são o grupo de deficiências ou anomalias nas valvas do coração – aórtica, mitral, pulmonar e tricúspide. Elas podem ocorrer por conta de distúrbios congênitos ou em decorrência de patologias adquiridas.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Ana Patrícia de Paula (Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde)
- Dandara Baçã de Jesus (Assessora Técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática – Ministério da Saúde)
- Eduardo Rocha (Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular)
- José Mangione (Presidente da Sociedade LatinoAmericana de Cardiologia Intervencionista – SOLACI)
- Marcelo Sampaio (Cardiologista Clínico do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo)
- Fernanda Mangione (Diretora de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista – SBHCI)

Audiência Pública da Subcomissão Especial para Tratar das Doenças Raras, com foco especial na ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, para escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras

Data da reunião: 13/07/2021

Requerimento nº 14, do Deputado Diego Garcia



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para ouvir representantes dos centros de referência em doenças raras.

A realização da reunião foi solicitada pelo deputado Diego Garcia (Pode-PR). Ele explica que o atendimento para as doenças raras é feito prioritariamente na Atenção Básica, principal porta de entrada para o SUS, e quando há necessidade o paciente é encaminhado para atendimento especializado. "Escutar os representantes dos centros de referência é fundamental para entendermos as dificuldades no diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas com doenças raras", diz.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Ana Patricia Bahe (Coordenadora Assistencial da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD/PE)
- Deise Felix Quintão Correa (Gerente de Pediatria do Hospital Infantil João Paulo II de BH)
- Dafne Dain G Horovitz (IFF FIOCRUZ)

Audiência Pública para discutir o PL 1998/20, que dispõe sobre a Telemedicina, e seus apensos

Data da reunião: 15/07/2021

Requerimento nº 213, do Deputado Odorico Monteiro



Portal da Câmara dos Deputados

Foi realizada, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, audiência pública referente ao Projeto de Lei (PL) 1998/2020, que trata sobre a Telemedicina e seus apensos. O pedido de audiência foi feito pelo deputado Odorico Monteiro (PSB-CE) por meio do Requerimento 213/2021.

O deputado Odorico Monteiro falou sobre o processo de levar o PL a tramitação de urgência e corroborar com o Brasil na participação na agenda internacional da saúde digital.

Fonte: Associação Médica Brasileira (AMB)

Convidados:

- Dr. Jamil Cade, médico cardiologista e intervencionista do Hospital Santa Marcelina
- Jihan Zoghbi, Presidenta da Associação Brasileira CIO Saúde — ABCIS
- Paulo Magnus, Presidente da MV Hospitalar
- Nazareth Ribeiro, coordenadora dos Psicólogos Voluntários do Saúde Digital;
- Paula Mateus, Líder do Comitê Healthtech e Wellness da Associação Brasileira Online to Offline e também CCO no Saúde ID do Grupo Fleury
- Dr. Eduardo Cordoli, Presidente da Saúde Digital Brasil

Audiência Pública para debater a situação e desdobramentos da oncologia no contexto da pandemia de Covid 19 no Brasil

Data da reunião: 15/07/2021

Requerimento nº 61, da Deputada Tereza Nelma



Portal da Câmara dos Deputados

O pedido para o debate é da deputada Tereza Nelma (PSDB-AL). Ela aponta dados levantados no sistema DataSUS que mostram a diminuição significativa na realização de biópsias no ano de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19. "Quando comparamos os meses de março a dezembro de 2019 e 2020 observa-se uma redução de 39,11% de biópsias realizadas. Em 2019, foram realizados 737.804 procedimentos e, em 2020, 449.275", alertou.

Para Nelma, a queda significativa de exames, procedimentos, tratamentos e cirurgias para pacientes oncológicos é motivo de preocupação. "Demonstra que teremos, além da pandemia pelo coronavírus, uma epidemia de casos avançados de câncer, em razão da diminuição de exames preventivos, tratamento e cirurgias", destacou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

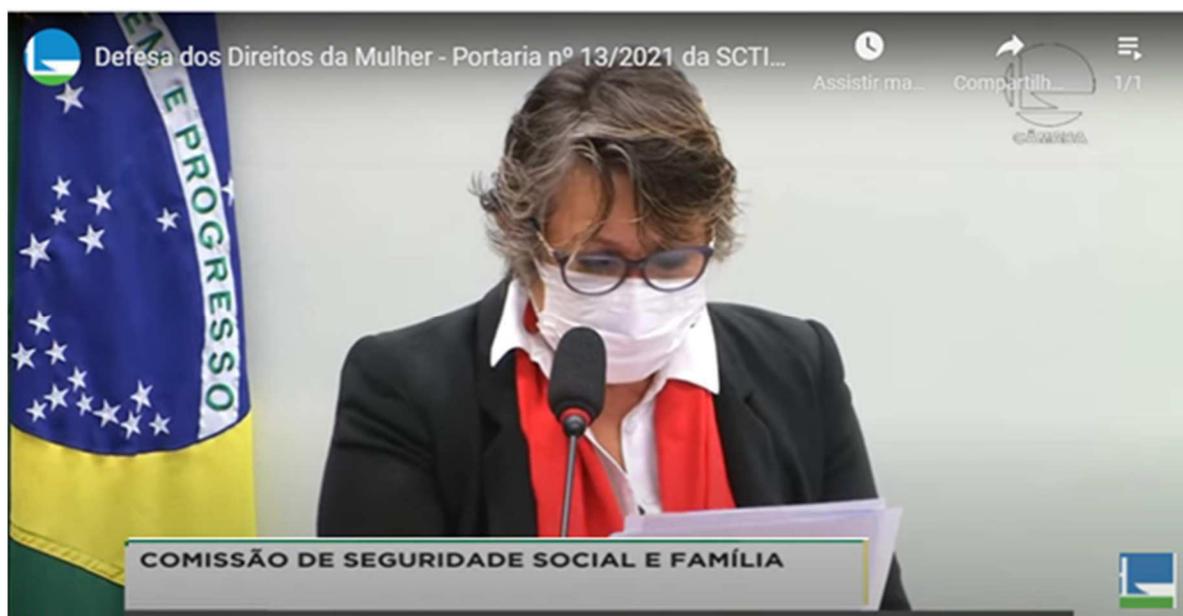
Convidados:

- Leonardo Moura Vilela (Assessor Parlamentar do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS)
- Luciana Holtz de Camargo Barros (Presidente e Diretora Executiva da Oncoguia)
- Luiz Ayrton (Vice-Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA)
- Maíra Batista Botelho e Ana Patricia de Paula (Diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática e Coordenadora-Geral de Atenção Especializada - Ministério da Saúde)
- Rafael Kaliks e Ignez Braghiroli (Diretores da Sociedade Brasileira de Oncologia – SBOC)

Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater a Portaria nº 13, de 19 de abril de 2021, que torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel, condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS

Data da reunião: 16/07/2021

Requerimento Cmulher nº 8, das Deputadas Sâmia Bonfim e Erika Kokay; Requerimento CLP nº 46, das Deputadas Natália Bonavides, Talíria Petrone, Erika Kokay e Maria do Rosário; e Requerimento CSSF nº 131, das Deputadas Jandira Feghali e Vivi Reis



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em conjunto com as comissões de Legislação Participativa; e de Seguridade Social e Família, todas da Câmara dos Deputados, promoveram debate sobre portaria do Ministério da Saúde que incorpora ao SUS o implante subdérmico de etonogestrel, como forma de prevenir gravidez não desejada em alguns grupos de mulheres específicos. A audiência atende a pedido das deputadas Sâmia Bomfim (Psol-SP); Erika Kokay (PT-DF); Jandira Feghali (PCdoB-RJ); Vivi Reis (Psol-PA); Natália Bonavides (PT-RN); Talíria Petrone (Psol-RJ); e Maria do Rosário (PT-RS).

Conforme a portaria, poderão receber o contraceptivo mulheres em idade fértil em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos.

Ao pedir o debate, as parlamentares ponderaram que a decisão de incorporar o método contraceptivo não envolveu o público que poderá ter acesso a ele gratuitamente.

Fonte: Agência Câmara

Convidados:

- Corina Helena Figueira Mendes (Representante do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente - Fiocruz)
- Sílvia Andrea Viera Aloia (Representante do Movimento Nacional das Cidadãs Positivas - MNCP)
- Lígia Cardieri (Representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)

- Santuzza Alves de Souza (Vice-Presidente da Central Única de Trabalhadoras Sexuais - CUTS)
- Thais Machado Dias (Representante da Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade)
- Deborah Duprat (Ex-Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão)
- Débora Raymundo Melecchi (Conselheira Nacional de Saúde)
- Emilly Marques (Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras)
- Antônio Rodrigues Braga Neto, Luciane Fontes Schluckebier Bonan e Egerson Pereira (Representantes do Ministério da Saúde)

Audiência Pública para debater o PL 1902/2021, que dispõe sobre a preparação, preservação e reposta às ameaças e emergências em saúde pública e dá outras providências

Data da reunião: 02/08/2021

Requerimento nº 208, do Deputado Odorico Monteiro



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou a primeira audiência pública sobre o Projeto de Lei 1902/2021, que trata da criação de um novo marco legal para nortear as ações no enfrentamento de emergências de saúde pública no país. Entre os participantes do debate, estiveram os pesquisadores da Fiocruz Christovam Barcellos, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), e Claudio Maierovitch, coordenador do Núcleo de Epidemiologia e Vigilância em Saúde (Nevs) da Fiocruz Brasília e vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

De autoria dos deputados Odorico Monteiro e Totonho Lopes, o projeto estabelece diretrizes de enfrentamento de situações epidemiológicas graves, envolvendo doenças em humanos ou animais, desastres naturais ou tecnológicos, bioterrorismo e outras situações que representem desafios significativos à capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pesquisadores e representantes dos secretários de saúde debateram com os parlamentares os principais pontos do Projeto, que visa a atualizar a legislação de vigilância epidemiológica, definindo ações e responsabilidades para os gestores de saúde. “Na atual pandemia, presenciamos que faltam ao país normas claras que estruturem o marco da vigilância epidemiológica, em especial em tempos de crise sanitária”, ressaltou o deputado Odorico Monteiro.

Fonte: FIOCRUZ

Convidados:

- Alessandro Chagas (Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS)
- Christovam Barcelos (Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ)
- Claudio Maierovitch (Vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde – ABRASCO)
- José Xavier Neto (Cientista Chefe da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará)
- Leonardo Moura Vilela (Assessor Parlamentar do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS)
- Lucia Regina Florentino Souto (Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES)
- Maria Almiron (Coordenadora da Unidade Técnica de Vigilância, preparação e resposta a emergências e desastres da Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS)
- Rosana Leite de Melo (Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 - Ministério da Saúde)
- Wanderson de Oliveira (Secretário de Serviços Integrados de Saúde Supremo Tribunal Federal – STF)

Audiência Pública para discussão do tema: “A Regulamentação da profissão de Sanitarista e sua importância para a saúde pública no Brasil – PL 1821/2021”

Data da reunião: 03/08/2021

Requerimento nº 244, do Deputado Odorico Monteiro



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados debateu a regulamentação da profissão da sanitaria, prevista no PL 1821/21, e sua importância para a saúde pública no Brasil.

O debate foi realizado a pedido do deputado Odorico Monteiro (PSB-CE), que é relator da proposta no colegiado. O projeto define que sanitarias são profissionais graduados em Saúde Coletiva; pós-graduados de mestrado e doutorado em Saúde Coletiva; especialistas de residências multiprofissionais; bem como os profissionais que atuam na saúde há cinco anos.

Entre as atribuições desses profissionais estão analisar, monitorar e avaliar as situações de saúde; planejar, organizar, administrar, gerenciar, coordenar, auditar e supervisionar as atividades de saúde coletiva na esfera pública, não governamental, filantrópica ou privada; além de atuar em ações de vigilância sanitária.

"É preciso regulamentar a profissão de sanitaria dentro do rol as profissões de saúde, considerando a inserção dos profissionais que estão em prática no mercado de trabalho brasileiro no âmbito de

seu sistema público e do sistema privado de prestação de serviços em saúde", defende o parlamentar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Bruno Barros Anchieta (Representante da Coordenação Nacional dos Estudantes de Saúde Coletiva – CONESC)
- Indyara de Araújo Moraes (Presidente da Associação dos Bacharéis em Saúde Coletiva – ABASC)
- Leonardo Vilela (Assessor Parlamentar do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS)
- Nilo Bretas e Marco Franco (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS)
- Rosana Onocko (Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO)
- Thiago Campos (Diretor da Seção Nordeste do Instituto de Direito Sanitário Aplicado – IDISA)

Audiência Pública para tratar sobre a regulamentação da Telemedicina no Brasil e o PL 1998/2020

Data da reunião: 05/08/2021

Requerimento nº 262, da Deputada Adriana Ventura



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência sobre o Projeto de Lei 1998/2020, que regulamenta a telemedicina no Brasil.

Representantes do governo federal e de secretários estaduais e municipais de Saúde ouvidos pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados foram unânimes ao defender o uso da telemedicina como forma de viabilizar o direito de todos os brasileiros à saúde.

Os debatedores reconheceram, no entanto, que mesmo a interação virtual entre médicos e pacientes ainda esbarra em problemas estruturais do País, como a ausência de internet em algumas regiões. A regulamentação da telemedicina no Brasil está prevista no Projeto de Lei 1998/20, da deputada Adriana Ventura (Novo-SP) e de outros 14 deputados. A proposta tramita com outros três apensados.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Jacson Venancio de Barros e Adriana da Silva e Sousa (Ministério da Saúde)
- José Gustavo Sampaio Gontijo (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações)
- Marcelo Aragão (Tribunal de Contas da União)
- Teresa Gutierrez (Ordem dos Advogados do Brasil)
- Jurandi Frutuoso Silva (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS)
- Nilo Bretas (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS)

Audiência Pública para discutir a instituição do Dia Nacional da Planta Medicinal – PL 1922/2021

Data da reunião: 09/08/2021

Requerimento nº 211, do Deputado Odorico Monteiro



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir o Projeto de Lei 1922/21, que trata do Dia Nacional da Planta Medicinal.

O deputado Odorico Monteiro (PSB-CE), que pediu a audiência, explicou que, com a criação do Dia Nacional da Planta Medicinal, se busca dar "visibilidade e reconhecimento ao tema das plantas medicinais e, também, àqueles profissionais pesquisadores e pessoas que fazem uso no seu cotidiano dessas plantas".

"Muitos consideram as plantas medicinais como o primórdio do medicamento na forma como hoje o conhecemos. Muitos fármacos foram descobertos a partir do estudo de plantas de uso medicinal", observou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Mary Anne Medeiros (Coordenadora do Programa Farmácias Vivas)
- Francisco José de Abreu Matos (Representante da Coordenação do Curso de Farmácia e do Reitor da Universidade Federal do Ceará – UFC)
- Maria Diana Cerqueira Sales (Diretora e Fundadora da Startup Diana Sales Consultoria e Biotecnologia)
- Elaine Baptista e Nilton Netto (Conselho Federal de Farmácia – CFF)
- José Everaldo Pires (Presidente do Conselho Brasileiro de Fitoterapia)
- Laerte D'Agnoll (Diretora da Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde – ABIFISA)

- Sílvia Czermainski (Representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR)
- Sérgio Tinoco Panizza (Presidente de Honra da Associação Brasileira de Fitoterapia – ABRAPHYTO)
- Aida Montenegro

Audiência Pública para discutir a importância da Terapia Comunitária Integrativa na saúde mental no enfrentamento da Pandemia

Data da reunião: 10/08/2021

Requerimento nº 257, do Deputado Odorico Monteiro



Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Odorico Monteiro (PSB-CE), que pediu a realização do debate, lembrou que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) emitiu recomendação para garantir as condições sanitárias e de proteção social e enfrentar a pandemia, mas nem todos os gestores acataram as recomendações, e as mortes por Covid-19 ultrapassam 550 mil.

Monteiro disse ser necessário construir caminhos para enfrentar a pandemia e seus impactos na saúde mental e física. “É nesse cenário que a terapia comunitária integrativa, até então realizada presencialmente, se renova e se reinventa”, ressaltou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Adalberto Barreto (Criador da Terapia Comunitária Integrativa – TCI do Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitário - MISMEC-CE)
- Milene Zanoni (Vice-presidente da Associação Brasileira de Terapia Comunitária – ABRATECOM)
- Silvio Roberto Teixeira Barreira (Instituto de Pesquisa em Terapia Comunitária Integrativa e Ações Complementares – IPTECOM)
- Doralice Oliveira Gomes (Terapeuta Comunitária, Psicóloga, Técnica Distrital de Terapia Comunitária Integrativa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal - Gerência de Práticas Integrativas em Saúde)
- Giselle Nunes Mendes de Sousa (Assessora Técnica da Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras drogas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde)
- Ana Paula de Farias Fernandez (Terapeuta Comunitária do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim – MSMCBJ)

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa para debater os efeitos da reintegração familiar nas vidas de crianças e adolescentes

Data da reunião: 13/08/2021

Requerimento CLP nº 42, das Deputadas Talíria Petrone, Luiza Erundina, Vivi Reis e Deputado Glauber Braga; e Requerimento CSSF nº 21, da Deputada Vivi Reis



Portal da Câmara dos Deputados

Os deputados proponentes da audiência pública lembraram que, recentemente, o presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente proposta aprovada pelo Congresso Nacional que alterava o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para determinar que a adoção de uma criança ou um adolescente só seria concretizada depois de fracassadas as tentativas de reinserção familiar. A intenção do evento foi "ampliar o debate sobre a adoção e a reintegração familiar, de forma a subsidiar esta Casa na promoção de políticas públicas que visem a manutenção e ampliação de direitos das crianças e adolescentes".

Atualmente, o ECA estabelece que "a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa".

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

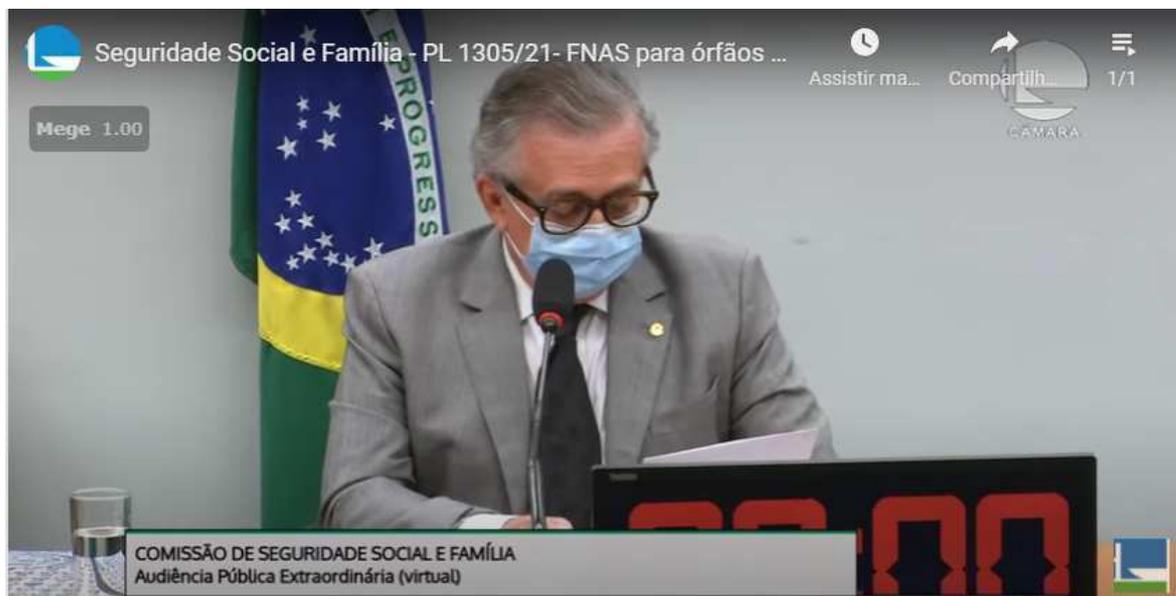
Convidados:

- Felipe Fernandes de Lima (Representante Do Instituto Brasileiro De Direito De Família – IBDFAM)
- Patrícia Félix - Conselheira Tutelar do RJ, Educadora Social, Advogada e Integrante da CDHAJ / OAB-RJ
- Dayse Cesar Franco (Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Neca - Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente)
- Eufrásia Maria de Souza (Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro)
- Max Costa (Secretário dos Direitos Humanos de Belém)
- Perla Ribeiro (Comissão de Direitos Humanos da CLDF, Assistente Social e Especialista em Políticas para Criança, Adolescente e Juventude)
- Willams Amaral Nogueira (Egresso de Abrigo)
- Sávio Bittencourt (Presidente do Observatório Nacional da Adoção)
- Iberê de Castro Dias - Juiz de Direito no Estado de São Paulo e Membro da Comissão Legislativa do Fórum Nacional da Justiça Protetiva – FONAJUP)

Audiência Pública para debater o PL nº 1.305/21, que determina que o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) destinará pensão individual e mensal no valor de um salário-mínimo a crianças e adolescentes que tenham ficado órfãos de pai e mãe em razão da pandemia de Covid-19

Data da reunião: 17/08/2021

Requerimento nº 239, do Deputado Flávio Nogueira



O debate atendeu a um requerimento do deputado Flávio Nogueira (PDT-PI). “Além do luto enfrentado neste momento de dor e perda, essas crianças dependem diretamente de seus responsáveis e, diante da maior tragédia sanitária do país, ficaram completamente desamparadas”, disse o parlamentar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Danyel Iório de Lima (Diretor do Departamento de Proteção Social Especial, Substituto - Ministério da Cidadania)
- Maurício José Silva Cunha (Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Viviane Ferreira Dourado (Conselheira Tutelar do Cruzeiro)
- Zélia Luiza Pierdoná (Procuradora Regional da República da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão - Ministério Público Federal)

Audiência Pública para debater os impactos da Covid-19 na comunidade negra, com destaque para a vida das Mulheres

Data da reunião: 23/08/2021

Requerimento nº 106, da Deputada Benedita da Silva



Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), requerente da audiência pública, afirmou que a pandemia afeta toda a coletividade, mas é especialmente cruel com os segmentos historicamente marginalizados.

"O dramático cenário de crise sanitária que o País enfrenta atinge a sociedade inteira, no entanto as marcas severas da desigualdade mostram que os efeitos da pandemia e da Covid-19 vem afetando de forma ainda mais intensa a comunidade negra e, mais diretamente, as mulheres negras", comentou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Jurema Werneck (Diretora Executiva da Anistia Internacional no Brasil)
- Givânia Maria da Silva (Cofundadora da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ)
- Luiza Batista Pereira (Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD)
- Renata Ferreira (Assistente Social, Mestre em Gestão e Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas - FGV)
- Ubiraci Matildes (Gestora estadual da política de equidade do estado da Bahia; Coordenadora do comitê técnico estadual de saúde da população negra, e do programa de combate ao racismo institucional na - Secretaria Estadual de Saúde da Bahia)

Audiência Pública para discussão dos Projetos de Lei 1531/2021 e 5253/2020 que garantem à pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME) tratamento oferecido pelo Sistema Único de Saúde – SUS

Data da reunião: 25/08/2021

Requerimento nº 286, dos Deputados Lucas Redecker, Adriana Ventura, Carmen Zanotto e Luiz Lima



Portal da Câmara dos Deputados

As duas propostas (PL 1531/21 e PL 5253/20) pretendem garantir o fornecimento gratuito do Zolgensma, considerado o remédio mais caro do mundo, que pode custar até R\$ 12 milhões por paciente.

A AME é uma doença genética rara e progressiva que afeta a capacidade da pessoa de caminhar, comer e até de respirar. A doença atinge aproximadamente um em cada 10 mil nascidos vivos, e é a principal causa genética de mortalidade infantil.

O Zolgensma, já aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pode curar a doença, mas precisa ser aplicado até os dois anos de idade.

O debate gera polêmicas porque pode comprometer a sustentabilidade do SUS. Por um lado o tratamento é essencial para o paciente, por outro lado o custo pode estourar o orçamento das secretarias de saúde.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Adriana Banzatto Ortega (Neurologista Pediátrica)
- Adriana Haas Villas Boas (Coordenadora-Geral das Pessoas com Doenças Raras da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência)
- Ana Patrícia de Paula (Coordenadora-Geral de Atenção Especializada – Ministério da Saúde)
- Augusto Guerra (Professor UFMG)
- Carina Galvão Freitas (Movimento ZOLGENSMA para TODOS)
- Diovana Loriato (Diretora do Instituto Nacional da Atrofia Muscular Espinhal – INAME)
- Edmar Zanoteli (Universidade de São Paulo)
- Fernando de Moraes Rego (Secretário Executivo Substituto – CMED)
- Leandro Fonseca da Silva (Diretor de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade do Sistema de Saúde – NOVARTIS)
- Luis Cláudio Lemos Correia (CONASS)

- Dandara Baçã de Jesus Lima (Coordenação-Geral de Atenção Especializada – Ministério da Saúde)
- Talita Daiane Souza Roda (Mãe de Marina, criança que tem Atrofia Muscular Espinhal – AME, que recebeu o Zolgensma como tratamento)
- Vanessa Van Der Linden Mota (Neurologista Pediátrica)
- Vania Cristina Canuto Santos (Diretora da DGITS - Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – CONITEC)

Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei nº Projeto de Lei nº 459/2015, dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, e do Projeto de Lei nº 2295/2000, que trata sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem

Data da reunião: 26/08/2021

Requerimento nº 173, da Deputada Carmen Zanotto



Portal da Câmara dos Deputados

Proponente da audiência pública, a deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) ouviu representantes da categoria sobre os dois projetos de lei em discussão na Câmara.

"São pautas de imprescindível relevância que merecem toda atenção e responsabilidade", afirmou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Betânia Maria dos Santos (Conselho Federal de Enfermagem)
- Gelson Luiz de Albuquerque (Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina)
- Mayra Isabel Correia Pinheiro (Ministério da Saúde)
- Daniel Menezes de Souza (Fórum Nacional de Entidades de Enfermagem)
- Sônia Acioli (Associação Brasileira de Enfermagem)

Audiência Pública sobre o Dia Nacional de Combate ao Fumo, comemorado no dia 29 de agosto

Data da reunião: 26/08/2021

Requerimento nº 204, do Deputado Zacharias Calil



Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), que propôs a realização da audiência, alertou que "o tabagismo é reconhecido como uma doença e também um fator de risco para as doenças crônicas não transmissíveis, categoria que inclui as doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, câncer, diabetes e transtornos mentais". Ele ressaltou que esse conjunto de doenças é responsável por 71% das mortes no mundo.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Diogo Alves (Consultor Nacional Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS)
- Felipe Mendes (Secretário Substituto da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco INCA/MS)
- Luiz Maltoni (Diretor Executivo da Fundação do Câncer)
- Clarissa Mathias (Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica - SBOC)
- Maria das Graças Rodrigues de Oliveira (Comissão de Controle do Tabagismo da Associação Médica Brasileira)
- Mônica Andreis (Diretora Executiva da ACT Promoção da Saúde)
- Suzana Tanni (Vice-presidente da Sociedade Paulista de Pneumologia e Tisiologia)

Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 4.998, de 2020, o qual altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que “dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para instituir a carteira de vacinação digital”, e o Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, o qual “cria o Certificado de Imunização e Segurança Sanitária (CSS)”, ambos originários do Senado Federal, e respectivos apensos

Data da reunião: 30/08/2021

Requerimento nº 222, da Deputada Chris Tonietto



Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), que pediu a audiência, criticou as duas propostas em debate na Câmara e já aprovadas pelo Senado Federal. Para ela, tais medidas restringem direitos fundamentais consagrados na Constituição da República.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Hermes Rodrigues Nery (Especialista em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Coordenador Nacional do Movimento Legislação e Vida)
- Akemi Scarlet Shiba (Médica psiquiatra)
- Giovanna Lara (PhD Material Science and Technology, com Bacharelado em Ciências Biológicas - PUC/MG)
- Maria Emília Gadelha Serra (Médica, com Mestrado pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP)
- José Nasser (Médico pela UFF Especialista em Neurologia pela UFF e ABN Especialista em Neurocirurgia pela SBN)
- Paolo Zanotto (Professor Doutor da Universidade de São Paulo, com experiência na área de microbiologia)

Audiência Pública para discutir os Projetos de Lei nºs 2079/2019 e 1214/2019

Data da reunião: 30/08/2021

Requerimento nº 266, das Deputadas Rejane Dias e Erika Kokay



Portal da Câmara dos Deputados

A audiência pública foi realizada para debater dois projetos de lei relacionados à atividade profissional dos psicólogos. As deputadas requerentes do evento, Rejane Dias (PT-PI) e Erika Kokay (PT-DF), afirmaram que "o estabelecimento da jornada de trabalho e a garantia do piso salarial constituem justas reivindicações da categoria, cujo atendimento é essencial não apenas para a garantia da qualidade dos serviços prestados à sociedade, como também para assegurar melhores condições de trabalho a eles".

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (Presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP)
- Fernanda Lou Sans Magano (Vice-Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI)
- Tamara Levi (Presidente do Sindicato das Psicólogas e Psicólogos do Distrito Federal)
- Thessa Guimarães (Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal)

Audiência Pública para debater as estratégias do “Plano nacional pelo fim da tuberculose como problema de saúde pública 2021-2025”

Data da reunião: 31/08/2021

Requerimento nº 95, do Deputado Antonio Brito



Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Antonio Brito (PSD-BA), que propôs a realização da audiência, afirmou que, em 2020, foram registrados cerca de 66 mil casos novos da doença e 4,5 mil mortes. "O Brasil permanece entre os 30 países de alta carga para a tuberculose para coinfeção TB-HIV [tuberculose e Aids]", alertou Brito.

O plano Brasil Livre da Tuberculose, lançado em 2017, ratifica os compromissos globais de enfrentamento da doença e estabelece metas de redução da incidência e do número de mortes a serem alcançadas até 2035.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Ethel Maciel (Professora da Universidade Federal do Espírito Santo e Presidente da Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose - REDE-TB)
- Nereu Henrique Mansano (Assessor técnico do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS)
- Ézio Távora (Articulação Social Brasileira para o Enfrentamento da Tuberculose - ART TB Bras)
- Alessandro Aldrin (Assessor técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS)
- Márcia Pádua Viana (Coordenadora-Geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos - Departamento de Proteção Social Especial, Secretaria Nacional de Assistência Social)
- Gerson Fernando Mendes Pereira (Diretor do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis - DCCI/SVS)
- Fernanda Dockhorn Costa Johansen (Coordenadora-Geral de Vigilância das Doenças de Transmissão Respiratória de Condições Crônicas - CGDR/DCCI)

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4347/1998, que estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências

Data da reunião: 31/08/2021

Requerimento nº 186, das Deputadas Adriana Ventura e Carmen Zanotto



Portal da Câmara dos Deputados

O texto em análise reduz a jornada de trabalhadores sujeitos a esforço repetitivo para o máximo de cinco horas e intervalos de 10 minutos a cada 50 minutos.

De acordo com as deputadas Adriana Ventura (Novo-SP) e Carmen Zanotto (Cidadania-SC), que solicitaram o debate, há necessidade de maior discussão do tema abordado pelo projeto de lei.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Gáudio de Paula (Instituto DIA)
- Hélio Zylberstajn (Universidade de São Paulo – USP)
- José Cesar (União Nacional das entidades do Comércio e Serviços – UNECS)
- Luciana Paula Conforti (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA)
- Rafael Kieckbusch (Confederação Nacional da Indústria – CNI)
- Rosylane Rocha (Associação Nacional de Medicina do Trabalho – ANAMT)
- Sandro Eduardo Sarda (Ministério Público do Trabalho)

Audiência Pública para a conscientização sobre as doenças cardiovasculares e apoio para a criação do “mês azul e vermelho da saúde”, no mês de agosto

Data da reunião: 02/09/2021

Requerimento nº 93, do Deputado Hiran Gonçalves



Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), que pediu a realização da audiência pública, explicou que azul e vermelho são as cores que representam, nos livros médicos, as veias e as artérias, respectivamente. Ele lembra também que, durante o mês de agosto, é comemorado o Dia do Cirurgião Vascular (15 de agosto).

"Queremos motivar as pessoas a cuidarem melhor de si mesmas, melhorar a imunidade, a autoestima, a saúde vascular, prevenir complicações decorrentes das doenças vasculares – como amputações pelo pé diabético, acidente vascular cerebral, embolia pulmonar, aneurismas rotos, amputações por falta de circulação –, enfim, atuar na conscientização, prevenção, saúde e bem-estar da população", afirmou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Antônio Carlos Souza (Diretor de Patrimônio da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – SBACV)
- Bruno de Lima Naves (Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – SBACV)
- Daniel Mendes (Tesoureiro da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – SBACV)
- Francesco Evangelista Botelho (Secretário da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – SBACV)
- Luiz Ovando (Deputado Federal pelo PSL-MS e cardiologista)
- Marcelo Burihan (Diretor de Publicações da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – SBACV)
- Marcelo Moraes (Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – SBACV)

Audiência Pública para debater a qualidade do ensino nos cursos de Medicina no Brasil

Data da reunião: 02/09/2021

Requerimento nº 250, do Deputado Zacharias Calil



Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), que pediu a audiência, afirmou que é notório que alguns cursos de medicina espalhados pelo País carecem de fiscalização e disponibilidade de estrutura e melhores condições para a boa formação dos futuros profissionais.

"Faz-se necessário qualificar os cursos de medicina já existentes, para que não haja risco de que novos médicos ingressem no mercado de trabalho com formação deficitária", observou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- César Eduardo Fernandes (Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB)
- Cristiane Dias Lepiane (Diretora de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação – MEC)
- Hélio Angotti Neto (Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde – MS)
- José Luiz Gomes do Amaral (Presidente da Associação Paulista de Medicina – APM)
- Júlio César Vieira Braga (Representante do Conselho Federal de Medicina – CFM)
- Lincoln Lopes Ferreira (Presidente da Confederação Médica Ibero-Latina-Americana e do Caribe – CONFEMEL)
- Márcio Yuri de Souza Ferreira (Presidente da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil - AEMED-BR)
- Mayra Isabel Correia Pinheiro (Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde – MS)
- Rafael Lobo de Souza (Diretor de Ensino Médico Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil - AEMED-BR)
- Sérgio Henrique da Silva Santos (Diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde da Secretaria de Educação Superior - Ministério da Educação)

Audiência Pública, no âmbito do GTONCO – GT Desafios da Oncologia no Brasil, para debater os resultados obtidos pela portaria GM/MS nº 3.712, de 22 de dezembro de 2020, que institui incentivo financeiro federal de custeio para fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do câncer no SUS

Data da reunião: 03/09/2021

Requerimento nº 268, da Deputada Tereza Nelma e do Deputado Dr. Frederico



Portal da Câmara dos Deputados

De acordo com a deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), que requereu a audiência pública, o GTONCO vem acompanhando a execução das medidas da Portaria GM/MS nº 3.712, de 2020, inclusive como forma de fortalecer o acesso às ações de prevenção, detecção precoce e controle de câncer durante a pandemia, no Sistema Único de Saúde.

“O debate visa à apresentação dos resultados alcançados com o incentivo financeiro federal de custeio contido na Portaria, pois estamos em um contexto alta demanda reprimida, diagnósticos tardios, desigualdade de acesso na saúde pública e necessidade de efetividade das políticas públicas”, destacou a parlamentar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Eliana Maria Ribeiro Dourado (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS)
- Luciana Holtz (Oncoguia)
- Maira Batista Botelho (Ministério da Saúde)
- Maria Cristina Sanches Amorim (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA)
- Marlene Oliveira (Instituto Lado a Lado)
- Max Mano (Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – SBOC)
- Rodrigo Lacerda (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS)

Audiência Pública conjunta com Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, para debater sobre a regulamentação e aplicação da Lei 14.128/21, que concede indenização aos profissionais de saúde tornados incapacitados para o trabalho pela Covid-19

Data da reunião: 09/09/2021

Requerimento nº 290, da Deputada Carmen Zanotto



Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), que pediu a audiência, lembrou que a Lei 14.128/21 estabelece a compensação financeira aos profissionais de saúde da linha de frente de combate à Covid-19 em caso de invalidez permanente ou morte.

"A indenização devida é de R\$ 50 mil para o trabalhador ou sua família. No caso de falecimento, há ainda uma prestação variável para dependentes menores de 21 anos — ou 24, caso estejam cursando faculdade. Neste caso, o valor é calculado multiplicando-se R\$ 10 mil pelo número de anos que faltam para atingir a idade necessária", explicou, destacando que, "segundo a lei, os recursos virão do Tesouro Nacional, mas ainda não há previsão orçamentária para desembolso dos valores", completou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Alex Fabiane Teixeira (Casa Civil - Presidência da República)
- Antônio José Coutinho de Jesus (Conselho Federal de Enfermagem)
- Estevam Rivello Alves (Conselho Federal de Medicina)
- Flora Juliani Galvão (Escritório de advocacia Juliani Galvão)
- Francisco Cortes Fernandes (Associação Nacional de Medicina do Trabalho – ANAMT)
- Representante da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia)

Audiência Pública para debater sobre experiências de inovações tecnológicas no tratamento de doenças crônicas e de saúde mental

Data da reunião: 13/09/2021

Requerimento nº 197, da Deputada Leandre



Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Leandre (PV-PR), autora do requerimento para realização da audiência, propôs com o encontro debater soluções inovadoras que podem revolucionar a prevenção e o tratamento de doenças da maneira como conhecemos hoje.

"A Ciência e a Tecnologia, quando aplicadas à Saúde, podem trazer caminhos mais eficientes e, em alguns casos, mais econômicos na busca por garantir o direito à saúde e o direito à vida de brasileiras e brasileiros", observou a deputada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Guilherme Lopes (Secretário da Secretaria de Saúde de Penedo/AL)
- Jaqueline Silva Misael (Coordenadora-Geral Substituta de Prevenção de Doenças Crônicas e Controle do Tabagismo da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde)
- Leandro Moura (Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR)
- Marcius Beltrão (Secretário da Secretaria de Desenvolvimento e Turismo de Alagoas)
- Raphael Ribeiro Bernardon (Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde)
- Wagner Marques (Representante Nagis Health)

Audiência Pública para debater a realização das cirurgias eletivas no Brasil

Data da reunião: 14/09/2021

Requerimento nº 278, do Deputado Emidinho Madeira



Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Emidinho Madeira (PSB-MG), que pediu a realização da audiência pública, destacou que, apesar de o Sistema Único de Saúde (SUS) ser uma das maiores políticas públicas de saúde do mundo, não tem conseguido atender a todas as demandas com a presteza necessária e a situação se agravou com a pandemia da Covid-19.

Ele defendeu a necessidade de se debater a retomada das cirurgias eletivas para que as filas não fiquem cada vez mais extensas. Os procedimentos mais demandados são para catarata, hérnias e vesícula. “É de se ressaltar que a demora na marcação das cirurgias eletivas traz evidentes prejuízos não só para o paciente, mas para todo o Sistema, já que torna necessário realizar novos exames pré-operatórios e até a complexidade da cirurgia”.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Eliana Maria Ribeiro Dourado (Assessora Técnica do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS)
- Fábio Baccheretti Vitor (Secretário da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais)
- Maíra Batista Botelho (Diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - Ministério da Saúde)
- Rodrigo Lacerda (Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS)
- Sérgio Yoshimasa Okane (Secretário de Atenção Especializada à Saúde – Ministério da Saúde)

Audiência Pública em homenagem ao Dia do Ortopedista

Data da reunião: 16/09/2021

Requerimento nº 306, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.



Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), solicitou a realização do evento por acreditar que "o profissional médico ortopedista é um dos maiores pilares do nosso sistema público de saúde".

De acordo com o parlamentar, a audiência pública também foi uma oportunidade para se discutir sobre os desafios da ortopedia no Brasil, "com foco maior no impacto da pandemia de Covid-19 na assistência do traumato ortopedista no País, a importância da ortopedia no envelhecimento saudável e a atuação dos ortopedistas na prevenção e tratamento das vítimas de traumas de trânsito".

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- João Antônio Matheus Guimarães (2º Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)
- Adalberto Visco (Presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)
- Alexandre de Bustamante Pallottino (Membro da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)
- Jorge dos Santos Silva (1º Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)
- Luis Marcelo de Azevedo Malta (Presidente da Regional RJ da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)
- Luiz Antônio Munhoz da Cunha (Presidente da Comissão de Políticas Médicas da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)
- Luiz Carlos Sobania (Membro da Comissão de Políticas Médicas da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)
- Marcos Esner Musafir (Presidente em 2007 da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)
- Moisés Cohen (Presidente do Congresso Anual da SBOT 2021 da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)
- Paulo Lobo Jr (Membro da Comissão de Políticas Médicas da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT)

Audiência Pública, no âmbito do Grupo de Trabalho destinado a debater os desafios da oncologia no Brasil, para debater a incorporação de novas tecnologias em oncologia e com mais disponibilidade à população, evitando a judicialização

Data da reunião: 16/09/2021

Requerimento nº 219, do Deputado Pedro Westphalen



Portal da Câmara dos Deputados

Para o deputado Pedro Westphalen (PP-RS), que solicitou a realização do debate, o objetivo da proposta é "minorar a judicialização de pacientes que necessitam de acesso a novos medicamentos, procedimentos e demais tecnologias, ainda não recomendadas pelos órgãos de controle".

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Ângelo Maiolino (Diretor da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular - ABHH)
- Carmino Sousa (Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS)
- Clarissa Mathias (Presidente Sociedade Brasileira de Oncologia - SBOC)
- Eduardo Calderari (Vice-Presidente da Associação da indústria farmacêutica de pesquisa - Interfarma)
- Gélcio Luiz Quintella Mendes (Diretor do Instituto Nacional de Câncer - INCA/SAES/MS)
- Renan Clara (Diretor Executivo da Sociedade Brasileira de Oncologia - SBOC)
- Renata Erthal Knust (Técnica da Área de Regulação e Normas Técnicas do Instituto Nacional do Câncer - INCA/SAES/MS)
- René José Moreira dos Santos (Coordenador de Desenvolvimento Institucional do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS)
- Vania Cristina Canuto Santos (Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS)

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação para discutir a importância da vacinação contra a gripe Influenza em tempos de pandemia

Data da reunião: 20/09/2021

Requerimento CE nº 97 e Requerimento CSSF nº163, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende



Portal da Câmara dos Deputados – Dep. Professora Dorinha Seabra, na foto

O pedido para realização da audiência pública foi apresentado pela presidente da Comissão de Educação, Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO). A deputada citou o alerta de especialistas sobre a importância de vacinar principalmente as crianças contra a gripe Influenza.

"Com as aulas presenciais ou híbridas sendo pouco a pouco retomadas, as crianças devem ampliar o contato social após meses de distanciamento de colegas, professores e demais profissionais da educação. É importante lembrar que a volta ao ambiente escolar significa também maior exposição ao vírus influenza, causador da gripe e que pode ser prevenido por meio de vacinação, recomendada a partir dos seis meses de idade", destacou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- **Walquiria Almeida** (Técnica de Influenza do Programa Nacional de Imunizações – Ministério da Saúde)
- **José Geraldo Leite Ribeiro** (Médico pediatra e epidemiologista)
- **Elizabeth Azoubel** (Enfermeira da Coordenação do Plano Nacional de Imunização da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Recife/PE)
- **Lays Scrovi** (Especialista em mídia performance, trabalhando com marketing digital há mais de 12 anos)

Audiência Pública para debater o PL nº 7.730/2014, que estabelece medidas de compensação tributária para indústrias do ramo de alimentos que produzam conforme parâmetros que possam potencialmente diminuir danos à saúde humana

Data da reunião: 20/09/2021

Requerimento nº 276, do Deputado Padre João



Portal da Câmara dos Deputados – Dep. Padre João, na foto

O debate atendeu a um requerimento do deputado Padre João (PT-MG). "Embora a proposta tenha como intenção reduzir o consumo de sódio e produtos ultraprocessados, com o objetivo de melhorar a saúde da população brasileira, o método proposto pode não ser o mais adequado, pois cria um incentivo, ao invés de punir, por meio de aumento de impostos, por exemplo, os alimentos considerados não saudáveis", justificou Padre João.

O deputado destacou que, enquanto em vários países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e grandes fabricantes de refrigerantes suportam sobretaxas e impostos específicos em razão da sua grande quantidade de açúcar e dos impactos negativos na saúde, no Brasil, essas mesmas empresas contam com isenções, subsídios e outros benefícios, recebendo tratamento tributário mais vantajoso do que produtos e alimentos saudáveis e de primeira necessidade.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Gisele Ane Bortolini (Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Departamento de Promoção da Saúde, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde)
- Luisete Bandeira (Consultora nacional em nutrição e atividade física da Organização Pan-Americana de Saúde OPAS/OMS no Brasil)
- Laís Amaral (Pesquisadora em Alimentos Programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec)
- Marília Albiero (Coordenadora de inovação e estratégia da ACT Promoção da Saúde)
- Camila Passos (Professora da Universidade Federal de Viçosa – UFV)
- Renata Alves Monteiro (Conselho Federal de Nutricionistas do Conselho Federal de Nutricionista - CFN)

Audiência Pública para discutir o impacto do Imposto de Renda na Seguridade Social e no planejamento familiar

Data da reunião: 21/09/2021

Requerimento nº 261, da Deputada Dra. Soraya Manato



Portal da Câmara dos Deputados – Dep. Dra. Soraya Manato – na foto

A adoção de um novo método para o cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que considere a realidade de cada família e a sua capacidade contributiva, foi o tema da audiência pública, solicitada pela deputada Dra. Soraya Manato (PSL-ES). O método, chamado de “splitting”, é utilizado em alguns países europeus.

A deputada disse que a proposta precisa ser mais divulgada entre os parlamentares. “Nós precisamos ter famílias fortes, com bases fortes, com educação e saúde de qualidade. Para formarmos brasileiros que possam realmente fazer a diferença neste País”, defendeu.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Heleno Taveira Torres (Universidade de São Paulo)
- Fábio Goulart Tomkowski (Instituto Brasileiro de Direito Tributário)
- Angela Vidal Gandra Martins (Secretária Nacional da Família Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Rodolfo Canônico (Diretor executivo do Family Talks, um dos programas da Associação de Desenvolvimento da Família – ADEF)

Audiência Pública para debater o tema do Índice Nacional de Inclusão

Data da reunião: 21/09/2021

Requerimento nº 190, do Deputado Alexandre Padilha



Portal da Câmara dos Deputados

A reunião foi realizada com a participação Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência para debater o Índice Nacional de Inclusão, lançado pelo Instituto Olga Kos, por iniciativa do Deputado Alexandre Padilha.

Segundo o instituto, a metodologia de desenvolvimento do protótipo do Índice foi reconhecida pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). A pesquisa será realizada em diversos municípios do País. Questionários serão aplicados em larga escala por entrevistadores que irão, também, acompanhar o dia a dia das pessoas com deficiência.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Adeildo Nogueira (Chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Assistência Social - Ministério da Cidadania)
- Angela Vidal Gandra da Silva Martins (Secretária Nacional da Família - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Fabíola Molina (Secretária da Secretaria do Esporte Lazer e Inclusão Social)
- José Agtônio Guedes (Secretário do Paradesporto da Secretaria Especial do Esporte)
- Natália Mônaco (Coordenadora do Departamento de Pesquisas Instituto Olga Kos)
- Rafael Raeff Rocha (Coordenador de Políticas Públicas e Coordenador-Geral de Assuntos Judiciários da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça)
- Wolf Vel Kos Trambuch (Presidente do Instituto Olga Kos)

Audiência Pública sobre “A epidemia de COVID-19 e a resposta brasileira da hepatite C, do HIV e AIDS na população privada de liberdade.”

Data da reunião: 23/09/2021

Requerimento nº 128, do Deputado Alexandre Padilha



Portal da Câmara dos Deputados

Médico infectologista, o deputado Alexandre Padilha (PT-SP), que propôs o debate sobre o controle de doenças da população carcerária durante da pandemia de Covid-19, disse que vai sugerir um projeto de indicação para que o Poder Executivo priorize a implantação de prontuários médicos eletrônicos no País, abrangendo, dessa maneira, também informações das populações privadas de liberdade.

“Vou preparar uma proposta de indicação para ser aprovada na comissão e assim pensarmos, dentro da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, em incentivos financeiros e regulatórios para estimular a implantação do prontuário eletrônico e da sua utilização nas unidades prisionais”, declarou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

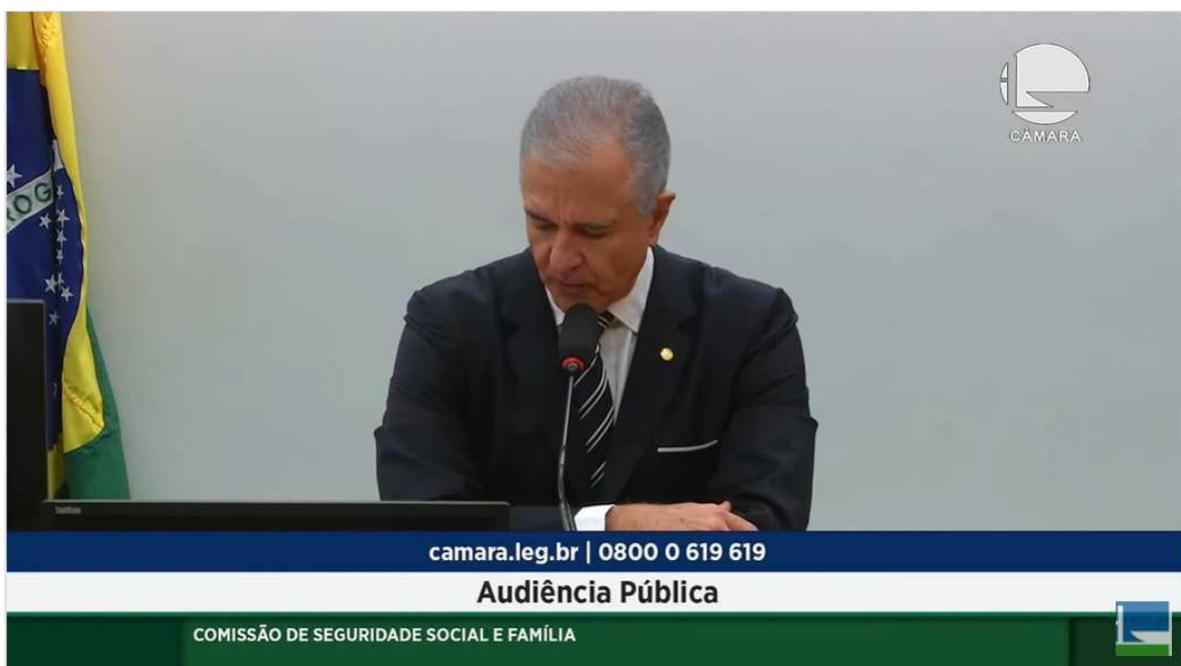
- Alessandro Aldrin (Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS)
- Antônio Augusto Brandão de Aras (Procurador Geral da República - Ministério Público Federal)
- Carla Ulhôa André (Assessora Técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS)
- Clovis Arns da Cunha (Presidente - Sociedade Brasileira de Infectologia)
- George Meira Trigueiro (Diretor da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde)
- Gerson Fernando Mendes Pereira (Diretor do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde)
- Liliana Cristina Mussi (Representante do Fórum das ONGs/Aids do Estado de São Paulo – FOAESP)
- Márcia Leão (Coordenadora Executiva do Fórum ONGs-Aids do Estado do Rio Grande do Sul)
- Nereu Henrique Mansano (Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS)

- Rodrigo Pereira Lopes (Coordenador de Saúde do Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça)

Audiência Pública para discussão do tema: Fazer-se cumprir a Lei 13.444/2017 e o Decreto 9.723/2017 que “Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN)”, com o objetivo de tornar o CPF a chave única da relação entre o cidadão e o SUS

Data da reunião: 23/09/2021

Requerimento nº 305, do Deputado Júlio Lopes



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quinta-feira (23) para debater o cumprimento da Lei 13.444/17, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN), com o objetivo de tornar o CPF a chave única da relação entre o cidadão e o SUS.

O deputado Julio Lopes (PP-RJ), que solicitou o debate, aponta que ocorrem muitas fraudes nos hospitais da rede pública brasileira "causadas principalmente devido a desorganização do atendimento médico-hospitalar". "A aceitação de um documento único (CPF) durante o atendimento, é uma soluções simples e eficaz ao problema apontado", diz ele.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Caio Mario Paes de Andrade (Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital - Ministério da Economia)
- Iuri Camargo Kisovec (Assessor-Chefe da Assessoria de Gestão de Identificação do Comitê Gestor da ICN)
- Luis Felipe Salin Monteiro (Secretário de Governo Digital - Ministério da Economia)
- Merched Cheheb de Oliveira (Diretor do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS do Ministério da Saúde)

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4.613, de 2020, que dispõe sobre direitos dos pacientes transplantados

Data da reunião: 27/09/2021

Requerimento nº 283, do Deputado Francisco Jr



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para debater o Projeto de Lei 4613/20, que garante aos pacientes transplantados os mesmos direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O pedido para realização da audiência é do deputado Francisco Jr (PSD-GO). O objetivo, segundo ele, é compreender melhor as dificuldades enfrentadas por esses pacientes.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Caren Silva Machado (Advogada e autora do livro "Pessoa Transplantada - A necessidade de criação do Estatuto de Proteção Integral")
- Edson Arakaki (Médico e Presidente da Associação Brasileira de Transplantados)
- Priscila Oliveira Modesto (Paciente transplantada)

Audiência Pública para debater sobre a terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes com covid-19 no âmbito do SUS

Data da reunião: 28/09/2021

Requerimento nº 159, das Deputadas Carmen Zanotto, Soraya Manato, Adriana Ventura, Carla Dickson, Rejane Dias e outros



Portal da Câmara dos Deputados

O pedido para realização do debate foi apresentado pela deputada Carmen Zanotto (Cidadania -SC). Ela lembra que o Projeto de Lei 1514/21, que exige terapia ECMO em hospitais de campanha para combate à Covid-19, teve a urgência aprovada pelo Plenário da Câmara, em maio.

"Entendemos a boa intenção do legislador ao apresentar tal proposta. Entretanto, a oxigenação extracorpórea por membrana é uma alternativa de alto custo e complexidade", ponderou a deputada. Para ela, a adoção dessa terapia deve estar vinculada a uma série de fatores como a capacidade de prover pessoal capacitado para manipular a máquina, limitações de recursos, carga de pacientes, e a política local.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Alessandro Ferreira do Nascimento (Coordenador de Pesquisas Clínicas em Produtos para Saúde – ANVISA)
- Maria Inez Pordeus Gadelha (Chefe de Gabinete da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – Ministério da Saúde)
- Rosana Leite de Melo (Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 – Ministério da Saúde)
- Vânia Canuto Santos (Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovações em Saúde – Ministério da Saúde)
- Elio Barreto de Carvalho Filho (Presidente da Sociedade Brasileira de Circulação Extracorpórea)
- Fábio Murilo da Costa (Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Circulação Extracorpórea)
- Vitor Salvatore Barzilai (Médico intensivista do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal, Membro da comissão de Educação da ELSO global - Extracorporeal Life Support Organization)
- Bruno Valle Pinheiro (Coordenador da comissão de terapia intensiva oficial da Sociedade

Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – SBPT)

- Fernando Antibas Atik (Departamento de Insuficiência Cardíaca da Sociedade Brasileira de Cardiologia - SBC/DEIC)
- Fernando Figueira (Cirurgião Cardiovascular no IMIP de Recife)

Audiência Pública para tratar da prevenção ao suicídio e automutilação

Data da reunião: 30/09/2021

Requerimento nº 292, da Deputada Liziane Bayer



Portal da Câmara dos Deputados

O debate atendeu a requerimento da deputada Liziane Bayer (PSB-RS), subscrito por Rejane Dias (PT-PI), Carla Dickson (Pros-RN), Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), Vivi Reis (Psol-PA) e Aline Gurgel (Republicanos-AP).

Liziane afirmou que a pandemia de Covid-19 agravou os problemas de saúde mental na população brasileira e que o governo tem de implementar ações com o intuito de evitar a automutilação e o suicídio – manifestações mais graves das doenças da mente.

"É fundamental instruir a sociedade acerca dessa responsabilidade do Estado, bem como muni-la de conhecimento para que, juntamente com o Poder Público, consiga auxiliar familiares e amigos que estão em profundo sofrimento", disse a parlamentar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Andrea Chaves (Representante do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU)
- Andreia Novo Volkmer (Coordenadora do Núcleo de Vigilância em Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Comitê Intersectorial de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio – RS)
- Angela Vidal Gandra da Silva Martins (Secretária Nacional da Família - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Christian Kieling (Psiquiatra e Professor de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)
- Elias Lacerda (Representante Escola da Felicidade e Centro de Valorização da Vida - CVV/RS)
- Franciane Bayer (Deputada Estadual pelo Rio Grande do Sul, Presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Suicídio)
- Francisco Xavier (Coordenador Geral de Medidas Socioeducativas e Programas

Intersectoriais Substituto da Secretaria Nacional de Assistência Social - Ministério da Cidadania)

- Leila da Silva Furquim Santos (Psicóloga)
- Mayra Pinheiro (Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Ministério da Saúde)
- Quirino Cordeiro (Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - Ministério da Cidadania)
- Rafael Bernardon Ribeiro (Coordenador Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde)

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater os impactos da endometriose na saúde física e mental das mulheres e a importância do diagnóstico precoce da doença

Data da reunião: 01/10/2021

Requerimento CMulher nº 34, da Deputada Erika Kokay e Requerimento CSSF nº 267, da Deputada Benedita da Silva



Portal da Câmara dos Deputados

A audiência pública foi realizada em conjunto com a para discutir os impactos da endometriose na saúde física e mental das mulheres, doença caracterizada por presença de tecido endometrial (que reveste a parede do útero) fora da cavidade uterina. Entre os sintomas estão dores no abdome, fortes cólicas menstruais, dores na vagina ou na pelve durante a relação sexual, diarreia no período menstrual ou dor para evacuar, sangramento nas fezes, dor para urinar, sangramento na urina e infertilidade.

Por todos os sintomas, as deputadas Benedita da Silva (PT-RJ) e Erika Kokay (PT-DF), que solicitaram a realização do debate, apontaram que a doença é incapacitante em grande parte dos casos. "Estima-se que, no Brasil, 15% das mulheres, ou 7 milhões, sofram com a endometriose – que atinge uma a cada dez em idade reprodutiva, com idades entre 15 e 45 anos", afirmaram.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Ana Cristina Russo (Coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde)
- Silvana Pereira Campos (Portadora de Endometriose há 7 anos, embaixadora Social por Endometriose Mulher de Brasília e Representante AMO Acalentar no DF)
- Maria Helena (Representante do Movimento de mulheres com Endometriose)

- Melissa de Castro Abelha Rosado (Ginecologista e Especialista em Reprodução Humana pelo Hospital Materno Infantil de Brasília)
- Alexandre Brandão Sé (Membro da Sociedade Brasileira de Endometriose e Especialista em Endoscopia Ginecológica pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia - Febrasgo)
- Marta de Betânia Rabelo Teixeira (Ginecologista e Obstetra - Referência Técnica Distrital de Ginecologia e Obstetrícia da Secretaria de Saúde do DF, representante da Secretaria de Saúde do DF)

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 3.644, de 2019, que altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade

Data da reunião: 04/10/2021

Requerimento nº 251, da Deputada Leandre



Portal da Câmara dos Deputados

Em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, na segunda-feira (4), participantes defenderam proposta (PL 3644/19) que permite ao juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar para as mães que amamentam, exceto se a prisão domiciliar decorrer de crime hediondo ou equiparado, como o tráfico de drogas.

O projeto já passou pelo Senado e pela Comissão de Segurança Pública da Câmara. Agora, aguarda análise da Comissão de Seguridade, que realizou o debate a pedido da relatora, a deputada Leandre (PV-PR).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Ana Cifali (Instituto Alana)
- Antônio Tavares (Juiz do Conselho Nacional de Justiça – CNJ)
- Raquel Chrispino (Juiza do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ)
- Raum Batista (Associação Brasileira Terra dos Homens)

Audiência Pública em comemoração aos 15 anos da Lei nº 11.350/2006 que regulamenta as atividades dos ACS e dos ACE

Data da reunião: 05/10/2021

Requerimento nº 285, dos Deputados Jorge Solla e Alexandre Padilha



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública na terça-feira (5) para discutir os 15 anos da Lei 11.350/06, que regulamenta as atividades dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate às endemias (ACE).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Antônio Leopoldo Nogueira Neto (Coordenador-Geral de Garantia dos Atributos da Atenção Primária da Secretaria de Atenção Primária à Saúde – Ministério da Saúde)
- Ilda Angélica Correia (Presidente da Confederação Nacional dos ACS - CONACS)
- Marivalda Santos Pereira de Araújo (Presidente do Fórum Nacional das Representações dos ACS e ACE - FNARAS)
- Elane Alves (Assessora jurídica da categoria dos ACS e ACE)
- Luís Cláudio (Presidente da Federação Nacional dos ACS - FENASCE)

Audiência Pública para debater a instituição do Dia Nacional da Fenilcetonúria proposta pelo PL nº 7, de 2020

Data da reunião: 07/10/2021

Requerimento nº 240, do Deputado Diego Garcia



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados reuniu-se na quinta-feira (7) para discutir o Projeto de Lei 7/20, da deputada Carla Zambelli (PSL-SP), que cria o Dia Nacional da Fenilcetonúria.

A fenilcetonúria é uma doença genética rara que causa a deficiência de uma enzima hepática. A doença, que pode ser detectada com o teste do pezinho, não tem cura e seu tratamento é feito por meio de dieta, evitando o consumo de alimentos ricos em fenilalanina, que a pessoa com fenilcetonúria não consegue metabolizar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Fabiano Romanholo Ferreira (Coordenador-Geral Substituto de Sangue e Hemoderivados da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - Ministério da Saúde)
- Marcia Maria Costa Giacom Giusti (Responsável Médica do Ambulatório de Triagem Neonatal Serviço de Referência em Triagem Neonatal - Instituto Jô Clemente)
- Patricia Barbosa Ferrari (Médica Pediatra - Hospital São Lucas de Curitiba/PR)
- Simone Arede (Presidente da Associação Mães Metabólicas)
- Tânia Bacheга (Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal Erros Inatos do Metabolismo – SBTEIM)

Audiência Pública conjunta com as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater a importância da Navegação de pacientes para a melhoria da atenção ao câncer de mama

Data da reunião: 07/10/2021

Requerimento CMulher nº 60 e Requerimento CSSF nº 330, das Deputadas Tereza Nelma, Dra Soraya Manato, Silvia Cristina e Carmen Zanotto e do Deputado Dr Frederico



Portal da Câmara dos Deputados

A reunião foi realizada em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e com a comissão especial destinada a acompanhar as ações de combate ao câncer no Brasil, para debater a importância da navegação de pacientes para atenção ao câncer de mama.

O navegador, geralmente da área da enfermagem, atua na linha de cuidado do paciente, guiando-o durante todo o tratamento, de forma a diminuir barreiras administrativas, sociais, psicológicas e emocionais que possam prejudicar o sucesso da terapia.

A deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), que solicitou a audiência, lembrou que o câncer de mama é o segundo tipo que mais acomete as mulheres brasileiras, representando em torno de 25% de todos os cânceres que afetam o sexo feminino. Por isso a importância da campanha Outubro Rosa, lembrou a deputada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Renata de Toledo Rodvalho (Coordenadora de Parcerias no Instituto Avon)
- Sandra Gioia (Coordenadora do Programa de Navegação de Pacientes da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro)
- Marcia Fernandes Lucas (Secretária de Saúde de São João de Meriti/RJ)
- Quiucha Waleska Araujo Leite Ferreira (Paciente do Programa de Navegação de Pacientes do Município de São João do Meriti/RJ)
- Maria Cristina Sanches Amorim (Gerente Geral da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA)
- Sérgio de Oliveira Monteiro (Médico Mastologista do Hospital do Câncer III - Representante do Ministério da Saúde)

Audiência Pública conjunta com as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater o enfrentamento ao câncer de mama nas jovens mulheres - 18 a 49 anos

Data da reunião: 14/10/2021

Requerimento CMulher nº 58 e Requerimento CSSF nº 328, das Deputadas Tereza Nelma, Dra Soraya Manato, Silvia Cristina e Carmen Zanotto e do Deputado Dr Frederico



Portal da Câmara dos Deputados

Realizada em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, o debate integrou a programação do Outubro Rosa, promovido pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, uma campanha mundial de conscientização tem como objetivo principal alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.

A deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), que pediu a realização do debate, ressaltou que existem vários tipos de câncer de mama. “Alguns evoluem de forma rápida, outros, não. A maioria dos casos tem bom prognóstico”, afirmou a parlamentar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Ana Patrícia de Paula (Coordenadora Geral de Atenção Especializada e Temática - Ministério da Saúde)
- Arn Migowski Rocha dos Santos (Chefe da Divisão de Detecção Precoce de Câncer e Apoio à Organização de Rede, na elaboração e avaliação de programas nacionais de detecção precoce de câncer do Instituto Nacional de Câncer – INCA)
- Marlene Oliveira (Presidente do Instituto Lado a Lado)
- Maria Eliane Ramos do Nascimento (Paciente Oncológica e servidora terceirizada da Câmara dos Deputados)
- Nelson Luiz Nunes de Faria (Mastologista e Cancerologista do Hospital Meridional - Serra/ES)

Audiência Pública para debater sobre a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados, tratada no PL 1.774/2019

Data da reunião: 18/10/2021

Requerimento nº 280, da Deputada Adriana Ventura



Portal da Câmara dos Deputados

A reunião de audiência pública ocorreu na segunda-feira (18) para discutir a proposta que autoriza supermercados e estabelecimentos similares a vender medicamentos que dispensam receita médica.

O Projeto de Lei 1774/19 foi apresentado pelo deputado Glaustin da Fokus (PSC-GO) e pretende facilitar o acesso da população a esses medicamentos.

O debate foi sugerido pela deputada Adriana Ventura (Novo-SP), que é a relatora da proposta.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Ediane de Assis Bastos (Coordenadora-Geral de Assistência Farmacêutica Básica - Ministério da Saúde)
- Adriano Olian Cassano (Servidor da Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária (GGFIS) – ANVISA)
- Walter da Silva Jorge João (Presidente do Conselho Federal de Farmácia)
- Renato Alencar Porto (Diretor-Executivo de Relações Institucionais - Abrafarma)
- Cassiano Correr (Consultor técnico – Abrafarma)
- Mauricio Ungari (Vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS)
- Jorge Raimundo (Presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição)

Audiência Pública para tratar sobre o VIGITEL 2021

Data da reunião: 19/10/2021

Requerimento nº 271, do Deputado Alexandre Padilha



Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP) coordenou a reunião e afirmou que justamente pela relação direta entre essas doenças e a Covid-19, o Ministério da Saúde deveria ter se empenhado na coleta e divulgação rápida desses dados, como forma de nortear ações mais precisas nos estados e municípios.

“Qualquer ação sobre doenças crônicas não transmissíveis, sobretudo prevenção e formação não pode estar dissociada do enfrentamento à pandemia, pelo contrário, uma das estratégias fundamentais para o enfrentamento da pandemia é a prevenção, o cuidado e o esforço para termos mais informações e enfrentarmos a situação das doenças crônicas não transmissíveis no mundo e no nosso país”, disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Arthur Aguillar (Coordenador Políticas Públicas do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS)
- Deborah Carvalho Malta (Professora do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem – UFMG)
- Eliana Regina Veiga Chomatas (Representante do Conselho Nacional de Secretarias de Estado de Saúde – CONASS)
- Patrícia Jaime (Professora da Universidade de São Paulo - USP)
- Patricia Pereira Vasconcelos de Oliveira (Diretora Substituta do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis - Ministério da Saúde)
- Paula Johns (Diretora Geral da ACT Promoção da Saúde)
- Thais Junqueira (Superintendente Geral – UMANE)

Audiência Pública para debater o fortalecimento e reestruturação do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS)

Data da reunião: 21/10/2021

Requerimento nº 299, do Deputado Jorge Solla



Portal da Câmara dos Deputados

A audiência pública ocorreu na quinta-feira (21) para debater o fortalecimento do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

O deputado Jorge Solla (PT-BA), que pediu a audiência, afirmou que o Denasus exerce atividade fundamental como órgão central de suporte e ferramenta de gestão para o Ministério da Saúde. "No entanto, padece com o paulatino enfraquecimento de suas funções e com a diminuição do seu efetivo", observou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Bruno Bianco Leal (Secretário Especial de Previdência e Trabalho - Ministério da Economia)
- Cláudio Azevedo Costa (Diretor do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS - Ministério da Saúde)
- Esteves Pedro Colnago Junior (Assessor Especial de Relações Institucionais - Ministério da Economia)
- Francisca Valda da Silva (Conselheira do Conselho Nacional de Saúde - CNS)
- Marcelo Chaves Aragão (Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União – TCU)
- Paulo Marcelo Barbosa (Representante do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado – FONACATE)
- Solimar Vieira da Silva Mendes (Presidente do UNASUS Sindical)

Audiência Pública com o tema “Fortalecimento dos vínculos familiares como estratégia de proteção social”, em razão do Dia Nacional de Valorização da Família, em 21 de outubro, para debater os PL 1926/2021 e PL 18/2020

Data da reunião: 21/10/2021

Requerimento nº 344, do Deputado Diego Garcia e da Deputada Carmen Zanotto



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutiu na quinta-feira (21) o fortalecimento dos vínculos familiares como estratégia de proteção social. O debate coincidiu com o Dia Nacional da Valorização da Família, instituído pela Lei 12.647/12.

"Na iminência de uma realidade pós-pandemia, período em que a família se destacou como local protagonista do desenvolvimento das pessoas, a reflexão sobre estratégias de fortalecimento dos vínculos familiares está ainda mais urgente", afirmaram os deputados Diego Garcia (Pode-PR) e Carmen Zanotto (Cidadania-SC) no documento em que pediram a realização da audiência.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Angela Vidal Gandra da Silva Martins (Secretária Nacional da Secretaria Nacional da Família - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Caio Morau (Diretor Nacional da Comissão de Assuntos Legislativos da Associação de Direito de Família e das Sucessões - ADFAS)
- Cristiano Nabuco de Abreu (Coordenador do Grupo de Dependências Tecnológicas do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina - Universidade de São Paulo)
- Gilda Franco Montoro (Diretora-presidente do Centro de Estudos e Assistência à Família – CEAF)
- Juliana Fernandes (Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério da Cidadania)
- Rodolfo Barreto Canônico (Diretor executivo da Associação de Desenvolvimento da Família - ADEF Family Talks)

Audiência Pública conjunta com as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater as consequências da pandemia para o diagnóstico e tratamento do câncer de mama e de útero no Brasil

Data da reunião: 21/10/2021

Requerimento CECâncer nº 25, das Deputadas Carmen Zanotto, Tereza Nelma e do Deputado Dr Frederico, Requerimento CMulher nº 59 e Requerimento CSSF nº 329, das Deputadas Tereza Nelma, Dra Soraya Manato, Carmen Zanotto, Silvia Cristina, Elcione Barbalho e do Deputado Dr Frederico



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família participou da audiência pública promovida pela Comissão Especial que acompanha as ações de combate ao câncer no Brasil, cujo debate tratou do tema: "As consequências da pandemia para o diagnóstico e tratamento do câncer de mama e de útero no Brasil".

O evento integrou a programação do Outubro Rosa, promovido pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, e foi solicitado pelas deputadas Carmen Zanotto (Cidadania-SC), Tereza Nelma (PSDB-AL), Dra. Soraya Manato (PSL-ES), Silvia Cristina (PDT-RO) e Elcione Barbalho (MDB-PA) e pelo deputado Dr. Frederico (Patriota-MG).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Luciana Holtz (Fundadora e Presidente do Instituto ONCOGUIA)
- Daniele Xavier Assad (Membro do Comitê de Mama – SBOC)
- Arn Migowski Rocha dos Santos (Chefe da Divisão de Detecção Precoce de Câncer e Apoio à Organização de Rede, na elaboração e avaliação de programas nacionais de detecção precoce de câncer do Instituto Nacional do Câncer - INCA/MS)
- Maria Doralice Foching (Paciente oncológica do SUS)

Audiência Pública para tratar do seguinte tema: Prontuário Eletrônico Único e o PL 3.814/2020

Data da reunião: 25/10/2021

Requerimento nº 274, da Deputada Adriana Ventura



Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP), que propôs a realização da audiência, acredita que o Brasil necessita avançar na informatização dos serviços de saúde, e a criação de prontuário eletrônico único caminha nesta direção.

"Nosso sistema de saúde sofre com a falta de integração de dados, por isso precisamos buscar a criação de um modelo integrado que agilizará a gestão, a pesquisa, e produzirá uma resposta mais adequada aos pacientes", disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Thaís Lucena de Oliveira (Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação-Geral de Inovações em Sistemas Digitais – Ministério da Saúde)
- Alexandre de Menezes Rodrigues (2º Vice-Presidente do CFM e coordenador da Câmara Técnica de Informática em Saúde - Conselho Federal de Medicina)
- Marco Aurélio Ferreira (Diretor de Relações Governamentais)
- Rogéria Leoni Cruz (Diretora Jurídica do Hospital Albert Einstein)
- Sergio Sgobbi (Diretor de Relações Institucionais e Governamentais - Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC) e de Tecnologias Digitais)
- Luis Gustavo Gasparini Kiatake (Presidente da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde – SBIS)

Audiência Pública para debater sobre o PL 775/2021, que trata da situação das famílias acolhedoras e sobre a adoção de crianças ou adolescentes por essas famílias

Data da reunião: 26/10/2021

Requerimento nº 311, da Deputada Carla Dickson



Portal da Câmara dos Deputados

A audiência pública ocorreu na terça-feira (26) sobre o Projeto de Lei 775/2021, que permite que famílias que se encontram na fila para adoção possam atuar como famílias acolhedoras, com prioridade na adoção do acolhido.

A autora do requerimento para a audiência pública foi a deputada Carla Dickson (Pros-RN), relatora da proposta na comissão. O objetivo da deputada foi ouvir especialistas, atores e instituições sobre a questão, "em busca da compreensão aprofundada sobre as possíveis implicações com sua aprovação e caminhos para seu aprimoramento, visando a convergência com a proteção do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária".

Fonte: Agência Câmara de Notícias

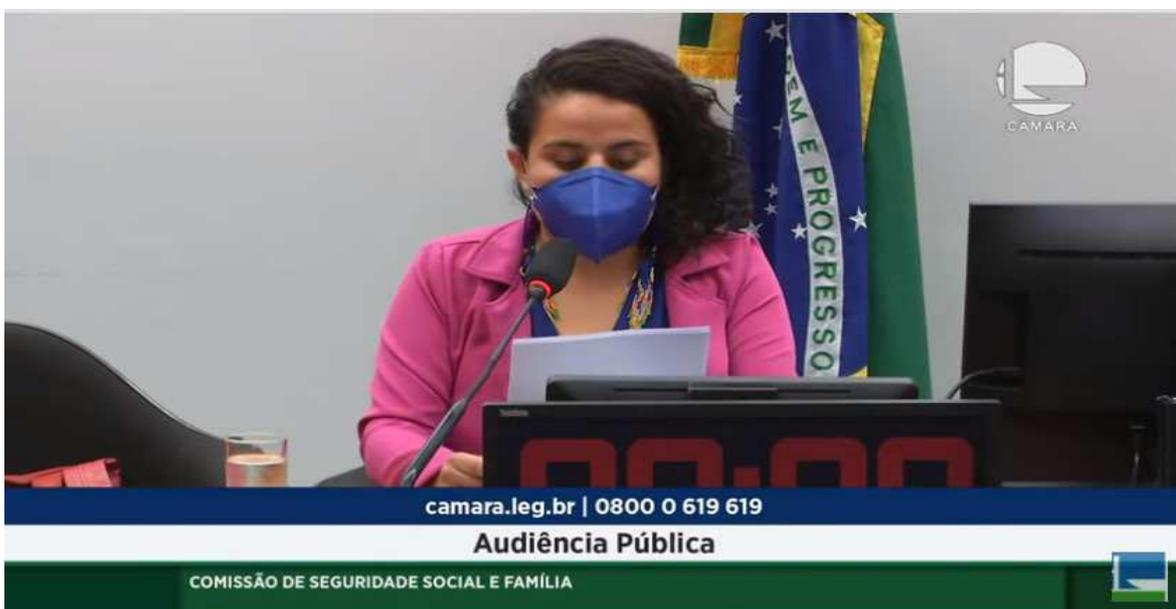
Convidados:

- André Tuma (Promotor Público do Ministério Público de Minas Gerais)
- Fernanda Ramos Monteiro (Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Ivânia Ghesti (Doutora em Psicologia Clínica e Cultura - Universidade de Brasília)
- Juliana Pereira (Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social - Ministério da Cidadania)
- Sérgio Luiz Ribeiro (Juiz do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro)
- Sidney Fiori (Promotor Público - Ministério Público de Tocantins)

Audiência Pública para debater as condições de trabalho dos profissionais da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional

Data da reunião: 26/10/2021

Requerimento nº 315, da Deputada Carla Dickson



Portal da Câmara dos Deputados

A audiência pública ocorreu na terça-feira (26) para debater as condições de trabalho dos profissionais da fisioterapia e da terapia ocupacional, conforme requerimento feito pela deputada Vivi Reis (Psol-PA) e assinado também pelas deputadas Daniela do Waguinho (MDB-RJ), Rejane Dias (PT-PI) e Carmen Zanotto (Cidadania-SC).

Foram convidados para discutir o assunto com a comissão representantes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Crefito) de diversos estados, além de outras entidades, como a Associação de Fisioterapeutas do Brasil (AFB), a Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais (Abrato) e o Núcleo de Fisioterapeutas Servidores Públicos da Prefeitura de São Paulo (Nufisp), dentre outros.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Abidiel Pereira Dias (Diretor Tesoureiro do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO)
- Cristiane Ferreira da Silva Carvalho (Conselheira do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região - CREFITO-3)
- Daniel da Cunha Ribeiro (Presidente da Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva – ASSOBRAFIR)
- Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima (Presidente da Associação de Fisioterapeutas do Brasil - AFB)
- Derivan Brito da Silva (Presidente da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais - ABRATO)
- Elineth da Conceição Braga Valente (Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região - CREFITO-12)
- Laís Souza (Coordenadora da Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia – ABENFISIO)
- Letícia Meda Vendrusculo Fangel (Presidente da Associação de Terapeutas Ocupacionais dos Contextos – ATOHOSP)
- Marcelo Reina (Fisioterapeuta do Núcleo de Fisioterapeutas Servidores Públicos da

Prefeitura de São Paulo - NUFISP)

- Omar Luis Rocha da Silva (Diretor Presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos dos Terapeutas – ABDDITO)
- Rafael Garcia Barreiro (Presidente Rede de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional – RENETO)

Audiência Pública conjunta com as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater a aplicabilidade das Leis 10.223/2001, 12.802/2013 e 13.770/2018 da reconstrução mamária no Brasil

Data da reunião: 26/10/2021

Requerimento CECâncer nº 24, das Deputadas Carmen Zanotto, Tereza Nelma e do Deputado Dr Frederico, Requerimento CMulher nº 61 e Requerimento CSSF nº 331, das Deputadas Tereza Nelma, Dra Soraya Manato, Carmen Zanotto, Silvia Cristina, Elcione Barbalho e do Deputado Dr Frederico



Portal da Câmara dos Deputados

A comissão especial criada para acompanhar as ações de combate ao câncer no Brasil, em conjunto com as comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Seguridade Social e Família e com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados promovem debate nesta quinta-feira (28) sobre a aplicabilidade das leis que garantem reconstrução mamária em casos de câncer.

Atualmente, três leis garantem a reconstrução mamária para mulheres que perderam os seios em razão do câncer: a Lei 10.223/2001, que trata da obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora por planos e seguros privados de assistência à saúde; a Lei 12.802/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS); e a Lei 13.770/2018, que alterou as leis 9.656/1998 e 9.797/1999.

O evento integra a programação do Outubro Rosa, promovido pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. O debate foi proposto pelas deputadas Tereza Nelma (PSDB-AL), Carmen Zanotto (Cidadania-SC), Dra. Soraya Manato (PSL-ES), Silvia Cristina (PDT-RO) e Elcione Barbalho (MDB-PA) e pelo deputado Dr. Frederico (Patriota-MG).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Aline Leal Gonçalves Creder Lopes (Tecnologista da Coordenação-Geral de Atenção Especializada -Ministério da Saúde)
- José Pedrini (Chefe do Serviço de Mastologia do Hospital Conceição/RS)

- Joana Jeker (Representante do Instituto Recomeçar)
- Maria Nazaré da Conceição Januário (Paciente oncológica)
- Francisca Beltrão da Matta (Mastologista e coordenadora do Programa AME-SE da Secretaria de Saúde do Estado de Alagoas - SESAU/AL)

Audiência Pública com o objetivo de conhecer e discutir a respeito da Vacina desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que pode proteger mulheres e seus bebês dos efeitos do uso de cocaína durante a gravidez

Data da reunião: 28/10/2021

Requerimento nº 314, dos Deputados Francisco Jr e Dr Luiz Antonio Teixeira Jr



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu debate na quinta-feira (28) sobre vacina desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que pode proteger mulheres e seus bebês dos efeitos do uso de cocaína durante a gravidez. A audiência foi sugerida pelos deputados Francisco Jr. (PSD-GO) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr (PP-RJ).

Na avaliação dos parlamentares que pediram o debate, os resultados iniciais da pesquisa são animadores e merecem a atenção desta Comissão, "especialmente porque um empreendimento dessa magnitude e alcance necessita de investimento público para que os resultados sejam otimizados".

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Frederico Duarte Garcia (Professor do Departamento de Saúde Mental da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)
- Humberto José Alves (Diretor da Faculdade da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)
- Maila de Castro Lourenço das Neves (Professora do Departamento de Saúde Mental Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)
- Sandra Regina Goulart Almeida (Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

Audiência Pública para lançamento dos Projetos Outubrinho Rosa e Novembrinho Azul, promovidos pela Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE

Data da reunião: 28/10/2021

Requerimento nº 351, do Deputado Zacharias Calil e Requerimento nº 352, da Deputada Rejane Dias



Portal da Câmara dos Deputados

O encontro para debate o “Projeto Outubrinho Rosa e o Projeto Novembrinho Azul” foi requerido pelo deputado Dr. Zacharias Calil (DEM-GO).

A ação “Outubrinho Rosa” visa estimular as famílias a procurarem precocemente as redes de atenção à saúde para os cuidados específicos de meninas e adolescentes até 15 anos de idade, para detectar situações de nódulos mamários, amenorreia primária, dores pélvicas, sangramentos e lesões genitais.

Já o “Novembrinho Azul” é voltado para a criança e o adolescente do sexo masculino até 15 anos. O objetivo do projeto é o diagnóstico e tratamento precoces de doenças como fimose, hipospádia, hérnia inguinal, distopia testicular, disfunção urinária e varicocele.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Antônio Rodrigues Braga Neto (Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Ministério da Saúde)
- Camila Penedo (Cirurgiã Pediátrica)
- Cristina Reuter (Cirurgiã Pediátrica)
- Karine Furtado Meyer (Cirurgiã Pediátrica)
- Lisieux Eyer de Jesus (Coordenadora da Comissão de Urologia - Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica - CIPE)
- Luciana Silva (Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP)
- Maria do Socorro Mendonça de Campos (Presidente da Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica - CIPE)
- Fernanda Ramos Monteiro (Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Substituta)
- Raphael Câmara Medeiros Parente (Secretário de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde)

Audiência Pública para debater o tema referente aos testes com o medicamento proxalutamida, sem autorização da ANVISA e do CONEP, em pacientes com COVID-19, realizados pelo Hospital da Brigada Militar do Rio Grande do Sul

Data da reunião: 04/11/2021

Requerimento nº 294, do Deputado Henrique Fontana



Portal da Câmara dos Deputados

O deputado Henrique Fontana (PT-RS), que pediu a audiência, citou reportagem investigativa do jornalista Pedro Nakamura, veiculada pelo portal de notícias Matinal, do Rio Grande do Sul, em 24 de agosto deste ano, que descreve a realização de testes com o medicamento proxalutamida, sem autorização da Anvisa, em pacientes com Covid-19 no Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre (HBMPA).

"Ao que tudo indica, podemos estar diante de um caso grave de experimento com seres humanos sem autorização de órgãos competentes e sem o conhecimento da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde", observou o deputado.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Major médico Christiano Perin (Ex-chefe da UTI do HBMPA)
- TCel QOEM Artur ArreguiZilio (Diretor do HBMPA)
- Ricardo Zimerman (Infectologista do HBMPA)
- Flávio Cadegiani (Endocrinologista do HBMPA)
- Jorge Venancio (Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP)
- Rogério Friedman (Médico e Professor da UFRGS)
- Gustavo Mendes Lima Santos (Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - ANVISA)
- Daniela Marreco Cerqueira (Diretora Adjunta da Quinta Diretoria - ANVISA)
- Márcio Pessoa Costa Pinho (Coordenador substituto de Inspeção e Fiscalização de Medicamentos - ANVISA)
- Pedro Nakamura (Jornalista portal de notícias MATINAL do Rio Grande do Sul)

Audiência Pública para debater sobre a Neuropatia Óptica Hereditária de Leber (LHON)

Data da reunião: 04/11/2021

Requerimento nº 342, do Deputado Jorge Solla



Portal da Câmara dos Deputados

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutiu pela primeira vez a Neuropatia Óptica Hereditária de Leber (LHON). Uma doença rara que se manifesta através de uma mutação genética mitocondrial que leva a perda da visão de forma abrupta que acomete homens e mulheres de forma silenciosa e indolor.

A pauta da reunião abarcou discussões sobre a ocorrência das manifestações iniciais da LHON que surpreende a vida de inúmeras pessoas em todo o Brasil, a dificuldade destas pessoas de acessarem exames para um diagnóstico preciso, os espaços de pesquisas e importância da ciência na busca de resposta para as doenças mitocondriais, as opções de tratamentos da LHON, a necessidade do reconhecimento do medicamento IDEBENONA pela ANVISA, a facilitação do alcance a este medicamento, até então considerado de alto custo, as possibilidades do fornecimento deste medicamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), também foi discutido o direito do acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) por se tratar de deficiência permanente e o estabelecimento de garantia de cotas em concursos públicos.

Foi sugerido e solicitado pelos participantes a criação de um GT para que as discussões sejam intensificadas e continuidade na busca de estabelecer-se atenção e apoio real as pessoas afetadas pela LHON.

Fonte: Instituto Reconverso

Convidados:

- Gustavo Mendes Lima Santos (Gerente Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos – ANVISA)
- Juliana Salum (Especialista de notório saber sobre o tema)
- Márcio Ricardo Ferla (Paciente afetado)
- Mario Cesar Vilhena (Fundador do Instituto Reconverso, Afetado LHON desde 2012 - Instituto Reconverso)
- Priscila Gebrim Louly (Coordenadora-Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde - Ministério da Saúde)
- Rubens Belfort (Sociedade Brasileira de Oftalmologia - SOB)
- Ruy Azevedo (Associação de Familiares)

Audiência Pública Conjunta com as Comissões de Educação e de Defesa do Direito das Pessoas com Deficiência sobre o assunto da dislexia

Data da reunião: 09/11/2021

Requerimento CPD nº 72 e Requerimento CSSF nº 340 do Deputado Diego Garcia



Portal da Câmara dos Deputados

A dislexia do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração.

O pedido para a realização do evento foi feito pelo deputado Diego Garcia (Pode-PR), que destaca a importância do assunto. "É um tema de alta relevância, com alguns projetos de lei tramitando nesta Casa, entre eles o PL 8113/14, o PL 5089/20, o PL 8489/17 e ainda o PL 7081/10, em trâmite no Senado Federal", disse o deputado.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Maria Angela Nico (Presidente da Associação Brasileira de Dislexia)
- Vânia Pavão (Presidente da Associação Nacional de Dislexia)
- Rauni Jandé Roama Alves (Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia pela PUC-Campinas, Professor convidado pela UNICAMP, Especialista em Neuropsicologia Aplicada à Neurologia Infantil e aprimoramento em Psicopedagogia aplicada Neurologia Infantil pela UNICAMP, Docente Adjunto A da área de Avaliação Psicológica UFMT, lotado no curso de graduação em Psicologia no campus de Rondonópolis e no curso de pós-graduação stritu sensu em Psicologia no campus Cuiabá, Membro da Associação Brasileira de Neurologia, Psiquiatria Infantil (ABENEPI), Membro do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), Membro do Grupo de Pesquisa "Neurodesenvolvimento Aprendizagem e Escolaridade" do CNPq, Membro da Associação Mato-Grossense de Dislexia - Dislexia/MT)
- Fernanda Khater Brito (Advogada, mãe de uma criança com dislexia, membro do Grupo Nacional Mães do Brasil Dislexia)
- Juscimaria Ribeiro (Advogada, disléxica, membro da Associação Dislexia/MT)

Audiência Pública para debater cirurgia bariátrica por laparoscopia no SUS

Data da reunião: 11/11/2021

Requerimento nº 362, do Deputado Jorge Solla



Portal da Câmara dos Deputados

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cirurgia bariátrica é indicada para pacientes com índice de massa corporal (IMC) acima de 40kg/m². Porém, pacientes com IMC acima de 35kg/m² que tenham complicações como diabetes, hipertensão, colesterol alto, entre outras comorbidades, também estão aptos a realizarem o procedimento.

O debate foi solicitado pelo deputado Jorge Solla (PT-BA). Segundo ele, a tabela de remuneração tem inviabilizado a realização destes procedimentos.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Carlos Lula (Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde - CONASS)
- Galzuinda Maria Figueiredo Reis (Diretora de Relações Governamentais - Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica)
- Laudicéa Carvalho (Presidente da Associação Bariátrica de Ilhéus/BA)
- Nilson Roberto Ribeiro Oliveira Júnior (Cirurgião Bariátrico Hospital de Ilhéus/BA)
- Aline Leal Lopes (Coordenação de Atenção Especializada em Saúde - Ministério da Saúde)

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 5.543, de 2020, que “Institui a data de 17 de julho como o Dia Nacional do Cirurgião Oncológico”

Data da reunião: 18/11/2021

Requerimento nº 375, do Deputado Dr Frederico



Portal da Câmara dos Deputados

“A proposição se reveste de dupla finalidade: homenagear os profissionais médicos cirurgiões oncológicos e fortalecer a conscientização acerca das medidas de prevenção, rastreamento, detecção, diagnóstico e, em especial, tratamento de cânceres”, afirmou do deputado Dr. Frederico, autor do requerimento.

O debate atende à Lei 12.345/10, que exige que toda data comemorativa seja objeto de projeto de lei, acompanhado de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas a amplos setores da população.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Alexandre Ferreira Oliveira (Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica – SBCO)
- Bruno Pinheiro (Diretor de Relações Institucionais da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica – SBCO)
- Heber Salvador Ribeiro (Vice Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica – SBCO)
- Marciano Anghinoni (Diretor de Ensino e Residência Médica da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica – SBCO)
- Rodrigo Pinheiro (Diretor de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica – SBCO)

Audiência Pública para debater os desafios para a ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal

Data da reunião: 23/11/2021

Requerimento nº 389, dos Deputados Zacharias Calil, Eduardo da Fonte, Diego Garcia, Lucas Redecker



Portal da Câmara dos Deputados

Autor do requerimento, o deputado Zacharias Calil (DEM-GO) lembra que a Lei 14154/21 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aperfeiçoar o programa ampliando as doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho. "A lei sancionada é louvável, mas é necessário endereçar os atuais desafios do programa e pensar em soluções conjuntas, além de divulgar o teste do pezinho", apontou.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Tania Bacheга (Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo – SBTEIM)
- Fernanda Monti (Consultora de Erros Inatos Laboratório do Instituto Jô Clemente – IJC)
- Carlos Eugênio Fernandez de Andrade (Responsável por Doenças Raras Coordenação da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde - Prefeitura de São Paulo)
- Carmela Grindler (Coordenadora da Triagem Neonatal do Estado de São Paulo)
- Maria Teresinha de Oliveira Cardoso (Médica Geneticista - Coordenadora de Doenças Raras SES/DF)
- Jeania Christielis Damasceno de Souza (Médica Neurologista pediátrica da Apae - Anápolis/GO)
- Fabiano Romanholo (Coordenador de Sangue e Hemoderivados DAET/SAES/MS - Ministério da Saúde)
- Anthonie Daher (Presidente da FEBRARARAS e Casa Hunter)
- Amira Awada (Vice-Presidente do Instituto Vidas Raras)

Audiência Pública para debater a implementação dos serviços de água e saneamento por contrato de concessão privada no estado do Rio de Janeiro

Data da reunião: 24/11/2021

Requerimento nº 396, do Deputado Luiz Antônio Teixeira Jr.



Portal da Câmara dos Deputados

Em agosto, o governo do Rio de Janeiro assinou o contrato de concessão dessas atividades para 26 municípios e para os bairros do centro, sul e norte da capital com a empresa Águas do Rio, do grupo Aegea, consórcio vencedor do leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), realizado em abril. O consórcio arrematou os blocos 1 e 4 por R\$ 15,4 bilhões, com ágios respectivos de 103,13% e 187,75%.

A iniciativa do debate é do deputado Luiz Antônio Teixeira Jr (PP-RJ). Ele destaca a importância de se buscar alternativas para melhorar a prestação de serviços à população fluminense e aumentar os investimentos em novas instalações.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Alexandre Bianchini (Presidente da Águas do Rio)
- Edson Carlos (Presidente Executivo Instituto Trata Brasil)
- Rafael Cid (Procurador do Estado e Diretor Jurídico CEDAE)

Audiência Pública para debater o aprofundamento da fome durante a pandemia da COVID-19

Data da reunião: 25/11/2021

Requerimento nº 107, da Deputada Vivi Reis



Portal da Câmara dos Deputados

A Audiência atendeu ao pedido feito pelas deputadas Vivi Reis (Psol-PA) e Sâmia Bomfim (Psol-SP). Elas argumentam que, desde o início da pandemia, em março de 2020, entidades e especialistas têm alertado para o aumento da fome.

"Em um relatório de 2 de julho de 2020, a Oxfam apresentou que países de renda média como Índia, África do Sul e Brasil estão experimentando níveis de fome que vêm crescendo rapidamente à medida que milhões de pessoas que estavam conseguindo se alimentar razoavelmente bem a duras penas são empurradas para uma situação de fome pela pandemia", observaram as deputadas no requerimento em que pedem a audiência.

Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), citados pelas deputadas, mais de 50% dos lares brasileiros tiveram algum grau de insegurança alimentar no fim de 2020 e 19 milhões de brasileiros (9% da população) passaram fome nesse período.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Convidados:

- Cleice Do Socorro Abreu Maciel (Representante do Movimento República de Emaús)
- Jane Andreia Cabral e Silva (Membro da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST)
- Katia Drager Maia (Diretora Executiva da OXFAM Brasil)
- Mauro Del Grossi (Conselheiro Consultivo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN)
- Paola Loureiro Carvalho (Diretora de Relações Internacionais e Institucionais do Movimento Nacional pela Renda Básica)
- Petra Magalhães de Castro (Coordenadora Nacional da Frente Nacional de Luta – FNL)
- Agostinho Colussi (Assessor da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva - Ministério da Cidadania e Tecnologia)
- Tatiane Ribeiro (Coordenadora Nacional da Rede Emancipa)

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Cultura para debater a alta significação dos medicamentos biossimilares para a sustentabilidade dos sistemas de saúde e a importância de se instituir o Dia Nacional dos Biossimilares

Data da reunião: 26/11/2021

Requerimento CCULT nº 59, do Deputado Ricardo Izar e Requerimento CSSF nº 218, do Deputado Pedro Westphalen



Portal da Câmara dos Deputados

A Audiência debateu a importância de se instituir o Dia Nacional dos Medicamentos Biossimilares e sua alta relevância para a sustentabilidade dos sistemas de saúde. Foram convidados para a discussão debatedores que visam a trazer a perspectiva de diferentes setores sociais, como: setor industrial, associação de pacientes, sociedades médicas, além de um especialista no assunto.

A audiência aconteceu em decorrência do projeto de lei (PL) nº 362/2021, criado pelo deputado federal Pedro Westphalen (PP), que busca chamar atenção da sociedade para os biossimilares e ainda fortalecer a discussão em torno do acesso a eles.

Fonte: pharma.com.br

Convidados:

- Telma Salles (Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos - Progenéricos)
- Ricardo Machado Xavier (Presidente da Sociedade Brasileira de Reumatologia)
- Valderilio Feijo (Organizador do Fórum Latino Americano de Biossimilares - FLAB, médico reumatologista especialista em biossimilares)
- Fabio Augusto Fedozzi (Diretor Executivo da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE)

Audiência Pública para debater sobre o tratamento do edema macular diabético

Data da reunião: 30/11/2021

Requerimento nº 121, da Deputada Flávia Morais



Portal da Câmara dos Deputados

A retinopatia diabética é a principal causa de cegueira em pessoas com idade entre 20 e 74 anos. No início, o edema geralmente não apresenta sintomas, mas com o passar do tempo, a visão se torna borrada e distorcida e, se não diagnosticada e tratada corretamente, pode evoluir para cegueira.

Segundo Flávia Morais, em novembro de 2019 o Aflibercepte (medicamento para tratamento da doença) foi aprovado para disponibilização no Sistema Único de Saúde (SUS), mas seu respectivo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas ainda não foi publicado. "Sem essa publicação, os pacientes continuam sem acesso ao medicamento e evoluindo para uma possível perda irreversível da visão", alertou.

Outro ponto importante é a discussão para definição de pactuação de financiamento.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Carlos Rotea Jr. (ADJ Diabetes Brasil)
- Márcio Krakauer (Médico Endocrinologista Presidente da Associação de Diabetes do ABC – ADIABC)
- Marcos Ávila (Médico Representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO)
- Mauro Goldbaum (Médico Representante da Sociedade Brasileira Retina e Vitreo – SBRV)
- Paulo Henrique Morales (Médico Representante da Associação Nacional Assistência ao Diabetes – ANAD)
- Eduardo David Gomes de Sousa (Analista Técnico de Políticas Sociais do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - Ministério da Saúde)
- Fernando Malerbi (Sociedade Brasileira de Diabetes - SBD)
- Gustavo San Martin (Crônicos do dia a dia – CDD)
- Hermelinda Pedrosa (Endocrinologista, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes – SBD)
- Luciana Costa Xavier (Analista Técnico de Políticas Sociais do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - Ministério da Saúde)
- Marta da Cunha Lobo Souto Maior (Tecnologista do Departamento de Gestão e

Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde - Ministério da Saúde)

- Sylvia Elizabeth de Andrade Peixoto (Retina Brasil)

Audiência Pública para debater sobre o PL 4815/2009 que trata da comercialização de brinquedos associados à aquisição de alimentos e bebidas para o público infantil

Data da reunião: 30/11/2021

Requerimento nº 384, da Deputada Benedita da Silva e Requerimento nº 386, da Deputada Paula Belmonte



Portal da Câmara dos Deputados

O foco do debate foi o PL 4815/09 e seus apensados, que têm como objetivo atualizar a legislação brasileira, notadamente o Código de Defesa do Consumidor (CDC), a fim de consolidar a proteção da criança frente à publicidade infantil.

A Deputada Benedita da Silva (PT-RJ) é relatora da proposta no colegiado e se manifestou favoravelmente à proposta. “A exposição da criança à publicidade infantil está cada vez mais relacionada, na literatura nacional e internacional, ao fenômeno da obesidade infantil. No que trata da infância, o sobrepeso e a obesidade infantil estão entre os maiores problemas defrontados pela saúde pública no mundo pelo expressivo aumento da prevalência e a predisposição às doenças crônicas não transmissíveis, afirma a deputada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Alda Livera (Representante da Associação Brasileira de Nutrição)
- Alexandre Carneiro (Chefe da Divisão de Análise e Gestão da Informação da Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor - Ministério da Justiça e Segurança Pública)
- Igor Rodrigues Britto (Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC)
- João Dornellas (Representante da Associação Brasileira de Alimentos – ABIA)
- Juliana Noronha (Conselheira da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT)
- Lucia Ancona Lopez de Magalhães Dias (Representante da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA)
- Márcio Schusterschitz da Silva Araújo (Procurador-Chefe do Ministério Público Federal de

São Paulo)

- Marco Antônio Sabino (Representante do Instituto Palavra Aberta)
- Maria Mello (Coordenadora do programa Criança e Consumo do Instituto Alana)
- Paula Johns (Diretora Geral ACT - Promoção da Saúde)
- Raphael Câmara Medeiros Parente (Secretário de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde)
- Synésio Batista da Costa (Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos – ABRINQ Representando a CNI)
- Virgínia Weffort (Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP)

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para debater a falta de medicamentos e a incorporação de produtos para atendimento às pessoas com Diabetes Mellitus, e a nacionalização de insulinas

Data da reunião: 30/11/2021

Requerimento CFFC nº 240, do Deputado Áureo Ribeiro e Requerimento CSSF nº 390, da Deputada Professora Dayane Pimentel



Portal da Câmara dos Deputados

Os deputados Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Professora Dayane Pimentel (PSL-BA), que pediram o debate, lembram que o Ministério da Saúde é o responsável pela distribuição de insulinas e insumos para atendimento às pessoas com diabetes mellitus. Segundo os deputados, pacientes denunciam que as secretarias de Saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal têm atrasado a entrega dos medicamentos.

"Diversos exemplos demonstram isso, como o caso da filha de 10 anos da Geisica Gomes, que por falta do medicamento teve que aplicar insulina vencida. Ou o caso das secretarias do Distrito Federal, da Bahia e de outros estados que têm enfrentado grande burocracia na compra de remédios e de atraso do repasse do Ministério da Saúde", observam os autores do requerimento.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Edilson Vitorelli Diniz Lima (Procurador da República em Campinas, Coordenador do grupo de Trabalho em Saúde da 1ª CCR/MPF)
- Luiz Carlos Medeiros de Paula (Conselheiro Nacional de Saúde – CNS)
- Carlos Alberto Rotea Jr (Diretor da ADJ - Diabetes Brasil)

- Karla Melo (Coordenadora do Departamento de Saúde Pública, Epidemiologia, Economia em Saúde e Advocacy da Sociedade Brasileira de Diabetes – SBD)
- Jane Dullius (Coordenadora do Programa de Educação em Diabetes Doce Desafio, na Universidade de Brasília - UNB)
- Jorge Mendonça (Diretor da Farmanguinhos – Fiocruz)
- Heber Dobis (Assessor Técnico do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS)
- Sandra de Castro Barros (Diretora da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - DAF/SCTIE)
- Clariça Rodrigues Soares (Coordenadora-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CGCEAF/DAF/SCTIE)
- Ediane de Assis Bastos (Diretora Substituta de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos em Saúde - DAF/SCTIE)
- Luana Gonçalves Gehres (Coordenadora-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - Substituta - DAF/SCTIE)

Audiência Pública para debater o PL 5.056/2013, que dispõe sobre a profissão de Técnico em Nutrição e Dietética, regulamenta o seu exercício e dá outras providências

Data da reunião: 02/12/2021

Requerimento nº 382, da Deputada Vivi Reis



Portal da Câmara dos Deputados

O debate foi uma iniciativa da deputada Vivi Reis (Psol-PA). Ela afirmou que a pandemia de Covid-19 ressaltou ainda mais a necessidade de se valorizar os profissionais da área de saúde.

"Além da sobrecarga de trabalho, os técnicos em nutrição têm de lidar com a precarização dos serviços e baixa remuneração. Nesse cenário, faz-se imprescindível o oferecimento de condições mais dignas, que começam com a devida regulamentação da profissão", disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Manuela Dolinsky - Representante do Conselho Federal de Nutricionistas – CFN
- Maria de Lourdes Santos Sousa - Presidente do Sindicato dos Técnicos em Nutrição do Estado de São Paulo - SINTENUTRI
- Sueli Lisboa da Silva - Representante do Fórum dos Presidentes dos Conselhos

Regionais de Nutricionistas

- Gustavo Hoff - Coordenador-Geral de Regulação e Provisão em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - DEGTS/SGTES/MS - Ministério da Saúde

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1.158/2021, o qual cria o Passaporte Sanitário de Covid-19 em território nacional

Data da reunião: 07/12/2021

Requerimento nº 372, dos Deputados Chris Tonietto, Luiz Lima, Diego Garcia e Dra. Soraya Manato



Portal da Câmara dos Deputados

Conforme o texto em debate, o passaporte sanitário de Covid-19 deve ser apresentado no embarque ou desembarque aéreo ou terrestre e na hospedagem. Nas viagens ao exterior, porém, caberá ao país de destino a exigência ou não de testes ou quarentena.

Para Chris Tonietto, “é crucial que o tema seja exaustivamente debatido, seja com renomados especialistas da área médica e de imunologia, bem como advogados e juristas de notório saber jurídico, a fim de coibir a criação de “castas” na sociedade brasileira, a saber, a casta dos vacinados, que terá total liberdade de ir e vir, e a casta dos não vacinados, a serem tidos como uma espécie de cidadãos de última categoria, caso optem por não receber a vacina contra o coronavírus”, destacou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Ana Karolina Marinho - Assessora da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde
- Caroline Elizabeth Brero Valero - Diretora de Programa da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 – do Ministério da Saúde
- Francisco Eduardo Cardoso Alves - Presidente Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social – ANMP
- Henrique Lima - Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Rio de Janeiro
- Ludmila Lins Grillo - Juíza de Direito Comarca de Unaí - MG
- Márcio Gualberto - Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
- Roberto Zeballos - Clínico Geral, Alergista e Imunologista

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 11.217, de 2018, que dispõe sobre o reconhecimento dos pacientes que apresentam fissura palatina ou labiopalatina não reabilitados como pessoas com deficiência

Data da reunião: 07/12/2021

Requerimento nº 391, do Deputado Francisco Jr.



Portal da Câmara dos Deputados

A audiência foi proposta pelo deputado Francisco Jr. (PSD-GO). Segundo ele, o PL 11.217/18 e outras quatro proposições que tramitam apensadas se assemelham sob o aspecto de terem o objetivo de garantir que indivíduos com determinadas condições ou doenças sejam reconhecidos pessoas com deficiência.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Carlos Nicolau Feitosa Lima Babadopulos - Especialista em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial
- Thyago Cezar - Advogado, especialista em direitos das pessoas com deficiências e de fissuras labiopalatinas e estudante dos pós-graduação em ciências da reabilitação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo
- Carlos Ferreira dos Santos - Superintendente Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC - USP)
- Lúcia Reis - Coordenadora do Serviço de Reabilitação Craniofacial Hospital São Marcos e Presidente da Associação Piauiense dos Fissurados Lábio Palatinos
- Vânia Tie Ferreira - Coordenadora do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Audiência Pública para debater sobre os Projetos de Lei: PL nº 2564/2020, que institui o Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira; PL nº 459/2015, que dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, e PL nº 2295/2000, que trata sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem

Data da reunião: 08/12/2021

Requerimentos nº 414 e 416, dos Deputados Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. e Carmen Zanotto



Portal da Câmara dos Deputados

A audiência foi sugerida pelo presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr. (PP-RJ), e pela deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), para debater as propostas sobre o tema em análise na Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Breno de Figueiredo Monteiro - Presidente da Confederação Nacional de Saúde (Cnsaúde)
- Everton Macêdo Silva - Coordenador-Geral de Economia da Saúde do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento - DESID/SE/MS - Ministério da Saúde
- Gustavo Hoff - Coordenador-Geral de Regulação e Provimento em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde - DEGTS/SGTES/MS - Ministério da Saúde
- Jeniffer Dantas - Assessora do Departamento de Saúde da Família da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - DESF/SAPS/MS - Ministério da Saúde
- Jurandi Frutuoso - Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS
- Líbia Dantas Bellusci - Coordenadora do Fórum Nacional da Enfermagem; Manoel Carlos Neri Da Silva - Conselho Federal de Enfermagem – COFEN
- Mauro Junqueira - Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS
- Mirocles Vêras Neto - Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia
- Solange Caetano - Diretora de Formação Federação Nacional dos Enfermeiros
- Yussif Ali Mere Junior - Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante – ABCDT

- Bruno Farias – Presidente do Conselho Estadual de Enfermagem - COREN/MG

Audiência Pública visando à criação do Dia Nacional dos Laboratórios Clínicos

Data da reunião: 14/12/2021

Requerimento nº 418, do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.



Portal da Câmara dos Deputados

A proposta de criação do Dia Nacional dos Laboratórios Clínicos, a ser comemorado em 14 de junho, é uma alusão ao dia de nascimento de Karl Landsteiner, médico e cientista austríaco que recebeu o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina em 1930 por sua descoberta dos grupos sanguíneos humanos, um dos exames laboratoriais mais realizados no mundo.

O debate foi solicitado pelo presidente da comissão, deputado Luiz Antonio Teixeira Jr (PP-RJ). “Em situações críticas de saúde ou de risco elevado de comprometimento ou mesmo de perda da vida, recorre-se aos recursos disponíveis nos laboratórios clínicos. A mais recente delas é a pandemia que está presente em todo País, para a qual os exames laboratoriais passaram de serem úteis para serem essenciais”, afirmou o parlamentar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Humberto Marques Tibúrcio - Grupo Mineiro da Qualidade no Laboratório
- Lenira da Silva Costa - Conselho Federal de Farmácia
- Luiz Fernando Barcelos - Sociedade Brasileira de Análises Clínicas – SBAC
- Luiz Fernando Ferrari Neto - Federação dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo – FEHOESP
- Mauro Terra - Conselho Federal de Biomedicina - ABBM - SINDILAPAC RJ
- Wilson Shcolnik - Sociedade Brasileira de Medicina Laboratorial - SBPC

Audiência Pública, com a participação da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar o enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil, sobre a nova variante do coronavírus

Data da reunião: 15/12/2021

Requerimento CSSF nº 409 e Requerimento CEXCORVI nº 77, ambos da Deputada Carmen Zanotto



Portal da Câmara dos Deputados

A deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), autora do pedido de audiência, lembrou que uma nova variante da Covid-19, detectada na África do Sul, acendeu o alerta entre autoridades de saúde de todo o mundo.

"Cientistas temem que essa nova versão do coronavírus seja mais mais transmissível e 'drible' o sistema imunológico. Em termos práticos, isso significa não só mais infecções, o que aumenta consequentemente as hospitalizações e mortes, mas a possibilidade de que as vacinas disponíveis hoje possam ser menos eficazes contra ela", disse a deputada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Convidados:

- Antonio Barra Torres – Diretor-Presidente da Anvisa
- Meiruze Sousa Freitas - Segunda Diretora Anvisa
- Cristiane Rose Jourdan Gomes - Terceira Diretora Anvisa
- Romison Rodrigues Mota - Quarto Diretor Anvisa,
- Alex Machado Campos - Quinto Diretor Anvisa;
- Nereu Henrique Mansano - Assessor Técnico do CONASS;
- Rosana Leite de Melo - Diretora da SECOVID, do Ministério da Saúde;
- André Zaca Furquim - Delegado de Polícia Federal, Coordenador Geral de Polícia de Imigração Substituto, do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
 - Anderson Brito - Biólogo, microbiologista e pesquisador em epidemiologia genômica - Instituto Todos Pela Saúde (ITpS), em São Paulo;
 - Lorena Chaves - Biomédica, Virologista

Seminário

Seminário conjunto com a Comissão dos Direitos da Mulher sobre o Projeto de Lei nº 434, de 2021, o qual “dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências”

Data da reunião: 08/10/2021

Requerimento nº 307/19, da Deputada Chris Tonietto



Portal da Câmara dos Deputados

As comissões de Seguridade Social e Família e de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados ouviram, em seminário realizado nesta sexta-feira (8), apoiadores do Projeto de Lei 434/21, da deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), que institui o Estatuto do Nascituro.

O projeto trata da proteção integral do nascituro – tido como o indivíduo humano concebido, mas ainda não nascido – e proíbe o aborto mesmo em caso de estupro. Pelo texto, o nascituro concebido em razão de ato de violência sexual goza dos mesmos direitos de que gozam todos os nascituros.

O projeto tramita apensado a outra proposta, de 2007, também intitulada Estatuto do Nascituro (PL 478/07 e apensados), apresentada pelos ex-deputados Luiz Bassuma e Miguel Martini. Desde a apresentação do texto, o Estatuto do Nascituro é alvo de polêmica na Casa ao prever a concessão de uma bolsa a mulheres que engravidem após estupro.

"O que nós queremos é que nenhuma mulher, de fato, aborte", disse a deputada Chris Tonietto. "Queremos que o aborto seja algo impensável", acrescentou. "O nascituro é pessoa, como muito bem foi mencionado, e temos que respeitar e valorizar essa pessoa humana, que é o nascituro, desde a concepção existe a vida, e desde esse momento temos que celebrar o dom da vida, desde a concepção até a morte natural", afirmou ainda.

A deputada criticou o Código Penal, que hoje não considera crime o aborto quando a gravidez é decorrente de estupro.

Feto anencéfalo

Já o advogado Ives Gandra criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2012 permitiu o aborto quando o feto é anencéfalo, ou seja, não possui cérebro. Para ele, não cabe ao Supremo legislar sobre o tema. Ele afirmou que a Constituição considera inviolável o direito à vida - embora não explicita quando a vida começa - e que o Pacto de São José, tratado internacional sobre direitos humanos ratificado pelo Brasil, determina a proteção da vida desde a concepção. Ives Gandra acredita que outros animais têm tido a vida mais protegida do que o ser humano.

"Todos aqueles que defendem o aborto garantem a vida à tartaruga desde a concepção. As tartarugas têm um tratamento melhor do que os seres humanos. Dizem eles que podemos fazer aborto porque o ser humano não é uma espécie em extinção, mas não a tartaruga, porque a

tartaruga não pode correr o risco de extinção, temos que dar mais direitos à tartaruga do que ao ser humano", disse. "Considerem pelo menos o nascituro igual a uma tartaruga."

Código Civil

Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Rodrigo Rodrigues Pedroso defendeu a proposta de Chris Tonietto. "Este estatuto tem o condão de resolver muita coisa que está envergonhada na legislação brasileira, desde a Constituição até o Código Civil", avaliou. Ele elogiou a proposta por estabelecer que a personalidade civil do indivíduo humano começa com a concepção. "Isso é fundamental, porque vem resolver um problema de redação do Código Civil, vem resolver um problema que já deveria estar resolvido desde 1957", afirmou.

O Art. 2º do Código estabelece que "a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro". Pedroso afirmou que o projeto também assegura direitos para as associações que defendem o nascituro. "Esse projeto fortalece as associações e vai possibilitar que mais gente constitua associações para defender o nascituro", avaliou.

A juíza Liliana Bittencourt também criticou o Código Civil atual e disse que o projeto do Estatuto do Nascituro tem como maior virtude corrigir o Código Civil. "O nascituro tem personalidade por ser pessoa", afirmou.

Já Lenise Garcia, doutora em Microbiologia e Imunologia pela Universidade Federal de São Paulo, considera importante reunir em um só texto legal todos os direitos do nascituro. Para ela, não há contraposição entre os direitos do nascituro e os direitos da gestante. "Esses direitos são defendidos juntos no Estatuto do Nascituro", apontou. Coordenador Nacional do Movimento Legislação e Vida, Hermes Nery defendeu que seja explicitada na própria Constituição que a vida é protegida desde a concepção.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Convidados:

- Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz (Presidente do Pró-Vida de Anápolis)
- Rodrigo Rodrigues Pedroso (Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Liliana Bittencourt (Juíza de direito e professora)
- Ives Gandra da Silva Martins (Doutor em Direito pela Universidade Mackenzie, membro das Academia Paulista de Letras Jurídicas)
- Hermes Rodrigues Nery (Especialista em Bioética e Coordenador Nacional do Movimento Legislação pela Vida)
- Mariangela Consoli de Oliveira (Cofundadora e Presidente da Associação Guadalupe)
- Pe. José Eduardo de Oliveira e Silva (Doutor em Teologia Moral)
- Ana Ariel (Diretora e cofundadora da organização filantrópica Amigos da Criança – AMIC)
- Lenise Garcia (Doutora em Microbiologia e Imunologia pela Universidade Federal de São Paulo)
- Rosimeire Santiago (Fundadora e Presidente de Honra do Centro de Reestruturação para a Vida – Cervi)

Missão Oficial

Visita aos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima

Data: 30/09 – 01/10/2021



Foto: Assessoria do Deputado Hiran Gonçalves

A missão oficial foi requerida pela Deputada Leandre (PV/PR) para a realização de visita técnica às cidades de Pacaraima/RR e Boa Vista/RR, para acompanhar a situação do ingresso de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados dos pais ou responsáveis e das famílias com crianças na fase da primeira infância, bem como conhecer as políticas de acolhimento desses indivíduos e as condições dos espaços de abrigamento de crianças e adolescentes na região de fronteira.

Em Pacaraima/RR, a comitiva visitou as instalações da Operação Acolhida, na fronteira com a Venezuela, onde puderam observar in loco as condições de vida dos venezuelanos e os impactos da migração na população local.

No dia seguinte, visitaram o Abrigo Rondon 3, em Boa Vista/RR, numa visita guiada pelo comandante da Operação Acolhida em Roraima, General Sérgio Schwingel, onde puderam conversar com venezuelanos e venezuelanas abrigados e ouvir suas preocupações

Participaram da comitiva as deputadas Carla Dickson (PRO/RN), Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC), Paula Belmonte (CIDADANIA/DF) e os deputados Giovani Cherini (PL/RS) e Hiran Gonçalves (PP/RR)

Visita Técnica

Visita Técnica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Anápolis/GO

Data: 18/11/2021



Foto: Secretaria da Comissão

Os deputados Diego Garcia (PODE/PR), Lucas Redecker (PSDB/RS) e Dr. Zacharias Calil (DEM/GO), membros da Subcomissão Especial de Doenças Raras, com foco no Programa de Triagem Neonatal (SUBRARAS), visitaram a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em Anápolis/GO, entidade que realiza o “Teste do Pezinho” e que trata as doenças diagnosticadas no Programa Nacional de Triagem Neonatal do SUS, além de ser referência no atendimento às pessoas com deficiências física, auditiva e intelectual.

Os parlamentares enfatizaram a necessidade de ampliar o número de geneticistas para diagnóstico das doenças raras nas crianças, da implementação de políticas públicas para tal diagnóstico, o desenvolvimento de medicamentos para doenças raras no Brasil, com supervisão da ANVISA, facilitando o acesso dos pacientes, além do diagnóstico precoce do teste do pezinho.

V. EMENDAS

Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias(LDO) para 2022 - Projeto de Lei nº 3/2021 - CN

A Comissão de Seguridade Social e Família, na reunião realizada dia 13 de julho de 2021, aprovou, para o PL nº 3/2021-CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 - LDO), 3 Emendas de Acréscimo de Metas, sendo 2 na área de saúde e 1 na área de assistência social; e 31 Emendas de Texto.



Foto: TV Câmara

EMENDAS DA COMISSÃO À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022 – PLDO 2022:

Emendas de Acréscimo de Meta

Área da Saúde

- **Programa – 5020 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Produtivo em Saúde**
Ação - 20K7 – Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Plataformas Tecnológicas para o Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde
Acréscimo de meta – 24 projetos apoiados
SUGESTÃO DA DEP. JANDIRA FEGHALI E DOS MEMBROS DA COMISSÃO
- **Programa – 5018 – Atenção Especializada à Saúde**
Ação – 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas
Acréscimo de meta – 100.000 unidades apoiadas
SUGESTÃO DO DEP. FELÍCIO LATERÇA E DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Área de assistência social

- **Programa – 5031 – Proteção Social no âmbito do SUAS**
Ação – 219E – Ações de Proteção Social Básica
Acréscimo de meta – 5.595 entes federativos apoiados
SUGESTÃO DOS DEP. FELÍCIO LATERÇA E CARMEN ZANOTTO

Emendas de Texto da Lei

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência - Corpo da lei – Cap IV, Seção V, Art. 38
Texto Proposto: *§ 9º Quanto às programações afetas a ações e serviços públicos de saúde, são fixadas como diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022: I – a continuidade ao enfrentamento à pandemia, bem como da vacinação da população e do atendimento do público afetado; II – o acréscimo de, no mínimo, 10% (dez por cento) das programações obrigatórias aplicadas em 2021 referentes a atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade e do piso de atenção primária à saúde.
SUGESTÃO DA DEP. CARMEN ZANOTTO
- **Tipo de emenda:** Modificativa – Referência - Corpo da lei – Cap IV, Seção V, Art. 38, § 7
Texto Proposto: § 7º Os recursos oriundos de emendas parlamentares que adicionarem valores aos tetos transferidos à rede do SUS, nos termos do disposto no inciso II do § 5º, quando se destinarem ao atendimento de consórcios públicos: I - podem ser transferidos pelos gestores estaduais, distritais ou municipais aos consórcios públicos que atuam na área da saúde dos quais os gestores participam; e II - não ficarão sujeitos a limites fixados para repasses aos municípios-sede das respectivas entidades.
SUGESTÃO DA DEP. CARMEN ZANOTTO
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 82
Texto Proposto: Art. 82. O ato de entrega dos recursos a outro ente federativo a título de transferência voluntária é caracterizado no momento da assinatura do convênio ou instrumento congênere e dos aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, e não se confunde com as efetivas liberações financeiras, as quais devem obedecer ao respectivo cronograma de desembolso. § 1º A comprovação de regularidade do ente federativo se faz quando da assinatura dos instrumentos a que se refere o caput. § 2º A emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos a que se refere o 'caput' não dependerão da situação de adimplência do Município de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais.
(NR)
SUGESTÃO DO DEP. DIEGO GARCIA
- **Tipo de emenda:** Modificativa – Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 79
Texto Proposto: Art. 79. Sem prejuízo das disposições contidas nos art. 75 ao art. 78, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, à entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dependerá da justificação pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de: I - aplicação de recursos de capital exclusivamente para: a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos; b) aquisição de material permanente; c) construção, reforma, ampliação ou conclusão de obras (NR).
SUGESTÃO DO DEP. DIEGO GARCIA
- **Tipo de emenda:** Modificativa – Referência – Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 79
Texto Proposto: Art. 79. Sem prejuízo das disposições contidas nos art. 75 ao art. 78,

a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, à entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dependerá da justificação pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente;

c) construção, reforma, ampliação ou conclusão de obras.

Parágrafo único. É vedada a alienação de bens imóveis construídos ou ampliados com recursos da União. Em situações excepcionais se o bem for alienado a entidade privada deverá devolver à União o valor repassado corrigido pelo IGPM (Índice Geral de Preços-Mercado).

SUGESTÃO DO DEP. DIEGO GARCIA

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 79, Inciso I, Alínea b

Texto Proposto: construção e ampliação.

SUGESTÃO DO DEP. EDUARDO BARBOSA

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção I, Art 75, § único, Inciso II, Alínea d

Texto Proposto: d) atendimento às pessoas idosas ou com deficiência, pessoas com doenças raras, bem como às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e seus dependentes; e

SUGESTÃO DO DEP. EDUARDO DA FONTE

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap VIII, Art 121, § 5, Inciso III, Alínea f

Texto Proposto: d) que empreguem pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras e autismo em proporção superior àquela exigida no art. 110 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; ou

SUGESTÃO DO DEP. EDUARDO DA FONTE

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap VIII, Art 121, Inciso I

Texto Proposto: I - a Caixa Econômica Federal, redução do deficit habitacional e melhoria das condições de vida das populações em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional, especialmente quando beneficiem idosos, pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e seus dependentes, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, mulheres chefes de família ou em situação de vulnerabilidade social, policiais federais, civis e militares, e militares das Forças Armadas que morem em áreas consideradas de risco ou faixa de fronteira prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, por meio de financiamentos e projetos habitacionais de interesse social, projetos de investimentos em saneamento básico e desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural, e projetos de implementação de ações de políticas agroambientais;

SUGESTÃO DO DEP. EDUARDO DA FONTE

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção III, Art 78, Inciso VI, Alínea c

Texto Proposto: Recursos a título de auxílios - pessoas com doenças raras, bem como às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e seus dependentes
SUGESTÃO DO DEP. EDUARDO DA FONTE

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap VIII, Art 121, § 7
Texto Proposto: § 7º Nos casos de financiamento para redução do deficit habitacional e melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência, bem como das pessoas com doenças raras, deverá ser observado o disposto no inciso I do caput do art. 32 da Lei nº 13.146, de 2015.
SUGESTÃO DO DEP. EDUARDO DA FONTE
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 22
Texto Proposto: Inclua-se na Seção I o seguinte Artigo: Art. 23. A lei orçamentária de 2022 deverá conter categoria de programação específica, classificada como ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, destinada à vacinação contra a COVID-19 para todos os brasileiros, devendo sua dotação ser compatível com a universalidade no acesso e com as necessidades da população, considerada cada unidade da federação.
SUGESTÃO DA DEP. JANDIRA FEGHALI
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Anexo III, Seção III, Inciso X
Texto Proposto: ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL Seção III - Das Demais Despesas Ressalvadas XI - Despesas com as ações vinculadas à função Saúde.
SUGESTÃO DA DEP. JANDIRA FEGHALI
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Anexo III, Seção III, Inciso X
Texto Proposto: ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL Seção III - Das Demais Despesas Ressalvadas XI - Despesas com o Desenvolvimento e Modernização de Plataformas Tecnológicas para Fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde.
SUGESTÃO DA DEP. JANDIRA FEGHALI
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 79, Inciso I
Texto Proposto: c) construção, ampliação e reforma.
SUGESTÃO DA DEP. LEANDRE
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Anexo III
Texto Proposto: Inclusão de um novo item em nova Seção no ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º , § 2º , DA LEI COMPLEMENTAR No 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF. SEÇÃO PROPOSTA: Seção III DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS NOVO ITEM PROPOSTO: XI - Despesas destinadas à Agenda Primeira Infância.
SUGESTÃO DA DEP. LEANDRE
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap III, Art 12
Texto Proposto: CAPUT DO ARTIGO: O Projeto de Lei Orçamentária de 2022, a

respectiva Lei e os créditos adicionais discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a:

INCISOS PROPOSTOS: XXV – implementação da Agenda Primeira Infância.

SUGESTÃO DA DEP. LEANDRE

- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Anexo III
Texto Proposto: ARTIGO PROPOSTO: Art. 16. Os recursos destinados para as ações da Agenda Primeira Infância na Lei Orçamentária de 2022 não serão inferiores aos autorizados na Lei Orçamentária de 2021, corrigidos pela variação do IPCA acumulada de janeiro de 2020 a junho de 2021.
SUGESTÃO DA DEP. LEANDRE
- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap II, Art 4
Texto Proposto: PARÁGRAFO ÚNICO PROPOSTO: Art. 4º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2022, atendidas as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, consistem na Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância e nos investimentos plurianuais em andamento, previstos, respectivamente, no parágrafo único do art. 10 e no Anexo III à Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, obedecidas as condições previstas no § 1º do art. 9º da referida Lei e no § 20 do art. 166 da Constituição.
SUGESTÃO DA DEP. LEANDRE
- **Tipo de emenda:** Aditiva – Referência: Anexo III
Texto Proposto: XI - Custeio do serviço de atendimento móvel de urgência - SAMU 192 (Lei nº 8.142, de 28/12/1990).
SUGESTÃO DA DEP. PAULA BELMONTE
- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap XI, Seção I, Art 150, § 1, Inciso I, Alínea q
Texto Proposto: r) até 31 de janeiro de cada exercício vigente, o relatório anual, referente ao exercício anterior, da execução orçamentária do Orçamento Criança e Adolescente (OCA) e, exclusivamente destinado a Primeira Infância - Orçamento da Primeira Infância (OPI).
SUGESTÃO DA DEP. PAULA BELMONTE
- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Anexo III, Seção III, Inciso X
Texto Proposto: XI - Despesas com as ações destinadas à implementação de programas voltados ao enfrentamento da violência contra idoso, crianças e adolescentes, inclusive aquelas compreendidas com idade de 0 a 6 anos (primeira infância).
SUGESTÃO DA DEP. PAULA BELMONTE
- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap II, Art 4
Texto Proposto: Inclua-se o seguinte parágrafo único no artigo 4: Art. 4.
.....
Parágrafo único. Inclua-se entre as prioridades da administração pública federal para o exercício de 2022 o combate à pandemia e de suas consequências, a implementação da renda básica de cidadania e a garantia de um piso mínimo emergencial para a manutenção de serviços sociais básicos das áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar e nutricional.

SUGESTÃO DA DEP. REJANE DIAS

- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 81
Texto Proposto: Inclua-se novo parágrafo 6 ao artigo 81:Art. 81.....(..)

§ 6º Não será exigida contrapartida financeira:I - dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a transferência de recursos no âmbito do SUS, inclusive aquela efetivada por meio de convênios ou similares;

II - dos Municípios com nível de IDH classificado como baixo ou muito baixo, para os programas na área de educação, assistência social e de segurança alimentar e nutricional.

SUGESTÃO DA DEP. REJANE DIAS

- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Anexo III
Texto Proposto: ANEXO III - Demais despesas que não poderão ser objeto de cortes orçamentários e limitação de empenho

Seção III Demais Despesas Ressalvadas

XI Despesas com as ações vinculadas à função Educação.

XII Despesas com as ações vinculadas à função Saúde.

XIII Despesas com as ações vinculadas à função Assistência Social.

XIV Despesas com as ações vinculadas à subfunção Alimentação e Nutrição.

XV Despesas com ações vinculadas à subfunção Saneamento e Política Urbana.

XVI. Despesas com ações vinculadas à subfunção de Agricultura Familiar

XVII. Despesas com ações vinculadas aos Direitos das Crianças e Adolescentes, Direitos da Juventude, das Mulheres, População LGBT, População Negra, Povos Indígenas, População com Deficiência, População Idosa e População de Rua.

XVIII. Despesas com ações vinculadas à proteção do Meio Ambiente.

XIX. Despesas relacionadas à manutenção das Instituições Federais de Educação Superior.

SUGESTÃO DA DEP. REJANE DIAS

- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 16

Texto Proposto: Inclua-se no artigo 16 os seguintes incisos IV, V e VI:

“Art. 16.

I -

IV – dar cumprimento aos direitos e deveres estabelecidos na Constituição Federal e nos Planos Nacionais Setoriais e à implementação de um programa nacional de renda básica a partir de 2022;

V – realizar, obrigatoriamente, avaliação de impacto nos direitos humanos, sobre os efeitos da dotação orçamentária na garantia da manutenção dos serviços públicos básicos e das políticas sociais e ambientais; e

VI – estabelecer piso mínimo emergencial para as áreas de saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e nutricional para enfrentamento das consequências da pandemia de covid-19.” (NR)

SUGESTÃO DA DEP. REJANE DIAS

- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 62

Texto Proposto: Fica acrescido um parágrafo ao art. 62:

Art. 62. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da

União e à Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º.

.....
§ 21. Não serão objeto de limitação orçamentária e financeira as despesas relativas ao custeio das instituições federais de educação superior.

SUGESTÃO DA DEP. REJANE DIAS

- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 40
Texto Proposto: Art. 40-A. As dotações constantes do Projeto de Lei Orçamentária àrpara 2022 destinadas a implementação e manutenção dos Centros de Atenção Especializada em Saúde não poderão ser inferior à Lei Orçamentária de 2021, corrigido na forma do inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ressalvadas as programações classificadas na forma do art. 7º, §4º, c desta Lei.
SUGESTÃO DA DEP. TEREZA NELMA
- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19
Texto Proposto: Art. 19-A - Serão garantidos os recursos na Lei Orçamentária de 2022 para a implementação de medidas que garantam o acesso integral das pessoas travestis e transexuais às políticas de saúde pública e seguridade social, incluindo políticas de empregabilidade, ancoradas em políticas públicas contra a discriminação no mercado, além da garantia ao direito pleno à moradia
SUGESTÃO DA DEP. VIVI REIS
- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19
Texto Proposto: Art. 19-A - Serão garantidos os recursos na Lei Orçamentária de 2022 para o atendimento integral das demandas de promoção dos direitos e do combate à violência contra as mulheres
SUGESTÃO DA DEP. VIVI REIS
- **Tipo de Emenda:** Aditiva – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19
Texto Proposto: 19-A - Serão garantidos os recursos na Lei Orçamentária de 2022 para o atendimento integral das demandas com a saúde dos povos indígenas e quilombolas.
SUGESTÃO DA DEP. VIVI REIS

Lei Orçamentária Anual para 2022 (LOA) - Projeto de Lei nº 3/2021-CN

Na reunião realizada no dia 10 de novembro de 2021, a Comissão de Seguridade aprovou, para o PL nº 19/2021-CN (Lei Orçamentária Anual para 2022): 4 Emendas de Apropriação, sendo 2 na área de Assistência Social e duas na de Saúde.



Foto: TV Câmara

EMENDAS DA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 19/2021-CN – LOA 2022:

Emendas de Apropriação

Área de Assistência Social

- **Programa: 5031** – Proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Ação: 219E – Ações de Proteção Social Básica
Funcional Programática: 08.244.5031.219E.0001
Valor: R\$ 2.500.000.000
SUGESTÕES DOS DEP. CARLA DICKSON, CARMEN ZANOTTO, DANILO CABRAL, EDUARDO BARBOSA, FRANCISCO JR. E LEANDRE
- **Programa: 5031** – Proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Ação: 219G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social
Funcional Programática: 08.244.5031.219G.0001
Valor: R\$ 2.500.000.000
SUGESTÕES DOS DEP. ALAN RICK, ALEXANDRE PADILHA, BENEDITA DA SILVA, DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR., DULCE MIRANDA, FLÁVIA MORAIS, PEDRO WESTPHALEN E PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

Área de Saúde

- **Programa: 5019** – Atenção Primária à Saúde
Ação: 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas

Funcional Programática: 10.301.5019.2E89

Valor: R\$ 5.000.000.000

SUGESTÕES DOS DEP. ALAN RICK, ALINE GURGEL, CARLA DICKSON, FLÁVIA MORAIS, JOÃO CAMPOS, PROFESSORA DAYANE PIMENTEL E PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

- **Programa:** 5018 – Atenção Especializada à Saúde
Ação: 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas
Funcional Programática: 10.302.5018.2E90
Valor: R\$ 5.000.000.000
SUGESTÕES DOS DEP. ALAN RICK, ALEXANDRE PADILHA, BENEDITA DA SILVA, CARMEN ZANOTTO, DR. LEONARDO, DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR., EDUARDO COSTA, LEANDRE, PEDRO WESTPHALEN E PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

VI. SUBCOMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

SUBCOMISSÕES PERMANENTES SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE



Foto: Canal da CD no Youtube

Presidente: Deputada Carmen Zanotto (CIDADAIA/SC)

Relatora: Deputada Carla Dickson (PROS/RN)

Membros:

TITULARES	GAB
Adriana Ventura (NOVO/SP)	802
Adriano do Baldy (PP/GO)	419
Aline Gurgel (REPUBLICANOS/AP)	342
Carla Dickson (PROS/RN)	706
Dr. Jaziel (PL/CE)	705
Dr. Zacharias Calil (DEM/GO)	616
Dra. Soraya Manato (PSL/ES)	313
Eduardo Costa (PTB/PA)	286
Eduardo da Fonte (PP/PE)	628
Emidinho Madeira (PSB/MG)	837
Flávia Moraes (PDT/GO)	738
Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	622
Leandre (PV/PR)	454
Luciano Ducci (PSB/PR)	427
Pedro Westphalen (PP/RS)	526
Tereza Nelma (PSDB/AL)	322
Vivi Reis (PSOL/AP)	471

Atividades realizadas

1ª Reunião - 04.10.2021

Tema: Instalação e apreciação da proposta do plano de trabalho

2ª Reunião - 18.10.2021

Tema: Apreciação e votação do plano de trabalho

3ª Reunião - 04.11.2021

Tema: Reunião técnica para debater sobre “**O Orçamento Federal da Área da Saúde**”. Na reunião foram abordados: os recursos aprovados, as alterações, a execução (com destaque para o programa nacional de imunizações, serviços de quimioterapia e radioterapia), necessidades para 2021, peça orçamentária de 2022.

Convidados:

- Arinaldo Bonfim Rosendo, Subsecretário de planejamento e orçamento - SPO;
- Mário Luis Gurgel de Souza, Consultor de orçamento e fiscalização financeira da câmara dos deputados;
- Carlos Lula, Presidente do CONASS;
- Blenda Pereira, Assessora técnica do CONASEMS.

4ª Reunião – 17.11.2021

Tema: Reunião técnica com a relatoria da área temática da saúde da CMO.

Convidados:

- Dep. Ubiratan Antunes Sanderson, pela CMO;
- Mário Luis Gurgel de Souza, Consultor de orçamento e fiscalização financeira da câmara dos deputados.

5ª Reunião – 30.11.2021

Tema: Reunião técnica para tratar dos recursos para o PL 2270/2020 (*dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Clínicas de diálise que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuarem de forma coordenada no combate à pandemia do Coronavírus*) e para o PL 1417/2021 (*dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro emergencial pela União às santas casas e aos hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2021, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da covid-19*).

Convidados:

- Arinaldo Bonfim Rosendo – Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO, do Ministério da Saúde;
- Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, Secretário Executivo do Ministério da Saúde;
- Mário Luis Gurgel de Souza, Consultor de orçamento e fiscalização financeira da câmara dos deputados;

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Foto: Canal da CD no Youtube

Presidente: Deputada Flávia Morais (PDT/GO)

Relator: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

Membros:

TITULARES	GAB
Aline Gurgel (REPUBLICANOS/AP)	342
Benedita da Silva (PT/RJ)	330
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	540
Eduardo Costa (PTB/PA)	286
Flávia Morais (PDT/GO)	738
Francisco Júnior (PSD/GO)	643
Milton Coelho (PSB/PE)	282
Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)	440
Pedro Westphalen (PP/RS)	526
Rejane Dias (PT/PI)	624
Tereza Nelma (PSDB/AL)	322

Atividades realizadas

1ª Reunião - 05.05.2021

Tema: Instalação e discussão do plano de trabalho

2ª Reunião - 11.05.2021

Tema: Apreciação do plano de trabalho

3ª Reunião Técnica – 18.05.2021

Tema: Realização de debates técnicos com autoridades da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Convidados:

- Secretária Nacional, de Assistência Social: Maria Yvelônia Barbosa

- Diretor Substituto do Departamento de Proteção Social Especial: Danyel Lório de Lima
- Diretor Substituto do Departamento de Gestão do SUAS: Marcos Maia Antunes
- Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS: Silvio Cecchi
- Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais: André Veras
- Diretora Substituta do Departamento de Proteção Social Básica: Heloiza Egas
- Assessor do Gabinete da Secretaria: Adailton Leite

4ª Reunião – 25.05.2021

Tema: Audiência pública para tratar do eixo temático “Entidades Beneficentes de Assistência Social”.

Convidados:

- Ivone Maggioni Fiori – Coordenadora de Assistência Social da Federação Nacional das Apaes – Fenapaes;
- Maria Yvelônia Barbosa – Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania;
- Silvio Cecchi – Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Ministério da Cidadania.

5ª Reunião – 08/06/2021

Tema: Audiência Pública para tratar das Medidas de enfrentamento da pandemia, especificamente quanto à segurança dos profissionais e usuários da assistência social, às ações assistenciais voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua e ao acolhimento durante a pandemia.

Convidados:

- Aldenora Gonzalez - Secretária Executiva do Fórum Nacional de Usuárias e Usuários da Assistência Social - FNUSUAS/ Ecovida;
- Darcy da Silva Costa - Secretário Nacional do Movimento Nacional População de Rua – MNPR;
- Fernanda Magano - Vice-Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI;
- Delly Rodrigues Melatti – Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
- Ygor da Silva Machado – Diretor da Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS

6ª Reunião – 15/06/2021

Tema: Audiência pública para tratar do eixo temático “Gestão, Recursos e Planejamento”, com foco no panorama dos programas sociais, na situação orçamentária da Assistência Social e possíveis mudanças no modelo assistencial (alteração do Cadastro Único), além dos desafios para a realização e diretrizes da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.

Convidados:

- Miguel Oliveira – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social
- Carlos Nambu – Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social – Conselho Nacional de Assistência Social;

7ª Reunião – 14/12/2021

Tema: Apresentação e deliberação sobre o relatório final da Subcomissão.

Relatório Final aprovado pela Comissão: <..\..\Anos Anteriores\CSSF -2021\Subcomissões e Grupos de Trabalho\SUBASSIST\Relatório Geral 2021.pdf>

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PREVIDÊNCIA SOCIAL



Foto: Portal - CD

Presidente: Deputado Jorge Solla (PT/BA)

Relator: Deputado Ricardo Silva (PSB/SP)

Membros:

TITULARES	GAB
Alexandre Padilha (PT/SP)	956
Jorge Solla (PT/BA)	571
Pedro Westphalen (PP/RS)	526
Ricardo Silva (PP/RS)	904

SUBCOMISSÕES ESPECIAIS
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO
ECONÔMICO E INDUSTRIAL EM SAÚDE



Foto: Canal da CD no Youtube

Presidente: Deputada Jandira Feghali (PcdoB/RJ)

Relator: Deputado Alexandre Padilha (PT/SP)

Membros:

TITULARES	GAB
Alexandre Padilha (PT/SP)	956
Carla Dickson – (PROS/RN)	706
Chico D’Angelo – (PDT/RJ)	542
Eduardo Costa – (PTB/PA)	286
Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	622
Odorico Monteiro - (PSB/CE)	625
Pedro Westphalen - (PP/RS)	526
Professora Dorinha Seabra Rezende - (DEM/TO)	432
Rejane Dias - (PT/PI)	624
Vivi Reis - (PSOL/PA)	471

Atividades realizadas

1ª Reunião – 19.04.2021

Tema: Instalação

2ª Reunião – 26/04/2021

Tema: Apresentação e votação de sugestões do relator ao Roteiro de Trabalho da Subcomissão.

3ª Reunião – 10/05/2021

Tema: Reunião técnica para avaliação das perspectivas das políticas públicas de saúde em relação ao CEIS.

Convidados:

- Reinaldo Guimarães - Ex-Secretário - Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (2007-2010)
- Carlos Gadelha - Ex-Secretário - Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (2011-2014)
- Adriano Massuda - Ex-secretário - Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (2015)
- Marco Antônio Fireman - Ex-secretário - Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (2016-2018)
- Denizar Vianna - Ex-Secretário - Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (2019-2020).

4ª Reunião – 13/05/2021

Tema: Reunião técnica para debater desafio de Novas Terapias e Insumos para o Combate à COVID-19.

Convidados:

- Representação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP (Versame) – Célio Lopes Silva
- Conselho Nacional de Saúde, Membro titular da Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica (CICTAF) – Luiz Marinho
- Subcomitê de vacinação do consórcio nordeste – Amilcar Tanuri – UFRJ
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) – Varley Dias Sousa, Assessor da Segunda Diretoria da Anvisa
- Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde (ABIMED) – Felipe Carvalho, Gerente de Relações Institucionais e Governamentais em Brasília

5ª Reunião – 17/05/2021

Tema: Reunião técnica para debater o papel das Instituições Públicas no Complexo Econômico e Industrial da Saúde.

Convidados:

- Fundação Ezequiel Dias (FUNED/MG) – Presidente Dario Brock Ramalho;
- Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (ALFOB) – Presidente Artur Roberto Couto;
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) – Presidente Jorge Augusto Callado Afonso;
- Fundação Butantan - Tiago Rocca - Gerente de Parcerias e Novos Negócios;
- Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos (Bahiafarma) – Diretor Presidente Tiago Vidal Sá de Moraes.

6ª Reunião – 24/05/2021

Tema: Audiência pública “Ouvir Instituições Privadas da Indústria de Fármacos”.

Convidados:

- Norberto Prestes - Presidente Executivo;
- José Correia da Silva - Presidente do Conselho da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos – ABQUIFI;
- Reginaldo Braga Arcuri - Presidente Executivo do grupo FarmaBrasil;
- Henrique Uchio Tada - Presidente Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais - ALANAC ;
- Nelson Mussolini - Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos – SINDUSFARMA;
- Ronald Ferreira dos Santos - Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR;
- Cristina Ropke - Diretora de Biodiversidade da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia ABIFINA;
- Nilice Gabardo - Executiva da Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde – ABIFISA;
- André Francisco Ignácio - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Soluções Parentais – ABRASP;
- André Ali Mere Vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Soluções Parentais – ABRASP.

7ª Reunião – 31/05/2021

Tema: Audiência pública com Instituições Privadas da Indústria de Equipamentos.

Convidados:

- Franco Pallamolla - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos – ABIMO;
- Ruy Baumer - Presidente do SINAEMO Sindicato da Indústria de Artigos e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares do Estado de São Paulo – FIESP;
- Luis Augusto Carneiro Azevedo - Gerente Geral de Competitividade
- Rene Pierre Durão - Assessor de Defesa dos Interesses da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN
- Flavio Roscoe - Presidente das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG
- Marcelo Fabrício Prim - Gerente Executivo de Inovação e Tecnologia do SENAI- CNI
- Wilson Shcolnik - Presidente da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica – ABRAMED
- Fernando Silveira Filho - Presidente Executivo
- Felipe Dias Carvalho - Gerência de Assuntos Governamentais da Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde-ABIMED

8ª Reunião – 07/06/2021

Tema: Reunião técnica com representantes dos trabalhadores.

Convidados:

- Federação dos Trabalhadores do Ramo Químicos do Estado de São Paulo – Airton Cano;

- Federação Nacional dos Farmacêuticos - Ronald Ferreira dos Santos;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social - Sandro Alex de Oliveira Cezar;
- Secretário Adjunto da Secretária de Saúde e Segurança do Trabalhador da Força Sindical - João Donizete Scaboli;
- Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) - Diretora Executiva Nacional, Débora Raymundo Melecchi;
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) - Nelson Karam;

9ª Reunião – 11/06/2021

Tema: Reunião Técnica com Membros para Elaboração do Relatório Final

10ª Reunião – 21/06/2021

Tema: Reunião técnica para debater O Papel das Instituições de Gestão das Redes de Saúde no CEIS

Convidados:

- Secretário de Estado da Saúde de Goiás e Vice-Presidente da Região Centro Oeste, representando o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde (CONASS) - Dr. Ismael Alexandrino Junior;
- Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Elton Chaves;
- Técnico da CGCIS - Ministério da Saúde - Ricardo Barcelos;
- Presidente da Empresa Brasileira de Hospitais Universitários (EBSRH) - General Oswaldo de Jesus Ferreira;
- Diretor de Ensino, Pesquisa e Atenção à Saúde – Dr. Giuseppe Cesare Gatto;
- Coordenador de Gestão da Pesquisa e Inovação Tecnológica em Saúde – Dr. Eduardo Barbosa Coelho;
- Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS) – Anderson Mendes;
- Superintendente da Federação Brasileira de Hospitais (FBH) – Luiz Fernando C. Silva;
- Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços CNSaúde – Josier Vilar;
- Diretor Geral da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) – Mario César Homsí Bernardes;
- Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp) – Marco Aurélio Ferreira;

11ª Reunião - 28/06/2021

Tema: Reunião técnica para debater CEIS, Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais.

Convidados:

- Universidade Federal do Pará - Prof. Wagner Luiz Ramos Barbosa;
- Diretor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará – Prof. Dr. Wilson Sabino;
- Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado – Prof. Dra. Gisely Cardoso de Melo;
- Pesquisador e Assessor Especial da Presidência Fundação Oswaldo Cruz – Valber Fratuoso;
- Vice-Diretora do Instituto Evandro Chagas – IEC – Lourdes Garcez;
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Prof. Dra. Luciana Barbosa;

- Analista, Recursos Genéticos e Biotecnologia (EMBRAPA) – Dra. Fernanda Alvares da Silva

12ª Reunião – 05/07/2021

Tema: Reunião técnica para debater o papel das Instituições de Regulação e Controle no CEIS

Convidados:

- Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Meiruze Sousa Freitas;
- Diretor Substituto de Avaliação da Conformidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) - Leonardo Machado Rocha;
- Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – Cláudio Vilar Furtado, Liane Lage - Diretoria de Patentes, Programa de Computador e Topografia de Circuitos Integrados DIRPA/INPI e Marcos Couto, Procurador-Chefe, Procuradoria Federal especializada junto ao INPI;
- Assessora técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde - DGITIS/SCTIE - Clementina Corah Lucas Prado;
- Ivo Bucaresky - Ex Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2003- 2016);
- Dirceu Brás Aparecido Barbano - Ex Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2008-2014);

13ª Reunião Técnica – 12/07/2021

O debate tratou da Rede de Pesquisadores em Economia e Inovação em Saúde.

Participaram da Reunião:

- Vice-Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) - Reinaldo Guimarães;
- Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde - Érika Aragão;
- Coordenadora Geral de Tecnologia e Inovação em Saúde (CGITS) Ministério da Saúde – Luciene Fontes Schluckebier Bonan; Coordenadora Geral de Gestão de Tecnologias na Saúde (CGGTS) - Priscila Gebrim Louly, representando a Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias da Saúde;
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Profa. Dra. Ligia Bahia;
- Departamento de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, NAF/ENSP – Jorge Bermudez.

14ª Reunião – 02/08/2021

Tema: Reunião técnica para tratar dos Fundos Privados e Estratégias Públicas de Financiamento do CEIS.

Convidados:

- Chefe do Departamento do Complexo Industrial e de Serviços de Saúde (BNDES) – João Paulo Pieroni;
- Representante da Organização Panamericana de Saúde no Brasil - Socorro Gross Galiano.

15ª Reunião – 09/08/2021

Tema: Reunião técnica para tratar da Saúde Digital, a Internet das Coisas e o Desenvolvimento do CEIS.

Convidados:

- MV Soluções de Saúde – Paulo Magnus;
- Associação Brasileira de Startups de Saúde – Ihvi Maria Aidukaitis
- Presidente da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS) – Luís Gustavo Kiatake
- Hospital Alemão – José Marcelo Amatzuzi de Oliveira;
- Professor Renato Sabbatini.

16ª Reunião – 09/09/2021

Tema: Reunião técnica para entrega do Relatório Final

17ª Reunião – 14/09/2021

Tema: Reunião técnica para debater e votar o Relatório Final

Relatório Final aprovado pela Comissão: <Z:\Anos Anteriores\CSSF -2021\Subcomissões e Grupos de Trabalho\SUBCEIS - Mirella\Relatório SUBCEIS 2021-14 9 21 anexos indicações apresentação final.pdf>

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA TRATAR DE DOENÇAS RARAS, COM FOCO NO PROGRAMA DE TRIAGEM NEONATAL

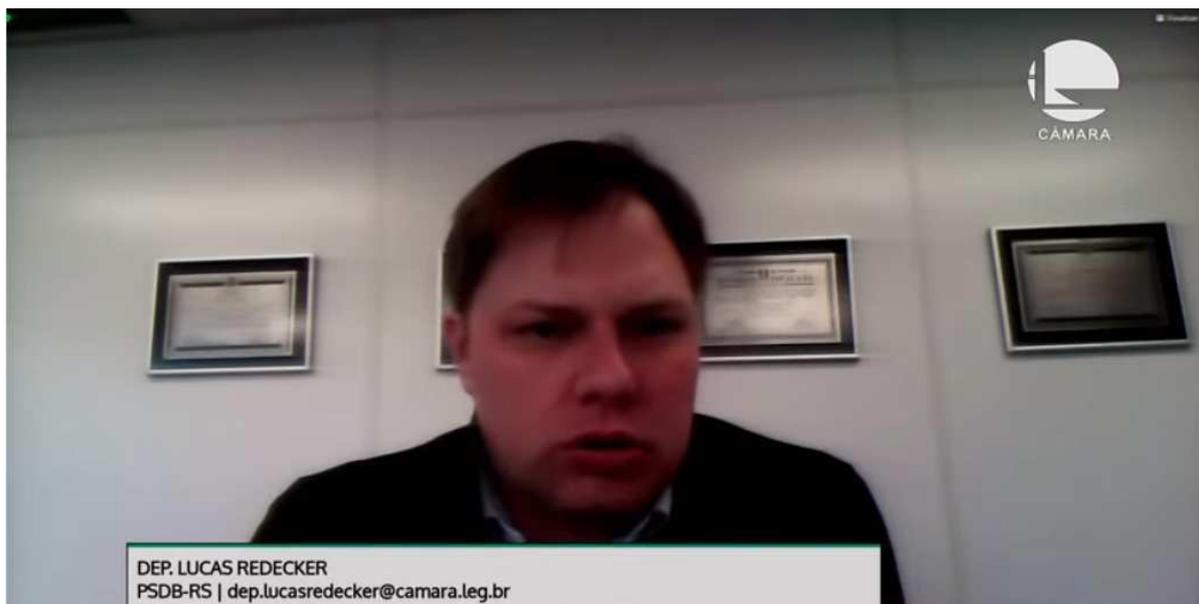


Foto: Portal - CD

Presidente: Deputado Lucas Redecker (PSDB/RS)

Relator: Deputado Diego Garcia (PODE/PR)

Membros:

TITULARES	GAB
Aline Gurgel (REPUBLICANOS/AP)	342
David Soares (DEM/SP)	741
Diego Garcia(PODE/PR)	910
Dr. Zacharias Calil (DEM/GO)	616
Eduardo da Fonte (PP/PE)	628
Lucas Redecker (PSDB/RS)	905

Atividades realizadas

1ª Reunião – 13.05.2021

Tema: Instalação e alinhamento dos trabalhos

2ª Reunião - 19/05/2021

Tema: Deliberação do Plano de Trabalho

3ª Reunião - 26/05/2021

Tema: Audiência pública para escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras.

Convidados:

- André Luiz Santos Pessoa (Neurologista Chefe do Serviço de Neurologia do Hospital Infantil Albert Sabin)
- Carolina Prando (Diretora de Medicina Translacional do Hospital Pequeno Príncipe)
- Ida Vanessa Doederlein Schwartz (Chefe do Serviço de Genética do HCPA)
- Mara Lúcia Schmitz Ferreira Santos (Coordenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Pequeno Príncipe)
- Maria Denise Fernandes Carvalho de Andrade (Médica Geneticista do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará)

4ª Reunião - 29/06/2021

Tema: Audiência pública para escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras.

Convidados:

- Louise Lapagesse de Camargo Pinto (Coordenadora do Centro de Referência em Doenças Raras - Hospital Infantil Joana de Gusmão)
- Gisele Rozone de Luca (Coordenadora do Serviço de Atenção Humanizada - Hospital Infantil Joana de Gusmão/SC)
- Marcos Guimarães Zucchetti (Coordenador do Ambulatório de Doenças Raras - APAE de Anápolis/GO)
- Victor Evangelista de Faria Ferraz (Coordenador do Serviço de Referência em Doenças Raras - Hospital de Clínicas de Ribeirão Preto/SP)

5ª Reunião - 13/07/2021

Tema: Audiência pública para escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras.

Convidados:

- Ana Patricia Bahe (Coordenadora Assistencial da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD/PE)
- Deise Felix Quintão Correa (Gerente de Pediatria do Hospital Infantil João Paulo II de BH)
- Dafne Dain G Horovitz (IFF FIOCRUZ)

Relatório Final apresentado pela Subcomissão: <..\..\Anos Anteriores\CSSF -2021\Subcomissões e Grupos de Trabalho\SUBRARAS - Carla\Relatório Final - SUBRARAS.pdf>

SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE O IMPACTO DA COVID NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



Foto: Portal - CD

Presidente: Deputada Rejane Dias (PT/PI)

Relator: Deputado Alexandre Padilha (PT/SP)

Membros:

TITULARES	GAB
Alexandre Padilha (PT/SP)	956
David Soares (DEM/SP)	741
Dr. Zacharias Calil (DEM/GO)	616
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	540
Pedro Westphalen (PP/RS)	526
Rejane Dias (PT/PI)	624
Tereza Nelma (PSDB/AL)	322

GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



Foto: Portal - CD

Coordenadora: Deputada Dra. Soraya Manato (PSL/ES)

Relatora: Deputada Carla Dickson (PROS/RN)

Membros:

TITULARES	GAB
Carla Dickson (PROS/RN)	706
Dra. Soraya Manato (PSL/ES)	313
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	432
Vivi Reis (PSOL/AP)	471

GRUPO DE TRABALHO DESAFIOS DA ONCOLOGIA NO BRASIL



Foto: Canal da CD no Youtube

Coordenador: Deputado Dr. Frederico (PATRIOTA/MG)

Relatora: Deputada Tereza Nelma (PSDB/AL)

Membros:

TITULARES	GAB
Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)	418
Célio Silveira (PSDB/GO)	511
Dr. Frederico (PATRIOTA/MG)	673
Eduardo Costa (PTB/PA)	286
Eduardo da Fonte (PP/PE)	628
Flávia Morais (PDT/GO)	738
Flávio Nogueira (PDT/PI)	811
Juscelino Filho (DEM/MA)	222
Liziane Bayer (PSB/RS)	538
Pedro Westphalen (PP/RS)	526
Pr. Marco Feliciano (REPUBLICANOS/SP)	254
Silvia Cristina (PDT/RO)	524
Tereza Nelma (PSDB/AL)	322

Atividades realizadas

1ª Reunião – 28.04.2021

Tema: Instalação e discussão do Plano de Trabalho

2ª Reunião – 19.05.2021

Tema: Apresentação e aprovação do Plano de Trabalho

3ª Reunião – 01.07.2021

Tema: Reunião técnica - Política Nacional para Prevenção ao Controle do Câncer - Debater os resultados, os diagnósticos e as propostas do Tribunal de Contas da União - TCU, decorrente da Auditoria TC n.º 023.655/2018-6 (destinada a avaliar a implementação da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer).

Convidado:

- Regivalder Pereira da Silva - Diretor da SECEXSAUDE – TCU

4ª Reunião – 19.08.2021

Tema: Reunião técnica para apresentação do resultado do primeiro semestre e novas ações

5ª Reunião – 16.09.2021

Tema: Reunião de trabalho

6ª Reunião – 09.12.2021

Tema: Apresentação e Deliberação sobre o Relatório do Grupo de Trabalho

Relatório Final apresentado pela Subcomissão: <Z:\Anos Anteriores\CSSF -2021\Subcomissões e Grupos de Trabalho\GTONCO - Carla\Relatório Final.pdf>

GRUPO DE TRABALHO ORGANIZAÇÃO FEDERATIVA NO COMBATE À PANDEMIA



Foto: Canal da CD no Youtube

Coordenador: Deputado Pedro Westphalen (PP/RS)

Relatora: Deputada Dra. Soraya Manato (PSL/ES)

Membros:

TITULARES	GAB
Dra. Soraya Manato (PSL/ES)	286
Eduardo Costa (PTB/PA)	286
Flávio Nogueira (PDT/PI)	811
Juscelino Filho (DEM/MA)	222
Odorico Monteiro (PSB/CE)	625
Pedro Westphalen (PP/RS)	526
Vivi Reis (PSOL/PA)	471

Atividades realizadas

1ª Reunião – 04.05.2021

Tema: Instalação

2ª Reunião – 18.05.2021

Tema: Deliberação sobre o Plano de Trabalho

3ª Reunião – 24.06.2021

Tema: Reunião técnica para debater a logística das vacinas – registro, orçamento, compra, distribuição e aplicação

Convidados:

- Arnaldo Medeiros - Programa Nacional de Imunizações (PNI)
- Ihatanderson Alves da Silva e Thaila Coradassi de Almeida – GGFIS - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
- Nereu Henrique Mansano (CONFIRMADO) - Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)
- Alessandro Aldrin Pinheiro Chagas - Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)
- Juarez Cunha - Presidente da Sociedade Brasileira de imunizações (SBIm)
- Thiago Fernandes – Coordenador Insumos do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde - DEIDT/SVS - Ministério da Saúde
- Ana Cecília Ferreira de Almeida Martins de Moraes - Coordenadora-Geral de Aquisições de Insumos Estratégicos para Saúde da Secretaria Executiva - DLOG/SE - Ministério da Saúde
- Katiane Rodrigues Torres - Coordenadora-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde substituta da Secretaria Executiva - DLOG/SE - Ministério da Saúde

GRUPO DE TRABALHO IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES BRASILEIROS



Foto: Portal - CD

Coordenador: Deputado Alexandre Padilha (PT/SP)

Relator: Deputado Milton Coelho (PSB/PE)

Membros:

TITULARES	GAB
Alexandre Padilha (PT/SP)	956
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP/RJ)	577
Milton Coelho – (PSB/PE)	282
Vivi Reis (PSOL/AP)	471

GRUPO DE TRABALHO SOLUÇÃO DIAGNÓSTICA ATRAVÉS DA VALORIZAÇÃO DO CLÍNICO



Foto: Canal da CD no Youtube

Coordenador: Deputado Dr. Luiz Ovando (PSL/MS)

Relator: Deputado Dr. Zacharias Calil (DEM/GO)

Membros:

TITULARES	GAB
Eduardo Costa (PTB/PA)	286
Dr. Zacharias Calil (DEM/GO)	616
Dr. Luiz Ovando (PSL/MS)	644

Atividades realizadas

1ª Reunião – 13.05.2021

Tema: Solução diagnóstica através da valorização do clínico

Convidados:

- Wilames Freire Bezerra – Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS
- Jurandi Frutuoso - Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS
- Dr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho - Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM
- Ana Patrícia de Paula - Coordenadora-Geral de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS
- Karoliny Evangelista de Moraes Duque - Coordenadora-Geral de Garantia dos Atributos da Atenção Primária, substituta da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS/MS
- Musa Denaise de Sousa Moraes de Melo - Diretora de Gestão da Educação na Saúde, substituta da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde - SGTES/MS
- Dr. Fernando Vasconcelos - Médico Clínico Geral Tradicional

2ª Reunião – 27.05.2021

Eixo Temático: Solução Diagnóstica através da Valorização do Clínico

Convidados:

- Ana Arraes - Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU
- Breno Monteiro - Presidente da Confederação Nacional de Saúde – CNS
- Dr. Fernando Vasconcelos - Médico Clínico Geral Tradicional
- Dr. Leonardo Gibliotti Barberes - Representante da Federação Brasileira de Hospitais – FBH
- Dr. Fernando Zasso Pigatto - Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS
- Mirocles Vêras - Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas

VII. COMISSÃO EM NÚMEROS

A Comissão de Seguridade Social e Família, no ano de 2021, sob a presidência do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP/RJ), apreciou 560 projetos e 412 requerimentos, relacionados a seguir.

PROJETOS APRECIADOS

Total Geral: 560

Total: 2 - 07/04/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 6382/2016	Principal	Christiane de Souza Yared (PR-PR)	Acrescenta o parágrafo único ao artigo 120 da Lei nº 8.213 de 1991, para estabelecer a obrigatoriedade da propositura de ação regressiva, por parte da Previdência Social, contra os causadores de acidente de trânsito.	07/04/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), pela aprovação, com substitutivo.

PL 400/2019 (Nº Anterior: PL 8086/2017)	Principal	Dr. Sinval Malheiros (PODE-SP)	Institui o mês de julho como Mês Nacional de Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço.	07/04/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Frederico (PATRIOTA-MG), pela aprovação da Emenda do Senado Federal ao PL 400/2019 da Câmara dos Deputados.
---	-----------	--------------------------------	---	--

Total: 4 - 08/04/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 4254/2019	Principal	Fred Costa (PATRIOTA-MG)	Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).	08/04/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Frederico (PATRIOTA-MG), pela aprovação.

PL 4803/2019	Principal	João Roma (REPUBLIC-BA)	"Institui o Dia Nacional de Atenção aos Portadores de Hidrocefalia, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de outubro, e dá outras providências".	08/04/2021 Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação.
--------------	-----------	-------------------------	--	--

PL 5372/2019	Principal	Sergio Vidigal (PDT-ES)	Inclui no Calendário Oficial "A Semana de Conscientização e Prevenção dos Males causados pelo uso precoce e de longa duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças".	08/04/2021 Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.
--------------	-----------	-------------------------	---	---

PL 5428/2019	Principal	Celina Leão (PP-DF)	Dispõe sobre a instituição da Semana de Conscientização da Síndrome de Tourette e Cria o Dia Nacional do Portador da Síndrome de Tourette.	08/04/2021 Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.
--------------	-----------	---------------------	--	---

Total: 19 - 20/04/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 3485/2015	Principal	Mandetta (DEM-MS)	Cria o Dia Nacional do Psiquiatra, a ser celebrado no dia 10 de outubro.	20/04/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, e do PL 3521/2015, apensado, com substitutivo.
PL 3521/2015	Apensado	Mariana Carvalho (PSDB-RO)	Cria o Dia Nacional do Médico Psiquiatra, a ser celebrado no dia treze de agosto.	20/04/2021
PL 5174/2016	Principal	Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre as hipóteses de suspensão de transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.	20/04/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.
PL 5706/2016	Principal	Hildo Rocha (PMDB-MA)	Atribui ao Serviço Social das unidades privadas de saúde a responsabilidade de encaminhar o paciente para outras unidades, quando necessário.	20/04/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Costa (PTB-PA), pela rejeição.
PL 7347/2017	Principal	Lúcio Vale (PR-PA) e Outro(s)	Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências", e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para dispor sobre medidas de promoção do envelhecimento ativo.	20/04/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, do PL 9528/2018, do PL 9529/2018, do PL 9628/2018, do PL 2500/2019, do PL 2559/2019, e do PL 3322/2019, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e pela rejeição do PL 8717/2017, apensado.
PL 8717/2017	Apensado	Marco Antônio Cabral (PMDB-RJ)	Assegura ao idoso acolhimento em equipamento público de assistência social (Espaço de Convivência do Idoso) no período que especifica e dá outras providências.	20/04/2021
PL 9528/2018	Apensado	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Institui no âmbito da administração federal o Programa Terceira Idade com Dignidade.	20/04/2021
PL 9529/2018	Apensado	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Institui a Política Nacional de Incentivo à Prática de Esportes para Idosos e dá outras providências.	20/04/2021
PL 9628/2018	Apensado	Leandre (PV-PR)	Acrescenta dispositivos ao art. 24 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), regulamentando a obrigatoriedade da veiculação, pelas emissoras de rádio e televisão, de conteúdos informativos sobre o processo de envelhecimento e voltados para as pessoas idosas.	20/04/2021

PL 2500/2019	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Institui a Semana Nacional do Envelhecimento Ativo.	20/04/2021
PL 2559/2019	Apensado	Célio Studart (PV-CE)	Institui o Programa "Idosos em Ação"	20/04/2021
PL 3322/2019	Apensado	Felipe Carreras (PSB-PE)	Acrescenta inciso ao art. 7º da Lei 9.615/1998 que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dispor sobre o incentivo da prática esportiva de idosos.	20/04/2021
PL 7816/2017	Principal	Senado Federal - Cidinho Santos (PR-MT)	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para estabelecer que a atividade de saboaria artesanal é regida pela Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015 (Lei do Artesanato).	20/04/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Frederico (PATRIOTA-MG), pela aprovação, com substitutivo.
PL 8071/2017	Principal	Lincoln Portela (PRB-MG)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tipificar a conduta de apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da criança ou do adolescente, dando-lhes aplicação diversa da sua finalidade.	20/04/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela rejeição.
PL 9373/2017	Principal	Flaviano Melo (PMDB-AC)	Institui a Semana Nacional de Enfrentamento às Doenças Endêmicas.	20/04/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), pela aprovação.
PL 10670/2018	Principal	Herculano Passos (MDB-SP)	Altera os arts. 42, 60 e 101 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências e acrescenta §12 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para permitir que o segurado ou beneficiário seja acompanhado de pessoa de sua confiança durante a perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social.	20/04/2021 Parecer da Relatora, Dep. Tereza Nelma (PSDB-AL), pela aprovação, com duas emendas.
PL 3826/2019	Principal	Luiz Lima (PSL-RJ)	Cria o "Orçamento Criança" e dá outras providências.	20/04/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.
PL 3218/2020	Principal	David Soares (DEM-SP)	As escolas, centros técnicos e universidades mantidas pelo Poder Público ficam autorizadas a produzir equipamentos necessários ao combate de doenças quando decretado oficialmente estado de calamidade pública.	20/04/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.

PL 3714/2020	Principal	Hildo Rocha (MDB-MA)	Modifica o art. 147 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, dispondo sobre a higienização dos eleitores durante o processo de votação na respectiva seção eleitoral.	20/04/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), pela aprovação.
--------------	-----------	----------------------	---	---

Total: 1 - **28/04/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 3921/2020	Principal	Bibo Nunes (PSL-RS)	Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica.	28/04/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.

Total: 25 - **05/05/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 1836/2007	Principal	Senado Federal - Cícero Lucena (PSDB-PB)	Altera o § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002, para acrescentar ao Sistema Único de Saúde - SUS o fornecimento de medicamentos de uso continuado não sujeitos a controle especial, entre outros, necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.	05/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, e dos PLs 3.054/2008, 4.746/2012, 6.959/2017, 7.932/2017, e 2.395/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs 960/2011, 2.578/2015 3.383/2012, e 691/2015, apensados.
PL 3054/2008	Apensado	Davi Alves Silva Júnior (PDT-MA)	Dispõe sobre o fornecimento de medicamentos de uso contínuo no domicílio de idosos, gestantes e pessoas com dificuldade de locomoção, através do Sistema Único de Saúde - SUS.	05/05/2021
PL 960/2011	Apensado	William Dib (PSDB-SP)	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	05/05/2021
PL 3383/2012	Apensado	Damião Feliciano (PDT-PB)	Cria a "Bolsa-Medicamento" no âmbito do Sistema Único de Saúde.	05/05/2021
PL 4746/2012	Apensado	Rodrigo Maia (DEM-RJ)	Institui a entrega domiciliar de medicamentos aos pacientes que específica.	05/05/2021
PL 2578/2015	Apensado	Fabricio Oliveira (PSB-SC)	Dispõe sobre ao acesso gratuito dos portadores de doenças graves aos medicamentos de que necessitam.	05/05/2021
PL 691/2015	Apensado	Major Olimpio (PDT-SP)	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Explicação: Estabelece critérios para o fornecimento gratuito de medicamentos de uso continuado decorrentes de doenças crônicas e degenerativas aos idosos.	05/05/2021
PL 7932/2017	Apensado	Adail Carneiro (PP-CE)	Acrescenta o §7º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e §6º ao art. 18 da Lei nº 13.146, de 6	05/05/2021

			de julho de 2013, para reconhecer o direito dos idosos e das pessoas com deficiência ao atendimento domiciliar para coleta de amostras destinadas a exames laboratoriais.	
PL 6959/2017	Apensado	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para dispor sobre vacinação e procedimentos de assistência à saúde prestados em domicílio.	05/05/2021
PL 2395/2019	Apensado	Boca Aberta (PROS-PR)	Altera art. 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, e dá outras providências.	05/05/2021

PL 1769/2015	Principal	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Altera a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Explicação: Estabelece que as instituições de saúde devem dispor de, pelo menos, 10% (dez por cento) de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Língua Brasileira de Sinais.	05/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS), pela rejeição deste, do PL 3324/2015, do PL 4439/2016, do PL 983/2019, do PL 2415/2019, do PL 4354/2019, e do PL 5792/2019, apensados.
PL 3324/2015	Apensado	Marcos Abrão (PPS-GO) e Outro(s)	Torna obrigatória a disponibilização de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras em hospitais de grande porte.	05/05/2021
PL 4439/2016	Apensado	Átila A. Nunes (PMDB-RJ)	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PESSOAL TREINADO NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS, NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA E PARTICULAR.	05/05/2021
PL 5792/2019	Apensado	Uldurico Junior (PROS-BA)	Altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)" para determinar a disponibilidade de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras - nos hospitais.	05/05/2021
PL 4354/2019	Apensado	Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	Altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência", para obrigar a incorporação de tradutor ou intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, às equipes das unidades de atenção à saúde públicas e privadas.	05/05/2021
PL 983/2019	Apensado	Policial Katia Sastre (PR-SP)	Dispõe sobre a implementação de atendimento com tradutores e intérpretes de libras - Língua Brasileira de Sinais em favor de pessoas com deficiência auditiva nas unidades e nos órgãos da rede pública de saúde.	05/05/2021
PL 2415/2019	Apensado	Mauro Nazif (PSB-RO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento da Língua Brasileira de	05/05/2021

			Sinais - LIBRAS nos Hospitais que específica.	
PL 5392/2016	Principal	Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	Altera o art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre exame médico-pericial multidisciplinar e avaliação da limitação biopsicossocial para exercício de atividade laboral para fins de concessão de aposentadoria por invalidez.	05/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Jaziel (PL-CE), pela rejeição.
PL 10434/2018	Principal	Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, para dispor sobre os beneficiários consumidores dos alimentos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e revoga o art. 18, caput e incisos I, II e III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.	05/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Célio Silveira (PSDB-GO), pela aprovação deste, e do PL 1083/2020, apensado, com substitutivo.
PL 1083/2020	Apensado	Túlio Gadêlha (PDT-PE)	Altera a Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003.	05/05/2021
PL 191/2019	Principal	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder abono salarial ao aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.	05/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Costa (PTB-PA), pela rejeição.
PL 199/2019	Principal	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Acrescenta §3º ao art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a participação de jovens em Programas de Amparo à primeira infância, aos idosos e às pessoas com deficiência.	05/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), pela aprovação, com substitutivo.
PL 4034/2019	Principal	Senado Federal - Antonio Anastasia (PSDB-MG)	Dispõe que os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens não serão considerados renda para fins de elegibilidade a programas socioassistenciais.	05/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.
PLP 114/2020	Principal	Wolney Queiroz (PDT-PE)	Fixa normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum para cuidar da saúde, relativas ao enfrentamento de calamidade pública em virtude de situação epidemiológica declarada como Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).	05/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
PL 2730/2020	Principal	Ricardo Izar (PP-SP) e Outro(s)	Institui, em âmbito nacional, o Mês da Conscientização da Doença de Parkinson, que é simbolizada mundialmente pela tulipa vermelha, e dá outras providências.	05/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.

Total: 39 - 06/05/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 10106/2018	Principal	Senado Federal - Reguffe (PDT-DF)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para caracterizar o descumprimento dessa disposição como ato de improbidade administrativa.	06/05/2021 Parecer com Complementação de Voto, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), pela aprovação deste, do PL 5274/2013, do PL 5636/2013, do PL 6804/2013, do PL 7649/2014, do PL 4676/2016, do PL 5642/2016, do PL 5884/2016, do PL 6059/2016, do PL 6386/2016, do PL 8484/2017, do PL 10167/2018, do PL 5316/2013, do PL 5610/2016, do PL 10259/2018, do PL 3787/2015, do PL 5471/2020, do PL 742/2015, do PL 5418/2016, do PL 6799/2017, do PL 9586/2018, do PL 5611/2016, do PL 5527/2019, do PL 11018/2018, do PL 385/2020, do PL 3651/2019, do PL 3312/2019, do PL 5119/2019, do PL 9737/2018, do PL 11011/2018, do PL 5170/2013, do PL 2033/2019, do PL 3562/2019, e do PL 3659/2020, apensados, com substitutivo.
PL 10167/2018	Apensado	Comissão Especial destinada a estudar o processo de inovação e incorporação tecnológica no complexo produtivo da saúde, no Brasil e no mundo	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir a transparência das filas de espera de consultas, exames e tratamentos, e a divulgação dos protocolos clínicos ou de diretrizes terapêuticas para doenças utilizadas em estabelecimentos que prestam serviços ao SUS.	06/05/2021
PL 9737/2018	Apensado	Julio Lopes (PP-RJ) e Outro(s)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a prestação de contas para o usuário do Sistema Único de Saúde.	06/05/2021
PL 10259/2018	Apensado	Damião Feliciano (PDT-PB)	Cria o Cadastro Nacional Informatizado de Medicamentos, no âmbito do Sistema Nacional de Saúde, e dá outras providências.	06/05/2021
PL 11011/2018	Apensado	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação na internet ou meios de comunicação com atualização mensal, bimestral ou trimestral da lista de espera dos pacientes que aguardam para realizar cirurgias médicas eletivas com recursos do	06/05/2021

			Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.	
PL 11018/2018	Apensado	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação das listas dos pacientes que aguardam consultas com especialistas, exames e intervenções cirúrgicas em instituições de qualquer natureza que fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS), em sítio eletrônico oficial de acesso irrestrito.	06/05/2021
PL 2033/2019	Apensado	Hiran Gonçalves (PP-RR)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir a transparência das filas de espera de consultas, exames e tratamentos, e a divulgação dos protocolos clínicos ou de diretrizes terapêuticas para doenças utilizados em estabelecimentos que prestam serviços ao SUS.	06/05/2021
PL 3651/2019	Apensado	Frei Anastacio Ribeiro (PT-PB)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para obrigar as farmácias públicas que compõem o Sistema Único de Saúde a afixarem, em local visível, listagem com os medicamentos disponíveis na respectiva unidade.	06/05/2021
PL 3312/2019	Apensado	Lauriete (PL-ES)	Dispõe sobre a transparência na desmarcação de consultas e procedimentos nos serviços públicos de saúde, ou nos serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde.	06/05/2021
PL 3562/2019	Apensado	Lauriete (PL-ES)	Estabelece emissão obrigatória de documento nos casos de cancelamento de consultas ou exames, atestando o comparecimento do paciente, em todos os hospitais e postos de atendimento do Sistema Único de Saúde	06/05/2021
PL 385/2020	Apensado	Elias Vaz (PSB-GO)	Dispõe sobre a publicação, na internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames e intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde	06/05/2021
PL 5527/2019	Apensado	Frei Anastacio Ribeiro (PT-PB)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações do número de leitos credenciados, ocupados e livres, bem como das listas de espera por atendimento nas Unidades de Saúde inseridas no âmbito do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.	06/05/2021
PL 5119/2019	Apensado	Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA)	Altera a Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018, para determinar que os resultados de exames complementares do sistema único de saúde (SUS) sejam disponibilizados digitalmente.	06/05/2021
PL 9586/2018	Apensado	Victor Mendes (PSD-MA)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação na internet, com atualização mensal ou bimestral da lista de espera dos pacientes que aguardam para realizar cirurgias médicas eletivas com recursos do	06/05/2021

			Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.	
PL 8484/2017	Apensado	Victor Mendes (PSD-MA)	Dispõe sobre a obrigação de instalação de placas informativas em todas as unidades de saúde do SUS, com a divulgação mensal da escala dos médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem e seus respectivos horários de atendimento.	06/05/2021
PL 6386/2016	Apensado	Cabo Sabino (PR-CE)	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS HOSPITAIS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE E AMBULATÓRIOS, DE AFIXAR EM LUGAR VISÍVEL E ACESSÍVEL AO PÚBLICO A LISTA DOS MÉDICOS PLANTONISTAS E DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANTÃO.	06/05/2021
PL 6799/2017	Apensado	Cabo Sabino (PR-CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização mensal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.	06/05/2021
PL 6059/2016	Apensado	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Altera a Lei 11.301, de 27 de junho de 2016. Explicação: Trata da divulgação de direitos de criança vítima de microcefalia transmitida pelo mosquito aedes aegypti e do aumento da licença-maternidade.	06/05/2021
PL 5884/2016	Apensado	João Derly (REDE-RS)	Obriga instituições que prestam serviços públicos de saúde a divulgarem periodicamente informações sobre os atendimentos realizados.	06/05/2021
PL 5642/2016	Apensado	Marx Beltrão (PMDB-AL)	Obriga os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) a prestarem os serviços e informações que especifica, por meio da Internet.	06/05/2021
PL 5418/2016	Apensado	Geovania de Sá (PSDB-SC)	Dispõe sobre a publicação de listas de espera para cirurgias e exames complementares dos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS.	06/05/2021
PL 5610/2016	Apensado	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Acrescenta parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 8.080, de 19, de setembro de 1990, para obrigar a divulgação periódica dos medicamentos em estoque nas farmácias públicas do SUS.	06/05/2021
PL 5611/2016	Apensado	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Acrescenta o §2º ao art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para obrigar as unidades de saúde a afixarem, em suas dependências, informações relativas às vacinas do Programa Nacional de Imunizações - PNI.	06/05/2021
PL 4676/2016	Apensado	Bruno Covas (PSDB-SP)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todo estabelecimento público de saúde a afixar diariamente a escala de médicos em local visível e acessível ao público.	06/05/2021
PL 3787/2015	Apensado	Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)	Obriga a colocação de placas em unidades de saúde do Sistema Único de Saúde com informações	06/05/2021

			sobre os médicos que realizam atendimento ao público.	
PL 742/2015	Apensado	Conceição Sampaio (PP-AM)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em sítio eletrônico oficial de acesso irrestrito, das listagens dos pacientes que aguardam consultas com especialistas, exames e intervenções cirúrgicas em instituições de qualquer natureza que integram o Sistema Único de Saúde.	06/05/2021
PL 7649/2014	Apensado	Maria Lucia Prandi (PT-SP)	Obriga os estabelecimentos hospitalares privados e públicos a emitirem relatórios com as informações relativas à rotina hospitalar e dá outras providências.	06/05/2021
PL 6804/2013	Apensado	Reguffe (PDT-DF)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação, em sítio eletrônico oficial, da lista de espera dos pacientes a serem submetidos a cirurgias médicas nos estabelecimentos e unidades da rede pública de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, através do número de seus Registros Gerais - RGs, e dá outras providências.	06/05/2021
PL 5636/2013	Apensado	Fabio Reis (PMDB-SE)	Determina que as instituições de saúde públicas e privadas disponibilizem, em quadro de livre acesso aos usuários, informações atualizadas sobre os profissionais da saúde designados para atendimento ao público.	06/05/2021
PL 5170/2013	Apensado	Vilson Covatti (PP-RS)	Determina que postos e centros de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) disponibilizem ao público as especialidades e horários de atendimento dos profissionais.	06/05/2021
PL 5274/2013	Apensado	Davi Alves Silva Júnior (PR-MA)	Estabelece a obrigatoriedade de as instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todas as esferas de governo, divulgarem informações que especifica, relativas à assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde	06/05/2021
PL 5316/2013	Apensado	Major Fábio (DEM-PB)	Obriga os estabelecimentos de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde a estampar em painéis a lista dos medicamentos disponíveis.	06/05/2021
PL 3659/2020	Apensado	Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	Dispõe sobre o fornecimento obrigatório de protocolo de atendimento aos pacientes, pelas instituições prestadoras de serviços de saúde em todo o território nacional.	06/05/2021
PL 2860/2021	Apensado	Francisco Jr. (PSD-GO)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a publicização das listas de espera dos pacientes que aguardam consultas, exames e intervenções cirúrgicas nos estabelecimentos de assistência à saúde que prestam serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); bem como da quantidade de leitos hospitalares ocupados e disponíveis	06/05/2021
PL 602/2022	Apensado	José Nelto (PODEGO)	Institui-se o sistema de Cadastro Único de Medicamentos Controlados do Governo Federal,	06/05/2021

PL 189/2022	Apensado	Geninho Zuliani (DEM-SP)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar aos gestores de saúde a implantação de sistema de regulação do acesso a ações e serviços de média e alta complexidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e dispõe sobre as diretrizes norteadoras do referido sistema	06/05/2021
PL 4345/2021	Apensado	Nereu Crispim (PSL-RS)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de painel de informações nas Unidades de saúde da administração direta.	06/05/2021
PL 2222/2021	Apensado	Nicoletti (PSL-RR)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação na internet, com atualização periódica, da taxa de ocupação dos leitos de terapia intensiva dos hospitais públicos e privados do Brasil.	06/05/2021
PL 5471/2020	Apensado	Ricardo Silva (PSB-SP)	Determina a fixação de quadros informativos, em local de fácil visualização na entrada dos estabelecimentos de saúde públicos ou privados, com os nomes dos profissionais da saúde e respectivos números de registros nos conselhos classistas	06/05/2021

Total: 7 - 12/05/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 1978/2015	Principal	Felipe Bornier (PSD-RJ)	Regulamenta as Cirurgias para pacientes com Obesidade.	12/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, do PL 3061/2015, do PL 6605/2016, e do PL 10992/2018, apensados, com substitutivo.
PL 10992/2018	Apensado	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Assegura às pessoas com deficiência, prioritariamente a quem possui dificuldades de locomoção na realização de cirurgia bariátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)	12/05/2021
PL 6605/2016	Apensado	Fausto Pinato (PP-SP)	Estabelece prazo para a realização de cirurgias de gastroplastia e dá outras providências.	12/05/2021
PL 3061/2015	Apensado	Luiz Lauro Filho (PSB-SP)	Assegura às pessoas com deficiência prioridade na realização de cirurgia bariátrica no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde.	12/05/2021
PL 5641/2016	Principal	Antonio Brito (PSD-BA)	Dispõe sobre sanções aos entes federativos nos casos de atrasos ou interrupções de repasses de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - às entidades que específica.	12/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

PL 2839/2019	Principal	Ricardo Izar (PP-SP)	Institui o Programa de Ensino e Conscientização sobre Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos no currículo escolar e acadêmico brasileiro.	12/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	----------------------	---	--

PL 1717/2020	Principal	Rejane Dias (PT-PI)	Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para incluir o álcool para limpeza de uso pessoal, líquido ou em gel, entre os itens da cesta básica desonerados de contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno.	12/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com emenda.
--------------	-----------	---------------------	--	---

Total: 3 - **20/05/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 11071/2018	Principal	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Dispõe sobre repasse de informações de contato de doadores de medula óssea constantes em cadastros de órgão.	20/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.

PL 11163/2018	Principal	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências.	20/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.
---------------	-----------	---------------------------------	--	--

PL 6379/2019	Principal	Marília Arraes (PT-PE)	Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de musicoterapeuta.	20/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Rejane Dias (PT-PI), pela aprovação.
--------------	-----------	------------------------	---	--

Total: 11 - **26/05/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PFC 7/2007	Principal	Jorge Tadeu Mudalen (PFL-SP)	Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família realize Fiscalização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, dos recursos da área de Saúde transferidos pelo Governo Federal para o município de Guarulhos.	26/05/2021 Relatório Final, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pelo arquivamento.

PL 3928/2008	Principal	Júlio Delgado (PSB-MG)	Acrescenta parágrafo único ao art. 151, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Explicação: Garante a aposentadoria por invalidez ao segurado em gozo de auxílio-	26/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Costa (PTB-PA), pela aprovação, com emenda.
--------------	-----------	------------------------	--	--

			doença há mais de um ano, em decorrência das doenças relacionadas na Lei de Benefícios.	
PL 4309/2012	Principal	Senado Federal - Eduardo Amorim (PSC-SE)	Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", para determinar a criação e a implantação de um sistema integrado de informações sobre a doença de Alzheimer.	26/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PDT-RO), pela aprovação.
PL 7553/2014	Principal	Marcos Rogério (PDT-RO)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para permitir a divulgação de imagem de criança e adolescente a quem se atribua ato infracional, e dá outras providências.	26/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela rejeição do pl 7553/2014 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e pela aprovação do PL 79/2015, apensado, com substitutivo.
PL 79/2015	Apensado	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Proíbe qualquer exibição de imagens ou som de crianças e adolescentes envolvidos em ato infracional. Explicação: Altera a Lei nº 8.069, de 1990	26/05/2021
PL 7984/2014	Principal	Carlos Bezerra (PMDB-MT)	Permite ao Ministério Público propor ações de alimentos no interesse de incapazes. Explicação: Altera a Lei nº 5.869, de 1973.	26/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Chris Tonietto (PSL-RJ), pela aprovação.
PL 8140/2017	Principal	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Altera a Lei nº 10.836, de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para prever pagamento de benefícios extras em casos de ocorrência de desastres naturais.	26/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PDT-RO), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 9634/2018, apensado.
PL 9634/2018	Apensado	Moisés Diniz (PCdoB-AC)	Aumenta os valores a serem pagos pelo Programa Bolsa Família nos municípios da Faixa de Fronteira e dá outras providências.	26/05/2021
PL 9217/2017	Principal	Laura Carneiro (PMDB-RJ) e Outro(s)	Dispõe sobre o Programa de Recuperação das Universidades Públicas Estaduais e Municipais - PRUE e dá outras providências.	26/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, das Emendas nº 1 e nº 2 adotadas pela Comissão de Educação, com substitutivo.
PL 11039/2018	Principal	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e limpeza da areia contida nos tanques utilizados para	26/05/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa

			o lazer e para recreação infantil, existentes em áreas públicas ou privadas do País.	(PSDB-MG), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano.
--	--	--	--	--

PL 2136/2019	Principal	Boca Aberta (PROS-PR)	Torna obrigatória a implantação de Cartão Ponto Eletrônico Digital em todas as Unidades de Saúde que são mantidas pelo SUS e, proíbe o uso de telefones celulares e dá outras providências.	26/05/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carla Dickson (PROS-RN), pela rejeição.
--------------	-----------	-----------------------	---	---

Total: 6 - **09/06/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 9657/2018	Principal	Laura Carneiro (PMDB-RJ) e Outro(s)	Altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 9.656, de 3 de junho de 1998, para garantir direito à realização de cirurgia plástica reparadora, com ou sem uso de dispositivos médicos implantáveis.	09/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, e do PL 334/2020, apensado, com substitutivo.
PL 334/2020	Apensado	Capitão Alberto Neto (REPUBLIC-AM)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para fixar o direito de acesso à cirurgia plástica de natureza reparadora no âmbito dos serviços de saúde do SUS.	09/06/2021

PL 2737/2019	Principal	André Ferreira (PSC-PE)	Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência	09/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação, com emenda.
--------------	-----------	-------------------------	---	--

PL 1211/2020	Principal	Pedro Westphalen (PP-RS)	Institui o Dia Nacional da Diálise.	09/06/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.
--------------	-----------	--------------------------	-------------------------------------	--

PL 4581/2020	Principal	Coronel Tadeu (PSL-SP)	"Dispõe sobre a hemodiálise em trânsito para pacientes portadores de doenças renais crônicas e dá outras providências."	09/06/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.
--------------	-----------	------------------------	---	--

PL 5469/2020	Principal	Ricardo Silva (PSB-SP)	Cria a campanha permanente de orientação, informação, prevenção, tratamento e combate ao transtorno de ansiedade generalizada e ao transtorno misto ansioso e depressivo.	09/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Danilo Cabral (PSB-PE), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	------------------------	---	--

Total: 4 - **16/06/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PDC 912/2018	Principal	Erika Kokay (PT-DF) e Outro(s)	Susta a Resolução N° 32, de 14 de Dezembro de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite, do Ministério da Saúde, que "Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)".	16/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.

PL 5618/2019	Principal	Mário Heringer (PDT-MG)	Altera o art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para determinar que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA proceda a regulamentação, controle e fiscalização das embalagens e rótulos dos produtos que menciona, e dá outras providências.	16/06/2021 Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	-------------------------	---	---

PL 893/2020	Principal	José Guimarães (PT-CE)	Altera a Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a obrigatoriedade de atendimento, pelos operadores aeroportuários, de recomendações técnicas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (Lei Coronavírus 2019), para dispor sobre a instalação de dispositivos para medição de temperatura de passageiros em aeroportos domésticos e internacionais.	16/06/2021 Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
-------------	-----------	------------------------	---	--

PL 3235/2020	Principal	Luizão Goulart (REPUBLIC-PR)	Acrescenta o art. 175-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para tornar obrigatória a instalação em estabelecimentos de saúde de barreiras físicas transparentes para proteção de trabalhadores administrativos que atendam ao público.	16/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	------------------------------	---	--

Total: 6 - **23/06/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 10739/2018	Principal	Carmen Zanotto (PPS-SC) e Outro(s)	Dispõe sobre a realização anual de ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro durante o mês de novembro.	23/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, e do PL 1468/2019, apensado, com substitutivo.
PL 1468/2019	Apensado	Aécio Neves (PSDB-MG)	Estabelece diretrizes gerais sobre a política de atenção à prematuridade.	23/06/2021

PL 5413/2019	Principal	Pedro Westphalen (PP-RS) e Outro(s)	Cria o Programa de Reecuperação e Fortalecimento dos Estabelecimentos Hospitalares de Saúde (Profes), visando fortalecer o desenvolvimento do parque instalado da saúde, dentro do projeto nacional de melhoria do acesso da população aos cuidados integrados da saúde.	23/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	-------------------------------------	--	---

PL 1004/2020	Principal	Rejane Dias (PT-PI)	ISENTA DO IMPOSTO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — IPI AS AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E AEROMÉDICOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Explicação: Altera a Lei nº 4.502, de 1964.	23/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação deste, e do PL 1252/2020, apensado, com substitutivo.
PL 1252/2020	Apensado	Aline Gurgel (REPUBLIC-AP)	Inclui inciso XXXVIII à Lei 4502, de 30 de novembro de 1964.	23/06/2021

PL 4708/2020	Principal	Domingos Sávio (PSDB-MG)	Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre concessão do benefício de auxílio-doença, após decorridos sessenta dias sem a realização de perícia pela Perícia Médica da Previdência Social	23/06/2021 Parecer da Relatora, Dep. Tereza Nelma (PSDB-AL), pela aprovação.
--------------	-----------	--------------------------	--	---

Total: 36 - **30/06/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 402/2019 (Nº Anterior: PL 1313/2011)	Principal	Ricardo Tripoli (PSDB-SP)	Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso.	30/06/2021 Parecer às Emendas do Senado, da Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação das Emendas n. 1, 2 e 3 do Senado Federal.

PL 5152/2019	Principal	Benes Leocádio (REPUBLIC-RN)	Altera a Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para dispensar de autorização judicial a revenda de automóveis adquiridos por intermédio de representantes legais de menor deficiente.	30/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	------------------------------	---	---

PL 5810/2019	Principal	Edna Henrique (PSDB-PB)	Altera o art. 70-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente, para que as redes de ensino público e privada divulguem cartilha de orientação às crianças e aos adolescentes para prevenção contra a pedofilia na internet.	30/06/2021 Parecer da Relatora, Dep. Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	-------------------------	--	--

PL 420/2020	Principal	Fernando Borja (AVANTE-MG)	Institui o mês "Maio Laranja" dedicado a ações de enfrentamento ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes. Explicação: Altera a Lei nº 9.970, de 2000.	30/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação.
-------------	-----------	----------------------------	---	--

PL 681/2020	Principal	Natália Bonavides (PT-RN)	Dispõe sobre a criação de benefícios financeiros no âmbito do Programa Bolsa Família, devidos durante a suspensão das atividades escolares provocada pela pandemia do vírus Covid-19.	30/06/2021 Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, do PL 745/2020, do PL 1102/2020, do PL 1942/2020, e do PL 4028/2020, apensados, com substitutivo.
PL 745/2020	Apensado	José Ricardo (PT-AM)	Altera a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 para estabelecer complementação financeira no valor da parcela do benefício do Programa Bolsa Família, em razão da pandemia do Coronavírus (Covid-19).	30/06/2021
PL 1102/2020	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Altera a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 para estabelecer um ajuste financeiro nos pagamentos do programa Bolsa Família de 50% (cinquenta por cento) enquanto durar o estado de calamidade pública decretado.	30/06/2021
PL 1942/2020	Apensado	Jorge Solla (PT-BA)	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para instituir o benefício temporário, durante o estado de calamidade pública, destinado à criança ou adolescente regularmente matriculado em escola da rede pública na educação básica.	30/06/2021
PL 4028/2020	Apensado	Tereza Nelma (PSDB-AL)	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para criar o benefício de Renda Digna Suplementar às famílias de baixa renda.	30/06/2021

PL 710/2020	Principal	Dr. Zacharias Calil (DEM-GO)	Institui a Semana de Conscientização sobre Hemangiomas e anomalias vasculares.	30/06/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.
-------------	-----------	------------------------------	--	--

PL 814/2020	Principal	Coronel Armando (PSL-SC)	Dispõe sobre a renovação das receitas de medicamentos de uso contínuo em casos de calamidade pública e quarentena nos moldes da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.	30/06/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação deste, do PL 997/2020, e do PL 1324/2020, apensados, com substitutivo.
PL 997/2020	Apensado	Eduardo Bismarck (PDT-CE)	Permite a compra, por uma única vez, de medicamentos com prescrição, sem apresentação de receita médica, durante períodos de calamidade pública.	30/06/2021
PL 1324/2020	Apensado	José Nelto (PODE-GO)	Dispõe sobre dispensação de prescrição de receita para aquisição de medicamentos de uso contínuo em casos de calamidade pública e quarentena nos moldes da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.	30/06/2021

PL 1622/2020	Principal	Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) e Outro(s)	Altera a Lei 13.979 de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade da notificação compulsória e imediata dos diagnósticos de casos de síndrome respiratória aguda assim como dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19.	30/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEMG- GO), pela aprovação deste, do PL 2110/2020, do PL 2151/2020, do PL 2349/2020, do PL 3543/2020, do PL 3752/2020, do PL 2180/2020, do PL 2726/2020, do PL 3161/2020, do PL 3197/2020, do PL 3210/2020, do PL 2636/2020, do PL 2807/2020, do PL 379/2021, do PL 3154/2020, do PL 5556/2020, do PL 3469/2020, do PL 3171/2020, e do PL 3163/2020, apensados, com substitutivo.
PL 2151/2020	Apensado	Felipe Rigoni (PSB-ES) e Outro(s)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, para estabelecer medidas que aumentam a transparência das informações relativas à covid-19.	30/06/2021
PL 2180/2020	Apensado	Miguel Lombardi (PL-SP)	Dispõe sobre a transparência nos contratos emergenciais firmados pela administração pública em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia de COVID-19.	30/06/2021
PL 2110/2020	Apensado	Miguel Lombardi (PL-SP)	Dispõe sobre a publicação de dados acerca da quantidade de testes rápidos e laboratoriais de detecção do Coronavírus Disease 2019 (COVID-19) enviados a cada um dos Municípios brasileiros, durante o enfrentamento da epidemia, e dá outras providências.	30/06/2021
PL 2349/2020	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Torna obrigatória notificação ao Ministério da Saúde pelos laboratórios públicos e privados da ocorrência de suspeita ou confirmação da doença do coronavírus - COVID-19 e dá outras providências.	30/06/2021
PL 3752/2020	Apensado	Célio Moura (PT-TO) e Outro(s)	Institui o Sistema Nacional de Informações relativas a Covid-19.	30/06/2021
PL 2726/2020	Apensado	Alexandre Padilha (PT-SP) e Outro(s)	Determina aos órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde e instituições privadas de assistência à saúde a inclusão nos registros de pessoas suspeitas de contaminação, contaminadas, hospitalizadas e falecidas por Covid-19 de marcador étnico-racial conforme as categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de localização e de gênero, para a produção de dados	30/06/2021

			oficiais de contaminação e mortalidade pela Covid-19 e que tais dados passem a fazer parte da apresentação pública dos dados de infecção e mortalidade.	
PL 2636/2020	Apensado	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Acrescenta os §§3º e 4º ao art. 4º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre mecanismos no sentido de permitir maior transparência e fiscalização dos gastos públicos no período da pandemia do COVID-19 e dá outras providências. Explicação: ,	30/06/2021
PL 2807/2020	Apensado	Rosana Valle (PSB-SP) e Outro(s)	Dispõe sobre a transparência das contratações públicas, por dispensa de licitação, realizadas pelas administrações municipais e estaduais, em decorrência da calamidade causada pela pandemia do Covid-19, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 13.979 de 2020 o Decreto-lei nº 201 de 1967.	30/06/2021
PL 3154/2020	Apensado	Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Outro(s)	Altera a Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para determinar que o Ministério da Saúde inclua nos dados públicos informações relativas a cor e a raça das pessoas suspeitas de contaminação, contaminadas, hospitalizadas e falecidas em decorrência da covid-19.	30/06/2021
PL 3161/2020	Apensado	André Figueiredo (PDT-CE) e Outro(s)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar o envio de informações atualizadas e diárias ao Congresso Nacional sobre a evolução da Covid-19	30/06/2021
PL 3163/2020	Apensado	André Figueiredo (PDT-CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação tempestiva de boletim epidemiológico diário sobre a doença Covid-19 no Brasil, nos termos que específica	30/06/2021
PL 3171/2020	Apensado	Cássio Andrade (PSB-PA)	Dispõe sobre a divulgação e inclusão do Painel de Informações da Covid-19 do número acumulado de mortes e de casos confirmados da doença pelo Poder Legislativo.	30/06/2021
PL 3197/2020	Apensado	Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Outro(s)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para tornar obrigatória a divulgação diária dos dados que especifica referentes à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19.	30/06/2021
PL 3210/2020	Apensado	Célio Studart (PV-CE)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, para assegurar a transparência das informações	30/06/2021

			acerca da situação dos profissionais de saúde.	
PL 3469/2020	Apensado	Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	Dispõe sobre a divulgação dos gastos relacionados à pandemia Covid-19 pelos entes subnacionais que recebam recursos federais.	30/06/2021
PL 3543/2020	Apensado	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a notificação obrigatória dos resultados de exames laboratoriais para diagnóstico de COVID-19, durante a vigência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN	30/06/2021
PL 5556/2020	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão de informações do paciente vítima de COVID-19.	30/06/2021
PL 379/2021	Apensado	José Ricardo (PT-AM)	Altera a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre a transparência e fiscalização dos recursos destinados a combater a pandemia do COVID-19 e dá outras providências.	30/06/2021

PL 4732/2020	Principal	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Dispõe sobre a concessão de linha especial de crédito consignado para aposentados e pensionistas do regime geral de Previdência Social (INSS) e servidores públicos ativos e inativos municipais, estaduais e federais e respectivas pensionistas, aos militares ativos e inativos e respectivas pensionistas, em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e nos 12 meses subsequentes (pós pandemia).	30/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, e do PL 4962/2020, apensado, com substitutivo.
PL 4962/2020	Apensado	Ricardo Izar (PP-SP)	Dispõe sobre a concessão de linha especial de crédito consignado para aposentados e pensionistas do regime geral de Previdência Social (INSS) e servidores públicos ativos e inativos municipais, estaduais e federais e respectivas pensionistas, aos militares ativos e inativos e respectivas pensionistas, em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e nos 12 meses.	30/06/2021

PL 5090/2020	Principal	Marcelo Aro (PP-MG)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame clínico	30/06/2021 Parecer do Relator, Dep.
--------------	-----------	---------------------	---	--

			destinado a identificar a Fibrodisplasia Ossificante Progressiva - FOP - nos recém-nascidos na triagem neonatal da rede pública e privada de saúde, com cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS).	Lucas Redecker (PSDB-RS), pela aprovação.
--	--	--	--	---

PL 1855/2020	Principal	Senado Federal - Irajá (PSD-TO)	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para prever atendimento prioritário a pessoas com mobilidade reduzida e a doadores de sangue.	30/06/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	---------------------------------	--	--

Total: 1 - **07/07/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 853/2019	Principal	Sâmia Bomfim (PSOL-SP)	Acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.	07/07/2021 Parecer Vencedor, Dep. Chris Tonietto (PSL-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Total: 32 - **04/08/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 64/2007	Principal	Vanderlei Macris (PSDB-SP)	Cria o Índice Nacional de Responsabilidade Social - INRS e o Cadastro Nacional de Inadimplentes Sociais - CNIS.	04/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela rejeição.

PL 1145/2011	Principal	Carlos Bezerra (PMDB-MT)	Acrescenta o art. 392-B à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a licença maternidade das mulheres que trabalham em equipagens das embarcações de marinha mercante, de navegação fluvial e lacustre, de tráfego nos portos e de pesca. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	04/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela CMULHER, com substitutivo.
--------------	-----------	--------------------------	---	---

PL 4327/2012	Principal	Bohn Gass (PT-RS)	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para considerar os serviços de extensão rural como ações de assistência social em consonância com a referida lei, possibilitando base legal para apoio financeiro e recebimento de isenções fiscais e previdenciárias pelas instituições e organizações que realizam serviços de extensão rural destinados aos beneficiários das Leis nº 11.326 de 24 de julho de 2006 e nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, respectivamente.	04/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação deste, e das Emendas de Relator 1 e 2 da CAPADR.
--------------	-----------	-------------------	--	---

PL 5060/2013	Principal	Erika Kokay (PT-DF)	Institui o Dia Nacional da Doença de Huntington.	04/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Aline Gurgel (REPUBLIC-AP), pela aprovação, com emenda.
PL 2842/2015	Principal	Erika Kokay (PT-DF)	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, tendo em vista assegurar provimento habitacional para as pessoas em situação de rua.	04/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Rejane Dias (PT-PI), pela aprovação, com substitutivo.
PL 4817/2016	Principal	Mariana Carvalho (PSDB-RO)	Dispõe sobre a isenção de tributos nos produtos necessários ao combate de doenças no período de surto epidêmico.	04/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Geovania de Sá (PSDB-SC), pela aprovação deste, e do PL 853/2020, apensado, com substitutivo.
PL 853/2020	Apensado	Kim Kataguirí (DEM-SP)	Institui a isenção tributária para insumos médicos em casos de pandemia.	04/08/2021
PL 8949/2017	Principal	Rôney Nemer (PP-DF)	Altera o §4º do art. 43 e o art. 101 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar o segurado de avaliação periódica das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, e o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispensar o beneficiário do Benefício de Prestação Continuada - BPC da revisão da avaliação médico-pericial das condições que lhe deram origem.	04/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Adriano do Baldy (PP-GO), pela aprovação deste, dos PLs 10.570/2018, 5.061/2019, 2.490/2020, 4.026/2020, e 1.207/2019, apensados, com substitutivo.
PL 1207/2019	Apensado	Ricardo Izar (PP-SP) e Outro(s)	Acrescenta novo §5º ao art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispensar as pessoas portadoras de Parkinson ou de Esclerose Lateral Amiotrófica da avaliação das condições que ensejaram a concessão de aposentadoria por invalidez.	04/08/2021
PL 10570/2018	Apensado	Ricardo Izar (PP-SP) e Outro(s)	Acrescenta novo § 12 ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispensar a pessoa portadora de Parkinson da avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença.	04/08/2021
PL 5061/2019	Apensado	Renata Abreu (PODE-SP)	Altera os arts. 42, 60 e 101 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências e acrescenta §12 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências,	04/08/2021

			para permitir que o segurado ou beneficiário com Câncer, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA e/ou doenças degenerativas seja submetido à perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social por médico especialista em Infectologia.	
PL 4026/2020	Apensado	Shéridan (PSDB-RR)	Altera o art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar que o segurado que tiver impedimento nas funções ou nas estruturas do corpo qualificado como irreversível será dispensado da avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria por invalidez; altera o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer que a pessoa com deficiência titular de benefício de prestação continuada que tiver impedimento nas funções ou nas estruturas do corpo qualificado como irreversível ficará dispensada da avaliação médico-pericial.	04/08/2021
PL 2490/2020	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Acrescenta o §3º ao artigo 42 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991.	04/08/2021
PL 2641/2021	Apensado	Luiz Lima (PSL-RJ)	Altera os arts. 43 e 101 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial os pensionistas e os aposentados por incapacidade permanente com poliomielite.	04/08/2021

PL 10895/2018	Principal	Senado Federal - Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir ajuda de custo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside.	04/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Costa (PTB-PA), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4187/2012, do PL 4266/2012, do PL 2400/2019, do PL 570/2011, do PL 4183/2019, e do PL 2898/2020, apensados.
PL 2400/2019	Apensado	Boca Aberta (PROS-PR)	Dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, de transporte, alimentação e pousada aos pacientes, cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio.	04/08/2021
PL 4183/2019	Apensado	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Regulamenta o custeio de despesas dos pacientes em rotina de tratamento fora do domicílio - TFD.	04/08/2021
PL 4187/2012	Apensado	Giovani Cherini (PDT-RS)	Altera o art. 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Explicação: Visa fornecer hospedagem em albergues cadastrados no SUS às famílias e ao paciente de baixa renda oriundos de localidades distintas do local de atendimento.	04/08/2021
PL 4266/2012	Apensado	Giovani Cherini (PDT-RS)	Institui o Programa Nacional do Albergue Saúde - PROALBERGUE.	04/08/2021

PL 570/2011	Apensado	Weliton Prado (PT-MG)	Dispõe sobre o acolhimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS - que necessitam de tratamento em local diverso de seu domicílio.	04/08/2021
PL 2898/2020	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Autoriza o Sistema Único de Saúde a conceder e regulamentar auxílio para fins de tratamento em município diverso do domicílio ao que o cidadão pertence e dá outras providências	04/08/2021
PL 2336/2019	Principal	Edna Henrique (PSDB-PB)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de fotos e outras informações, em sítios de internet de hospitais e assemelhados, de pacientes desconhecidos internados.	04/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com substitutivo.
PL 3121/2019	Principal	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	Acrescenta inciso VII ao art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre isenção de carência na concessão de auxílio-doença ao doador de órgão ou tecido.	04/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
PL 5663/2019	Principal	Lourival Gomes (PSL-RJ)	Acrescenta § 6ºA ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para assegurar ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social no prazo máximo de trinta dias a contar da data do requerimento.	04/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.
PL 6612/2019	Principal	Comissão de Legislação Participativa	Estabelece a obrigação de os sítios de internet das instituições públicas federais inserirem propaganda para divulgação de campanhas de saúde pública.	04/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Luciano Ducci (PSB-PR), pela aprovação.
PL 112/2020	Principal	Felício Laterça (PSL-RJ)	Altera a redação do art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Explicação: Torna obrigatória a execução orçamentária de recursos destinados ao funcionamento do Conselho Tutelar e da remuneração e formação continuada de Conselheiros Tutelares.	04/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.
PL 278/2020	Principal	Eduardo Bismarck (PDT-CE) e Outro(s)	Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Córneas.	04/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com emenda.

PL 1136/2021	Principal	Senado Federal - Chico Rodrigues (DEM-RR)	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para prever a obrigatoriedade de vacinação diária, inclusive aos finais de semana e feriados, como medida para controle de surtos, epidemias e pandemias de doenças imunopreveníveis.	04/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS), pela aprovação deste, dos PLs 1.216/2021, 1.471/2021, 1.019/2021, e 1.448/2021, apensados, com substitutivo.
PL 1448/2021	Apensado	Helio Lopes (PSL-RJ)	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar que a aplicação das vacinas contra situações de pandemia seja feita de forma ininterrupta, todos os dias da semana, por no mínimo doze horas por dia.	04/08/2021
PL 1471/2021	Apensado	Diego Andrade (PSD-MG)	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para garantir que a aplicação das vacinas contra a Covid-19 ocorra de forma contínua.	04/08/2021
PL 1216/2021	Apensado	Pastor Gil (PL-MA)	Dispõe sobre a ampliação no horário dos postos de vacinação contra a Covid-19, durante a pandemia	04/08/2021
PL 1019/2021	Apensado	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ) e Outro(s)	Dispõe sobre a ampliação no horário de funcionamento das unidades básicas de saúde durante a pandemia	04/08/2021

Total: 14 - **11/08/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 8324/2014	Principal	Senado Federal - Angela Portela (PT-RR)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.	11/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.
PL 5889/2016	Principal	Leandre (PV-PR)	Assegura atendimento prioritário ao cuidador familiar não remunerado da pessoa em situação de dependência para o exercício de atividades básicas da vida diária. Explicação: Altera a Lei nº. 8.080, de 1990.	11/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Tereza Nelma (PSDB-AL), pela aprovação.
PL 1375/2019	Principal	Júnior Ferrari (PSD-PA) e Outro(s)	Altera o artigo 36, e seus parágrafos, e o artigo 37 da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Explicação: Institui o Plano Nacional Decenal da Saúde.	11/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação.
PL 1655/2019	Principal	Senado Federal - Marta Suplicy (MDB-SP)	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o dever de o agressor indenizar a Previdência Social pelos valores	11/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

			pagos a título de benefícios previdenciários concedidos em decorrência de atos de violência doméstica e familiar.	
PL 4802/2019	Principal	João Roma (REPUBLIC-BA)	"Institui o Dia Nacional das Pessoas com Paralisia Cerebral, a ser realizado anualmente no dia 20 de outubro, e dá outras providências".	11/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Geovania de Sá (PSDB-SC), pela aprovação, com emendas.
PL 2178/2020	Principal	Senado Federal - Mara Gabrilli (PSDB-SP)	Dispõe sobre o transporte segregado para acompanhante que desempenhe a função de atendente pessoal de pessoa idosa, com deficiência ou com doença rara.	11/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com emenda.
PL 4209/2019	Principal	Senado Federal - Siqueira Campos (DEM-TO)	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências", para determinar que, para fins de registro, os medicamentos que contenham insumo farmacêutico ativo (IFA) nacional sejam enquadrados na categoria prioritária.	11/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação, com substitutivo.
PL 4014/2020	Principal	Senado Federal - Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para permitir a prorrogação dos prazos dos estágios durante a calamidade pública decorrente do coronavírus (covid-19) e dá outras providências.	11/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, e dos PLs 2456/2020, 2978/2020, 3281/2020, 3708/2020, 3905/2020, e 2423/2020, apensados, com substitutivo.
PL 2456/2020	Apensado	Professora Rosa Neide (PT-MT) e Outro(s)	Suspende a finalização de contratos de estágios durante período de pandemia da Covid-19 em estado de calamidade pública e dá outras providências; altera a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio)	11/08/2021
PL 2423/2020	Apensado	Orlando Silva (PCdoB-SP) e Outro(s)	Suspende o término dos contratos de estágios durante o estado de calamidade por conta da pandemia da Covid-19 e dá outras providências; altera a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio).	11/08/2021
PL 2978/2020	Apensado	Alessandro Molon (PSB-RJ)	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para vedar a suspensão do pagamento de bolsa auxílio aos estagiários durante	11/08/2021

			estado de calamidade pública e dá outras providências.	
PL 3281/2020	Apensado	Benes Leocádio (REPUBLIC-RN)	Estimula a conversão do contrato de aprendizagem em contrato de emprego durante o período de decretação de emergência de saúde pública de importância internacional COVID 19 e permite a prorrogação dos contratos nas instituições públicas.	11/08/2021
PL 3905/2020	Apensado	José Medeiros (PODE-MT)	Altera a Lei nº Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para permitir a prorrogação dos contratos de estágio.	11/08/2021
PL 3708/2020	Apensado	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Prorroga o encerramento dos contratos de estágios até 31 de dezembro de 2020, acrescentando o art. 18 – A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.	11/08/2021

Total: 32 - **18/08/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 9622/2018	Principal	Erika Kokay (PT-DF)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".Explicação: Condiciona o recebimento de patrocínio de bancos públicos pelos clubes de futebol e associações esportivas à adoção de medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.	18/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela CESPO, com subemenda.

PL 1654/2019	Principal	Senado Federal - Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	Dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação	18/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, do PL 7075/2014, do PL 1295/2015, do PL 4574/2016, do PL 4837/2020, do PL 3528/2015, do PL 3794/2015, do PL 10311/2018, do PL 10451/2018, do PL 118/2019, do PL 4770/2019, e do PL 1909/2011, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CMulher.
PL 4770/2019	Apensado	Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos e entidades públicas federais e dá outras providências.	18/08/2021

PL 10451/2018	Apensado	Felipe Carreras (PSB-PE)	Assegura o direito de lactantes e lactentes à amamentação nos espaços públicos ou de uso coletivo.	18/08/2021
PL 118/2019	Apensado	Renata Abreu (PODE-SP)	Determina a instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos e entidades públicas federais.	18/08/2021
PL 10311/2018	Apensado	Helder Salomão (PT-ES)	Dispõe sobre a criação de salas de amamentação em prédios públicos e dá outras providências.	18/08/2021
PL 1909/2011	Apensado	Carlos Bezerra (PMDB-MT)	Acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Explicação: Tipifica o ato de atrapalhar ou constranger o aleitamento materno.	18/08/2021
PL 3528/2015	Apensado	Luciana Santos (PCdoB-PE)	Dispõe sobre o Direito ao Aleitamento Materno, e dá outras providências.	18/08/2021
PL 1295/2015	Apensado	Maria do Rosário (PT-RS)	Altera o Decreto-Lei nº 3688, de 03 de outubro de 1941 para estabelecer como contravenção penal importunar, impedir, obstar, constranger ou atrapalhar o aleitamento materno em locais públicos ou privados.	18/08/2021
PL 7075/2014	Apensado	Benedita da Silva (PT-RJ)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	18/08/2021
PL 3794/2015	Apensado	Ronaldo Carletto (PP-BA)	Obriga a instalação de espaços específicos para a amamentação em locais de grande circulação e concentração de pessoas.	18/08/2021
PL 4574/2016	Apensado	Flávia Moraes (PDT-GO)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para resguardar o aleitamento materno em qualquer local de acesso público e reprimir condutas que dificultem a amamentação, e dá outras providências.	18/08/2021
PL 4837/2020	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o estabelecimento que proibir ou constranger a mãe no momento da amamentação.	18/08/2021

PL 760/2020	Principal	Arlindo Chinaglia (PT-SP)	Dispõe sobre medidas adicionais para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, a fim de proteger populações especialmente vulneráveis.	18/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com substitutivo.
-------------	-----------	---------------------------	--	---

PL 2061/2020	Principal	Nereu Crispim (PSL-RS)	Reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.	18/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Felício Laterça (PSL-RJ), pela aprovação deste, da Emenda 1 da CSSF, do PL 2124/2020, do PL 2880/2020, do PL 2939/2020, do PL 627/2021, do PL 714/2021, do PL
--------------	-----------	------------------------	---	--

				900/2021, do PL 1331/2021, e do PL 1391/2021, apensados, com substitutivo.
PL 900/2021	Apensado	Da Vitoria (CIDADANIA-ES)	Dispõe sobre o reconhecimento da prática da atividade física e dos exercícios físicos ministrados por profissionais de educação física, em estabelecimentos prestadores de serviço destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos, como atividades essenciais para a saúde humana e dá outras providências.	18/08/2021
PL 714/2021	Apensado	Mário Negromonte Jr. (PP-BA)	Dispõe sobre a prática de exercícios e atividades físicas como essenciais.	18/08/2021
PL 1331/2021	Apensado	Jerônimo Goergen (PP-RS)	Reconhece a prática da atividade física e esportiva como essenciais para a saúde da população e declara a essencialidade dos estabelecimentos públicos e privados prestadores de serviços no campo da atividade física e esportiva, com a finalidade de prevenir doenças físicas e mentais em todo território nacional.	18/08/2021
PL 1391/2021	Apensado	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)	Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 para estabelecer critérios para atuação profissional de Educação Física em caso de estado de calamidade pública.	18/08/2021
PL 627/2021	Apensado	Julio Cesar Ribeiro (REPUBLIC-DF)	Dispõe sobre a prática de atividades e exercícios físicos como essenciais em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos.	18/08/2021
PL 2808/2021	Apensado	Celina Leão (PP-DF)	Reconhece como atividade essencial a prática de modalidades esportivas.	18/08/2021
PL 2880/2020	Apensado	Delegado Antônio Furtado (PSL-RJ)	Classifica a prática de exercícios físicos como atividade essencial para o cidadão brasileiro e estabelece critérios para realização durante a pandemia.	18/08/2021
PL 2939/2020	Apensado	Felipe Carreras (PSB-PE)	Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 para estabelecer critérios para atuação profissional de educação física em caso de estado de calamidade pública.	18/08/2021
PL 2124/2020	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Acrescenta o item XLI no artigo 3º do decreto 10.282 de 20 de março de 2020, para incluir as academias nas atividades essenciais a saúde.	18/08/2021

PL 2748/2020	Principal	Lídice da Mata (PSB-BA)	Esta lei institui norma de caráter transitório e emergencial para a tramitação das ações de alimentos durante a pandemia do coronavírus (Covid-19).	18/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.
--------------	-----------	-------------------------	---	--

PL 2800/2020	Principal	Maria Rosas (REPUBLIC-SP)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para prorrogar o prazo de validade dos pedidos	18/08/2021 Parecer do Relator, Dep.
--------------	-----------	---------------------------	---	--

			médicos para a realização de exames diagnósticos complementares.	Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação.
PL 3184/2020	Principal	Luiza Erundina (PSOL-SP) e Outro(s)	Dispõe sobre proteção, apoio psicológico e compensação financeira a ser paga pela União aos agentes sepultadores durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), alterando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	18/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação, com emendas.
PL 4030/2020	Principal	Tereza Nelma (PSDB-AL)	Institui o Dia Nacional do Brincar.	18/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), pela aprovação.
PL 3289/2020	Principal	Senado Federal - Wellington Fagundes (PL-MT)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para autorizar a utilização excepcional de recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente durante a pandemia de Covid-19.	18/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.
PL 4815/2019	Principal	Senado Federal - Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE)	Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social; a atuação preventiva de acompanhamento psicológico e multidisciplinar aos seus familiares; e a realização de conferências para debater as diretrizes dos planos de segurança pública e defesa social.	18/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação deste, e do PL 6355/2019, apensado, com substitutivo.
PL 2908/2021	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Altera o artigo 42 da Lei 13.675 de 11 de junho de 2018, para determinar a criação de programa de prevenção ao suicídio entre os profissionais da Segurança Pública.	18/08/2021
PL 6355/2019	Apensado	David Miranda (PSOL-RJ)	Modifica as Leis Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e Nº 13.819, de 26 de abril de 2019, para incluir no Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública recorte voltado para a prevenção a violências autoinfligidas e incluir na Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio políticas e ações voltadas para policiais civis, policiais militares, policiais penais, agentes socioeducativos e guardas municipais.	18/08/2021

Total: 8 - **25/08/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
------------	--------------------	-------	-------------------	---------

PL 9602/2018	Principal	Pollyana Gama (PPS-SP) e Outro(s)	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, de eventos adversos associados a procedimentos estéticos.	25/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.
PL 3922/2019	Principal	Senado Federal - Romário (PSB-RJ)	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o período de percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheiro de segurado com deficiência.	25/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Rejane Dias (PT-PI), pela aprovação.
PL 4189/2019	Principal	Capitão Alberto Neto (PRB-AM) e Outro(s)	Dispõe sobre a regulamentação da coloração da órtese denominada "bengala longa" para fins de identificação da condição de seu usuário.	25/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Rejane Dias (PT-PI), pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela CPD, com subemenda.
PL 4521/2019	Principal	Leandre (PV-PR)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas que desejam contratar com o poder público comprovarem, na fase de habilitação da licitação, serem doadoras ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. Explicação: Altera a Lei nº 8.666 de 1993.	25/08/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação.
PL 3115/2020	Principal	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Altera a Lei nº 13.982, de 2020, para, comprovada a má-fé do beneficiário, determinar a restituição em dobro do Auxílio Emergencial, além de multa diária.	25/08/2021 Parecer com Complementação de Voto, Dep. Francisco Jr. (PSD-GO), pela aprovação deste, do PL 4144/2020, e do PL 715/2021, apensados, com substitutivo.
PL 4144/2020	Apensado	Luizão Goulart (REPUBLIC-PR)	Altera o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, para dispor sobre valores indevidamente recebidos de auxílio emergencial.	25/08/2021
PL 715/2021	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	"Estabelece a obrigatoriedade de devolução do auxílio emergencial recebido indevidamente pelo cidadão e dá outras providências"	25/08/2021
PL 3588/2020	Principal	Alexandre Padilha (PT-SP)	Acrescenta dispositivo no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	25/08/2021 Parecer do Relator, Dep. Luciano Ducci (PSB-PR), pela aprovação.

Total: 19 - 01/09/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 786/2007	Principal	Jorge Tadeu Mudalen (PFL-SP)	Estabelece a obrigatoriedade do Poder Público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental.	01/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao PL 786/2007.
PL 2322/2015	Principal	Ricardo Izar (PSD-SP)	Dispõe sobre o acompanhamento pedagógico de crianças e adolescentes na escola pelos pais ou responsáveis legais. Explicação: Altera as Leis nº 8.069, de 1990 e 9.394, de 1966 e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.	01/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação deste, com emendas.
PLP 173/2019	Principal	Tiririca (PL-SP)	Institui a Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento da Saúde - Copedes.	01/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação, com emenda.
PL 4918/2019	Principal	Benedita da Silva (PT-RJ)	Confere uma série de direitos e garantias às pessoas com transtornos mentais e inclui expressamente esse segmento, na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, no rol das pessoas com deficiência.	01/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação deste, com substitutivo.
PL 5864/2019	Principal	Luiz Lima (PSL-RJ)	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, a fim de dispor sobre a extinção do contrato de trabalho doméstico em virtude da morte do empregador.	01/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.
PL 1843/2020	Principal	Paulo Ramos (PDT-RJ)	Determina que o resultado financeiro positivo das operações do Banco Central do Brasil com reservas cambiais seja destinado para o custeio das despesas do Ministério da Saúde com medidas de combate ao surto do Covid-19.	01/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação deste, e do PL 1291/2021, apensado, com substitutivo.
PL 1291/2021	Apensado	Fausto Pinato (PP-SP)	Dispõe sobre a utilização do resultado positivo do Banco Central do Brasil no enfrentamento da crise econômica e social decorrente dos efeitos da pandemia de Covid-19 no País e altera a Lei no 13.820, de 2 de maio de 2019.	01/09/2021
PL 3765/2020	Principal	Alexandre Padilha (PT-SP)	Altera o art. 1º da Lei nº 13.802, de 10 de janeiro de 2019, para tratar das ações desenvolvidas durante as atividades do julho amarelo.	01/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Padre João (PT-MG), pela aprovação.
PL 1039/2021	Principal	Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC)	Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Combate à Pandemia – PROCOP.	01/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.

PL 1108/2021	Principal	Geninho Zuliani (DEM-SP)	Acrescenta o inciso IV, no art. 5º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a realização de campanhas permanentes sobre os riscos da automedicação.	01/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação, com substitutivo.
PL 2083/2020	Principal	Senado Federal - Acir Gurgacz (PDT-RO)	Cria programa de atenção aos problemas de saúde mental decorrentes da pandemia de covid-19.	01/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PDT-RO), pela aprovação deste, do PL 2955/2020, do PL 4548/2020, do PL 5252/2020, do PL 1359/2021, do PL 2375/2020, e do PL 1985/2021, apensados, com substitutivo.
PL 3139/2021	Apensado	Vicentinho (PT-SP)	Dispõe sobre a assistência à saúde mental da pessoa com sofrimento em razão da epidemia de COVID-19.	01/09/2021
PL 3973/2021	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Autoriza o Ministério da Saúde a criar o Programa de Saúde Emocional e Mental para as vítimas da Covid 19 e dá outras providências.	01/09/2021
PL 1359/2021	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde, para assegurar os direitos básicos a saúde mental, psicossocial e neurológica provocados pela pandemia do CORONAVÍRUS - COVID-19.	01/09/2021
PL 1985/2021	Apensado	Júnior Mano (PL-CE)	Cria Programa de Assistência Psicossocial para Crianças no âmbito do Sistema Único de Saúde que seja prestada atenção psicossocial infantil no período pós-pandemia de Covid-19.	01/09/2021
PL 5252/2020	Apensado	Célio Silveira (PSDB-GO)	Acrescenta o inciso IV ao § 2º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para incluir no rol de direitos das pessoas afetadas pela Covid-19 a realização de exame psicológico, a fim de prevenir, acompanhar e tratar possíveis efeitos psicológicos maléficos causados pela doença.	01/09/2021
PL 4548/2020	Apensado	Bosco Costa (PL-SE)	Institui a Política de Atenção à Saúde Mental das Vítimas e dos Familiares de Vítimas da COVID-19.	01/09/2021
PL 2955/2020	Apensado	Bira do Pindaré (PSB-MA)	Acrescenta o § 8º-A ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir a disponibilização serviços de atenção psicossociais aos profissionais de saúde envolvidos nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.	01/09/2021

PL 2375/2020	Apensado	Shéridan (PSDB-RR)	Acrescenta o inciso IV ao § 2º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para disponibilizar o atendimento remoto, na atenção em saúde mental, durante a epidemia de COVID-19, tendo em vista os impactos psicológicos das medidas de isolamento e quarentena adotadas.	01/09/2021
--------------	----------	--------------------	---	-------------------

Total: 15 - **08/09/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 135/2015	Principal	João Derly (PCdoB-RS)	Concede incentivos fiscais do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS para a fabricação e comercialização de alimentos destinados aos portadores de diabetes	08/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Aline Gurgel (REPUBLIC-AP), pela aprovação deste, do PL 435/2015, e do PL 1756/2015, apensados, com substitutivo.
PL 435/2015	Apensado	Alice Portugal (PCdoB-BA)	Concede incentivos fiscais do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS para a fabricação e comercialização de alimentos destinados aos portadores de diabetes.	08/09/2021
PL 1756/2015	Apensado	Daniel Vilela (PMDB-GO)	Institui isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para operações com produtos dietéticos e produtos com baixo índice calórico. Explicação: Altera a Lei nº 4.502, de 1964.	08/09/2021

PL 7004/2017	Principal	Weliton Prado (PMB-MG) e Outro(s)	Altera a Lei no 11.664, de 29 de abril de 2008, que "dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS", para assegurar unidades móveis de saúde para a realização de exame mamográfico.	08/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Tereza Nelma (PSDB-AL), pela aprovação, com emenda.
--------------	-----------	-----------------------------------	---	---

PL 487/2019	Principal	Capitão Wagner (PROS-CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de se informar o consumidor acerca da presença de glúten em produtos industrializados.	08/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), pela aprovação.
-------------	-----------	--------------------------	---	---

PL 3535/2019	Principal	Márcio Labre (PSL-RJ)	Dispõe sobre a compensação dos débitos com a Fazenda Nacional, das Santas Casas e das Entidades Filantrópicas, sem fins lucrativos, que atuam na área da saúde.	08/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.
--------------	-----------	-----------------------	---	--

PL 4175/2019	Principal	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre	08/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa
--------------	-----------	-----------------------------	--	--

			produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.	(PSDB-MG), pela aprovação.
PL 4367/2019	Principal	Edna Henrique (PSDB-PB)	Acrescenta o § 2º-A ao art. 9º-A, da Lei 11.350, de 5 de outubro de 2006, para autorizar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias o desempenho de atividade na área de saúde, nos termos que especifica.	08/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação.
PL 46/2020	Principal	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Acrescenta disposições na Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, que "Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)", com o intuito de destinar percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do administradas pela Caixa Econômica Federal, e dos recursos de premiação das loterias não procurados pelos contemplados, para o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA).	08/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação.
PL 3186/2020	Principal	Adriana Ventura (NOVO-SP) e Outro(s)	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para aumentar em um terço as penas dos crimes previstos nos artigos 171, 299 e 313-A, do Código Penal, quando cometidos mediante fraude ao auxílio emergencial, e determinar restituição em dobro do valor recebido.	08/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Daniela do Waguinho (MDB-RJ), pela aprovação deste, do PL 3646/2020, e do PL 3803/2020, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3584/2020, apensado.
PL 3646/2020	Apensado	José Airton Félix Cirilo (PT-CE) e Outro(s)	Altera a Lei 13.982, de 02 de abril de 2020, onde pune-se a má-fé de beneficiário que fez a apropriação indevida do auxílio emergencial.	08/09/2021
PL 3803/2020	Apensado	Guiga Peixoto (PSL-SP) e Outro(s)	Altera a Lei nº 13.982, de 12 de abril de 2020, a fim de prever causa de aumento para crimes de estelionato, falsidade ideológica, certidão ou atestado ideologicamente falso, falsidade material de atestado ou certidão, peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, bem como, determinar a restituição de valores recebidos indevidamente, quando a conduta tiver impacto sobre as medidas excepcionais de proteção social decorrente do período de enfrentamento ao coronavírus (Covid-19).	08/09/2021
PL 3584/2020	Apensado	Helder Salomão (PT-ES) e Outro(s)	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que institui auxílio emergencial durante o período de calamidade decorrente do coronavírus (COVID-19), para garantir o pagamento a trabalhadores recém demitidos ou horistas e dá outras providências.	08/09/2021

PL 3644/2020	Principal	Alexandre Padilha (PT-SP) e Outro(s)	Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais" para acrescentar o símbolo oficial do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.	08/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação, com emenda.
--------------	-----------	--------------------------------------	---	--

PL 4274/2020	Principal	Ney Leprevost (PSD-PR)	Institui a prática do "teste do bracinho" nas consultas pediátricas em crianças a partir de 3 (três) anos de idade conforme específica.	08/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	------------------------	---	--

Total: 7 - **15/09/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 4769/2012	Principal	Senado Federal - Paulo Paim (PT-RS)	Altera o caput do art. 44 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre o valor da aposentadoria por invalidez.	15/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

PL 2113/2019 (Nº Anterior: pl 7720/2017)	Principal	Laura Carneiro (PMDB-RJ)	Altera as Leis nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e 9.797, de 6 de maio de 1999. Explicação: Trata de cirurgia plástica reparadora de mama.	15/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao PL 2113/2019.
--	-----------	--------------------------	---	--

PL 7783/2017	Principal	Aureo (SD-RJ)	Torna obrigatória a informação sobre a presença de lactose nas embalagens ou rótulos de medicamentos.	15/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Aline Gurgel (REPUBLIC-AP), pela aprovação.
--------------	-----------	---------------	---	---

PL 9001/2017	Principal	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB-RO)	Autoriza a prescrição da ozonioterapia em todo o território nacional.	15/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	---	---	--

PL 244/2019	Principal	Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA)	Cria o Fundo Nacional de Combate ao Câncer e de Assistência a Portadores (FNCCAP) e dá outras providências.	15/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Celina Leão (PP-DF), pela aprovação deste, e do PL 252/2019, apensado, com substitutivo.
PL 252/2019	Apensado	Maria do Rosário (PT-RS)	Institui o Fundo Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer (FNPCC), vinculado ao Instituto Nacional do Câncer (INCA) e dá outras providências	15/09/2021

PLP 134/2019	Principal	Bibo Nunes (PSL-RS)	Estabelece as condições legais requeridas pelo preceito contido no	15/09/2021 Parecer às Emendas do
--------------	-----------	---------------------	--	---

			<p>§ 7º do artigo 195 da Constituição Federal, para entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e/ou educação gozarem de imunidade tributária em relação às contribuições para a seguridade social; e dá outras providências.</p> <p>NOVA EMENTA: Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.</p>	<p>Senado Federal, pelo Dep. Marco Bertaiolli (PSD-SP), pela Comissão de Seguridade Social e Família, que conclui pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3 e 5, pela aprovação parcial da Emenda nº 4, e pela rejeição da Emenda nº 6.</p>
--	--	--	---	--

Total: 27 - 22/09/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 4550/1998	Principal	Senado Federal - Benedita da Silva (PT-RJ)	Altera o art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT). Explicação: Obriga as empresas que tenham pelo menos 30 (trinta) trabalhadores a destinar local apropriado para os filhos dos empregados, durante o período de amamentação, até os seis anos de idade, sendo garantida a manutenção de assistência técnica e educacional, excetuando as microempresas e as empresas que empregam menos de trinta trabalhadores.	22/09/2021 Parecer com Complementação de Voto, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, do Substitutivo 1 da CTASP, do PL 3093/2008, do PL 5693/2016, do PL 10168/2018, do PL 7349/2010, do PL 7687/2010, do PL 6659/2013, do PL 7253/2014, do PL 5538/2016, do PL 7721/2017, do PL 3584/2019, e do PL 3508/2015, apensados.
PL 3093/2008	Apensado	José Airton Cirilo (PT-CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de berçário em órgãos e entidades públicas e dá outras providências.	22/09/2021
PL 7349/2010	Apensado	Roberto Britto (PP-BA)	Acrescenta § 3º ao art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho para prever o pagamento de indenização por descumprimento de dispositivo legal. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.	22/09/2021
PL 7687/2010	Apensado	Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de estabelecer a obrigatoriedade de manutenção, pelo empregador, de berçário ou creche no local de trabalho para os filhos dos trabalhadores até a idade de cinco	22/09/2021

			anos.Explicação: Alteração Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	
PL 6659/2013	Apensado	Assis Melo (PCdoB-RS)	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre assistência gratuita prestada pelas empresas aos filhos e dependentes, de zero a seis anos de idade, dos trabalhadores urbanos e rurais.Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	22/09/2021
PL 7253/2014	Apensado	Alexandre Leite (DEM-SP)	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de estabelecer a obrigatoriedade de disponibilidade e manutenção, pelo empregador, de berçário ou creche no local de trabalho para os filhos dos trabalhadores até a idade de cinco anos.Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	22/09/2021
PL 3508/2015	Apensado	Giuseppe Vecci (PSDB-GO)	Institui o auxílio-creche, acrescentando artigo à Consolidação das Leis do Trabalho.Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	22/09/2021
PL 5538/2016	Apensado	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de creches em shopping centers e centros comerciais para o atendimento a crianças de até 3 (três) anos sob a responsabilidade legal de empregados.	22/09/2021
PL 5693/2016	Apensado	Cleber Verde (PRB-MA)	Acrescentar o § 6º ao art. 392 ao Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho.Explicação: Garante às mulheres, no período de amamentação, o recebimento do salário, sem prestação de serviços, quando o empregador não providenciar local apropriado para a amamentação.	22/09/2021
PL 7721/2017	Apensado	Laura Carneiro (PMDB-RJ)	Altera os parágrafos 1º e 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, acrescentando-lhe os parágrafos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º, e acrescenta inciso IX ao parágrafo 2º do art. 458, também da CLT, para dispor sobre a obrigatoriedade de o empregador disponibilizar local para assistência aos filhos das empregadas, com idade entre zero e cinco anos, ou reembolsar despesas efetuadas por elas com a contratação de serviços dessa natureza.Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	22/09/2021
PL 10168/2018	Apensado	Prof. Gedeão Amorim (PMDB-AM)	Altera os §§ 1º e 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a manutenção de sala de apoio à amamentação pelo empregador.Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	22/09/2021
PL 3584/2019	Apensado	Charles Fernandes (PSD-BA)	Obriga-se ao empregador a disponibilizar local adequados para guarda dos filhos, ou convênio com creche até 5 anos ou implicará em multa de pelo menos 50% da despesa efetuada pelo empregado ao estabelecimento particular.	22/09/2021

			Acrescenta-se o § 3º ao art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho para prever o pagamento de indenização por descumprimento de dispositivo legal. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.	
PL 4417/2021	Apensado	Carlos Bezerra (MDB-MT)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a oferta de vagas em creches para shoppings centers, condomínios comerciais e industriais.	22/09/2021

PL 3995/2012	Principal	Senado Federal - Paulo Paim (PT-RS)	Acrescenta art. 197-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar insalubre e penosa a atividade profissional dos empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo, e para dar outras providências.	22/09/2021 Parecer com Complementação de Voto, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação deste, do PL 3184/2012, do PL 5583/2016, do PL 6264/2016, do PL 7159/2010, do PL 3119/2015, do PL 8661/2017, e do PL 10865/2018, apensados, com substitutivo.
PL 3184/2012	Apensado	Diego Andrade (PSD-MG)	Cria a profissão de coletor de lixo urbano e dá outras providências.	22/09/2021
PL 7159/2010	Apensado	Vicentinho (PT-SP)	Considera insalubre a atividade profissional dos empregados em serviços de coleta de lixo.	22/09/2021
PL 3119/2015	Apensado	Giovani Cherini (PDT-RS)	Acrescenta parágrafo ao art. 189 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a insalubridade derivada da higienização de instalações sanitárias de uso público, e a respectiva coleta de lixo.	22/09/2021
PL 6264/2016	Apensado	Marcelo Aguiar (DEM-SP)	Dispõe sobre as condições de vida e de trabalho dos profissionais da limpeza urbana e dá outras providências.	22/09/2021
PL 5583/2016	Apensado	Erika Kokay (PT-DF)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a redução da jornada semanal de trabalho dos empregados do serviço de limpeza urbana. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	22/09/2021
PL 8661/2017	Apensado	Aureo (SD-RJ)	Estabelece adicional de insalubridade aos empregados da área de limpeza e conservação.	22/09/2021
PL 10865/2018	Apensado	Arlindo Chinaglia (PT-SP)	Dispõe sobre o salário profissional e o adicional de insalubridade dos trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas.	22/09/2021

PL 3372/2019	Principal	Igor Kannário (PHS-BA)	Estabelece controle na venda e comercialização de ácidos no território nacional, e dá outras providências.	22/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.
--------------	-----------	------------------------	--	--

PL 4045/2019	Principal	Ted Conti (PSB-ES)	Acrescenta dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	22/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Heitor Schuch (PSB-RS), pela aprovação.
PL 2662/2020	Principal	Alê Silva (PSL-MG)	Disciplina a divulgação de número de vítimas de pandemias.	22/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.
PL 3579/2020	Principal	Benes Leocádio (REPUBLIC-RN)	Altera caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo o acesso a luz como um item fundamental a manutenção da saúde e cidadania. Explicação: inclusão,	22/09/2021 Parecer do Relator, Dep. André Fufuca (PP-MA), pela aprovação.
PL 4367/2020	Principal	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	De forma excepcional fica criado para os anos de 2020 e 2021, um abono anual (14º salário) em favor dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma estabelecida nesta lei.	22/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação deste, e do PL 5641/2020, apensado, com substitutivo.
PL 1842/2021	Principal	Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ)	Dispõe sobre o reconhecimento das academias de ginástica, estúdios de musculação, praças de esportes, academias de artes marciais e outros estabelecimentos congêneres como essenciais à saúde dos policiais militares e dos bombeiros militares.	22/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.

Total: 21 - **29/09/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 7374/2014	Principal	Gonzaga Patriota (PSB-PE)	Dispõe sobre mecanismos para auxiliar o atendimento e garantir o tratamento de crianças especiais portadoras de doenças de Erro Inato do Metabolismo - EIM e dá outras providências.	29/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação deste, do PL 3207/2019, do PL 10988/2018, e do PL 979/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4237/2015, do PL 5574/2016, do PL 5767/2016, do PL 6394/2016, do PL 7011/2017, do PL 9713/2018, do PL 10266/2018, do PL 1035/2020, do PL 1695/2019, e do PL 1109/2021, apensados.
PL 1109/2021	Apensado	Geninho Zuliani (DEM-SP)	Dispõe sobre a realização do exame de capacidade auditiva em todos os	29/09/2021

			recém-nascidos do país.	
PL 1319/2021	Apensado	Tereza Nelma (PSDB-AL)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização da oximetria de pulso (teste do coraçãozinho) em recém-nascidos.	29/09/2021
PL 2245/2021	Apensado	Paulo Eduardo Martins (PSC-PR)	Altera o inciso I do § 1º do art. 10 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para incluir o rastreamento da mutação R 337H no gene TP 53 no rol do teste do pezinho, nas regiões onde a mutação tiver maior incidência, bem como prevê treinamento para os pais ou responsáveis monitorarem as crianças portadoras da mutação.	29/09/2021
PL 141/2022	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Torna obrigatório a realização do exame do teste do olhinho – retinoblastoma, nos hospitais públicos e rede conveniada do Sistema Único de Saúde – SUS e dá outras providências.	29/09/2021
PL 266/2022	Apensado	Capitão Alberto Neto (REPUBLIC-AM)	Acresce parágrafo ao art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a realização do teste do reflexo vermelho ocular em recém-nascidos e em crianças.	29/09/2021
PL 384/2022	Apensado	Norma Ayub (DEM-ES)	Acresce parágrafo ao art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a realização obrigatória do teste do reflexo vermelho ocular em recém-nascidos e em crianças.	29/09/2021
PL 476/2022	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Institui a realização do exame "Teste do Olhinho" para detecção do câncer nos olhos em recém-nascidos e dá outras providências.	29/09/2021
PL 7011/2017	Apensado	Cabo Sabino (PR-CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade das Unidades Hospitalares da Rede Pública e Privada realizarem os exames para diagnóstico precoce da encefalopatia crônica não progressiva da infância (PC - paralisia cerebral) nos recém-nascidos, e dá outras providências	29/09/2021
PL 5574/2016	Apensado	Marcelo Álvaro Antônio (PR-MG)	Inclui a Tomografia por Emissão de Pósitrons - PET SCAN, como exame obrigatório no âmbito do Sistema Único de Saúde a ser realizado em todos os recém-nascidos, na hipótese de indicação médica especializada.	29/09/2021
PL 4237/2015	Apensado	Marcelo Belinati (PP-PR)	Dispõe sobre a realização de "teste da linguinha" em recém-nascidos com a finalidade de realizar diagnóstico precoce de problemas na sucção durante a amamentação, mastigação e fala, e dá outras providências	29/09/2021
PL 6394/2016	Apensado	Flavinho (PSB-SP)	Altera a Lei nº lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para incluir no estatuto da criança e adolescente a obrigação de exame em bebês recém-nascidos a fim de saber se o mesmo está infectado com o vírus da Zika.	29/09/2021

PL 5767/2016	Apensado	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Altera a redação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para estabelecer que a criança entre zero a 3 anos de idade será submetida a exame visando ao diagnóstico de agravos que afetem o desenvolvimento neuropsicomotor.	29/09/2021
PL 1695/2019	Apensado	Juninho do Pneu (DEM-RJ)	Obriga a realização de teste cardiológico, por meio de ecocardiograma, nos recém-nascidos com Síndrome de Down.	29/09/2021
PL 979/2019	Apensado	Darci de Matos (PSD-SC)	Obriga a realização dos exames necessários para detecção da Displasia do Desenvolvimento dos Quadris nos recém-nascidos atendidos em todos os hospitais e maternidades públicos e privados.	29/09/2021
PL 9713/2018	Apensado	Odorico Monteiro (PSB-CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames para detecção de síndromes cromossômicas em recém-nascido no âmbito do SUS e altera a Lei nº 9.656, de 03 de julho de 1998, para dispor sobre a realização de exames de verificação de síndromes cromossômicas em recém-nascidos.	29/09/2021
PL 10266/2018	Apensado	Odorico Monteiro (PSB-CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames para detecção de síndromes cromossômicas compatível com a síndrome de Down, em recém-nascido no âmbito do SUS e altera a Lei nº 9.656, de 03 de julho de 1998, para dispor sobre a realização de exames de verificação de síndromes cromossômicas em recém-nascidos - Síndrome de Down .	29/09/2021
PL 10988/2018	Apensado	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização e acompanhamento no exame oftalmológico para o diagnóstico precoce de retinoblastoma e glaucoma congênito nas maternidades, unidades de saúde e todos os estabelecimentos hospitalares de pediatria que integram a rede do Sistema Único de Saúde (SUS).	29/09/2021
PL 3207/2019	Apensado	Exedito Netto (PSD-RO)	Dispõe sobre o fornecimento de dietas especiais a pessoas com doenças metabólicas hereditárias Explicação: Altera as Leis nº 8.080, de 1990, 8.069, de 1990 e 11.947, de 2009.	29/09/2021
PL 1922/2021	Principal	Odorico Monteiro (PSB-CE) e Outro(s)	Cria o Dia Nacional da Planta Medicinal e dá outras providências.	29/09/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação.

PL 2563/2021	Principal	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)	Institui o mês de Julho como mês de conscientização e promoção da Saúde Bucal.	29/09/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.
--------------	-----------	---------------------------------------	--	--

Total: 15 - **06/10/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 5206/2016	Principal	Assis Carvalho (PT-PI)	Dispõe sobre a proibição do uso de carpete em espaços públicos e espaços privados acessíveis ao público.	06/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Rejane Dias (PT-PI), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela CDU.

PL 6190/2016	Principal	Erika Kokay (PT-DF) e Outro(s)	Dispõe sobre a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da Administração Pública direta e indireta.	06/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Frederico (PATRIOTA-MG), pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela CPD.
--------------	-----------	--------------------------------	--	---

PL 5564/2019	Principal	Capitão Wagner (PROS-CE)	Altera a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para incluir a possibilidade de vacinação domiciliar para idosos com dificuldade de locomoção.	06/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Frederico (PATRIOTA-MG), pela aprovação.
--------------	-----------	--------------------------	--	---

PL 51/2020	Principal	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Dispõe sobre a obrigatoriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de emissão de extrato anual das contribuições previdenciárias recolhidas em função do trabalhador.	06/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo.
------------	-----------	---------------------------	---	---

PL 1255/2020	Principal	Pedro Westphalen (PP-RS) e Outro(s)	Suspende-se, a contar da data de publicação desta Lei, a obrigatoriedade de apresentação de quaisquer Certidões Negativas de Débitos (CNDs) ou relativa à Dívida Ativa da União (CPEND) dos prestadores de serviço de saúde que possuem contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS).	06/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4442/2020, apensado.
--------------	-----------	-------------------------------------	---	--

PL 4442/2020	Apensado	Euclides Pettersen (PSC-MG)	Suspende-se, durante o estado de calamidade pública, decretado pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, a obrigatoriedade de apresentação de quaisquer Certidões Negativas de Débitos (CNDs) Federal, Estadual, Distrital e Municipal ou relativa à Dívida Ativa da União (CPEND), Certidão de Regularidade de FGTS (CND FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Certidão Negativa de Tributos Mobiliários e Imobiliários, dos prestadores de serviço de saúde que possuem contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS).	06/10/2021
--------------	----------	-----------------------------	---	-------------------

PL 1716/2020	Principal	Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	Acrescenta o § 1o. A ao art . 3º da Lei nº 13.979 , de 6 de fevereiro de 2020 , para obrigar a testagem em massa de pacientes sintomáticos.	06/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação.
PL 3668/2020	Principal	Alexandre Padilha (PT-SP) e Outro(s)	Regulamenta a manutenção do conjunto ordenado de objetivos e princípios que envolvem a aplicação e a execução das medidas socioeducativas durante o período de crise sanitária causada pela Covid-19.	06/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação.
PL 4262/2020	Principal	Aline Gurgel (REPUBLIC-AP)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para especificar a terapia nutricional.	06/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.
PL 4925/2020	Principal	Paulo Bengtson (PTB-PA)	Institui o mês “Janeiro Branco”, dedicado a ações educativas para difusão da saúde mental.	06/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Daniela do Waguiinho (MDB-RJ), pela aprovação.
PL 991/2021	Principal	Orlando Silva (PCdoB-SP)	Altera a redação do inciso VIII, do artigo 7º da Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999, para autorizar a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, a autorizar ou vetar a importação e exportação dos produtos mencionados no art. 8º da referida Lei.	06/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação.
PL 1478/2021	Principal	Dr. Zacharias Calil (DEM-GO)	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para submeter os medicamentos contendo substâncias com ação vasoconstritora de uso nasal ao regime de controle sanitário especial.	06/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação deste, e do PL 2613/2021, apensado, com substitutivo.
PL 2613/2021	Apensado	Dr. Zacharias Calil (DEM-GO)	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para submeter os medicamentos contendo corticoide de uso oral ao regime de controle sanitário especial.	06/10/2021
PL 1821/2021	Principal	Alexandre Padilha (PT-SP)	Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de sanitário e dá outras providências.	06/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com substitutivo.
PL 2463/2021	Principal	Rejane Dias (PT-PI)	Dispõe sobre a assistência à pessoa com dermatite atópica no âmbito do Sistema Único de Saúde.	06/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação, com emenda.

Total: 18 - 20/10/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 326/2015	Principal	Valmir Assunção (PT-BA)	Dispõe sobre o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores e trabalhadoras sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico de sua residência e dá outras providências.	20/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com substitutivo.
PL 10694/2018	Principal	Padre João (PT-MG)	Altera a redação do § 4º do art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acrescenta o § 6º ao citado artigo, para dispor sobre a forma de revisão e cancelamento de benefício previdenciário concedido por força de provimento jurisdicional.	20/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com emenda.
PL 3024/2019	Principal	Célio Studart (PV-CE)	Designa que jovens tenham acesso ao conhecimento sobre as formas de participação popular na Política Explicação: Altera a Lei nº 12.852, de 2013.	20/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Tereza Nelma (PSDB-AL), pela aprovação, com substitutivo.
PL 3090/2019	Principal	David Soares (DEM-SP)	Altera o artigo 148 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	20/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Chris Tonietto (PSL-RJ), pela aprovação, com substitutivo.
PL 3506/2019	Principal	Eduardo Costa (PTB-PA)	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para reconhecer como período de carência o tempo de recebimento de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, intercalado com períodos de contribuição ou atividade.	20/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo.
PL 3811/2019	Principal	Rejane Dias (PT-PI)	Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Cardiopatia Isquêmica.	20/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação deste, do PL 4322/2020, e do PL 1696/2021, apensados, com substitutivo.
PL 4322/2020	Apensado	Alexandre Padilha (PT-SP)	Institui o Mês Nacional de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares.	20/10/2021
PL 1696/2021	Apensado	Guilherme Derrite (PP-SP)	Institui o dia 12 de junho como o Dia Nacional de Conscientização da Cardiopatia Congênita.	20/10/2021
PL 5307/2019	Principal	Domingos Sávio (PSDB-MG)	Institui a "Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre	20/10/2021 Parecer da Relatora, Dep.

			as Doenças Inflamatórias Intestinais - Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa - e assistência aos portadores".	Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação.
PL 448/2020	Principal	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Dispõe sobre incentivos fiscais para fabricação, produção e comercialização do leite hidrolisado de aminoácidos.	20/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com emenda.
PL 512/2020	Principal	Dra. Soraya Manato (PSL-ES) e Outro(s)	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para dispor sobre sanções administrativas e políticas aplicáveis aos agentes públicos que cometerem os ilícitos que especifica.	20/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), pela aprovação.
PL 666/2020	Principal	Helder Salomão (PT-ES)	Dispõe sobre a distribuição gratuita, por parte do Ministério da Saúde, de álcool gel antisséptico.	20/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com emenda.
PL 865/2020	Principal	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ) e Outro(s)	Acrescenta artigo à Lei nº 11.947, de 2009, que rege, entre outras matérias, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão da pandemia do coronavírus, a distribuição direta aos pais e responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica de gêneros alimentícios adquiridos com esses recursos.	20/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, do PL 112/2021, e do PL 441/2021, apensados, com substitutivo.
PL 441/2021	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Estabelece a obrigatoriedade da União, Estados e Municípios fornecerem alimentação, todos alunos matriculados nas escolas públicas, inclusive as que adotaram o sistema de rodizio, "	20/10/2021
PL 112/2021	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	"Estabelece a obrigatoriedade da União, Estados e Municípios fornecerem alimentação, gêneros alimentícios, as famílias dos alunos matriculados em escolas públicas e que não retornarem às aulas presenciais em virtude da pandemia"	20/10/2021
PL 4830/2020	Principal	Rodrigo Coelho (PSB-SC) e Outro(s)	Altera o artigo 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	20/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Ricardo Silva (PSB-SP), pela aprovação, com substitutivo.
PL 235/2021	Principal	Alexandre Frota (PSDB-SP)	"Cria a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças e dá outras providências"	20/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação.

PDL 384/2021	Principal	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 11 de maio de 2017.	20/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.
--------------	-----------	--	---	--

Total: 1 - **20/10/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 7/2020	Principal	Carla Zambelli (PSL-SP)	Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Combate à Fenilcetonúria.	20/10/2021 14:00 Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação, com substitutivo.

Total: 14 - **27/10/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 6074/2009	Principal	Senado Federal - Pedro Simon (PMDB-RS)	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para conferir ao Ministério Público atribuições quanto à proteção e defesa da saúde do idoso, bem como criminalizar a conduta que especifica.	27/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.

PL 3764/2012	Principal	Ricardo Izar (PSD-SP)	Dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos nas clínicas veterinárias, Pet Shops e estabelecimentos congênicos e a produção em embalagens apropriadas para tal fim.	27/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela rejeição do Substitutivo do Senado ao PL 3764/2012.
--------------	-----------	-----------------------	---	---

PL 1429/2019	Principal	Luciano Ducci (PSB-PR)	Estabelece a obrigatoriedade de apresentação da Caderneta de Saúde da Criança quando da matrícula de aluno nas redes públicas e privadas de educação.	27/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS), pela aprovação deste, e do PL 1840/2019, apensado, com substitutivo.
PL 1840/2019	Apensado	Baleia Rossi (MDB-SP)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar	27/10/2021
PL 4077/2021	Apensado	José Nelto (PODE-GO)	Discorre sobre a obrigatoriedade da carteirinha de saúde e vacinação no ato da matrícula, junto às escolas de educação infantil e de ensino fundamental da rede pública.	27/10/2021

PDL 679/2019	Principal	Senado Federal - Lasier Martins (PDT-RS)	Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50	27/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Tereza Nelma (PSDB-AL), pela aprovação deste, e do PDL 9/2021, apensado.
--------------	-----------	--	--	--

			a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	
PDL 9/2021	Apensado	Jesus Sérgio (PDT-AC)	Susta os efeitos da Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde	27/10/2021
PL 265/2020	Principal	Rejane Dias (PT-PI) e Outro(s)	Altera a Lei 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética.	27/10/2021 Parecer com Complementação de Voto, da Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação deste e do PL 5270/2020, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela CMULHER, com subemenda.
PL 5270/2020	Apensado	Liziane Bayer (PSB-RS)	Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que “dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”, e a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que “dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início” para garantir a realização de testes genéticos germinativos e genômicos para prevenção, diagnóstico e tratamento para todos os tipos de neoplasias malignas.	27/10/2021
PL 1917/2020	Principal	Fábio Trad (PSD-MS)	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a possibilidade de dedução do imposto de renda da pessoa física da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico durante os anos de 2020 como medida de enfrentamento à calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19).	27/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Francisco Jr. (PSD-GO), pela aprovação, com substitutivo.
PLP 153/2020	Principal	Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	Dispõe sobre a acumulação de pensão por morte e aposentadoria decorrentes do coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19) no Regime Geral de Previdência Social. Explicação: Altera a Lei nº 8.213 de 1991.	27/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação, com substitutivo.
PL 184/2021	Principal	Juninho do Pneu (DEM-RJ)	Regulamenta o prazo máximo de 15 dias para o INSS concluir o primeiro pagamento da concessão dos	27/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.

			benefícios nos processos de pensão por morte.	
PL 2034/2021	Principal	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Institui o mês de agosto como Mês da Primeira Infância.	27/10/2021 Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação.
PL 2671/2021	Principal	Pedro Uczai (PT-SC) e Outro(s)	Institui a Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19.	27/10/2021 Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela aprovação.

Total: 34 - **03/11/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PFC 107/2013	Principal	Rosane Ferreira (PV-PR) e Outro(s)	Propõe à Comissão de Seguridade Social e Família que efetue ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, para investigar notícias de irregularidades relacionadas a processos licitatórios, convênios, alterações contratuais indevidas, superfaturamento, entre outras, ocorridas no Conselho Federal de Enfermagem - COFEN.	03/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pelo arquivamento.
PL 1600/2020 (Nº Anterior: PL 4431/2016)	Principal	Antonio Bulhões (PRB-SP)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", para proibir a venda de produtos fumígenos a crianças e adolescentes.	03/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação do Substitutivo do Senado ao PL 1600/20.
PL 5414/2016	Principal	Rodrigo Pacheco (PMDB-MG)	Altera o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Explicação: Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.	03/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PSL-MS), pela aprovação do PL 5414/2016, do PL 6858/2017, do PL 8445/2017, e do PL 7121/2017, apensados, com substitutivo, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação.
PL 7121/2017	Apensado	Alice Portugal (PCdoB-BA)	Acrescenta o § 3º ao art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a autorização e o reconhecimento dos cursos de graduação da área de saúde que sejam ministrados na modalidade a distância.	03/11/2021
PL 6858/2017	Apensado	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	Acrescenta o § 1º-A ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a autorização, a renovação	03/11/2021

			da autorização, o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos superiores de graduação na área de saúde humana e animal que sejam totalmente ministrados na modalidade a distância.	
PL 8445/2017	Apensado	Luciano Ducci (PSB-PR)	Dispõe sobre a vedação da criação e da oferta de cursos superiores de Enfermagem na modalidade da educação a distância (EAD).	03/11/2021
PL 7928/2017	Principal	Eduardo Cury (PSDB-SP)	Acrescenta inciso IV ao § 2º do art.18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Explicação: Considera como entidade de assistência social aquela que realiza serviços de doação ou distribuição de alimentos, de medicamentos ou outros bens de primeira necessidade a pessoas e comunidades carentes.	03/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3510/2019, e do PL 6347/2019, apensados.
PL 3510/2019	Apensado	Guilherme Derrite (PP-SP)	Altera a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009 e dá outras providências.	03/11/2021
PL 6347/2019	Apensado	Alex Santana (PDT-BA)	Acrescenta o art. 18-A à Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009.	03/11/2021
PL 8524/2017	Principal	Aureo (SD-RJ)	Isenta o Sistema Público de Saúde da incidência das "Bandeiras Tarifárias".	03/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela aprovação.
PL 3439/2019	Principal	José Guimarães (PT-CE)	Dispõe sobre a criação de unidades de preservação de vestígios forenses.	03/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela rejeição.
PL 1250/2020	Principal	Aline Gurgel (REPUBLIC-AP)	Dispõe sobre o preço do Gás liquefeito de petróleo (GLP).	03/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação deste, do PL 1341/2020, do PL 1482/2020, do PL 1753/2020, do PL 1809/2020, do PL 1628/2020, do PL 1922/2020, do PL 2144/2020, e do PL 1230/2021, apensados, com substitutivo.
PL 1482/2020	Apensado	Rogério Correia (PT-MG)	Estabelece critérios de distribuição e comercialização do gás de cozinha para a população de baixa renda enquanto vigorar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Nº 6, de 20 de março de 2020, em decorrência da pandemia do Covid-19.	03/11/2021
PL 1341/2020	Apensado	José Airton Félix Cirilo (PT-CE)	Dispõe sobre a redução em 50% do valor do botijão de gás para famílias de baixa renda, desempregados, micro e pequenas empresas, hospitais públicos e instituições de saúde filantrópicas, durante o	03/11/2021

			estado de emergência sanitária em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19 (coronavirus);	
PL 1922/2020	Apensado	Bohn Gass (PT-RS) e Outro(s)	Dispõe sobre auxílio emergencial para compra de gás liquefeito de petróleo enquanto perdurar o estado de calamidade pública instituído pelo Decreto Legislativo Nº 6, 2020, e dá outras providências.	03/11/2021
PL 2144/2020	Apensado	Paulo Teixeira (PT-SP) e Outro(s)	Garante o fornecimento de gás de cozinha para as pessoas inscritas no programa de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e dá outras providências.	03/11/2021
PL 1628/2020	Apensado	Marcon (PT-RS)	Estabelece critérios de distribuição e comercialização do gás de cozinha para a população de baixa renda enquanto vigorar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Nº 6, de 20 de março de 2020, em decorrência da pandemia do Covid	03/11/2021
PL 1753/2020	Apensado	Danilo Cabral (PSB-PE)	Fixa o preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) vendido para distribuição, nas refinarias e terminais, durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	03/11/2021
PL 1809/2020	Apensado	Weliton Prado (PROS-MG)	Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para declarar de elevado impacto social e de interesse para a política energética nacional a comercialização de gás liquefeito de petróleo - GLP, destinado exclusivamente ao uso doméstico em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg, impedindo aumento de preços durante a pandemia de Covid-19.	03/11/2021
PL 3354/2021	Apensado	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	Dispõe sobre a concessão do auxílio gás para as pessoas em condições de vulnerabilidade social para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia provocada pelo Covid-19.	03/11/2021
PL 1230/2021	Apensado	Aliel Machado (PSB-PR)	Cria o Programa de Acesso ao Gás de Cozinha (gás liquefeito de petróleo ou GLP) enquanto perdurarem os efeitos da decretação de calamidade pública em decorrência da pandemia do novo coronavírus.	03/11/2021

PL 1406/2020	Principal	Celina Leão (PP-DF)	Dispõe sobre a destinação dos valores referentes ao produto ou proveito decorrentes de crimes diversos para o combate e prevenção da pandemia COVID-19 e dá outras providências.	03/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Jaqueline Cassol (PP-RO), pela aprovação deste, do PL 1506/2020, do PL 1512/2020, do PL 1607/2020, do PL 1715/2020, do PL 3141/2020, do PL 5437/2020, do PL 3753/2020, e do PL 2102/2021, apensados, com substitutivo.
--------------	-----------	---------------------	--	--

PL 3141/2020	Apensado	Shéridan (PSDB-RR)	Destina recursos provenientes da prática de crimes de corrupção e de outros ilícitos penais praticados durante o período de situação de emergência de saúde pública para o combate e prevenção do coronavírus (COVID-19).Explicação: Altera a Lei nº 13.979 de 2020.	03/11/2021
PL 3753/2020	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Estabelece a destinação de valores apreendidos pelas policias em razão de suspeita de corrupção durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.”	03/11/2021
PL 1506/2020	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Destina recursos provenientes de aplicações de multas e delações premiadas para a aquisição de produtos e equipamentos médicos para o combate ao coronavirus.	03/11/2021
PL 1512/2020	Apensado	Ted Conti (PSB-ES)	Acrescenta dispositivo à Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a fim de dispor sobre o redirecionamento de recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o custeio de ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	03/11/2021
PL 1715/2020	Apensado	Ossesio Silva (REPUBLIC-PE)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para destinar ao Sistema Único de Saúde (SUS), exclusivamente para o custeio de ações de prevenção e tratamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, da família do coronavírus, os recursos provenientes de multas pelo descumprimento de termos de ajustamento de conduta, bem como aqueles oriundos de acordos e de condenações judiciais, desde que não se destinem à recomposição de danos sofridos pela pessoa física ou jurídica lesada.	03/11/2021
PL 1607/2020	Apensado	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Cria o Fundo Emergencial de Combate aos Efeitos Socioeconômicos do Coronavírus - Covid19.	03/11/2021
PL 2102/2021	Apensado	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Altera a Lei no 14.124, de 10 de março de 2021, para destinar os recursos públicos recuperados em operações de combate à corrupção e ao crime organizado ao enfrentamento da Covid-19.	03/11/2021
PL 5437/2020	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP) e Outro(s)	"Determina que todo e qualquer valor apreendido em virtude de condenação na Operação Lava Jato, pelo Poder Judiciário seja imediatamente revertido à compra de vacinas e demais itens necessários para a imunização da população."	03/11/2021
PL 2449/2020	Principal	Bohn Gass (PT-RS)	Altera o § 11 do art. 2º da Lei 13.982, de 02 de abril de 2020, para garantir transparência no processo de pagamento do auxílio emergencial decorrente da emergência de saúde pública	03/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação, com substitutivo.

			causada pelo coronavírus (Covid-19).	
PL 3229/2020	Principal	Senado Federal - Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	Autoriza a utilização de recursos do Sistema Único de Assistência Social (Suas) para a compra de álcool em gel 70° INPM e máscaras a serem distribuídos à população em situação de vulnerabilidade durante a pandemia da Covid-19.	03/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.
PL 5195/2020	Principal	Rejane Dias (PT-PI)	Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para abordar as ações voltadas para as pessoas com deficiência	03/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.
PL 1761/2021	Principal	Pr. Marco Feliciano (REPUBLIC-SP)	Altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, para garantir à pessoa com diabetes prioridade nos estabelecimentos de saúde públicos ou privados para a realização de procedimentos ou exames que exijam jejum total.	03/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.

Total: 22 - 10/11/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 554/2007	Principal	Fernando Coelho Filho (PSB-PE)	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de setembro de 1973, e dá outras providências. Explicação: Inclui o bloqueador, o protetor e o filtro solar no conceito de medicamentos.	10/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela rejeição deste, do PL 6906/2010 e do PL 9922/2018, apensados, e pela aprovação do PL 3009/2008, do PL 5551/2013, do PL 5134/2016 e do PL 7707/2017, apensados, com substitutivo.
PL 3009/2008	Apensado	Júlio Delgado (PSB-MG)	Reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre filtros, bloqueadores e protetores solares.	10/11/2021
PL 6906/2010	Apensado	Sueli Vidigal (PDT-ES)	Inclui os produtos considerados como protetores ou bloqueadores solares na relação de medicamentos e dá outras providências.	10/11/2021
PL 5551/2013	Apensado	Major Fábio (DEM-PB)	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os protetores solares, na condição que estabelece.	10/11/2021
PL 7707/2017	Apensado	Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM)	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os protetores solares quando destinados aos trabalhadores cadastrados em qualquer programa	10/11/2021

			de assistência social mantido pelo governo federal.	
PL 5134/2016	Apensado	Iracema Portella (PP-PI)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os protetores solares, na forma que estabelece.	10/11/2021
PL 9922/2018	Apensado	Renato Molling (PP-RS)	Acrescenta o §3º ao art. 5º da Lei nº 5.991, de 17 de setembro de 1973, para equipar os filtros e bloqueadores solares aos medicamentos, para todos os efeitos legais.	10/11/2021

PL 6399/2013	Principal	Senado Federal - Paulo Paim (PT-RS)	Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado, desde que o menor não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.	10/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Aline Gurgel (REPUBLIC-AP), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4763/2012, do PL 3197/2012, do PL 9992/2018, do PL 10366/2018 e do PL 3413/2019, apensados.
PL 4763/2012	Apensado	Andreia Zito (PSDB-RJ)	Altera a redação do § 2º do art. 16, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Explicação: Equipara o menor sob guarda a filho.	10/11/2021
PL 3197/2012	Apensado	Márcio Macêdo (PT-SE)	Altera o art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o menor sob guarda judicial como dependente do segurado da Previdência Social.	10/11/2021
PL 10366/2018	Apensado	Augusto Carvalho (SD-DF)	Modifica a redação do parágrafo 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Explicação: Inclui entre os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado, o menor que por determinação judicial esteja sob a sua guarda.	10/11/2021
PL 9992/2018	Apensado	Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)	Altera o §2º do artigo 16 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 para incluir os menores que estão sob a guarda do segurado na lista de equiparados a filhos para fins de dependência.	10/11/2021
PL 3413/2019	Apensado	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Altera o art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir como dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) o menor que, por determinação judicial, esteja sob a sua guarda.	10/11/2021

PL 7730/2014	Principal	Eduardo da Fonte (PP-PE)	Estabelece medidas de compensação tributária para indústrias do ramo de alimentos que produzam conforme parâmetros que possam potencialmente diminuir danos à saúde humana.	10/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Jaqueline Cassol (PP-RO), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	--------------------------	---	---

PL 488/2020	Principal	Geninho Zuliani (DEM-SP)	Acrescenta parágrafo único ao art. 765 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil Explicação: Estabelece que constitui abuso do direito a modificação acentuada das condições do seguro de vida e de saúde pela seguradora quando da renovação do contrato.	10/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.
-------------	-----------	--------------------------	--	--

PL 1964/2020	Principal	Julio Cesar Ribeiro (REPUBLIC-DF) e Outro(s)	Dispõe sobre a comunicação dos condomínios residenciais aos órgãos de segurança pública sobre a ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso em seu interior.	10/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Aline Gurgel (REPUBLIC-AP), pela aprovação deste, do PL 2190/2020, do PL 4559/2020, do PL 4941/2020, do PL 85/2021 e do PL 2612/2021, apensados, com substitutivo.
PL 2190/2020	Apensado	Aroldo Martins (REPUBLIC-PR)	Dispõe sobre a comunicação compulsória às autoridades competentes, por parte dos condomínios residenciais, conjuntos habitacionais e congêneres sobre os casos de violência doméstica contra a mulher praticados em suas dependências comuns e privadas.	10/11/2021
PL 4941/2020	Apensado	Vicentinho Júnior (PL-TO)	Determina a obrigatoriedade dos condomínios residenciais e comerciais por intermédio de seus administradores, comunicar aos órgãos de segurança pública, acerca da ocorrência de violência doméstica.	10/11/2021
PL 85/2021	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Dispõe sobre comunicação aos órgãos de segurança sobre eventual ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, em condomínios residenciais em todo território nacional.	10/11/2021
PL 4559/2020	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Torna obrigatório os condomínios verticais a comunicação aos órgãos de segurança, eventual ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, pessoas deficientes e idosos e dá outras providências.	10/11/2021
PL 2612/2021	Apensado	Dr. Zacharias Calil (DEM-GO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos condomínios residenciais em Estados, Municípios e no Distrito Federal.	10/11/2021

PL 3663/2020	Principal	Professora Dayane Pimentel (PSL-BA)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer a prioridade de compra de alimentos da agricultura familiar e da pesca artesanal pelo Sistema Único de Saúde.	10/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Heitor Schuch (PSB-RS), pela aprovação.
--------------	-----------	-------------------------------------	--	--

Total: 45 - 17/11/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 2574/2007	Principal	Comissão de Legislação Participativa	Cria Centros de Saúde nos estabelecimentos prisionais com mais de 100 presos e prevê atendimento em ambulatório na própria unidade prisional por profissionais de saúde nas prisões com até 100 detentos.	17/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Vivi Reis (PSOL-PA), pela aprovação deste, do PL 5444/2016 e do PL 6275/2019, apensados, com substitutivo.
PL 6275/2019	Apensado	Norma Ayub (DEM-ES)	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para determinar o atendimento psicológico e psiquiátrico nos estabelecimentos penais.	17/11/2021
PL 5444/2016	Apensado	Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB)	Acrescenta um inciso VII ao art. 11 e uma Seção VII-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, tratando da assistência psicológica ao preso.	17/11/2021
PL 3740/2021	Apensado	Delegado Pablo (PSL-AM)	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a assistência psicológica nos estabelecimentos penais.	17/11/2021

PL 10718/2018	Principal	Senado Federal - Paulo Paim (PT-RS)	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para incluir as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.	17/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PODE-PR), pela aprovação deste, do PL 6416/2013, do PL 7915/2014, do PL 1448/2015, do PL 6278/2016, do PL 8090/2017, do PL 8980/2017, do PL 1632/2019, do PL 370/2020, do PL 3113/2012 e do PL 4399/2019, apensados, com substitutivo.
PL 1632/2019	Apensado	Igor Kannário (PHS-BA)	Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para incluir o lúpus entre as doenças cujos portadores são dispensados de cumprir prazo de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.	17/11/2021
PL 370/2020	Apensado	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o Transtorno de Pânico (ansiedade paroxística episódica) entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.	17/11/2021
PL 3113/2012	Apensado	Sandra Rosado (PSB-RN)	Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a esclerose múltipla entre as doenças que permitem a concessão, sem	17/11/2021

			período de carência, de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.	
PL 6416/2013	Apensado	Nilson Leitão (PSDB-MT)	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para incluir a Artrose Generalizada Severa entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez.	17/11/2021
PL 7915/2014	Apensado	Mara Gabrielli (PSDB-SP)	Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a doença de Charcot-Marie-Tooth entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.	17/11/2021
PL 1448/2015	Apensado	Dr. Jorge Silva (PROS-ES) e Outro(s)	Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a esclerose múltipla entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.	17/11/2021
PL 6278/2016	Apensado	Felipe Bornier (PROS-RJ)	Dispõe da inclusão da Esclerose Lateral Amiotrófica no rol das doenças passíveis de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. Explicação: Altera a Lei nº 8.213, de 1991.	17/11/2021
PL 8980/2017	Apensado	Rôney Nemer (PP-DF)	Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a distonia segmentada entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez.	17/11/2021
PL 8090/2017	Apensado	Cabuçu Borges (PMDB-AP)	Altera o §1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir a arterite de Takayasu no rol de doenças graves, ou incuráveis.	17/11/2021
PL 4399/2019	Apensado	Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos - Comissão de Legislação Participativa	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para incluir a fibromialgia no rol das doenças que isentam de carência para concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez o segurado que, após filiar-se ao RGPS, for por elas acometido.	17/11/2021

PL 130/2019	Principal	Renata Abreu (PODE-SP)	Altera o § 4º do art. 8º da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período pré e pós-natal.	17/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação deste, do PL
-------------	-----------	------------------------	--	---

				4546/2019, do PL 4258/2020, do PL 4432/2020, do PL 1107/2021 e do PL 4947/2020, apensados, com substitutivo.
PL 4546/2019	Apensado	David Soares (DEM-SP)	Dá nova redação ao §6º do art. 8º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA, a fim de incluir nos direitos da gestante e parturiente o recebimento de kit enxoval e kit curativo do coto umbilical do recém-nascido.	17/11/2021
PL 4258/2020	Apensado	Paulo Bengtson (PTB-PA)	"Acrescenta o §11 ao art. 8º da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para assegurar acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico do final do puerpério até a alta médica".	17/11/2021
PL 4432/2020	Apensado	Deuzinho Filho (REPUBLIC-CE)	Dispõe sobre o atendimento psicológico e/ou psiquiátrico para as gestantes nas unidades de saúde componentes do Sistema Único de Saúde - SUS.	17/11/2021
PL 4947/2020	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Institui a Semana da Consciência Mental Materna.	17/11/2021
PL 1107/2021	Apensado	Geninho Zuliani (DEM-SP)	Altera a redação do artigo 8º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	17/11/2021

PL 1171/2019	Principal	Dr. Jaziel (PR-CE)	Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Explicação: Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.	17/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação deste, do PL 1549/2019 e do PL 1946/2021, apensados, com substitutivo.
PL 1549/2019	Apensado	Schiavinato (PP-PR)	Altera ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação à distância e dar outras providências.	17/11/2021
PL 1946/2021	Apensado	Professor Alcides (PP-GO)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar o ensino à distância nos cursos de graduação da área de saúde.	17/11/2021

PL 1490/2019	Principal	Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)	Dispõe sobre o Cadastro Federal de Informações para a Proteção da Infância e da Juventude - Cadastro de Pedófilos.	17/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), pela aprovação deste, do PL 1859/2019, do PL 2038/2019, do PL 2062/2019 e do PL 4104/2019, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CSPCCO, com subemenda.
PL 1859/2019	Apensado	Maurício Dziedricki (PTB-RS)	Dispõe sobre o Cadastro Federal de Informações para a Proteção da	17/11/2021

			Infância e da Juventude - Cadastro de Pedófilos.	
PL 2038/2019	Apensado	Julian Lemos (PSL-PB)	Dispõe sobre o Cadastro Federal de Informações para a Proteção da Infância e da Juventude - Cadastro de Pedófilos.	17/11/2021
PL 2062/2019	Apensado	Rejane Dias (PT-PI)	Institui o Cadastro Nacional de Informações para a Proteção da Infância e da Juventude.	17/11/2021
PL 4104/2019	Apensado	Edna Henrique (PSDB-PB)	Dispõe sobre a criação de banco de dados contendo lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher, a criança e o adolescente.	17/11/2021
PL 1848/2019	Principal	Carmen Zanotto (PPS-SC)	Institui a semana nacional de ações públicas e sociais no campo da Síndrome de Down e dá outras providências.	17/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, e da Emenda da CE.
PL 3311/2019	Principal	Lauriete (PL-ES)	Altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar a transferência de gestantes com necessidade de atendimento de urgência ou em trabalho de parto em caso de falta de vagas em hospital ou maternidade.	17/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carla Dickson (PROS-RN), pela aprovação deste e do PL 3871/2019, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela CMULHER.
PL 3871/2019	Apensado	Lauriete (PL-ES)	Estabelece obrigatoriedade de transporte de pacientes gestantes em trabalho de parto pelo primeiro hospital ou pronto atendimento em que a paciente comparecer, seja da rede do SUS ou privada	17/11/2021
PL 829/2020	Principal	Bibo Nunes (PSL-RS)	Suspende os prazos de pagamentos dos tributos federais que especifica durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19).	17/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação deste, do PL 1015/2020, do PL 1149/2020, do PL 1313/2020, do PL 1388/2020, do PL 2732/2020, do PL 1387/2020, do PL 1471/2020, do PL 1027/2021 e do PL 3146/2020, apensados, com substitutivo.
PL 1387/2020	Apensado	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Suspende e prorroga o prazo para envio das declarações das obrigações acessórias das Pessoas Jurídicas que especifica, e dá outras providências	17/11/2021
PL 1388/2020	Apensado	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Dispõe sobre a suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep, para a COFINS, e para a contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, em caso de Estado de Calamidade Pública decretado pelo Congresso Nacional, e prorroga seu pagamento	17/11/2021

			para o exercício posterior, parcelado em doze vezes.	
PL 1471/2020	Apensado	Nilto Tatto (PT-SP)	Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, relativas ao prazo de apresentação das obrigações acessórias contábeis e fiscais, bem como, procedimentos relativos a cobrança de multas e juros por atraso de pagamento das obrigações fiscais e financeiras a que se refere	17/11/2021
PL 1149/2020	Apensado	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	Dispensa as pessoas físicas e jurídicas do pagamento dos parcelamentos de débitos tributários enquanto vigorar o estado de calamidade pública instituído pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	17/11/2021
PL 1015/2020	Apensado	Julio Cesar Ribeiro (REPUBLIC-DF)	Dispõe sobre a postergação da entrega das obrigações principais, acessórias e remissão de multas fiscais e tributárias.	17/11/2021
PL 1313/2020	Apensado	Carlos Sampaio (PSDB-SP)	Prorroga os prazos de pagamento dos tributos federais que especifica, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, em decorrência da pandemia internacional ocasionada pela infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).	17/11/2021
PL 3146/2020	Apensado	Eduardo Costa (PTB-PA) e Outro(s)	Permite o parcelamento das contribuições sociais relativas aos meses de março e de abril de 2020 em até 24 meses, sem incidência de multa de mora.	17/11/2021
PL 2732/2020	Apensado	Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC)	Dispõe sobre a suspensão do recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e de contribuições sociais de responsabilidade de entidades beneficentes de assistência social e entidades sem fins lucrativos, durante o estado de calamidade pública provocado pelo Coronavírus.	17/11/2021
PL 1027/2021	Apensado	Pedro Augusto Bezerra (PTB-CE)	Dispõe sobre a prorrogação de prazo para recolhimento de tributos federais e a prorrogação excepcional de datas de vencimento das parcelas mensais relativas a parcelamentos no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).	17/11/2021
PL 3559/2020	Principal	Aroldo Martins (REPUBLIC-PR)	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incluir medidas cautelares para preservar a saúde do atleta profissional de luta.	17/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação.

PL 610/2021	Principal	Vinicius Carvalho (REPUBLIC-SP)	Institui a Campanha Nacional de Incentivo à doação de cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer.	17/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), pela aprovação.
-------------	-----------	---------------------------------	--	--

PL 2480/2021	Principal	Felipe Carreras (PSB-PE)	Institui o Mês de Conscientização do Transtorno de Personalidade Borderline.	17/11/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carla Dickson (PROS-RN), pela aprovação.
--------------	-----------	--------------------------	--	--

Total: 2 - **24/11/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 8041/2014	Principal	Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa.	Acresce o § 4º ao art. 5º da Lei nº 12.037, de 2009. Explicação: Cria um banco de DNA específico nos crimes contra a dignidade sexual contra crianças e adolescentes.	24/11/2021 Parecer do Relator, Dep. Felício Laterça (PSL-RJ), pela aprovação, com emenda.

PL 2346/2021	Principal	Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e Outro(s)	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre aperfeiçoamentos no sistema de notificação de óbitos de idosos.	24/11/2021 Parecer com Complementação de Voto, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação, com emenda.
--------------	-----------	--------------------------------------	---	--

Total: 21 - **01/12/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 654/2011	Principal	Ricardo Izar (PV-SP)	Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de prevenção do câncer ginecológico para as funcionárias públicas federais. Explicação: Obriga as servidoras públicas federais a fazerem exame anual de prevenção do câncer ginecológico.	01/12/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação, com substitutivo.

PL 978/2019	Principal	Flávia Moraes (PDT-GO) e Outro(s)	Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre o luto materno.	01/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Mário Heringer (PDT-MG), pela aprovação, com substitutivo.
-------------	-----------	-----------------------------------	---	---

PL 6524/2019	Principal	Leandre (PV-PR) e Outro(s)	Institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância (Snipi).	01/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Lucas Redecker (PSDB-RS), pela aprovação deste e do PL 167/2021, apensado, com substitutivo.
--------------	-----------	----------------------------	--	---

PL 167/2021	Apensado	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e fiscalização do orçamento público na área da Primeira Infância.	01/12/2021
PL 149/2020	Principal	Capitão Wagner (PROS-CE)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para estabelecer a prioridade, no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde, para realização de exames, cirurgias e procedimentos para recuperação de saúde prescritos em perícia médica do INSS, às pessoas que estejam recebendo os benefícios de auxílio-doença e/ou de auxílio-acidente, previstos na Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.	01/12/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carla Dickson (PROS-RN), pela aprovação, com substitutivo.
PL 895/2020	Principal	Rejane Dias (PT-PI)	Altera a Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do pagamento do Imposto de Renda os trabalhadores envolvidos no enfrentamento ao Coronavírus COVID 19 e em outras situações de Calamidade Pública decretados pelo Governo Federal e dá outras providências.	01/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela aprovação deste, do PL 1411/2020, do PL 1415/2020 e do PL 1237/2021, apensados, com substitutivo.
PL 1411/2020	Apensado	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) e Outro(s)	Autoriza os profissionais de saúde a deduzirem da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, de que trata a Lei n 9.250 de 26 de dezembro de 1995, a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI, adquiridos entre o período de 26 de fevereiro de 2020 e enquanto durar à emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID19) até o limite individual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).	01/12/2021
PL 1415/2020	Apensado	Wladimir Garotinho (PSD-RJ)	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção de Imposto de Renda da Pessoa Física, no ano de 2020, aos médicos e demais profissionais da área da saúde que estão na linha de frente do combate à pandemia do Covid-19.	01/12/2021
PL 1237/2021	Apensado	Vinicius Farah (MDB-RJ)	Institui isenção temporária de Imposto de Renda aos profissionais da área médica e odontológica que estejam prestando seus serviços no período da pandemia da COVID-19 e dá outras providências.	01/12/2021
PL 916/2020	Principal	Coronel Armando (PSL-SC) e Outro(s)	Dispõe sobre a regulamentação de consultas com médicos, terapeutas, psicólogos e nutricionistas por meio de tecnologia da informação e da comunicação em casos de calamidade pública e quarentena	01/12/2021 Parecer da Relatora, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação deste, do PL 2391/2020, do PL

			nos moldes da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.	2395/2020, do PL 5154/2020 e do PL 1344/2021, apensados, com substitutivo.
PL 1344/2021	Apensado	Dr. Zacharias Calil (DEM-GO)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre a saúde suplementar, para garantir cobertura aos teleatendimentos com o profissional escolhido pelo paciente, e para garantir equivalência de pagamento com os atendimentos presenciais.	01/12/2021
PL 5154/2020	Apensado	Léo Moraes (PODE-RO)	Dispõe sobre o uso da telefonia durante a pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19).	01/12/2021
PL 2391/2020	Apensado	Marina Santos (SOLIDARI-PI)	Dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde e as administradoras de benefícios em saúde a prestação de serviços psicológicos por meio de tecnologia de informação e dá outras providências.	01/12/2021
PL 2395/2020	Apensado	Cássio Andrade (PSB-PA)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (saúde suplementar), para autorizar o atendimento remoto em situações de pandemias.	01/12/2021

PL 950/2020	Principal	JHC (PSB-AL)	Altera a lei 13.979/2020 para dispor sobre as medidas protetivas ao contribuinte para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	01/12/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com substitutivo.
-------------	-----------	--------------	---	--

PL 1445/2020	Principal	Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)	Reconhece a aquisição de insumos básicos de proteção contra o coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) ou a aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o enfrentamento à pandemia do coronavírus, no contexto do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, a preços de mercado e nas hipóteses de máxima urgência, devidamente comprovada, como casos excepcionais, para efeito de possibilitar o pagamento por meio de adiantamento, nos termos do disposto nos arts. 65 e 68 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.	01/12/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela rejeição.
--------------	-----------	---------------------------	---	---

PL 1973/2020	Principal	Alexandre Leite (DEM-SP)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para ampliar a margem consignável para operações de crédito com autorização de desconto de	01/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação deste e do PL
--------------	-----------	--------------------------	---	---

			prestações em folha de pagamento durante a vigência do estado de calamidade pública declarado em combate do covid-19.	2008/2020, apensado, com substitutivo.
PL 2008/2020	Apensado	Clarissa Garotinho (PROS-RJ)	Amplia até o limite de 42% o desconto de crédito consignado em folha de pagamento ou na remuneração do trabalhador enquanto persistir a emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID19).	01/12/2021

PL 5067/2020	Principal	Alexandre Padilha (PT-SP)	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências e a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 para criar o Conselho Gestor do Programa Nacional de Imunizações e garantir o acesso da população a medicamentos e vacinas registrados pelo órgão sanitário responsável.	01/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	---------------------------	---	---

PL 1169/2021	Principal	Senado Federal - Rose de Freitas (MDB-ES)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer a regulamentação de criação do conselho consultivo de saúde para determinar que medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública devem embasar-se em evidências científicas, em análises sobre informações estratégicas e em diretrizes de órgãos colegiados especializados.	01/12/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com substitutivo.
--------------	-----------	---	--	--

PL 2297/2021	Principal	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)	Institui a Política Nacional de Busca Ativa das crianças e jovens em idade própria para a educação básica obrigatória.	01/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação, com emenda.
--------------	-----------	--	--	---

Total: 28 - **08/12/2021**

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 6622/2013	Principal	Carlos Sampaio (PSDB-SP)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de feminicídio; modifica o § 11 do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir	08/12/2021 Parecer da Dep. Leandre (PV-PR), pela aprovação deste e do PL 7.490/2014, do PL 9.559/2018, do PL 1.526/2019, do PL 2.016/2019, do PL 2.031/2019, do PL

			violência de gênero contra as mulheres e acrescenta o art. 132-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a violência psicológica contra a mulher; e altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.	3.441/2019, do PL 4.358/2019, do PL 4.469/2019, do PL 5.083/2019, do PL 6.427/2019, do PL 64/2020, do PL 523/2020, do PL 4.290/2020, do PL 74/2021 e do PL 3.112/2021, apensados, com substitutivo.
PL 3441/2019	Apensado	Aline Gurgel (PRB-AP)	Altera a lei nº 9.455/97 (Define os crimes de tortura) para tipificar a violência psicológica contra a mulher no rol dos crimes de tortura Explicação: Altera a Lei nº 9.455, de 1997.	08/12/2021
PL 4358/2019	Apensado	Gutemberg Reis (MDB-RJ)	Altera o art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 (Lei de Tortura), a fim de ampliar as hipóteses de incidência do crime de tortura.	08/12/2021
PL 4469/2019	Apensado	Expedito Netto (PSD-RO)	Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de estabelecer uma causa de aumento de pena ao crime de lesão corporal praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.	08/12/2021
PL 6427/2019	Apensado	Bosco Costa (PL-SE)	Dispõe sobre a importunação sexual leve, incluindo parágrafo único ao art. 215-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.	08/12/2021
PL 64/2020	Apensado	Dra. Soraya Manato (PSL-ES) e Outro(s)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 para dispor sobre a violência contra a mulher por meios digitais e dá outras providências.	08/12/2021
PL 5083/2019	Apensado	Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG)	Altera os incisos VI e VII do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	08/12/2021
PL 1526/2019	Apensado	Dr. Leonardo (SOLIDARI-MT)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para qualificar o crime de lesão corporal quando grave e cometido contra mulher por menosprezo ou discriminação à condição de mulher e, ainda, qualificar o crime de ameaça quando cometida contra mulher por razões da condição de sexo feminino.	08/12/2021
PL 2016/2019	Apensado	Walter Alves (MDB-RN)	Insero o III no § 2º-A do art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para acrescentar razão de condição de sexo feminino no crime de feminicídio.	08/12/2021
PL 2031/2019	Apensado	Fred Costa (PATRI-MG)	Tipifica como hediondos os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher que resultem em lesão corporal dolosa de natureza gravíssima ou lesão corporal seguida de morte. Explicação: Altera as Leis nº 8.072, de 1990 e 11.340, de 2006.	08/12/2021
PL 7490/2014	Apensado	Fábio Trad (PMDB-MS)	Tipifica a violência psicológica. Explicação: Altera a Lei nº 11.340, de 2006.	08/12/2021

PL 9559/2018	Apensado	Carlos Sampaio (PSDB-SP)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal brasileiro, para tipificar o crime de violência psicológica contra a mulher.	08/12/2021
PL 3112/2021	Apensado	Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena do crime de lesão corporal praticado contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino.	08/12/2021
PL 74/2021	Apensado	Delegado Antônio Furtado (PSL-RJ)	Esta Lei altera o § 7º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena do feminicídio se o crime for praticado quando a vítima for magistrada, delegada de polícia ou agente pública, em razão ou não do exercício de suas funções.	08/12/2021
PL 523/2020	Apensado	Maria Rosas (REPUBLIC-SP)	Dispõe sobre o dano psíquico sofrido em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher como lesão corporal, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.	08/12/2021
PL 4290/2020	Apensado	Margarete Coelho (PP-PI)	Altera o §2º-A do art.121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir nova circunstância a ser considerada como razão de condição de sexo feminino.	08/12/2021

PL 9671/2018	Principal	Prof. Gedeão Amorim (PMDB-AM)	Acrescente-se alínea "D" ao inciso II do artigo 4º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, obrigando a impressão, em todo livro didático publicado no País, mensagem alusiva ao combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.	08/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PSL-RJ), pela aprovação deste, do PL 10207/2018, do PL 2983/2019, do PL 10613/2018, do PL 2956/2019 e do PL 4181/2020, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação.
PL 2956/2019	Apensado	Dra. Vanda Milani (SOLIDARI-AC)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação nas escolas da rede pública e privada de Programa de Prevenção ao abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes e dá outras providências.	08/12/2021
PL 2983/2019	Apensado	Julian Lemos (PSL-PB)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação, na contracapa, da Central de Atendimento à Violência, Abuso Sexual contra criança e adolescente (Disque 100), em todos os Livros, alfarrábios, folhetos e similares elaborados pelo Ministério da Educação.	08/12/2021
PL 10613/2018	Apensado	Fábio Trad (PSD-MS)	Institui a semana nacional de prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes.	08/12/2021
PL 10207/2018	Apensado	Aureo (SD-RJ)	Acrescenta o art. 26-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da	08/12/2021

			Educação Nacional). Explicação: Trata de promoção pelas escolas de ensino fundamental de conscientização dos alunos, dos pais e dos professores sobre o combate ao abuso e a exploração sexual de crianças.	
PL 4181/2020	Apensado	Deuzinho Filho (REPUBLIC-CE)	Dispõe sobre a inclusão, nos cursos de profissionais de educação, conteúdo programático a identificação de maus- tratos e abuso sexual praticados contra criança e adolescente.	08/12/2021
PL 826/2019	Principal	Domingos Sávio (PSDB-MG)	Dispõe sobre o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas.	08/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS), pela aprovação deste e do PL 2454/2019, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação.
PL 2454/2019	Apensado	André de Paula (PSD-PE)	Altera o §1º do art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	08/12/2021
PL 3315/2020	Principal	Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)	Dispõe sobre normas gerais, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que regulamentam políticas de enfrentamento de emergência de saúde pública que envolva agente infeccioso.	08/12/2021 Parecer com Complementação de Voto, Dep. Dra. Soraya Manato (PSL-ES), pela aprovação, com substitutivo.
PLP 177/2020	Principal	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Altera a Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000, para estabelecer a primeira infância como prioridade na elaboração dos planos plurianuais.	08/12/2021 Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação deste, do PLP 194/2020 e do PLP 228/2020, apensados, com substitutivo.
PLP 194/2020	Apensado	Leandre (PV-PR) e Outro(s)	Altera os arts.5º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para vedar a constituição de reserva de contingência e excluir de limitação de empenho e de pagamento os recursos de doações e dos fundos nacionais, estaduais, distritais e municipais da Criança e do Adolescente.	08/12/2021
PLP 228/2020	Apensado	Leandre (PV-PR)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer a obrigatoriedade de um Anexo de Metas destinadas a Primeira Infância e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.	08/12/2021

Total: 2 - 14/12/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 1214/2019	Principal	Erika Kokay (PT-DF) e Outro(s)	Acrescenta artigo à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar a duração do trabalho do Psicólogo em até trinta horas semanais.	14/12/2021 00:00 Parecer do Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 455/2020, apensado.
PL 455/2020	Apensado	Coronel Tadeu (PSL-SP)	Altera a Lei nº 4.119, de 27 de Agosto de 1962, que "dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo" para dispor sobre a jornada semanal de trabalho do psicólogo.	14/12/2021 00:00

Total: 19 - 14/12/2021

Proposição	Principal/Apensado	Autor	Ementa/Explicação	Parecer
PL 2803/2019	Principal	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)	Altera o art. 4º da Lei nº 6.932, de 181, dispondo sobre o valor da bolsa do médico-residente.	14/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Célio Silveira (PSDB-GO), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 2932/2020, e do PL 3360/2020, apensados.
PL 2932/2020	Apensado	Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	Altera a Lei nº 6.932, de 1981, e a Lei nº 11.129, de 2005, para dispor sobre o valor da bolsa do médico-residente e da residência multiprofissional e em área profissional da Saúde.	14/12/2021
PL 3360/2020	Apensado	Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	Altera o art. 4º da Lei nº 6.932, de 1981, para dispor sobre o valor da bolsa dos médicos-residentes e seu reajuste anual, bem como sobre auxílio-alimentação e auxílio-moradia concedidos a esses beneficiários.	14/12/2021

PL 1995/2020	Principal	Rosangela Gomes (REPUBLIC-RJ) e Outro(s)	Estabelece as Igrejas, os templos religiosos de qualquer culto e as Comunidades Missionárias como atividade essencial para efeito de políticas públicas no âmbito do Poder Executivo.	14/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Osseio Silva (REPUBLIC-PE), pela aprovação deste, do PL 2539/2020, do PL 2754/2020, do PL 2788/2020, do PL 2843/2020, do PL 3263/2020, do PL 4311/2020, do PL 628/2021, do PL 654/2021, do PL 668/2021, do PL 710/2021, do PL 905/2021, do PL 5322/2020, do PL 51/2021, e do PL 751/2021, apensados, com substitutivo.
--------------	-----------	--	---	---

PL 3263/2020	Apensado	Luis Miranda (DEM-DF)	Modifica a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer as igrejas e os templos de culto de qualquer religião como atividades essenciais durante a vigência do período de emergência de saúde pública de importância internacional decretado em decorrência do surto de coronavírus.	14/12/2021
PL 2843/2020	Apensado	Coronel Chrisóstomo (PSL-RO)	Estabelece que os templos e igrejas de qualquer culto religioso são considerados como atividade essencial em períodos de calamidade pública, bem como em emergência de saúde pública, em todo o país.	14/12/2021
PL 2754/2020	Apensado	Dra. Soraya Manato (PSL-ES)	Modifica a Lei Nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, para resguardar os direitos de liberdade de consciência e de crença, o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção dos locais de culto e as suas liturgias, previstos no Art. 5º, VI, da Constituição Federal no contexto do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.	14/12/2021
PL 2788/2020	Apensado	Manuel Marcos (REPUBLIC-AC)	Dispõe sobre abertura de locais destinados a culto religioso em período de calamidade publica	14/12/2021
PL 2539/2020	Apensado	Carlos Gomes (REPUBLIC-RS)	Considera as atividades religiosas como essencial ao atendimento das necessidades da comunidade em circunstância que justifique a decretação de estado de emergência ou calamidade	14/12/2021
PL 4311/2020	Apensado	Cezinha de Madureira (PSD-SP)	Altera a Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989 para incluir as atividades religiosas no rol de serviços e atividades essenciais.	14/12/2021
PL 5322/2020	Apensado	Heitor Freire (PSL-CE)	Exclui os templos religiosos das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto em 2019.	14/12/2021
PL 51/2021	Apensado	Rejane Dias (PT-PI) e Outro(s)	Altera a Lei 7.783 de 28 de junho de 1989, para considerar como serviço e atividade essencial os prestados pelos templos de qualquer culto e dá outras providências.	14/12/2021
PL 628/2021	Apensado	Eduardo da Fonte (PP-PE)	Considera as atividades religiosas como serviço essencial.	14/12/2021
PL 654/2021	Apensado	Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA) e Outro(s)	Inclui cultos, adorações e demais atividades em templos religiosos Cristãos Evangélicos, Católicos e de outros credos religiosos no rol das atividades essenciais, ampliando e incluindo na abrangência da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, estes segmentos de atividades ou movimentos espirituais tornando-os essenciais a qualquer tempo, incluindo períodos de pandemia, catástrofe e qualquer outro evento danoso na nossa Nação.	14/12/2021
PL 668/2021	Apensado	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE)	Dispõe sobre a garantia ao livre exercício do direito de culto e	14/12/2021

			reconhece as atividades religiosas como serviços essenciais.	
PL 710/2021	Apensado	André Ferreira (PSC-PE)	Estabelece as atividades religiosas realizadas em igrejas, templos, santuários, comunidades missionárias e centros religiosos de qualquer culto como essenciais à população durante a vigência de períodos de emergência de saúde pública.	14/12/2021
PL 751/2021	Apensado	Pastor Gil (PL-MA)	Dispõe sobre o livre exercício do direito de culto e assegura ser livre de interferência do Poder Público a atividade religiosa.	14/12/2021
PL 905/2021	Apensado	Helio Lopes (PSL-RJ)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para considerar as atividades religiosas como essenciais.	14/12/2021
PL 3746/2020	Principal	Luiza Erundina (PSOL-SP) e Outro(s)	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre a ampliação do Cadastro Único – CadÚnico do governo federal, e dá outras providências.	14/12/2021 Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação, com substitutivo.

ESTATÍSTICAS CSSF 2021

Matérias Recebidas em 2021

Tipo	Apreciação	Quantidade
PDL	Plenário	12
PFC	Interna	3
PL	Conclusiva	582
PL	Plenário	120
PLP	Plenário	19
REQ	N/A	430
Total		1166

Matérias Apreciadas em 2021



Tipo	Apreciação	Quantidade
<u>PDC</u>	Plenário	1
<u>PDL</u>	Plenário	3
<u>PFC</u>	Interna	2
<u>PL</u>	Conclusiva	355
<u>PL</u>	Plenário	192
<u>PLP</u>	Plenário	7
<u>REL</u>	N/A	1
<u>REQ</u>	N/A	412
Total		973

Situação Atual



Situação	Quantidade	
<u>Aguardando Devolução de Relator que deixou de ser Membro</u>	3	
<u>Aguardando Designação de Relator</u>	220	
<u>Aguardando Parecer</u>	743	
<u>Prontas para Pauta</u>	331	
<u>Tramitando em Conjunto</u>	2130	
Total		3427

Eventos Realizados em 2021



Evento	Quantidade	
<u>Reunião Deliberativa</u>	44	
<u>Audiência Pública</u>	90	
<u>Seminário</u>	2	
<u>Visita Técnica</u>	1	
<u>Missão Oficial</u>	1	
<u>Reunião de Instalação e Eleição</u>	1	
<u>Reunião Técnica</u>	6	
Total		145

Pareceres Aprovados em 2021

Tipo	Quantidade	
<u>PL</u>	225	
<u>PLP</u>	5	
<u>PDL</u>	2	
<u>PFC</u>	2	
<u>PDC</u>	1	
Total		235

REQUERIMENTOS APRECIADOS

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
1/21	Carmen Zanotto	Requer a criação, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, de grupo de trabalho para acompanhamento dos RECURSOS aplicados na Saúde/SUS.	17/03/2021
2/21	Carmen Zanotto	Requer a criação, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, de uma SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE (SUBSAÚDE) destinada a avaliar e acompanhar a Saúde no país.	17/03/2021
3/21	Pedro Westphalen	Requer ao Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família a constituição de Grupo de Trabalho denominado "Organização Federativa no Combate à Pandemia", composto por Deputados Federais, com a finalidade de acompanhar a vacinação contra a covid-19 em todo o país.	17/03/2021
4/21	Alexandre Padilha	Requer a criação, nesta Comissão de Seguridade Social e Família, de GRUPO DE TRABALHO destinado a debater o impacto da pandemia de SARS-COV-2, COVID 19, na saúde ocupacional dos trabalhadores brasileiros.	17/03/2021
5/21	Alexandre Padilha	Requer a criação, nesta Comissão de Seguridade Social e Família, de GRUPO DE TRABALHO destinado a debater o complexo industrial de saúde e a estratégia nacional de incentivo às indústrias que produzam itens essenciais ao Sistema Único de Saúde bem como a pesquisa e desenvolvimento de produtos, serviços, insumos, medicamentos e materiais, com vistas a dar autonomia ao nosso país quanto a produção destes itens no enfrentamento da Pandemia da COVID-19 e sobre Recursos Humanos em Saúde.	17/03/2021
6/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater o projeto de lei nº 598 de 2021 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas e Associações Sociais; institui o Programa Nacional de Fomento às Associações e Cooperativas Sociais – PRONACOOP SOCIAL.	17/03/2021
7/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater o projeto de lei nº 504 de 2021 que cria a Política Nacional de Residência em Área Profissional da Saúde.	17/03/2021
8/21	Jandira Feghali	Requer a realização de audiência pública para debater a capacidade de produção e distribuição de vacinas contra a Covid-19.	17/03/2021
9/21	Jandira Feghali	Requer a realização de audiência pública para debater a concessão das licenças não-voluntárias prevista na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	17/03/2021
10/21	Jandira Feghali	Requer a constituição de Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial em Saúde, produção de fármacos, vacinas, imunobiológicos, equipamentos e outros insumos.	17/03/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
12/21	Jandira Feghali	Requer a realização de audiência pública para debater medidas de enfrentamento à pandemia e a necessidade de financiamento para a assistência e vacinação.	17/03/2021
13/21	Diego Garcia	Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos da pandemia do coronavírus na saúde mental das crianças e adolescentes.	17/03/2021
14/21	Diego Garcia	Requer a realização de Audiência Pública para escutar os representantes dos centros de referência em doenças raras.	17/03/2021
15/21	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública pela Comissão de Seguridade Social e Família conjunta com a Comissão de Educação, para tratar sobre a prestação de serviço civil nos cursos superiores de saúde custeados com recursos públicos.	17/03/2021
16/21	Diego Garcia	Requer a recriação de Subcomissão Especial para tratar das doenças raras, com foco especial na ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal.	17/03/2021
17/21	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar do seguinte tema: A Prática da Telessaúde no SUS durante a Pandemia da COVID-19.	17/03/2021
19/21	Diego Garcia	Requer a recriação de Subcomissão Especial destinada a acompanhar e discutir Políticas voltadas para a família e para o fortalecimento dos vínculos familiares, em nível nacional.	17/03/2021
20/21	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública pela Comissão de Seguridade Social e Família conjunta com a Comissão de Educação, para tratar da qualidade e autorização para criação de novos cursos de medicina.	17/03/2021
22/21	Rejane Dias	Requer a Criação de Subcomissão Especial sobre impacto da COVID nas pessoas com deficiência, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família.	17/03/2021
23/21	Flávia Morais	Requer a criação de Subcomissão Permanente de Assistência Social.	17/03/2021
24/21	Carla Dickson	Requer informações ao senhor Ministro da Saúde sobre os repasses dos recursos do SUS feitos pelo gestor local para a Santa Casa de Misericórdia de Sobral e para o Hospital do Coração.	17/03/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
25/21	Eduardo Barbosa	Solicita que seja realizada audiência pública para debater a agenda para a política de assistência social, no âmbito do Ministério da Cidadania.	17/03/2021
26/21	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre segurança da informação, sigilo de dados na telemedicina.	17/03/2021
27/21	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre a prescrição médica eletrônica.	17/03/2021
28/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater os riscos de morte por choque anafilático em decorrência da vacinação contra a Covid-19	17/03/2021
29/21	Dr. Frederico	Requer, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), a criação de Grupo de Trabalho destinado a debater os Desafios da Oncologia no Brasil.	17/03/2021
31/21	Jorge Solla	Requer a instalação, no âmbito desta Comissão, da SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.	17/03/2021
32/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado o Senhor Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia, a fim de prestar informações sobre o orçamento da Seguridade Social e as políticas de previdência social sob sua responsabilidade.	24/03/2021
33/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado o Senhor João Roma, Ministro de Estado da Cidadania, a fim de prestar informações sobre o orçamento disponibilizado para o auxílio emergencial e acesso ao benefício; acesso ao Bolsa Família e a política de assistência social sob sua responsabilidade.	24/03/2021
34/21	Dr. Leonardo	Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a distribuição de insumos, medicamentos e vacinas para o Estado de Mato Grosso.	24/03/2021
35/21	Alexandre Padilha	Requer a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Braga Netto, coordenador do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.	24/03/2021
36/21	Dr. Leonardo	Requer seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos sobre a distribuição de insumos, medicamentos e vacinas para o Estado de Mato Grosso.	24/03/2021
37/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública para debater os IMPACTOS POSITIVOS DE MEDIDAS RESTRITIVAS ADOTADAS POR ESTADOS E MUNICÍPIO NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE CORONAVÍRUS.	24/03/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
39/21	Flávia Morais	Requer o envio de convite ao Exmo. Ministro de Estado da Saúde, para comparecer à Comissão de Seguridade Social e Família para prestar esclarecimentos acerca da atuação do Ministério da Saúde no combate à pandemia, do plano Nacional de imunização e aquisição de vacinas contra COVID-19.	24/03/2021
40/21	Adriana Ventura	Requer o envio de convite ao Exmo. Ministro de Estado da Saúde para comparecer à Comissão de Seguridade Social e Família para prestar esclarecimentos acerca da atuação do Ministério da Saúde no combate à pandemia da COVID-19, em especial a condução da aquisição de vacinas e do plano nacional de imunização.	24/03/2021
41/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública, para discutir a inclusão das clínicas nas empresas que serão mantidas com alíquota zero do ICMS.	24/03/2021
42/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater sobre as consequências da Covid na vida e na saúde das mulheres.	24/03/2021
43/21	Giovani Cherini	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater a importância do tratamento Precoce contra o COVID -19.	24/03/2021
44/21	Vivi Reis	Requer a convocação do Ministro de Estado da Saúde para prestar esclarecimentos acerca da política do governo federal e do Ministério da Saúde para o combate à pandemia de COVID-19 no Brasil.	24/03/2021
45/21	Flávia Morais	Requer a realização de reunião conjunta de audiência pública com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para discutir o tratamento dos pacientes que possuam sequelas provocadas pela covid-19, destacadamente os que apresentam sequelas graves.	24/03/2021
46/21	Dr. Luiz Ovando	Requer, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), a criação de Grupo de Trabalho de Solução Diagnóstica através da Valorização do Clínico.	24/03/2021
47/21	Carmen Zanotto	Requer o Aditamento do Requerimento nº 41/2021 para inclusão de palestrantes para a Audiência Pública, para discutir a inclusão das clínicas nas empresas que serão mantidas com alíquota zero do ICMS.	24/03/2021
49/21	Dra. Soraya Manato	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater novos tratamentos sobre a COVID_-19	24/03/2021
50/21	Dra. Soraya Manato	Requer a criação, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, que seja criado um Grupo de Trabalho para tratar e acompanhar assuntos relacionados ao combate à violência contra a Mulher.	24/03/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
51/21	Eduardo Barbosa	Solicita que seja realizada audiência pública para debater as alterações no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.	24/03/2021
52/21	Roberto Alves	Requer audiência pública para discutir “Abuso Sexual Infantil e a Família”.	24/03/2021
53/21	Roberto Alves	Requer audiência pública para discutir “O Apoio Familiar dos Idosos na Saúde mental e Motora”.	24/03/2021
54/21	Diego Garcia	Requer o aditamento do Requerimento 13/2021 nesta comissão.	24/03/2021
55/21	Diego Garcia	Requer realização de audiência pública para debater as opções de tratamento para a covid-19.	24/03/2021
56/21	Jandira Feghali	Requer seja convidado o Ex.mo Senhor Ministro da Saúde, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos sobre o Plano Nacional de Imunizações – PNI, e a atual situação da vacinação contra a COVID-19 no Brasil.	24/03/2021
57/21	Leandre	Requer que esta Comissão, em conjunto com a Comissão Externa – Enfrentamento COVID-19, solicite informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a destinação aos demais Entes Federados, Hospitais e Instituições de Saúde de equipamentos, insumos, medicamentos e vacinas para o combate à COVID e o cronograma do planejamento para o envio enquanto perdurar a pandemia.	24/03/2021
58/21	Leandre	Requer que esta Comissão, em conjunto com a Comissão Externa – Enfrentamento COVID-19, sugira ao Ministério da Saúde a elaboração e encaminhamento de relatórios sobre o COVID-19	24/03/2021
59/21	Carla Dickson	Requer informações ao senhor Ministro da Saúde sobre todos os repasses financeiros feitos, através do Ministério da Saúde, para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, desde o início da pandemia de Covid-19.	24/03/2021
60/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública para debater a portaria GM/MS nº 3.712, de 22 de dezembro de 2020, que institui incentivo financeiro federal de custeio para fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do câncer no SUS.	24/03/2021
61/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública para debater da situação e desdobramentos da oncologia no contexto da pandemia de Covid19 no país.	24/03/2021
62/21	Alexandre Padilha	Sugere ao Poder Executivo visitas às cidades exitosas na adoção de medidas de confinamento social (lockdown)	24/03/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
63/21	Jandira Feghali	Requer O Aditamento do Requerimento nº 09/2021 para inclusão de palestrante em audiência pública para debater a concessão das licenças não-voluntárias prevista na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	24/03/2021
64/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública para debater as iniciativas da sociedade civil organizada na prevenção e combate do câncer de colo de útero, no contexto da pandemia de Covid19 no país.	24/03/2021
65/21	Mário Heringer	Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família para discutir a logística de insumos no combate à COVID-19 no Brasil.	24/03/2021
66/21	Flávia Morais	Solicita a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, para debater a implementação de uma rede de apoio à saúde mental do idoso.	24/03/2021
67/21	Carmen Zanotto	Requer a criação, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, que seja criada subcomissão para o aperfeiçoamento do trabalho e da gestão do Sistema Único de Saúde.	24/03/2021
68/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública para discutir os Projetos de Decretos Legislativos nº 701, de 2019, nº 705, de 2019, e nº 23, de 2020.	07/04/2021
69/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública para discutir os Projetos de Lei Complementar nº 204, de 2015 e nº 479, de 2018.	07/04/2021
70/21	Carla Dickson	Requer a realização de reunião conjunta de audiência pública com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e a Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 para discutir o tratamento dos pacientes que possuam sequelas provocadas pela Covid-19, em especial, os que apresentam sequelas graves.”	07/04/2021
71/21	Hiran Gonçalves	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para apresentar ao parlamento a campanha de conscientização “Mulheres também infartam”.	07/04/2021
72/21	Rejane Dias	Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para debater os valores de custeio da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde destinada às pessoas com deficiência.	07/04/2021
73/21	Igor Timo	Solicita-se a realização de audiência pública virtual, para debater a pandemia de Covid-19 no Estado de Minas Gerais, com a presença do Ministro da Saúde, do Governador do Estado de Minas Gerais, do Secretário de Vigilância em Saúde e do Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos em Saúde.	07/04/2021
74/21	Eduardo Barbosa	Solicita seja realizada audiência pública para debater os dois anos de vigência do Decreto nº 9.759, de 2019, e os seus efeitos sobre a participação social nos espaços de deliberação de políticas públicas e de defesa de direitos.	07/04/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
75/21	Jorge Solla	Requer a realização de Audiência Pública para debater a aplicação das provas do Revalida.	07/04/2021
76/21	Jorge Solla	Requer a realização de Audiência Pública para debater a prorrogação dos contratos do Projeto Médicos pelo Brasil (Programa Mais Médicos).	07/04/2021
77/21	Dr. Frederico	Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater a atual situação e as medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do estado de Minas Gerais.	07/04/2021
78/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para discussão do PDC 1008/2018 sobre os avanços e pontos mais polêmicos da Resolução Anvisa RDC nº 222, de 28 de março de 2018.	07/04/2021
79/21	Flávia Morais	Requer sejam prestadas informações pelo Ministério da Saúde acerca da distribuição de insumos, medicamentos e vacinas para o Estado de Goiás.	07/04/2021
80/21	Flávio Nogueira	Sugere a criação de um comitê pós-pandemia, nos moldes do Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19, para articular políticas públicas que mitiguem os impactos sociais e econômicos decorrentes do ápice da pandemia.	07/04/2021
81/21	Flávia Morais	Requer a realização de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família para esclarecer sobre protocolos de atendimento clínico para pacientes inicial com COVID-19.	07/04/2021
82/21	Roberto Alves	Requer audiência pública para discutir "O Enfrentamento da Vulnerabilidade de Adolescentes, Crianças e Mulheres Vítimas de Violência".	07/04/2021
83/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública para discutir o impacto da pandemia na saúde mental dos profissionais da saúde, que compõe a linha de frente do combate à COVID-19.	07/04/2021
85/21	Danilo Cabral	Requer a criação da Subcomissão Especial de acompanhamento do SUAS no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família.	07/04/2021
86/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública para discutir a importância da reabilitação na recuperação de paciente com sequelas pós COVID-19, que necessitam de acompanhamento multidisciplinar.	07/04/2021
87/21	Alexandre Padilha	Requer o Aditamento do Requerimento nº 52/2021 para inclusão de palestrantes para a Audiência Pública, para discutir "Abuso Sexual Infantil e a Família".	07/04/2021
88/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública para debater o objeto do PL 4302/2016.	07/04/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
89/21	Alexandre Padilha	Requer a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, General Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, coordenador do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19	07/04/2021
90/21	Vivi Reis	Requer a inclusão de convidado ao Requerimento de Audiência Pública de nº 9/2021, aprovado nesta Comissão.	07/04/2021
91/21	Padre João	Requerimento audiência pública para debater sobre alimentação em tempo de COVID-19.	07/04/2021
92/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a inclusão de palestrante representando o Conselho Federal de Medicina para a Audiência Pública solicitada pelo Requerimento de Nº 75/2021, de autoria do Dep. Jorge Solla (PT/BA), sobre o "Revalida".	08/04/2021
93/21	Hiran Gonçalves	Reunião de Audiência Pública para a conscientização sobre as doenças cardiovasculares e apoio para a criação do "mês azul e vermelho da saúde", no mês de agosto.	08/04/2021
94/21	Pedro Westphalen	Requer a inclusão de orador para participação na audiência pública que visa discutir o impacto da pandemia na saúde mental dos profissionais de saúde, que compõe a linha de frente do combate à Covid-19, solicitada por meio do Requerimento nº 83/2021 nesta Comissão.	08/04/2021
95/21	Antonio Brito	Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater as estratégias do "Plano nacional pelo fim da tuberculose como problema de saúde pública 2021-2025"	08/04/2021
96/21	Hiran Gonçalves	Requer a inclusão de convidados ao Requerimento de Audiência Pública de nº 76/2021, em apreciação nesta Comissão	08/04/2021
97/21	Aline Gurgel	Requer seja enviada ao Ministério da Saúde indicação destinada à criação de Central de Demanda de "kit intubação" para controle de estoque e venda de "kits intubação".	08/04/2021
98/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiência Pública por teleconferência, para debater a situação das categorias dos ACS e ACE durante a pandemias do CORONAVIRUS.	20/04/2021
99/21	Ossesio Silva	Requer a inclusão de convidados ao Requerimento de Audiência Pública Nº 88/2021, que "requer a realização de audiência pública para debater o objeto do PL 4.302/2016", aprovado nesta Comissão.	20/04/2021
100/21	Aline Gurgel	Requer envio de indicação ao Ministro da Saúde, para que forneça a essa Comissão de Seguridade Social e família relatórios atualizados sobre a produção, fornecimento e distribuição de oxigênio destinado às unidades hospitalares e demais insumos disponíveis para o tratamento da COVID-19.	20/04/2021
101/21	Silvia Cristina	Requer a criação no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, de um Grupo de Trabalho destinado a dar prosseguimento à Atualização e Modernização da Tabela SUS.	20/04/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
102/21	Dr. Leonardo	Requer seja incluído representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - ABIA, na Audiência Pública para debater sobre alimentação em tempo de COVID-19, aprovada nessa comissão através do Requerimento nº 91/2021.	20/04/2021
106/21	Benedita da Silva	Requer a realização de audiência pública para debater os impactos da Covid-19 na comunidade negra, com destaque para a vida das Mulheres.	20/04/2021
107/21	Vivi Reis	Requer realização de audiência pública para debater o aprofundamento da fome durante a pandemia da Covid-19	20/04/2021
108/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater a situação dos aprovados do concurso de 2014 da Caixa Econômica Federal, e os impactos negativos que a população vem sofrendo no atendimento nesse período de pandemia da Covid-19, com o desmonte no quadro de trabalhadores desta Instituição.	20/04/2021
109/21	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a situação atual do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e a coparticipação em sua manutenção.	20/04/2021
110/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a realização de Audiência Pública por teleconferência, para debater a situação da violência, maus tratos e abandono, sofridos por crianças e adolescentes no ambiente doméstico ou intrafamiliar, com ênfase no casos de Henry Borel, Isabella Nardoni e o Bernardo Boldrini.	20/04/2021
111/21	Dulce Miranda	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações do Ministério da Cidadania.	20/04/2021
112/21	Alexandre Padilha	Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França, para prestar esclarecimentos sobre afirmações do embaixador brasileiro na França.	20/04/2021
113/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, com o tema "Família e Desenvolvimento Social", com foco nos temas trabalho e tributação da família	20/04/2021
114/21	Eduardo Costa	Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater a liberação do uso de agrotóxicos no Brasil e os Impactos à Saúde da Sociedade.	20/04/2021
115/21	Eduardo Costa	Requer a realização de audiência pública para discutir a relevância da criação, por meio de lei, do Dia da Conscientização da Afasia.	20/04/2021
116/21	Eduardo Costa	Requer a realização de Audiência Pública, para debater a inclusão das pessoas com Doença Renal Crônica na Lei Brasileira de Inclusão – Lei Nº 13.196 de 2015.	20/04/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
117/21	Paula Belmonte	Requer a realização de Audiência Pública para debater a saúde física e mental dos profissionais da Saúde, e as medidas mitigadoras quanto às consequências dos danos provocados pela situação de pandemia do COVID-19.	28/04/2021
118/21	Vivi Reis	Solicita ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Marcelo Queiroga, informações acerca do envio de recursos financeiros, insumos e vacinas ao Estado do Pará para combate à Covid-19.	28/04/2021
119/21	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a situação atual dos Consórcios Públicos relacionados à Saúde e propostas de avanços legislativos.	28/04/2021
120/21	Leandre	Requer a inclusão de convidado na audiência pública para debater sobre a situação atual do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e a coparticipação em sua manutenção – Requerimento nº 109/2021.	28/04/2021
121/21	Flávia Morais	Requer a realização de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família para debater sobre o tratamento do edema macular diabético.	28/04/2021
122/21	Flávia Morais	Requer a realização de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família para debater sobre a regulamentação da profissão de biotecnologista.	28/04/2021
123/21	Vivi Reis	Requer a inclusão de convidado ao Requerimento de Audiência Pública de nº 106/2021.	05/05/2021
124/21	Adriana Ventura	Requer a inclusão de convidado em Audiência Pública para debater para tratar sobre a prescrição médica eletrônica aprovada pelo Requerimento nº 27/2021.	05/05/2021
125/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiências Públicas no âmbito da Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial em Saúde - SUBCOMPLEX.	05/05/2021
126/21	Adriana Ventura	Requer a inclusão de convidado em Audiência Pública para debater a liberação do uso de agrotóxicos no Brasil e os Impactos à Saúde da Sociedade, aprovada pelo Requerimento nº 114/2021.	05/05/2021
127/21	Paula Belmonte	Requer adendo ao Requerimento nº 117/2021, que requer, no âmbito desta comissão, a realização de Audiência Pública para debater a saúde física e mental dos profissionais da Saúde, e as medidas mitigadoras quanto às consequências dos danos provocados pela situação de pandemia do COVID-19.	05/05/2021
128/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiência Pública sobre “A EPIDEMIA DE COVID-19 E A RESPOSTA BRASILEIRA DA HEPATITE C, DO HIV E AIDS NA POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE.”	05/05/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
129/21	Alexandre Padilha	Requer a inclusão de debatedor na audiência da Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial da Saúde - CEIS.	05/05/2021
130/21	Flávia Morais	Requer a inclusão de convidados na audiência pública para debater sobre o tratamento do edema macular diabético – Requerimento nº 121/2021 - CSSF.	05/05/2021
131/21	Jandira Feghali	Requer a realização de audiência pública para debater a Portaria nº 13, de 19 de abril de 2021, que torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel, condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	05/05/2021
132/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado o Senhor Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia, a fim de prestar informações sobre o orçamento da Seguridade Social e as políticas de previdência social sob sua responsabilidade.	05/05/2021
133/21	Alexandre Padilha	Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França, para prestar esclarecimentos sobre afirmações do embaixador brasileiro na França e sobre medidas preventivas do ministério contra a nova cepa indiana.	05/05/2021
134/21	Eduardo Costa	Requer, nos termos regimentais, o aditamento do requerimento nº 114/2021, a fim de incluir convidado na audiência pública destinada a debater “a liberação do uso de agrotóxicos no Brasil e os Impactos à Saúde da Sociedade”.	05/05/2021
135/21	Giovani Cherini	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater os benefícios e os riscos das vacinas da COVID -19.	05/05/2021
136/21	Vivi Reis	Requer a realização de Audiência Pública para tratar do tema “Saúde mental e atenção psicossocial no Brasil em tempos de pandemia”.	05/05/2021
137/21	Silvia Cristina	Requer, ouvido o plenário dessa Comissão a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o tema “Pacientes com câncer de pele / melanoma que são tratados no SUS – Sistema Único de Saúde”.	06/05/2021
138/21	Odorico Monteiro	Requer a realização de Audiência Pública conjunta a fim de debater o rastreamento de contato em pandemias de vírus respiratório e as soluções de saúde digital.	06/05/2021
139/21	Flávia Morais	Requer a realização de audiência pública no âmbito da CSSF/ GTONCO - Grupo de Trabalho Desafios da Oncologia no Brasil para debater os Impactos Causados pela Pandemia da Covid-19 no Tratamento do Câncer”.	06/05/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
140/21	Flávia Morais	Requer a realização de audiência pública no âmbito da CSSF/ GTONCO - Grupo de Trabalho Desafios da Oncologia no Brasil para debater sobre os Desafios da Prevenção e do Diagnóstico do Câncer Durante a Pandemia da COVID-19.	06/05/2021
141/21	Pedro Westphalen	Requer a realização de audiência pública para debater a Logística das vacinas: registro, orçamento, compra, distribuição e aplicação.	06/05/2021
142/21	Jandira Feghali	Solicita que seja convocado o Senhor Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia, a fim de prestar informações sobre recursos do SUS no enfrentamento à pandemia, teto para o auxílio emergencial e novo orçamento de guerra.	06/05/2021
143/21	Alexandre Padilha	Requer o Aditamento do Requerimento nº 88/2021, para substituição de palestrantes na Audiência Pública, que debaterá o objeto do PL 4302/2016.	06/05/2021
144/21	Carla Dickson	Requer informações ao Ministério da Saúde sobre os programas de saúde ocular do Governo Federal que hoje estão em funcionamento”.	06/05/2021
103/21	David Soares	Requer, nos termos do art.24, III e do art. 255, ambos Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado o senhor Marcelo Queiroga.	12/05/2021
145/21	Leandre	Requer a realização de audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Adoção, 25 de maio.	12/05/2021
146/21	Vivi Reis	Requer a convocação do Ministro de Estado da Saúde, Sr. Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, para prestar os devidos esclarecimentos sobre a Política Nacional de Saúde Suplementar Para o Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 (PNSS-Covid-19).	12/05/2021
147/21	Eduardo da Fonte	Requer que seja realizada audiência pública para discutir a incorporação do medicamento nusinersena (Spinraza), que trata a Atrofia Muscular Espinhal (AME) tipos II e III, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	12/05/2021
148/21	Eduardo Barbosa	Requer a realização de audiência pública sobre o tema: “Tributos a favor da Saúde: mais recursos para o enfrentamento à Covid-19”.	12/05/2021
149/21	Silvia Cristina	Requer, ouvido o plenário dessa Comissão a inclusão de convidados na Audiência Pública com o objetivo de debater o tema “Pacientes com câncer de pele / melanoma que são tratados no SUS – Sistema Único de Saúde.	12/05/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
150/21	Vivi Reis	Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL no. 5363/2020 que "Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências", para dispor sobre a assistência de farmacêutico de forma remota".	12/05/2021
151/21	Padre João	Requer o aditamento do requerimento 91/2021 para inserir convidado na Audiência Pública para debater sobre alimentação em tempo de COVID-19	19/05/2021
152/21	Hiran Gonçalves	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater sobre modelos de contratualização na saúde suplementar.	19/05/2021
154/21	Adriana Ventura	Solicita realização de audiência pública para discutir o PL 1746/2015, que acrescenta o Capítulo IV-A ao Título II - Dos Direitos Fundamentais, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para garantir o direito de proteção dos dados de crianças e adolescentes na Internet.	19/05/2021
155/21	Giovani Cherini	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater sobre o uso obrigatório e maciço de máscaras.	19/05/2021
156/21	Flávia Morais	Requer a realização de Audiências Públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Assistência Social - SUBASSOC.	19/05/2021
158/21	Flávia Morais	Requer o envio de convite ao Exmo. Ministro de Estado da Cidadania, para comparecer à Subcomissão Permanente de Assistência Social - SUBASSOC para prestar esclarecimentos acerca da gestão da pasta e da atuação do Ministério no enfrentamento à pandemia.	19/05/2021
159/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes com covid-19 no âmbito do sus.	19/05/2021
160/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater a "Política Nacional de Saúde Suplementar para o enfrentamento da Pandemia da Covid-19" e os riscos de privatização do Sistema Único de Saúde - SUS.	19/05/2021
161/21	Francisco Jr.	Requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para discutir e celebrar o Dia Mundial Sem Tabaco	19/05/2021
162/21	Alexandre Padilha	Requer ao ministério da saúde informação quanto a adoção de providências voltadas à vacinação dos profissionais de saúde residentes bolsistas e o pagamento das bolsas em atraso.	19/05/2021
163/21	Professora Dorinha Seabra Rezende	Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação (CE) para discutir a importância da Vacinação contra a gripe Influenza em tempos de Pandemia.	19/05/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
164/21	Flávia Morais	Requer a realização de audiência pública desta Comissão para debater sobre o Projeto de Lei nº 6330/2019, que altera a Lei nº 9.656, de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para ampliar o acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral pelos usuários de planos de assistência à saúde.	19/05/2021
165/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiências Públicas da Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial da Saúde - CEIS.	19/05/2021
153/21	Domingos Sávio	Requer o envio de Projeto de Indicação desta Comissão ao Ministério da Saúde, no sentido que seja solicitado ao Presidente da República, Jair Bolsonaro e também ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga que providências sejam tomadas de imediato para a autorização em caráter emergencial da quebra de patentes de vacinas contra a Covid-19, autorizando laboratórios nacionais a envidar todos os esforços para a produção em alta escala de vacinas que possam atender às necessidades da população brasileira.	20/05/2021
166/21	Jorge Solla	Requer a realização de audiência pública para debater o PL 3994/2015, que que "altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, para obrigar os pais a participarem de reuniões na escola de seus filhos como condicionalidade para a manutenção dos benefícios recebidos no âmbito do Programa Bolsa-Família".	20/05/2021
167/21	Dr. Leonardo	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1.644 de 2015 que "Altera a Lei nº 9.782, de 16 de janeiro de 1999, para instituir fator de correção dos valores da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e atualizar os valores das taxas cobradas para avaliação e reavaliação toxicológica para registro de produtos".	20/05/2021
168/21	Silvia Cristina	Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e do GTONCO - Grupo de Trabalho Desafios da Oncologia no Brasil, em conjunto com a Comissão dos Direitos da Mulher (CDM) e Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), para compreender e discutir a jornada de pacientes com câncer de mama, inclusive em pacientes idosas, além de debater as perspectivas atuais e futuras da patologia, em atenção ao dia 28 de maio – Dia internacional de Luta pela Saúde da Mulher.	20/05/2021
169/21	Jandira Feghali	Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater os riscos de privatização do SERPRO e DATAPREV.	20/05/2021
170/21	Pedro Westphalen	Requer a inclusão de representante da ABIMED como orador nas audiências públicas da Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial da Saúde - SUBCEIS.	20/05/2021
171/21	Pedro Westphalen	Requer a inclusão de oradores para participarem da audiência pública que debaterá o Projeto de Lei nº 6330/2019, solicitada por meio do Requerimento nº 164/2021 nesta Comissão.	20/05/2021
172/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para a conscientização sobre as Doenças Valvares Cardíacas.	20/05/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
173/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei nº Projeto de Lei nº 459/2015, dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, e do Projeto de Lei nº 2295/2000, que trata sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem.	20/05/2021
174/21	Jorge Solla	Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública para debater o PL 1644/2015, objeto do REQ nº 167/2021.	20/05/2021
175/21	Hiran Gonçalves	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública sobre o PL 1998/2020 que dispõe sobre a Telemedicina após a Pandemia da Covid-19.	01/06/2021
176/21	Alexandre Padilha	Requer o aditamento do requerimento 154/2021 para inserir convidado na Audiência Pública para debater o PL 1746/2015, que acrescenta o Capítulo IV-A ao Título II - Dos Direitos Fundamentais, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para garantir o direito de proteção dos dados de crianças e adolescentes na Internet.	01/06/2021
177/21	Antonio Brito	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei Complementar 134, de 2019, para as entidades beneficentes de assistência social	01/06/2021
178/21	Leandre	Requer a inclusão de convidados na audiência pública para debater sobre a situação atual do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e a coparticipação em sua manutenção – Requerimento nº 109/2021.	01/06/2021
179/21	Bibo Nunes	Requer a inclusão de convidados para participarem da Audiência Pública objeto do Requerimento 164/2021 aprovado por este Colegiado.	01/06/2021
180/21	Dr. Jaziel	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Seguridade Social e Família, a fim de discutir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 259/20 autoriza os estados, os municípios e o Distrito Federal, de forma permanente, a usar os saldos financeiros de repasses do Ministério da Saúde de anos anteriores em ações diversas das previstas originalmente”.	01/06/2021
181/21	Hiran Gonçalves	Requer a inclusão de convidados ao Requerimento nº 175/2021 de Audiência Pública sobre o PL 1998/2020 que dispõe sobre a Telemedicina após a Pandemia da Covid-19, em apreciação nessa Comissão.	01/06/2021
182/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a situação dos serviços prestados pelas clínicas privadas de Diálise que atendem ao SUS.	01/06/2021
183/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a aprovação de visita técnica de membros da Subcomissão Especial para Tratar de Doenças Raras, com foco no Programa de Triagem Neonatal (SUBNEO) na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE em Anápolis – Goiás.	01/06/2021
184/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater a ocorrência de Indícios de violação de dados pessoais cadastrados no Sistema “Meu INSS” e irregularidades praticadas por instituições financeiras na oferta de crédito para aposentados e pensionistas rurais.	01/06/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
185/21	Alexandre Padilha	Requer a inclusão de convidado em Audiência Pública, nesta Comissão.	09/06/2021
186/21	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4347/1998, que "estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências".	09/06/2021
187/21	Pedro Westphalen	Requer a realização de audiências públicas no âmbito do Grupo de Trabalho denominado "Organização Federativa no Combate à Pandemia", criado nessa comissão por meio do Requerimento nº 3/2021.	09/06/2021
189/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater a ocorrência do evento Copa América de futebol no Brasil durante a pandemia do Sars-Cov-2.	09/06/2021
190/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater o tema do Índice Nacional de Inclusão.	09/06/2021
191/21	Aline Gurgel	Requer o envio de Indicação ao Senhor Ministro de Estado do Turismo, sugerindo a realização de ações de apoio às louceiras do Maruanum, no Estado do Amapá.	09/06/2021
192/21	Aline Gurgel	Requer o envio de Indicação ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, para que adote providências para garantir que os professores do magistério público e de escolas particulares sejam beneficiados com a entrega de equipamentos de proteção individual (EPIs), quando do retorno das aulas presenciais	09/06/2021
193/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado o Senhor Embaixador Carlos Alberto Franco França, Ministro de Relações Exteriores, a fim de prestar informações sobre o anúncio pela Conmebol em 31/05/2021 de que o Brasil sediará a Copa América.	09/06/2021
194/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado o Senhor João Roma, Ministro de Estado da Cidadania, a fim de prestar informações sobre o anúncio pela Conmebol em 31/05/2021 de que o Brasil sediará a Copa América.	09/06/2021
195/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado o Senhor Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde, a fim de prestar informações sobre o anúncio pela Conmebol em 31/05/2021 de que o Brasil sediará a Copa América.	09/06/2021
196/21	Hiran Gonçalves	Requer a inclusão de convidados ao Requerimento nº 152/2021 de Reunião de Audiência Pública para debater sobre modelos de contratualização na saúde suplementar.	09/06/2021
197/21	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater sobre experiências de inovações tecnológicas no tratamento de doenças crônicas e de saúde mental.	09/06/2021
198/21	Francisco Jr.	Requer a inclusão de convidado para a audiência pública de que trata o Requerimento nº 177/2021 – CSSF.	16/06/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
199/21	Vivi Reis	Requer a convocação do Ministro da Cidadania, Sr. João Roma, para que preste esclarecimentos ao Plenário da Câmara dos Deputados sobre o anúncio do Brasil como sede da Copa América de Futebol de 2021	16/06/2021
200/21	Vivi Reis	Requer a convocação do Ministro da Saúde, Sr. Marcelo Queiroga, para que preste esclarecimentos ao Plenário da Câmara dos Deputados sobre o anúncio do Brasil como sede da Copa América de Futebol de 2021	16/06/2021
202/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir, o Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2020, que pretende sustar os efeitos da Resolução RDC nº 442, de 2 de dezembro de 2020, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.	16/06/2021
203/21	Carmen Zanotto	Requer o Aditamento do Requerimento nº 186/2021 para inclusão de palestrante em audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4347/1998, que “estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências”.	16/06/2021
204/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública audiência pública sobre o Dia Nacional de Combate ao Fumo, comemorado no dia 29 de agosto.	16/06/2021
205/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública em ocasião que se pretende destacar o “Dia Nacional de Conscientização da Cardiopatia Congênita”, no dia 12 de junho.	16/06/2021
206/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiências Públicas da Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial da Saúde - CEIS.	16/06/2021
207/21	Carmen Zanotto	Requer o envio de Indicação ao Senhor Ministro de Estado da Saúde solicitando providências para que seja ampliado o público alvo da imunização contra a COVID-19 acrescentando o grupo etário de 12 a 17 anos de idade e incluindo entre os grupos prioritários os portadores de deficiências, doenças raras e com comorbidades de mesma faixa etária.	16/06/2021
208/21	Odorico Monteiro	Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 1902/2021, que dispõe sobre a preparação, preservação e reposta às ameaças e emergências em saúde pública e dá outras providências.	16/06/2021
209/21	Marx Beltrão	Requer o envio de indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, com o objetivo de garantir prioridade de vacinação a gestantes e lactantes no Grupo Prioritário do Plano Nacional de Imunização contra a COVID-19.	16/06/2021
210/21	Vivi Reis	Requer a convocação do Ministro da Cidadania, Sr. JOÃO ROMA, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as graves denúncias de natureza operacional e política referentes à não concessão do auxílio emergencial para mais de 400 mil famílias em comprovada situação de vulnerabilidade social que já estão, inclusive, cadastradas no Cadastro Único e na fila do Programa Bolsa Família	16/06/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
211/21	Odorico Monteiro	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a instituição do Dia Nacional da Planta Medicinal – PL 1922/2021.	23/06/2021
212/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater o tema da ocorrência de infrações aos protocolos sanitários por empresas aéreas.	23/06/2021
213/21	Odorico Monteiro	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL 1998/20, que dispõe sobre a Telemedicina, e seus apensos.	23/06/2021
214/21	Vivi Reis	Requer realização de Audiência Pública para debater os efeitos da reintegração familiar nas vidas de crianças e adolescentes.	23/06/2021
215/21	Jorge Solla	Requer o envio de indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Saúde para a prorrogação, em caráter de urgência, dos contratos dos médicos intercambistas no Projeto Mais Médicos que irão vencer durante o ano de 2021, por mais 3 anos, independentemente do período de atuação desses profissionais no Programa.	23/06/2021
216/21	Dr. Frederico	Requer o envio de Indicação ao Ministro da Saúde, sugerindo que sejam realizadas mais oficinas e capacitações das equipes de saúde e dos gestores competentes sobre o novo programa de fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do câncer no Sistema Único de Saúde, instituído pela Portaria GM/MS nº 3.712, de 22 de dezembro de 2020	23/06/2021
217/21	Aline Gurgel	Requer a realização, no âmbito desta Comissão, de audiência pública para debater a criação do Dia Nacional da Doença de Huntington e o Projeto de Lei nº 5.060, de 2013.	23/06/2021
218/21	Pedro Westphalen	Requer a realização de audiência pública para debater a alta significação dos medicamentos biossimilares para a sustentabilidade dos sistemas de saúde e a importância de se instituir o Dia Nacional dos Biossimilares.	23/06/2021
219/21	Pedro Westphalen	Requer a realização de audiência pública para debater a “Incorporação de novas tecnologias em oncologia e com mais disponibilidade à população evitando a judicialização”, no âmbito do Grupo de Trabalho destinado a debater os desafios da oncologia no Brasil.	23/06/2021
220/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater a situação da saúde nos municípios brasileiros no contexto da pandemia do Sars-Cov-2.	23/06/2021
221/21	Lucas Redecker	Requer a aprovação de visita técnica ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) - Rio Grande do Sul – Centro de Referência em Doenças Raras - dos membros da Comissão de Seguridade Social e Família.	23/06/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
222/21	Chris Tonietto	Requer a realização de Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 4.998, de 2020, o qual "altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que "dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para instituir a carteira de vacinação digital.", e o Projeto de Lei nº 1.674, de 2021, o qual "cria o Certificado de Imunização e Segurança Sanitária (CSS).", ambos originários do Senado Federal, e respectivos apensos.	23/06/2021
223/21	Benedita da Silva	Requer a realização de Audiência Pública deste Colegiado para discutir a inclusão de mães em período de amamentação (lactantes) no Plano Nacional de Imunizações contra a Covid-19.	23/06/2021
224/21	Hiran Gonçalves	Requer a inclusão de convidado ao Requerimento nº 152/2021 de Reunião de Audiência Pública para debater sobre modelos de contratualização na saúde suplementar.	23/06/2021
225/21	Dra. Soraya Manato	Requer a realização de Audiência Pública com o tema: "O Passaporte Sanitário - análise do modelo, das aplicações e os desafios para sua implantação no Brasil".	23/06/2021
226/21	Leandre	Requer o envio de Indicação ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, sugerindo Auxílio Financeiro Emergencial ao SAMU 192, de modo a equilibrar as despesas de enfrentamento à pandemia, bem como a revisão dos valores de custeio para o SAMU.	23/06/2021
227/21	Rejane Dias	Requer a realização de audiência pública para debater a situação do PL 979/2021, PL 1840/2020 e seus apensados que tratam de direito a pensão por morte aos dependentes cujos pais morreram em virtude da covid-19.	23/06/2021
228/21	Rejane Dias	Requer a realização de audiência pública para debater a saúde física e mental de pessoas com dermatite atópica.	23/06/2021
229/21	Alexandre Padilha	Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Saúde Marcelo Queiroga para prestar esclarecimentos sobre os contratos e negociações de aquisição da vacina Covaxin.	30/06/2021
230/21	Odorico Monteiro	Requer a inclusão de convidados para a audiência pública de que trata o Requerimento nº 211/2021.	30/06/2021
231/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater a importância das vacinas contra o Sars-Cov-2 desenvolvidas por Cuba (Soberana 2 e Abdala).	30/06/2021
232/21	Pedro Westphalen	Requer a inclusão de orador para participar da audiência pública que debaterá sobre a terapia por ECMO (oxigenação por membrana extracorpórea) aos pacientes com covid-19 no âmbito do sus, solicitada por meio do Requerimento nº 159/2021 nesta Comissão.	30/06/2021
233/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a conversão da Audiência Pública, já aprovada por esta comissão, por intermédio do REQ 172/2021 CSSF, em audiência pública conjunta com a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa.	30/06/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
234/21	Eduardo Barbosa	Requer a inclusão de convidado em Audiência Pública, nesta Comissão.	30/06/2021
235/21	Dra. Soraya Manato	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei 5253/2020.	30/06/2021
236/21	Giovani Cherini	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família sobre o PL 5253 de 2020, que ""Dispõe sobre a inclusão e presença obrigatória do medicamento ZOLGENSMA na lista RENAME e sua disponibilização no Sistema Único de Saúde e farmácias populares"".	30/06/2021
237/21	Pedro Westphalen	Requer a inclusão de oradores para participar da audiência pública que debaterá a "Incorporação de novas tecnologias em oncologia e com mais disponibilidade à população evitando a judicialização", no âmbito do Grupo de Trabalho destinado a debater os desafios da oncologia no Brasil, solicitada por meio do Requerimento nº 219/2021 nesta Comissão.	30/06/2021
238/21	Jandira Feghali	Requer a realização de audiência pública conjunta para debater a Portaria nº 13, de 19 de abril de 2021, que torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel, condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	30/06/2021
239/21	Flávio Nogueira	Requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 1.305/21, que determina que o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS destinará pensão individual e mensal no valor de um salário-mínimo a crianças e adolescentes que tenham ficado órfãos de pai e mãe em razão da pandemia de Covid-19.	30/06/2021
240/21	Diego Garcia	Requer realização de audiência pública para debater a instituição do Dia Nacional da Fenilcetonúria proposta pelo PL nº 7, de 2020.	07/07/2021
241/21	Aline Gurgel	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, onde "Sugere ao Senhor Ministro de Estado da Saúde a adoção de providências para garantir que os municípios fronteiriços sejam beneficiados quando do processo de vacinação".	07/07/2021
242/21	Alexandre Padilha	Requer a inclusão de debatedor na audiência da Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial da Saúde - CEIS.	07/07/2021
243/21	Diego Garcia	Requer a inclusão de convidada na audiência pública para debater a instituição do Dia Nacional da Fenilcetonúria proposta pelo PL nº 7, de 2020, solicitada no REQ 240/2021 feito a esta Comissão.	07/07/2021
244/21	Odorico Monteiro	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "A Regulamentação da profissão de Sanitarista e sua importância para a saúde pública no Brasi - PL 1821/2021".	07/07/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
245/21	Pedro Westphalen	Requer a inclusão de orador para participar da audiência pública sobre o PL 5253/20, aprovada por meio do Requerimento nº 235/2021 nesta Comissão.	07/07/2021
246/21	Ossesio Silva	Requer a Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, para debater o Projeto de Lei Complementar n.º 439/2017, que "Altera a Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, para disciplinar o processo de equacionamento de planos de previdência complementar deficitários, e dá outras providências".	07/07/2021
247/21	Carmen Zanotto	Requer o Aditamento do Requerimento nº 186/2021 para inclusão de palestrante em audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4347/1998, que "estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências".	07/07/2021
248/21	Francisco Jr.	Requer a inclusão de convidado para a audiência pública de que trata o Requerimento nº 159/2021 – CSSF.	07/07/2021
249/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, para debater sobre a distribuição de vacinas conforme a proporcionalidade etária da população.	07/07/2021
250/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater a qualidade do ensino nos cursos de Medicina no Brasil.	07/07/2021
251/21	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 3.644, de 2019, que altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade.	14/07/2021
252/21	Rejane Dias	Requer a realização de audiência pública para debater o trabalho infantil no Brasil.	14/07/2021
253/21	Aline Gurgel	Sugere ao Ministério da Saúde a criação de um programa de atenção psicológica aos que tenham perdido familiares devido à Covid-19.	14/07/2021
254/21	Aline Gurgel	Sugere ao Ministério da Saúde a criação de um programa de atenção psicológica aos que tenham perdido familiares devido à Covid-19.	14/07/2021
255/21	Pedro Westphalen	Requer a inclusão de orador para participar da audiência pública sobre o PL 5253/20, aprovada por meio do Requerimento nº 235/2021 nesta Comissão.	14/07/2021
256/21	Dr. Zacharias Calil	Requer o Aditamento, Retificação e Validação dos convidados do Requerimento nº 250/2021 para realização de audiência pública para debater a qualidade do ensino nos cursos de Medicina no Brasil.	14/07/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
257/21	Odorico Monteiro	Requeiro realização de Audiência Pública para discutir a importância da Terapia Comunitária Integrativa na saúde mental no enfrentamento da Pandemia.	14/07/2021
258/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, visita técnica à Fundação Dr. Jesus no Estado da Bahia	14/07/2021
259/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família.	04/08/2021
260/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família.	04/08/2021
261/21	Dra. Soraya Manato	Requer a realização de audiência pública para discutir Impacto do Imposto de Renda na Seguridade Social e planejamento familiar.	04/08/2021
262/21	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre a regulamentação da Telemedicina no Brasil e o PL 1998/2020.	04/08/2021
263/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a situação da prematuridade no país, agravada com a pandemia, discutir iniciativas e políticas públicas para diminuir a incidência do parto prematuro e para garantir mais qualidade de vida para os prematuros e às suas famílias.	11/08/2021
264/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei 1615/2020, que "Determina a licença de trabalhadores incluídos nos grupos de risco do COVID-19, grávidas e puérperas em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020".	11/08/2021
265/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a revisão Protocolo Clínico Diretrizes Terapêuticas da Hipertensão Arterial Pulmonar e a relação da COVID-19 com a Hipertensão pulmonar.	11/08/2021
266/21	Rejane Dias	Requer a realização de audiência pública para discutir os Projetos de Lei nºs 2079/2019 e 1214/2019.	11/08/2021
267/21	Benedita da Silva	Requer a realização de audiência pública com a participação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater os impactos da endometriose na saúde física e mental das mulheres e a importância do diagnóstico precoce da doença.	11/08/2021
268/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública, no âmbito do GTONCO – GT Desafios da Oncologia no Brasil, desta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), para debater os resultados obtidos pela portaria GM/MS nº 3.712, de 22 de dezembro de 2020, que institui incentivo financeiro federal de custeio para fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do câncer no SUS.	11/08/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
269/21	Alexandre Padilha	Sugere ao Ministério da Saúde a priorização no PNI para 950 estudantes brasileiros de graduação e pós graduação aprovados em cursos na França e cujas aulas se iniciam em setembro	11/08/2021
270/21	Leandre	Requer a realização de visita técnica às cidades de Pacaraima/RR e Boa Vista/RR para acompanhar a situação do ingresso de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados dos pais ou responsáveis e das famílias com crianças na fase da primeira infância, bem como conhecer as políticas de acolhimento desses indivíduos e as condições dos espaços de abrigamento de crianças e adolescentes na região de fronteira.	11/08/2021
271/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiências Públicas da Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial da Saúde - CEIS.	11/08/2021
272/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, visita técnica ao Instituto Olga Kós	11/08/2021
273/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, visita técnica a unidade de Biomanguinhos da Fundação Oswaldo Cruz	11/08/2021
274/21	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar do seguinte tema: Prontuário Eletrônico Único e o PL 3.814/2020.	11/08/2021
275/21	Vivi Reis	Requer a convocação do Ministro da Saúde, Sr. Marcelo Queiroga, para que preste esclarecimentos a esta Comissão acerca da edição da Portaria no 1.853, de 5 de agosto de 2021 (GM/MS), que torna sem efeito o ato de homologação da Resolução CNS no 617, de 23 de agosto de 2019.	11/08/2021
276/21	Padre João	Requer a realização de audiência pública para debater o PL Nº 7.730/2014 - do Sr. Eduardo da Fonte - que "estabelece medidas de compensação tributária para indústrias do ramo de alimentos que produzam conforme parâmetros que possam potencialmente diminuir danos à saúde humana".	18/08/2021
277/21	Padre João	Requer a realização de audiência pública para debater o Aprofundamento da desigualdade social e a pandemia do Coronavírus no Brasil (COVID-19).	18/08/2021
278/21	Emidinho Madeira	Requer a realização de Audiência Pública para debater "a realização das cirurgias eletivas no Brasil"	18/08/2021
279/21	Tereza Nelma	Requer o Aditamento do Requerimento nº 268/2021, para inclusão de palestrantes em audiência pública que irá debater os resultados obtidos pela portaria GM/MS nº 3.712, de 22 de dezembro de 2020, que institui incentivo financeiro federal de custeio para fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do câncer no SUS.	18/08/2021
280/21	Adriana Ventura	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater sobre a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados, tratada no PL 1.774/2019.	18/08/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
281/21	Flávia Morais	Requer o envio de convite ao Exmo. Sr. Ministro da Cidadania João Roma para comparecer à esta Comissão para apresentar o novo formato de ação do programa de transferência de renda do governo – Auxílio Brasil e propostas da sua pasta.	18/08/2021
282/21	Carmen Zanotto	Requer o Aditamento do Requerimento nº 173/2021 para inclusão de palestrante em audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei nº Projeto de Lei nº 459/2015, dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, e do Projeto de Lei nº 2295/2000, que trata sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem.	25/08/2021
283/21	Francisco Jr.	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4.613, de 2020, que dispõe sobre direitos dos pacientes transplantados.	25/08/2021
284/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência para discutir a Lei 13.861/2019, a qual determina que sejam inseridas perguntas específicas sobre o Autismo no Censo Demográfico Nacional de 2020.	25/08/2021
285/21	Jorge Solla	Requer a realização de audiência pública em comemoração aos 15 anos da Lei nº 11.350/2006	25/08/2021
286/21	Lucas Redecker	Solicita realização de Audiência Pública para discussão dos Projetos de Lei 1531/2021 e 5253/2020 que garantem, à pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME) tratamento oferecido pelo Sistema Único de Saúde – SUS.	25/08/2021
287/21	Alexandre Padilha	Requer ao Ministério da Saúde o cumprimento da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que determina a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade.	25/08/2021
288/21	Carmen Zanotto	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir o atual panorama da COVID-19 no Brasil	01/09/2021
289/21	Flávia Morais	Requer a realização de audiência pública para discutir a possibilidade de recomposição dos gastos realizados pelo Sistema Único de Saúde de Município que promova atendimento de cidadão domiciliado em outro Município, PL 5978/16.	01/09/2021
290/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública conjunta com COMISSÃO EXTERNA DE ENFRENTAMENTO À COVID_19, para debater sobre a regulamentação e aplicação da Lei 14.128/21, que concede indenização aos profissionais de saúde tornados incapacitados para o trabalho pela Covid-19.	01/09/2021
291/21	Carmen Zanotto	Requer o Aditamento do Requerimento nº 284/2021 para inclusão de palestrante em audiência pública conjunta com a Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência para discutir a Lei 13.861/2019, a qual determina que sejam inseridas perguntas específicas sobre o Autismo no Censo Demográfico Nacional de	01/09/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
		2020.	
292/21	Liziane Bayer	Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para tratar da prevenção ao suicídio e automutilação.	01/09/2021
293/21	Hiran Gonçalves	Solicita que seja realizada Missão Oficial da Comissão de Seguridade Social e Família aos Estados Unidos para realização de visita técnica às empresas que se destacam no complexo industrial da saúde.	01/09/2021
294/21	Henrique Fontana	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater o tema referente aos testes com o medicamento proxalutamida, sem autorização da ANVISA e do CONEP, em pacientes com COVID-19, realizados pelo Hospital da Brigada Militar do Rio Grande do Sul	01/09/2021
295/21	Aline Gurgel	"Sugere ao Senhor Ministro de Estado da Saúde a adoção de providências visando a inclusão da telemedicina no atendimento aos trabalhadores rurais".	01/09/2021
296/21	David Soares	Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art.117, inciso XIX do Regimento Interno desta Casa, que seja enviada Moção de Aplausos e Louvor a Santa Casa de São José dos Campos que completou 122 anos no dia 15 de agosto do corrente ano.	01/09/2021
297/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir o impacto do reajuste negativo nas operadoras de planos de saúde e em especial nas cooperativas médicas.	01/09/2021
298/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir o atual panorama da COVID-19 no Brasil	01/09/2021
299/21	Jorge Solla	Requer a realização de Audiência Pública para debater o fortalecimento e reestruturação do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS).	01/09/2021
300/21	Professora Dorinha Seabra Rezende	Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação (CE) para discutir a Cardiopatia Congênita.	01/09/2021
301/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre os cursos de graduação na área da Saúde, na modalidade Educação à Distância (EaD)	01/09/2021
302/21	Flávia Morais	Requer a inclusão de convidados na audiência pública para debater sobre o tratamento do edema macular diabético – Requerimento nº 121/2021 - CSSF.	01/09/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
303/21	Flávia Morais	Requer a inclusão de convidados na audiência pública para debater sobre a regulamentação da profissão de biotecnologista – Requerimento nº 122/2021 - CSSF.	01/09/2021
305/21	Julio Lopes	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: Fazer-se cumprir a Lei 13.444/2017 e o Decreto 9.723/2017 que “Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN)”, com o objetivo de tornar o CPF a chave única da relação entre o cidadão e o SUS.	01/09/2021
304/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para discutir o Projeto de Lei 5.415/2019.	08/09/2021
306/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, em homenagem ao Dia do Ortopedista.	08/09/2021
307/21	Chris Tonietto	Requer a realização de Seminário sobre o Projeto de Lei nº 434, de 2021, o qual “dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências”.	08/09/2021
308/21	Julio Lopes	Requer o envio pela Comissão de Seguridade Social e Família de Indicação para que o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhe ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União Ministro Vital do Rêgo (responsável pela área da saúde), a fim de que seja enviada recomendação ao Ministério da Saúde e Órgãos Responsáveis, de modo a fazer-se cumprir a Lei 13.444/2017 e o Decreto 9.723/2017 que “Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN)”, com o objetivo de tornar o CPF a chave única da relação entre o cidadão e o SUS, e, também, a criação de um Sistema Integrado de Informações para o Atendimento.	08/09/2021
309/21	Alexandre Padilha	Requer a aprovação de Moção de louvor ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) que desaprovou e indicou ações contrárias à inclusão do termo “velhice” na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), da Organização Mundial da Saúde (OMS).	08/09/2021
310/21	Alexandre Padilha	Requer o envio de Indicação ao Ministério de Estado da Saúde, sugerindo a garantia do acesso à terceira dose de vacina para todas as Pessoas Vivendo com HIV/ADIS – PHVA.	15/09/2021
311/21	Carla Dickson	Requer a realização de audiência pública para debater sobre o PL 775/2021, que trata da situação das famílias acolhedoras e sobre a adoção de crianças ou adolescentes por essas famílias.	15/09/2021
312/21	Danilo Cabral	Solicita que seja convocado o Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, para prestar esclarecimentos sobre a paralisação do Programa Emergencial de Distribuição de Água, conhecido como Operação Carro-Pipa.	15/09/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
313/21	Liziane Bayer	Em aditamento ao Requerimento nº 292/2021, requer a inclusão de convidados para a audiência pública, aprovado nesta Comissão em 01/09/2021.	15/09/2021
314/21	Francisco Jr.	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de conhecer e discutir a respeito da Vacina desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que pode proteger mulheres e seus bebês dos efeitos do uso de cocaína durante a gravidez.	15/09/2021
315/21	Vivi Reis	Requer a realização de Audiência Pública para debater as condições de trabalho das e dos profissionais da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional.	15/09/2021
317/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer o envio à Mesa de Projeto de Resolução para denominar o espaço físico onde funciona a Comissão de Seguridade Social e Família de Espaço Deputado Simão Sessim	22/09/2021
318/21	Jandira Feghali	Requer a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde para prestar esclarecimentos sobre a interrupção da vacinação contra a Covid-19 em adolescentes.	22/09/2021
319/21	Alexandre Padilha	Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Saúde Marcelo Queiroga para prestar esclarecimentos sobre a suspensão da vacinação contra Covid-19 de adolescentes de 12 a 17 anos sem comorbidades no país.	22/09/2021
320/21	Carmen Zanotto	Requer o Aditamento do Requerimento nº 301/2021 para inclusão de palestrante em audiência para debater sobre os cursos de graduação na área da Saúde, na modalidade Educação à Distância (EaD)	22/09/2021
321/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o protagonismo dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes Comunitários de Saúde (ACE) nos 30 anos de atuação no SUS.	22/09/2021
322/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a vacinação contra covid-19 em adolescentes de 12 a 17 anos com o imunizante da Pfizer	22/09/2021
323/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado o Senhor Marcos Pontes, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, a fim de prestar informações sobre o anúncio do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) sobre a suspensão de produção de insumos para tratamento de câncer no Brasil por falta de verba federal.	22/09/2021
324/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado o Senhor Eduardo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde, a fim de prestar informações sobre a suspensão da vacinação de adolescentes de 12 a 17 sem comorbidades	22/09/2021
325/21	Flávia Morais	Requer a inclusão de convidada na audiência pública para discutir a possibilidade de recomposição dos gastos realizados pelo Sistema Único de Saúde de Município que promova atendimento de cidadão domiciliado em outro Município, PL 5978/16.- Requerimento nº 289/2021 - CSSF.	22/09/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
326/21	Flávia Morais	Requer realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente da Assistência Social em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, para contribuir com o Debate sobre o novo Programa instituído Pelo Governo Federal, denominado Auxílio Brasil, MP 1061/21.	22/09/2021
327/21	Vivi Reis	Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as graves denúncias acerca da não concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família para mais de um milhão de famílias, em meio à crise social e sanitária.	22/09/2021
328/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública, a ser realizada conjuntamente entre as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater o enfrentamento ao câncer de mama nas jovens mulheres - 18 a 49 anos.	22/09/2021
329/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública, a ser realizada conjuntamente entre as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater as consequências da pandemia para o diagnóstico e tratamento do câncer de mama e de útero no Brasil.	22/09/2021
330/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública, a ser realizada conjuntamente entre as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater a importância da Navegação de pacientes para a melhoria da atenção ao câncer de mama.	22/09/2021
331/21	Tereza Nelma	Requer realização de audiência pública, a ser realizada conjuntamente entre as Comissões dos Direitos da Mulher e Comissão Especial de Combate ao Câncer, para debater a aplicabilidade das Leis 10.223/2001, 12.802/2013 e 13.770/2018 da reconstrução mamária no Brasil.	22/09/2021
332/21	Diego Garcia	Requer o aditamento do Requerimento 307/2021 CSSF, que requer a realização de Seminário sobre o Projeto de Lei nº 434, de 2021, o qual "dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências."	29/09/2021
333/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito do Grupo de Trabalho Desafios da Oncologia no Brasil (GTONCO) conjunta com a COMISSÃO ESPECIAL - COMBATE AO CÂNCER NO BRASIL, para debater sobre os recursos para a fabricação de medicamentos usados para o diagnóstico e o tratamento de câncer por falta de dinheiro.	29/09/2021
334/21	Tereza Nelma	Requer a iluminação do Congresso Nacional, na tonalidade azul, durante o mês de novembro, em alusão a campanha de prevenção do câncer de próstata denominado "Novembro Azul".	29/09/2021
335/21	Tereza Nelma	Requer a iluminação do Congresso Nacional, na tonalidade laranja, durante mês de dezembro, em alusão a campanha de prevenção do câncer de pele, denominado "Dezembro Laranja".	29/09/2021
336/21	Tereza Nelma	Requer a iluminação do Congresso Nacional, na tonalidade rosa, durante mês de outubro, em alusão a campanha mundial de prevenção do câncer de mama e colo de útero denominado "Outubro Rosa".	29/09/2021
337/21	Alexandre Padilha	Sugere ao Ministério da Saúde e Ministério das Relações Exteriores que seja considerado em suas iniciativas e planos de gestão o Manifesto VOW - "Vaccinate Our World" da Healthcare Foundation (AHF), uma iniciativa global convocando governos, fabricantes de vacinas e instituições internacionais de saúde pública para	29/09/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
		proteger a humanidade e fornecer acesso igualitário às vacinas contra COVID-19.	
338/21	Carmen Zanotto	Requer o Aditamento do Requerimento nº 290/2021 para inclusão de palestrante na audiência pública conjunta com COMISSÃO EXTERNA DE ENFRENTAMENTO À COVID_19, para debater sobre a regulamentação e aplicação da Lei 14.128/21, que concede indenização aos profissionais de saúde tornados incapacitados para o trabalho pela Covid-19.	29/09/2021
339/21	Carmen Zanotto	Requer o Aditamento do Requerimento nº 301/2021 para inclusão de palestrante em audiência para debater sobre os cursos de graduação na área da Saúde, na modalidade Educação à Distância (EaD)	29/09/2021
340/21	Diego Garcia	Requer a realização de audiência pública nesta CSSF, sobre o assunto da dislexia.	29/09/2021
341/21	Vivi Reis	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de lei nº 478 de 2007 e apensados, que dispõem sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.	29/09/2021
342/21	Jorge Solla	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a Neuropatia Óptica Hereditária de Leber (LHON).	29/09/2021
343/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para discutir sobre os benefícios da radioterapia moderna para o Sistema Único de Saúde.	29/09/2021
344/21	Diego Garcia	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, com o tema "Fortalecimento dos vínculos familiares como estratégia de proteção social", em razão do Dia Nacional de Valorização da Família, em 21 de outubro, para debater os PL 1926/2021 e PL 18/2020.	29/09/2021
345/21	Padre João	Requer a realização de reunião de audiência pública em razão do Dia Mundial da Alimentação, criado pela FAO e celebrado no dia 16 de outubro, para debater os resultados da Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, considerando os desafios e perspectivas para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil	29/09/2021
346/21	Padre João	Requer a realização de audiência pública para debater os impactos da dupla jornada das mulheres com cuidados com filhos e com a casa na contagem do tempo para aposentadoria.	29/09/2021
347/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de diligência desta Comissão, sem ônus para a Casa, à Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Assembleia Legislativa e sede da Prevent Senior, a fim de averiguar as medidas tomadas em relação às denúncias relacionadas à Prevent Senior no tratamento da Covid-19.	06/10/2021
348/21	Alexandre Padilha	Em aditamento ao Requerimento Nº 304/2021, requer a inclusão de novos convidados à audiência pública para discutir o Projeto de Lei 5.415/2019.	06/10/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
349/21	Alexandre Padilha	Requer a impressão de 1.500 exemplares do Relatório Final da Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial em Saúde (SUBCEIS) -2021 da Comissão de Seguridade Social e Família	06/10/2021
350/21	Professora Dayane Pimentel	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à instituição da Semana de Prevenção ao Diabetes.	06/10/2021
351/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para lançamento do Projeto Outubrinho Rosa, promovido pela Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE.	06/10/2021
352/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para lançamento do Projeto Novembrinho Azul, promovido pela Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE.	06/10/2021
353/21	Paula Belmonte	Requer adendo ao Requerimento nº 311/2021, que requer, no âmbito desta comissão, a realização de Audiência Pública para debater sobre o PL 775/2021, que trata da situação das famílias acolhedoras e sobre a adoção de crianças ou adolescentes por essas famílias.	06/10/2021
354/21	Dr. Frederico	Requer seja criada Subcomissão Especial, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), para discutir "A modernização e o aperfeiçoamento da legislação aplicável ao Sistema Único de Saúde – SUS".	06/10/2021
355/21	Professora Rosa Neide	Requer a realização de Audiência Pública para tratar do Benefício de Prestação Continuada, diante das alterações da Lei nº 14.176 de 22 de junho de 2021.	06/10/2021
316/21	Alexandre Padilha	Em aditamento ao Requerimento Nº 304/2021, requer a inclusão de novos convidados à audiência pública para discutir o Projeto de Lei 5.415/2019.	20/10/2021
356/21	Jorge Solla	Requer a apensação do PL 4008/2020 ao PL 1998/2020.	20/10/2021
359/21	Jorge Solla	Requer a aprovação de Moção deste Colegiado em apoio à derrubada do Veto presidencial de n. 44, com vistas a assegurar dotação específica na Lei Orçamentária Anual de 2022 as despesas destinadas ao reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional dos(as) Agentes Comunitário(as) de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias.	20/10/2021
360/21	Jorge Solla	Requer o agendamento de reunião desta Comissão com o Presidente da Câmara dos Deputados a fim de discutir medidas para conferir maior celeridade na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 14, que "Altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais".	20/10/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
361/21	Aline Gurgel	Sugere ao Ministro da Saúde a adoção de medidas para promover uma adequada atenção à saúde no longo prazo, para as pessoas acometidas pela Covid-19, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).	20/10/2021
362/21	Jorge Solla	Requer a realização de audiência pública para debater cirurgia bariátrica por laparoscopia no SUS.	20/10/2021
363/21	Jorge Solla	Requer o aditamento ao Requerimento 299/2021, de inclusão do presidente da FONACATE na reunião de audiência pública para debater o fortalecimento e reestruturação do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS).	20/10/2021
364/21	Chris Tonietto	Requer a realização de Seminário, no âmbito desta Comissão, com o tema "Pandemia: um panorama de conjunturas".	20/10/2021
365/21	Paula Belmonte	Requer a realização de audiência pública para debater o dia 23 de setembro como o Dia Nacional de Conscientização sobre a doença Dermatite Atópica.	20/10/2021
366/21	Jandira Feghali	Solicita seja enviado convite ao Sr. Paulo Rebello, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Regime Especial de Direção Técnica de acompanhamento ao caso Prevent Senior.	20/10/2021
367/21	Geovania de Sá	Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública com o tema "Necessidades das pessoas com fibromialgia".	20/10/2021
368/21	Dr. Frederico	Requer a realização de audiência pública para debater a "Imunização dos pacientes oncológicos", no âmbito do Grupo de Trabalho destinado a debater os Desafios da Oncologia no Brasil - GTONCO em conjunto com a Frente Parlamentar do Programa Nacional de Imunizações.	20/10/2021
369/21	Vivi Reis	Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública que debaterá as condições de trabalho das e dos profissionais da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, tema aprovado por meio do Requerimento 315/2021.	20/10/2021
370/21	Flávia Morais	Requer realização de audiência pública desta Comissão, em conjunto com o Grupo de Trabalho Desafios da Oncologia no Brasil – GTONCO, para discutir a forma de financiamento e organização da política de oncologia do Brasil.	20/10/2021
371/21	Liziane Bayer	Requer a realização de audiência pública, a fim de debater ações de rastreamento e detecção câncer de mama e de útero no âmbito do SUS - Desafios para o diagnóstico precoce e o acesso pleno ao tratamento pós-pandemia.	20/10/2021
373/21	Chico D'Angelo	Requer a realização de Audiência Pública para discussão sobre a contaminação humana e ambiental, por HCH (pó de broca), na área denominada Cidade dos Meninos, na cidade de Duque de Caxias/RJ.	27/10/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
374/21	Carmen Zanotto	Requer o Aditamento do Requerimento 333/2021, para a realização de Audiência Pública para que sejam apresentados e discutidos os avanços e ações do plano de expansão da radioterapia.	27/10/2021
375/21	Dr. Frederico	Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, para debater o Projeto de Lei nº 5.543, de 2020, que "Institui a data de 17 de julho como o Dia Nacional do Cirurgião Oncológico".	27/10/2021
376/21	Carla Dickson	Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de uma reunião técnica do grupo e trabalho, com a realização de audiências públicas para debate acerca do orçamento relacionado a saúde, a serem realizadas, em datas a ser definidas.	27/10/2021
377/21	Benedita da Silva	Requer o encaminhamento da PEC nº14/2021 à CCJC	27/10/2021
378/21	Márcio Labre	Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 265 de 2019 que Dispõe sobre a alienação ou negociação dos contratos ou convênios de prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) com a iniciativa privada, e dá outras providências.	27/10/2021
379/21	Jorge Solla	Requer o encaminhamento de moção deste Colegiado ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, contra o veto presidencial de n. 44, aposto ao Projeto de Lei nº 3, de 2021-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências", bem como solicitando que a matéria seja pautada com a maior brevidade possível com vistas a assegurarmos dotação específica na Lei Orçamentária Anual de 2022 para as despesas destinadas ao reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional dos(as) Agentes Comunitário(as) de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias.	27/10/2021
380/21	Alexandre Padilha	Requer a aprovação de Moção de louvor ao Manifesto VOW - "Vaccinate Our World" da Healthcare Foundation (AHF) ao G20, uma iniciativa global convocando governos, fabricantes de vacinas e instituições internacionais de saúde pública para proteger a humanidade e fornecer acesso igualitário às vacinas contra COVID-19.	27/10/2021
381/21	Jorge Solla	Requer aditamento ao REQ. nº 362/2021 para inclusão de convidada na audiência pública para debater cirurgia bariátrica por laparoscopia no SUS.	27/10/2021
382/21	Vivi Reis	Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL no. 5056/2013 que "Dispõe sobre a profissão de Técnico em Nutrição e Dietética, regulamenta o seu exercício e dá outras providências."	27/10/2021
384/21	Benedita da Silva	Requer a realização de audiência pública para debater sobre o PL 4815/2009 que trata da comercialização de brinquedos associados à aquisição de alimentos e bebidas para o público infantil.	03/11/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
385/21	Luiz Lima	Requer Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 7.036, de 2017, que "Altera a Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que regulamenta a profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária; limitando a 10% (dez por cento) a carga horária total, na modalidade semipresencial, do curso de graduação, restrita a conteúdos de formação geral".	03/11/2021
386/21	Paula Belmonte	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a comercialização de brinquedos associados à aquisição de alimentos e bebidas para o público infantil, conforme dispõe o Projeto de Lei nº 4.815/2009.	03/11/2021
387/21	Geovania de Sá	Requer aditamento ao Requerimento nº 367/2021 para que sejam acrescentados os nomes dos participantes abaixo para realização de audiência pública nesta Comissão.	03/11/2021
388/21	Jorge Solla	Requer o aditamento do REQ nº 342/2021, para inclusão de convidados na audiência pública para debater sobre a Neuropatia Óptica Hereditária de Leber (LHON).	03/11/2021
389/21	Dr. Zacharias Calil	Requer realização de audiência pública para debater os desafios para a ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal.	03/11/2021
390/21	Professora Dayane Pimentel	Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o intuito de debater a falta de medicamentos e a incorporação de produtos para atendimento às pessoas com Diabetes Mellitus, e a nacionalização de insulinas.	10/11/2021
391/21	Francisco Jr.	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 11.217, de 2018, que dispõe sobre o reconhecimento dos pacientes que apresentam fissura palatina ou labiopalatina não reabilitados como pessoas com deficiência; bem como os seus apensados.	10/11/2021
392/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública por teleconferência para debater os desafios no rastreamento do câncer de colo de útero no Brasil na atualidade e custo efetividade de novas tecnologias para rastreamento e diagnóstico.	10/11/2021
394/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública para debater a importância do licenciamento compulsório de patentes no enfrentamento à pandemia de Covid-19.	17/11/2021
395/21	Dr. Zacharias Calil	Requer o Aditamento do Requerimento nº 389/2021 a fim de incluir novos convidados na audiência pública para debater os desafios para a ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal.	17/11/2021
396/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para debater a implementação dos serviços de água e saneamento por contrato de concessão privada no estado do Rio de Janeiro	17/11/2021
397/21	Jandira Feghali	Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 para debater medidas emergenciais para ampliar a vacinação, a fiscalização de entrada em aeroportos e a testagem e diagnóstico de COVID-19 no Brasil.	24/11/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
398/21	Adriana Ventura	Requer a inclusão de convidado em Audiência Pública para debater sobre a contaminação humana e ambiental, por HCH (pó de broca), na área denominada Cidade dos Meninos, na cidade de Duque de Caxias/RJ, constante no Requerimento nº 373/2021.	24/11/2021
399/21	Jorge Solla	Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, para debater a situação dos médicos no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), instituído pela Lei nº 12.871, de 2013, no contexto do Edital de Chamamento Público nº 9, de 24 de setembro de 2021.	24/11/2021
400/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer realização de encontro desta Comissão de Seguridade Social e Família com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro visando homenagem póstuma o senhor Carlos Alberto Chaves, Ex- Secretário de Saúde deste estado.	24/11/2021
401/21	Francisco Jr.	Aditamento do Requerimento 391/2021, que requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 11.217, de 2018, que dispõe sobre o reconhecimento dos pacientes que apresentam fissura palatina ou labiopalatina não reabilitados como pessoas com deficiência; bem como os seus apensados.	24/11/2021
402/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Missão Oficial da Comissão de Seguridade Social e Família à Inglaterra para visita técnica visando troca de experiências com o sistema de saúde inglês (NHS).	24/11/2021
403/21	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater a importância do serviço do Centro de Referência para Imunobiológicos (CRIE) para populações especiais e, em especial para os bebês prematuros.	24/11/2021
404/21	Alexandre Padilha	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo (Ministério da Cidadania), para sugerir a prorrogação do prazo para execução dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) diante do agravamento da situação da fome no Brasil.	24/11/2021
405/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública para debater a situação da fome das crianças e adolescentes no Brasil e medidas para seu enfrentamento no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da Seguridade Social.	24/11/2021
406/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de diligência desta Comissão ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami, a fim de averiguar a situação sanitária dos povos indígenas e as denúncias de ausência de assistência à saúde.	24/11/2021
408/21	Dr. Leonardo	Requer, ouvido o plenário da Comissão de Seguridade Social e Família, a aprovação de MOÇÃO DE APLAUSO aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias pela atuação desses profissionais em ações relacionadas à COVID-19.	01/12/2021
409/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a nova variante do coronavírus, conhecida como B.1.1.529, detectada primariamente na África do Sul.	01/12/2021
410/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado, o Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, ANDERSON TORRES a fim de prestar esclarecimentos sobre as recentes declarações de que é contra cobrar o certificado de vacinação contra a Covid-19 como forma de liberar a entrada de viajantes no Brasil, em total desacordo com a orientação da ANVISA e das autoridades sanitárias internacionais.	01/12/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
411/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convidado o Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Sr. ANTÔNIO BARRA TORRES, a fim de prestar informações sobre as orientações da Agência para a abertura de fronteiras, a fim de evitar a entrada e disseminação de novas variantes do coronavírus no país.	01/12/2021
412/21	Alexandre Padilha	Solicita que seja convocado o Senhor, MARCELO QUEIROGA, Ministro de Estado da Saúde, a fim de prestar esclarecimentos sobre o posicionamento da pasta quanto à exigência de certificação de vacinação para entrada no país, conforme orientação da ANVISA.	01/12/2021
413/21	Jorge Solla	Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para debater sobre a situação de saúde do Povo Yanomami.	01/12/2021
414/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, para debater o piso salarial da enfermagem no Brasil bem como a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais.	01/12/2021
415/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, assim como os transplantes pareados.	01/12/2021
416/21	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública na CSSF, para debater sobre os Projetos de Lei: PL nº 2564/2020, que institui o Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira; PL nº 459/2015, que dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, e do PL nº 2295/2000, que trata sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem.	01/12/2021
417/21	Vivi Reis	Requer a convocação do Ministro da Saúde, Sr. Marcelo Queiroga, para que preste esclarecimentos a esta Comissão acerca do recente cenário da pandemia de COVID-19, em especial a tomada de providências do governo para controle da variante Ômicron.	01/12/2021
418/21	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Requer realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família, visando a criação do dia nacional dos laboratórios clínicos	01/12/2021
419/21	Vivi Reis	Requer o convite ao Diretor-Presidente da ANVISA, Sr. Antonio Barra Torres, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca do recente cenário da pandemia de COVID-19, em especial o controle da variante Ômicron.	08/12/2021
420/21	Dr. Zacharias Calil	Requer a inclusão de convidado para a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 399 de 2021 para discutir a situação dos médicos no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), instituído pela Lei nº 12.871, de 2013, no contexto do Edital de Chamamento Público nº 9, de 24 de setembro de 2021.	08/12/2021

REQ.	AUTOR	EMENTA	DATA DELIBERAÇÃO
421/21	Pedro Westphalen	Requer Moção De Aplausos pelos 20 anos de atuação ininterrupta da CARDIOPED BRASIL, Serviço Nacional de Cardiologia Pediátrica do Hospital de Base de São José do Rio Preto (SP).	08/12/2021
422/21	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública conjunta para debater a importância da vedação de cobrança de valores diferenciados aos idosos pelos planos de saúde.	08/12/2021
423/21	Alexandre Padilha	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo para sugerir ao ministério da saúde ações relevantes para que o Brasil possa cumprir o compromisso assumido nas Nações Unidas e, até 2030, eliminar as epidemias de HIV/aids e hepatites virais e pôr fim à tuberculose.	14/12/2021
424/21	Flávia Morais	Sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde, celeridade na publicação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), com a inclusão de dois novos tratamentos para Edema Macular Diabético.	14/12/2021
425/21	Alexandre Padilha	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo para sugerir ao ministério da saúde – via ANS EDITE NOVA Portaria que limite o valor mensal de cobrança de coparticipação nos mesmos termos do art. 5º I e II da resolução 433/2018 revogada	14/12/2021
426/21	Chris Tonietto	Requer aditamento ao Requerimento nº 364/2021, relativo à realização de Seminário, pela Comissão de Seguridade Social e Família, com o tema “Pandemia: um panorama de conjunturas”.	14/12/2021
427/21	Alexandre Padilha	Requer o envio de Projeto de Indicação ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a necessidade de iniciativas que visem assegurar o cumprimento Lei 14.128, de 26 de março de 2021.	14/12/2021
428/21	Alexandre Padilha	Requer a realização Audiência Pública para discussão do tema: “A efetivação da Lei 14.128/2021, para garantir o direito de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde no enfrentamento da Pandemia”.	14/12/2021
429/21	Eli Corrêa Filho	Requer a realização de audiência pública nesta Comissão para debater as graves crises que afetam o Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso e Hospital Municipal da Criança e Adolescente, no município de Guarulhos.	14/12/2021

Equipe Servidores da CSSF

Amanda de Lima Silva de Oliveira

Carla Simão Chaves

Jaqueline Carvalho Lopes Duarte

Joanita Nascimento da Silva Neta

Márcia Cristina Abreu

Mirella Gaia Rodrigues

Rubens Gomes Carneiro Filho

Fotografias

Agência Câmara

Assessoria CSSF

Assessoria Dep. Hiran Gonçalves

Equipe Servidores da CSSF

Carla Simão Chaves
Jaqueline Carvalho Lopes Duarte
Joanita Nascimento da Silva Neta
Márcia Cristina Abreu
Mirella Gaia Rodrigues
Rubens Gomes Carneiro Filho

Fotografias

Agência Câmara
Assessoria CSSF
Assessoria Dep. Hiran Gonçalves

Equipe Servidores do Gabinete

Amanda de Lima Silva de Oliveira
Christiane da Cunha Silva
Icaro Lins Frutuoso
Marcelo de Souza Nunes Gois
Maria Isabel dos Santos Alves
Marivaldo Rodrigues de Almeida

Informações:

<http://www.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissões/comissões-permanentes/cssf>

Tels.: (61) 3216-
6781/6782/6783/6784/6785/66791

Realização:

**Comissão de
Seguridade Social e Família**